

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**EDUCAÇÃO E FRONTEIRA COM O PARAGUAI NA
HISTORIOGRAFIA MATOGROSSENSE (1870-1950)**

AUTOR: CARLA VILLAMAINA CENTENO

ORIENTADOR: JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDI

Tese apresenta para obtenção do grau de **Doutor em Educação** pela Faculdade de Educação da UNICAMP, sob a orientação do Prof. Dr. José Claudinei Lombardi

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Claudinei Lombardi

Prof. Dr. José Luis Sanfelice

Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho

Profa. Dr. Silvia Helena Andrade de Brito

Prof. Dr. Sandino Hoff

Campinas - 2007

© by Carla Villamaina Centeno, 2007.

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

C333e	Centeno, Carla Villamaina. Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia matogrossense (1870-1950) / Carla Villamaina Centeno. – Campinas, SP: [s.n.], 2007. Orientador : José Claudinei Lombardi. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 1. Educação – História. 2. Educação – Mato Grosso – História. 3. Fronteiras – Mato Grosso. 4. Historiografia. I. Lombardi, José Claudinei. II. Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	06-758-BFE

Título em inglês : Education and border with Paraguay in the matogrossense historian

Keywords : Education – History ; Education – Mato Grosso – History ; Borders ; Historiography

Área de concentração : Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte

Titulação : Doutora em Educação

Banca examinadora : Prof. Dr. José Claudinei Lombardi (orientador)

Prof. Dr. José Luís Sanfelice

Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho

Profa. Dra. Sílvia Helena Andrade de Brito

Prof. Dr. Sandino Hoff

Data da defesa: 12/02/2007

Programa de Pós-Graduação : Educação

e-mail : carla.centeno@uol.com.br

RESUMO

O presente estudo tem como objeto as abordagens realizadas pela produção historiográfica mato-grossense sobre a fronteira com o Paraguai, e as formas de educação aí desenvolvidas, no período referente ao final do século XIX e na primeira metade do século XX. O objetivo geral é analisar as interpretações das primeiras obras produzidas pela historiografia regional sobre a fronteira e a educação. Compõem-se de duas partes. A primeira, intitulada Fronteira com o Paraguai e educação nos memorialistas mato-grossenses, descreve um conjunto de cinco memorialistas e suas abordagens. A segunda, denominada Fronteira com o Paraguai e Educação na produção historiográfica mato-grossense analisa um conjunto de quatro historiadores. Todos os autores foram analisados separadamente e destacadas as respectivas singularidades. A teoria que norteia a análise é a ciência da história, tal como concebeu Marx. Além das obras analisadas foram consultadas obras da historiografia, documentos oficiais e obras clássicas.

Palavras-chave: História da Educação, Mato Grosso, Fronteira, Historiografia.

ABSTRACT

The following study will present the boardings carried through by the “*mato-grossense*” historiographic production about the border with Paraguay, and the forms of education developed there, referring to the end of the XIX century until the first half of the XX century. The general goal is to analyze the interpretations of the first workmanship produced by the regional historiography about the border and the education. They are composed in two parts. The first one, intitled Border with Paraguay and education in the “*mato-grossense*” memorialists, describes a set of five memorialists and its boardings. The second one, called Border with Paraguay and education in the “*mato-grossense*” historiographic production analyze a set of four historians. All the authors had been analyzed separately and detached the respective singularities. The theory that guides the analysis is the science of history, as Marx conceived. Beyond the analyzed workmanships, historiography workmanships had been consulted, official documents and classic workmanships.

Keywords: Education History, Mato Grosso, Border, Historiography.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Juarez e Ercy com muito amor e admiração,

Às minhas filhas Paula e Carolina, paixões eternas,

Ao Gilberto, meu grande companheiro.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi resultado de uma etapa importante em minha vida acadêmica e isso só foi possível com a ajuda de muitos amigos. Deixo a todos eles meus agradecimentos e, em especial:

Ao meu orientador Doutor José Claudinei Lombardi, que se mostrou bastante generoso e humano, confiou na minha capacidade, dando-me autonomia e apoiando-me com segurança para os momentos mais cruciais.

Aos membros da banca,

Doutor José Luis Sanfelice, um de meus mestres da UNICAMP, que tem contribuído para minha formação, acompanhando-me nas reflexões de meus estudos acerca da *educação na fronteira* desde o desenvolvimento de minha dissertação de mestrado.

Doutor Sérgio Eduardo Monte Castanho, especialmente pelas indicações da literatura e pela observação minuciosa que realizou na banca de qualificação, professor que conheci ainda no doutorado e por quem tenho muita admiração.

Doutora Silvia Helena Andrade Brito, grande amiga de lutas passadas, desde os tempos do *Arquivo* e, hoje, companheira também de HISTEDBR, contribuindo, sempre, com a grandeza de suas indicações e de seus estudos sobre a educação na fronteira.

Doutor Sandino Hoff, por quem tenho muita admiração, um dos raros e preciosos mestres que tive no mestrado em educação da UFMS, também me acompanhando nos meus trabalhos sobre a erva-mate e se revelando um grande amigo.

À Fundação Manoel de Barros pela Bolsa de Estudos concedida.

Um especial agradecimento devo ao Doutor Valmir Batista Corrêa, um dos mais importantes historiadores regionais, que por motivo de força maior não pode participar como membro da banca, no momento de defesa desta tese. Agradeço por ter me ajudado na qualificação, nas indicações de literatura, pelo empréstimo de obras e pela contribuição dos estudos sobre a fronteira.

Ao Doutor Gilberto Luiz Alves, meu companheiro e grande incentivador do estudo da história regional, por me ajudar com suas orientações e por ter acompanhado toda a minha trajetória nessa pesquisa.

A todos os meus amigos da UNIDERP e da UEMS, Celi, Kátia, Olga, Enilda, Eliza Cesco, Regina Frias, pessoas que me ajudaram e que acompanharam meus momentos mais difíceis e, em especial, Paulo Edyr, Ana Aparecida Arguelho e Samira, que revelaram grande generosidade e amizade. Devo ainda, meus agradecimentos à Vera Guerra que, num momento muito delicado, ajudou-me e mostrou que, efetivamente, é uma *guerreira*.

À Nilza Menezes, do Arquivo do Tribunal de Justiça de Rondônia que me ajudou na reconstituição da biografia de Melo e Silva.

À Cláudia Rayol, minha irmã de coração.

Ao Vinícius que me ajudou na língua “dominante”.

E finalmente, à minha *grande e especial família*: minhas filhas Paula, misto de docilidade, profundidade e força e Carolina, tempestade de paixão, justiça e alegria, amores eternos e sempre presentes. Às minhas queridas mãe Ercy e tia Ignez e meus irmãos Marcello, Stella e Luciana, pessoas fundamentais em minha vida.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Matrícula Nas Escolas Primárias Estaduais De Mato Grosso – 1923.....	152
Tabela 2 - Mato Grosso: resumo de estatísticas escolares do ano de 1933.....	154
Tabela 3- Escolas segundo a dependência administrativa – Mato Grosso - 1935 a 1942.....	236
Tabela 4- Atendimento escolar no ensino primário – Mato Grosso - 1920 a 1940.....	239

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I - FRONTEIRA COM O PARAGUAI E EDUCAÇÃO NOS MEMORIALISTAS MATO-GROSSENSES.....	35
CAPÍTULO 1 UMBERTO PUIGGARI: REPORTAGENS SOBRE A VIOLÊNCIA NA FRONTEIRA.....	37
1.1 A fronteira como domínio da violência.....	38
CAPÍTULO 2 HÉLIO SEREJO: CRÔNICAS DE UM LITERATO FRONTEIRIÇO.....	49
2.1 A fronteira dos trabalhadores de aço.....	53
2.2 A educação na fronteira realizada na escola do trabalho.....	72
CAPÍTULO 3 ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA: DIÁRIOS DE CAMPO DE UM ENGENHEIRO.....	77
3.1 A fronteira vista por um técnico.....	77
3.2 A educação na fronteira vista por um forasteiro.....	83
CAPÍTULO 4 ASTÚRIO MONTEIRO DE LIMA: MEMÓRIAS DE UM PIONEIRO....	91
4.1 A fronteira dos pioneiros e heróis.....	93
4.2 A educação na fronteira sob a ótica dos pioneiros.....	97
CAPÍTULO 5 ELPÍDIO REIS: MEMÓRIAS NOSTÁLGICAS DE UM FRONTEIRIÇO.....	101
5.1 Uma visão nostálgica da fronteira.....	104
5.2 A educação na fronteira de outrora.....	117
PARTE II FRONTEIRA COM O PARAGUAI E EDUCAÇÃO NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA MATO-GROSSENSE.....	121
CAPÍTULO 6 VIRGÍLIO CORRÊA FILHO: A FRONTEIRA PARA UM HISTORIADOR REGIONALISTA.....	123
6.1 A fronteira vista como limite geográfico.....	125
6.2 A educação na fronteira dissolvida sob a forma de números.....	150

CAPÍTULO 7 PEDRO ÂNGELO DA ROSA: REGISTROS DE DATAS, FATOS E PERSONAGENS FRONTEIRIÇOS.....	157
7.1 A fronteira como palco dramático de eventos políticos.....	158
7.2 A educação na fronteira reduzida à criação de escolas.....	161
CAPÍTULO 8 JOÃO BATISTA DE SOUZA: MISCELÂNEA SOBRE A FRONTEIRA.....	163
8.1 A fronteira sul-mato-grossense como espaço impreciso e ambíguo.....	164
8.2 Novamente a educação na fronteira reduzida à criação de escolas.....	168
CAPÍTULO 9 JOSÉ DE MELO E SILVA: A FRONTEIRA REFERIDA À NAÇÃO.....	171
9.1 Uma fronteira guaranizada.....	173
9.2 A educação para a nacionalização da fronteira.....	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
REFERÊNCIAS	245

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto as abordagens realizadas pela historiografia mato-grossense sobre a fronteira oeste brasileira, mais especificamente, a respeito da fronteira de Mato Grosso com o Paraguai¹, e as formas de educação ali desenvolvidas, no período referente ao final do século XIX e primeira metade do século XX. Nessas obras, podem ser encontradas as primeiras interpretações produzidas sobre essa região fronteiriça focando o seu processo de ocupação.

De maneira geral, os primeiros estudos sobre a fronteira foram produzidos por moradores da região, intelectuais com formação ou exercício nas áreas de engenharia, direito ou jornalismo, algo comum no período em referência, dada à inexistência de profissionais especializados em história. Somente após a década de 1970, bacharéis e, graduados nessa área começaram a produzir pesquisas sistemáticas, desenvolvidas, sobretudo, em seus cursos de mestrado e de doutorado².

Nosso primeiro contato com a historiografia regional iniciou-se no ano de 1989, quando ingressamos como estagiária no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul – APE/MS, coordenado pela Professora Yara Penteado. Trabalhávamos com o levantamento e a produção de fontes orais, publicação de catálogos, livros e divulgação do acervo em exposições de imagens. A leitura da produção historiográfica tornava-se uma necessidade para os pesquisadores. Mas a análise sistemática da historiografia iniciou-se, posteriormente, numa pesquisa desenvolvida no Curso de Mestrado em Educação, na

¹ O espaço correspondente à fronteira com o Paraguai, no período em estudo, localizava-se no extremo sul de Mato Grosso, compreendendo os municípios de Porto Murtinho, Bela Vista, Dourados, Ponta Porá, Maracaju, Entre Rios e Nioaque. Hoje, esse território se localiza no Estado de Mato Grosso do Sul e envolve os municípios de Porto Murtinho, Caracol, Bela Vista, Bonito, Laguna Carapã, Juti, Rio Brillante, Sidrolândia, Glória de Dourados, Taquarussu, Naviraí, Antonio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Amambaí, Nioaque, Caracol, Jardim, Dourados, Maracaju, Bodoquena, Coronel Sapucaia, Paranhos, Tacuru, Iguatemi, Itaquiraí, Eldorado e Mundo Novo. Todos se situam na *faixa de fronteira*, espaço compreendido por 150 km., a partir da linha divisória, segundo o artigo 20, § 2º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

² Os cursos de pós-graduação em História, de acordo com Fico e Polito (1996), surgiram a partir da década de 1970 e só foram se consolidar a partir dos anos de 1980. Ainda segundo esses autores, o curso de graduação de história foi criado em 1934, na Universidade de São Paulo, a partir da reforma universitária da década de 1930. Em Mato Grosso do Sul, só a partir dos anos 1970 foram criados cursos de História na Universidade Estadual de Mato Grosso - UEMT, transformada depois em Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob orientação da Professora Ana Lúcia Valente, quando pudemos aprofundar os estudos já iniciados anteriormente.

De fato, o trabalho que realizávamos, no Arquivo, acabou também influenciando na definição do objeto de pesquisa, voltado para a área de história regional. No Arquivo, um dos trabalhos de levantamento e organização de fontes resultou num projeto de história oral, com ex-trabalhadores ervateiros na região de fronteira. Os resultados finais dessa pesquisa foram condensados numa publicação intitulada **A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais**, financiada pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e pela Fundação Banco do Brasil (MATO GROSSO DO SUL; FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2000). Aproveitando a experiência anterior com relação à temática, apresentamos anteprojeto de pesquisa que tinha por objetivo analisar a educação desses trabalhadores. Transformado em projeto na seqüência e depois executado, o relatório final da dissertação recebeu o título **A educação dos trabalhadores nos ervais de Mato Grosso: crítica da historiografia regional, de suas concepções de história, trabalho e cultura (1870-1930)** (CENTENO, 2000). No seu interior, foram revisados todos os estudos historiográficos que abordavam o objeto de investigação. Ao longo do processo de pesquisa, observávamos que esses estudos eram muito ricos, tanto no que se refere às informações veiculadas, quanto às concepções dos autores. Colocávamos, então, a necessidade de realizar o estudo analítico dessa historiografia e de suas contribuições para a história da educação regional.

Dessa forma, a fim de dar continuidade ao trabalho de pesquisa, iniciamos um estudo sobre a historiografia e o vinculamos a uma pesquisa mais ampla já desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), coletivo de pesquisa criado no interior do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP com organização regional em vários estados da federação, inclusive em Mato Grosso do Sul. Esse grupo vem desenvolvendo, desde a sua constituição, em 1986, estudos historiográficos com a preocupação de realizar um balanço crítico da historiografia educacional brasileira, conforme afirma seu **Histórico**

Uma vez constituído o Núcleo de Pesquisas, foi realizado, no transcorrer de 1991, o **I Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas 'História, Sociedade e Educação no Brasil'** com o tema "Perspectivas metodológicas da investigação em História da Educação", operacionalizado em dois momentos: entre os dias 06 a 10 de maio de 1991 foi realizada a primeira parte do seminário; nos dias 09 a 13 de setembro de 1991, a segunda parte. No primeiro momento o grupo

empreendeu a análise da produção historiográfica educacional brasileira, sendo convidada para subsidiar a discussão a Profa. Dra. Mirian Jorge Warde que proferiu conferência, seguida de debates, sobre uma ampla pesquisa que vinha desenvolvendo sobre a historiografia da educação brasileira. No segundo momento, dando seqüência à discussão historiográfica, o grupo contou com a contribuição do historiador Prof. Dr. Ciro Flamarion Cardoso, que proferiu conferência sobre o tema 'Paradigmas rivais na historia'. A partir das análises sobre a produção historiográfica da educação brasileira, os participantes elaboraram coletivamente o anteprojeto do "Programa de Trabalho do Grupo" e que previa a realização de atividades, eventos e pesquisas. Esse programa tinha por objetivo produzir um balanço crítico da historiografia educacional brasileira e, a partir dele, realizar um amplo programa de pesquisas no âmbito da História da Educação brasileira (HISTÓRICO, 2006).

A partir de então, vários trabalhos sobre a historiografia têm sido realizados no interior do grupo com a preocupação de sistematizar estudos e abordagens e várias publicações editadas tem reforçado essa necessidade. Num estudo intitulado **História, historiografia da educação: atentando para as fontes**, José Claudinei Lombardi (2004, p. 152), pesquisador deste Grupo, afirma que, hoje, há três possibilidades abertas à historiografia: “uma basicamente centrada na descrição da produção histórica; outra que se pauta na análise do próprio discurso produzido por essa produção; e uma terceira que busca desmontar a produção científica a partir de suas pressuposições metodológicas e teóricas”.

No caso da historiografia da educação, Lombardi conclui que esse campo é recente e sua especificidade é a de estudar as produções históricas que analisam a educação. Para ele, as produções dessa área reproduzem as mesmas características da produção historiográfica em geral, ou seja,

[...] com trabalhos em que a produção no campo da história educacional é de caráter descritivo, com ênfase nos aspectos formais da produção (tema, período, fontes, etc); mas também possuindo alguns trabalhos que fazem uma análise dessa mesma produção a partir de seus pressupostos metodológicos e teóricos. (LOMBARDI, 2004, p. 152)

Num trabalho publicado no ano de 1972, comentando sobre a historiografia regional, Valmir Batista Corrêa já assinalava a importância dos historiadores mato-grossenses, porém, observando, em alguns deles, deficiências quanto ao rigor e à interpretação.

[...] muitos estudos importantes foram realizados por historiadores matogrossenses, contrastando com outros muitos que pecaram pelo amadorismo, falta de conteúdo e de uma análise interpretativa; assim é

comum encontrarmos obras que são na verdade meras transcrições de fontes primárias, dentro de uma mentalidade de que a história é documento, não implicando em uma interpretação por parte do historiador. (CORRÊA, 1972, p. 58)

Numa outra publicação, em parceria com Lucia Salsa Corrêa, esse autor realizou um levantamento da produção historiográfica regional, ressaltando o aspecto heurístico dessas fontes. Corrêa & Corrêa (1985, p.IV), nesse trabalho, entendem ser “[...] preciso reabilitar o valor como fonte de informação historiográfica dos estudos tradicionais de Mato Grosso e a produção historiográfica regional, sempre com uma perspectiva científica”.

Mais recentemente, numa descrição sobre a trajetória historiográfica sul-mato-grossense, Valmir Corrêa reafirma a importância dessas fontes e ressalta que a fronteira de Mato Grosso do Sul “ainda encerra um tema aberto e inesgotável para novas pesquisas e estudos” (CORRÊA, 2005, p. 162).

Gilberto Luiz Alves, num estudo a respeito da relação entre o nacional e o regional na produção dos historiadores da educação mato-grossense, afirma que no período anterior à década de 1970 não havia uma expressiva produção na historiografia educacional no Estado. Segundo ele, eram escassas as obras que faziam registros históricos sobre a educação ou tinham a história da educação como objeto de estudo. Mas, por outro lado, esse autor ressalta a relevância dos trabalhos dos cronistas regionais, pois “contêm numerosas indicações de fatos e de eventos educacionais, além de precisarem datas e personagens envolvidos. Importantes, sobretudo, são os relatos sobre situações vividas e testemunhadas diretamente pelos autores” (ALVES, 2003, p. 34).

Alves acrescenta que, além desses cronistas, existem estudos esparsos e sintéticos realizados por *historiadores diletantes*³, mas as obras produzidas por esses estudiosos, em grande parte, pecam por falta de conteúdo analítico. Na verdade, segundo ele, as descrições realizadas sobre a educação por esses estudiosos são “uma sistemática repetição dos registros dos cronistas, do texto legal e do discurso extraído das mensagens governamentais” (ALVES, 2003, p.39). Além disso, o autor conclui que não há divergências nem antagonismos nas idéias expostas. Somente na década de 1930, segundo esse autor, as interpretações revelaram divergências e elas se manifestaram no pensamento de um desses historiadores: José de Melo e Silva.

³ Categoria utilizada pelo autor para designar intelectuais não formados na área, mas que tinham formação erudita e produziam obras históricas não por dever de ofício, mas por prazer.

Foi no final da década de trinta que as interpretações começaram a revelar discordâncias. Isto não se manifestou na historiografia educacional entendida em seu sentido estrito, como já foi afirmado. Mas a educação passou a ser pensada por óticas distintas no âmbito da historiografia regional. Um exemplo desse fato encontra-se nas obras de um advogado cearense, Melo e Silva, que viveu por muito tempo na fronteira sul de Mato Grosso, onde foi juiz de direito. (ALVES, 2003, p. 39)

Para Alves (2003), as características que o diferenciavam dos demais autores resultavam, sobretudo, de suas manifestações contrárias às influências regionais no processo de nacionalização da fronteira. Melo e Silva, segundo o autor, considerava a necessidade de uma imposição do nacional sobre o regional e, para tanto, a educação teria um papel importante nesse processo.

Em seus dois livros, *Fronteiras Guaranis* (1939) e *Canaã do Oeste* (1947), são deduzidas conseqüências educacionais de suas postulações gerais. São obras marcadas, do ponto de vista ideológico, pelo nacionalismo e pela eugenia. À época do Estado Novo e do movimento designado *Marcha para o Oeste*, o proselitismo realizado por essas obras encontrou um ambiente propício à sua difusão. Movido pela preocupação de nacionalizar a fronteira, Melo e Silva divisou o ‘*mestiço guarani*’ como o inimigo a ser atacado. Tipo humano predominante na fronteira, esse mestiço encarnaria todos os vícios: a preguiça, a bebida, a violência, e a indisciplina [...] A educação foi tratada por Melo e Silva como algo importante no sentido de regenerar os costumes da fronteira. Melo e Silva foi um caso excepcional. Fez considerações relativamente extensas à educação e, por isso, mereceu referência especial. Ele, sobretudo, foi um exemplo ilustrativo da idéia segundo a qual, no processo de nacionalização da fronteira, o regional deveria subordinar-se e ser metamorfoseado pelo nacional. (ALVES, 2003, p. 39-40)

Tais observações demonstram que há muito campo a ser explorado, sobretudo quando se trata da análise historiográfica, pois são escassos os trabalhos que exploraram ou tiveram como objeto o estudo da historiografia regional⁴. A lacuna é ainda maior em se tratando de estudos que abordam a história da educação na fronteira, no período aqui tratado⁵. Foi o

⁴ Dois trabalhos acadêmicos podem ser referidos. Um deles é o de Osvaldo Zorzato (1998), **Conciliação e identidade**: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983), tese de doutorado que aborda a historiografia desde a formação do IHGMT, em 1919, até os anos 1983. O outro trabalho, focado na análise da obra de Virgílio Corrêa Filho, tem como autora Vilma Eliza Trindade Saboya (1999) e se intitula **Política, história e memória em Mato Grosso**: Virgílio Corrêa Filho (1887-1973).

⁵ Nossa dissertação de mestrado acerca da educação do trabalhador ervateiro (CENTENO, 2000) e a tese de doutorado de Sílvia Brito (2001), constituem-se os únicos estudos sobre a educação na fronteira, no período aqui tratado. Sobre época mais recente, podem ser referidos a tese de doutorado de Nilce Fedatto (1995), **Educação/cultura/fronteira: um estudo do processo educativo-cultural na fronteira Brasil-Paraguai**, e os trabalhos de Jacira Helena Pereira, **Migração de estudantes na fronteira do Brasil com o Paraguai** (1997) e **Educação e fronteira: processos identitários de migrantes de diferentes etnias** (2002), dissertação de mestrado e tese de doutorado, respectivamente. Em levantamento realizado por Fedatto (2003),

que reafirmou, também, Silvia Helena Andrade de Brito (2001), cuja tese de doutorado ressaltou a necessidade de desenvolvimento de pesquisas na área da história da educação regional, por meio do que foi denominado por Saviani de monografias de base (SAVIANI, 1991), em face do estágio inicial dos estudos correspondentes em Mato Grosso do Sul. De fato, a análise da historiografia regional pode contribuir para revelar os papéis históricos de muitos autores pouco conhecidos e explorados e desvelar pistas para novas pesquisas sobre a fronteira.

Assim, Lombardi, Alves, Corrêa e Brito indicam a necessidade de realização de pesquisas científicas mais sistemáticas imbuídas desse caráter de crítica historiográfica. Nesse sentido, é que verificamos ser relevante dar continuidade aos nossos estudos sobre a fronteira, agora aprofundando a investigação relacionada à historiografia da educação nas primeiras décadas de ocupação. Nesses termos, o objetivo geral desta tese é analisar as interpretações das primeiras obras produzidas pela historiografia regional sobre a fronteira e a educação.

Mas, como bem observou Alves (2003) e Corrêa (1972), há diferenças nos aspectos informativo e analítico dessas fontes. De fato, a investigação detectou aspectos singulares nos autores, pois nem todos tiveram focos idênticos e os seus trabalhos também não apresentam o mesmo valor em termos de conteúdo, volume, registro de informações e rigor metodológico. Alguns colocaram em primeiro plano o clima de violência e a exploração do trabalhador na fronteira. Outros, o heroísmo e o pioneirismo. Há ainda aqueles que tiveram como preocupação os aspectos político-administrativos ou, até mesmo, viram a fronteira somente como limite geográfico.

Em termos metodológicos, há aqueles que tiveram rigor com as fontes e outros que não se impuseram exigências formais. Daí, esses historiadores terem sido analisados separadamente para que fossem evidenciadas as singularidades de sua produção e explicitadas as condições em que surgiram. Na verdade, essas manifestações derivaram das próprias condições vividas por esses autores, isto é, condições históricas determinadas, entendidas essas na perspectiva da Ciência da História, referencial teórico-metodológico adotado neste trabalho.

existem, em âmbito nacional, entre os anos 1991 e 2000, apenas nove trabalhos acadêmicos que tratam da educação em região de fronteiras.

A concepção adotada, no presente trabalho, parte do pressuposto de que a história não é fruto de atitudes individuais de políticos, de personalidades ou da vontade do Estado e, sim, fruto dos embates dos homens em seu conjunto. As ações e os embates humanos são determinados, em última instância, pelas necessidades materiais, pois não existe “consciência pura”, desvinculada da práxis material. Os homens, de fato, têm consciência de sua existência a partir de sua vida real. Sem essa base real é impossível essa consciência. Mas também sem essa consciência é impossível a práxis.

Entendemos a história como totalidade, tal como Marx e Engels a conceberam em **A ideologia alemã**.

Esta concepção de história consiste, pois em expor o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada (ou seja a sociedade civil em suas diferentes fases) como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas de consciência – religião moral etc – assim como em seguir seu processo de nascimento a partir desses produtos; o que permite então, naturalmente, expor a coisa em sua **totalidade** (e também, por isso mesmo, examinar a ação recíproca entre estes diferentes aspectos). (MARX, 1993, p. 55)

Nesse sentido, é necessário expor como tratamos, nesta tese, as questões regionais. De fato, se a *totalidade* é o conjunto das ações humanas, entendidas como práxis, e se na sociedade capitalista ganha uma forma universal, é preciso ressaltar que, ao abordarmos o regional, estamos nos referindo às ações humanas universais, num determinado lócus, isto é, numa determinada formação social capitalista. Mas, o mesmo movimento universal que submete todos os seres humanos ao modo de produção capitalista, produziu formas peculiares ao se deparar com condicionamentos econômicos e culturais próprios de cada região deste planeta. Essas formas assumem, portanto, a condição de formas singulares de expressão do universal; elas não são reflexos imediatos do universal, pois nem sempre revelam seus contornos mais avançados. Segundo Alves, “O singular é a manifestação, no espaço convencional, de como leis gerais do universal operam dando-lhe uma configuração específica. Universal e singular, nessa perspectiva, são indissociáveis.” (ALVES, 2003, p. 28).

Nessa perspectiva, é importante tecer considerações das condições históricas da fronteira com o Paraguai, na época referida. A ocupação do sul, onde se situa a fronteira, deu-se em época e condições diferenciadas da colonização do norte mato-grossense. A

colonização de Mato Grosso iniciou-se no século XVIII, em função da exploração aurífera, onde hoje se localiza a cidade de Cuiabá. Até as primeiras décadas do século XIX, a região sul da província serviu de passagem para as monções, expedições exploratórias e colonizadoras. Em alguns locais, a ocupação se restringiu a fortificações militares, como é o caso do Forte de Coimbra ou da Colônia Militar de Iguatemi, ambos fundados no século XVIII.

A colonização do sul de Mato Grosso e da fronteira com o Paraguai se iniciaram no segundo quartel do século XIX, com a chegada de migrantes vindos, sobretudo, de Minas Gerais e de São Paulo. Segundo Lucia Salsa Corrêa (1997), o processo migratório para essa região nos anos 1830, 1840, 1850, deu-se por meio de duas vertentes. A primeira, procedente do Norte de Mato Grosso, veio fugindo da crise política desencadeada pelo movimento nativista conhecido como Rusga (1834). Essa primeira vertente se instalou no Pantanal, nos vales dos rios tributários do Baixo- Paraguai e na região da Vacaria. A segunda vertente, constituída por mineiros e paulistas, foi a que chegou a ocupar parte da fronteira com o Paraguai, na região do vale dos rios Miranda, Ivinhema, Iguatemi e Apa, usando as áreas ali compreendidas como campos para a criação de gado.

Contudo, o desenvolvimento econômico do sul do Estado e da fronteira se deu, mais sistematicamente, após a Guerra com o Paraguai (1864-1870), em razão de um contexto histórico marcado por uma nova fase do modo capitalista de produção. Essa fase do capitalismo envolveu todo o universo, ocasionando uma nova forma de disputa por mercados.

Essa disputa impôs, igualmente, uma nova dinâmica ao capitalismo e ameaçou a hegemonia econômica da Inglaterra que, até meados do século XIX, concentrava grande parte do capital acumulado, o que lhe conferia preponderância no cenário internacional. Todavia, a partir dos anos 1870, e mais precisamente no final deste século, a Inglaterra começou a ser ameaçada por outros países como Alemanha, França, Estados Unidos e Japão que, pouco a pouco, fechavam seus mercados com barreiras protecionistas e disputavam com essa potência novos mercados de capitais e de produtos (LENINE, 1979, p. 621).

A tendência que transformou o capital concorrencial em monopólio foi apontada por Marx (1980, p. 288-297), já em meados do século XIX, no Livro III de **O Capital**. Embora

Marx tenha vivido na época de desenvolvimento da livre-concorrência, ele teria observado a contradição do sistema capitalista que estimulava a competição e que acabaria gerando a concentração. Segundo o autor, o emprego da maquinaria, com vistas ao barateamento da mercadoria, dispensava trabalhadores e diminuía o volume de trabalho a ser incorporado na mercadoria. O resultado era a queda da taxa de lucro. Para Marx (1980, p. 278) a queda da taxa de lucro e a acumulação acelerada obstaculizavam a formação de novos capitais independentes e a tendência competitiva do sistema gerava o monopólio: “A queda da taxa de lucro por sua vez acelera a concentração do capital e sua centralização, expropriando-se os capitalistas menores, tomando-se dos produtores diretos remanescentes o que ainda existia para expropriar” (MARX, 1980, p. 278).

Já vivendo à época do desenvolvimento dos monopólios e podendo estudar sua própria concretização, Lênine explicou melhor essa fase particular do capitalismo. Conforme ele, em razão da crescente disputa entre os capitalistas, as pequenas empresas não conseguiam mais competir e eram eliminadas pelas empresas mais resistentes, que passavam a controlar de modo crescente a produção. Por sua vez, a concentração da produção, numa determinada fase de seu desenvolvimento, acabava gerando o monopólio (LENINE, 1979, p. 586- 588).

Nesse processo de monopolização da produção é que surgem os cartéis, acordos feitos entre os mesmos ramos da produção para evitarem concorrentes, e os trustes, empresas monopólicas que, detendo maior capital e tecnologia, acabam absorvendo as empresas menores, suas concorrentes no mercado.

Ainda caracteriza essa fase o novo papel assumido pelos bancos que, de simples intermediários de pagamentos, passam a controlar todo capital circulante, pela junção do capital industrial com o capital bancário, surgindo, dessa forma, o capital financeiro. Da mesma maneira que o setor produtivo, os bancos também absorvem os menores e se transformam em trustes (LENINE, 1979, p. 605). Ainda de acordo com o autor, essas mudanças se iniciaram a partir da crise de 1900 a 1903, período em que o “capitalismo transforma-se em Imperialismo” (LENINE, 1979, p. 591).

A expansão e a procura por novos mercados, tanto para a Inglaterra quanto para os demais países, tornaram-se fundamentais nesse momento e causaram uma disputa cada vez mais acirrada, gerando, direta ou indiretamente, inúmeros conflitos. Um desses conflitos foi a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), causada pela resistência nacionalista do Governo

Paraguaio de Solano López ao capital inglês representado pela burguesia portenha, ligada a empresas e bancos britânicos.

No caso de Mato Grosso, essa nova fase do capitalismo impulsionou os investimentos no sul, facilitados pela liberação do Rio Paraguai à navegação. A Província de Mato Grosso, então, passou a ter maior contato com a região do Prata e com o mercado mundial, ao mesmo tempo em que via aumentar os investimentos e o afluxo de migrantes. O comércio de Corumbá, fronteira com a Bolívia e principal entreposto de Mato Grosso, dinamizou-se com a instalação de casas comerciais que intermediavam a ligação com o comércio exterior.

Nesse novo contexto, em regiões ainda pouco exploradas como as da fronteira com o Paraguai, limites logo foram demarcados para atender as necessidades de ocupação. A própria Comissão de Limites tratou de “liberar”⁶ a área ocupada por grupos indígenas, dando lugar à exploração da erva-mate. Apesar da resistência⁷, grande parte da população indígena foi incorporada ao trabalho no campo, nas fazendas de criação de gado e nos

⁶ Partindo da região do rio Apa até o Salto das Sete Quedas (Guaíra), os trabalhos da comissão foram iniciados em 16 de agosto de 1872 e terminaram em 24 de março de 1874. Grande parte do reconhecimento das terras, que permaneciam em litígio entre o Brasil e o Paraguai, foi feita pela comissão de limites. A missão de demarcação de limites e “desocupação” da área foi chefiada pelo Major Antônio Maria Coelho, que utilizou para esse fim cerca de 50 praças da infantaria e 10 de cavalaria (CENTENO, 2000, p. 104).

⁷ “As constantes correrias indígenas ameaçavam inúmeros proprietários e foram, por muito tempo, consideradas como verdadeiras barreiras para a colonização de Mato Grosso. O problema era encarado com tamanha gravidade que, no ano de 1881, o Barão de Maracaju, ao realizar um relato sobre os problemas administrativos de sua gestão ao seu sucessor, alerta sobre a extrema dificuldade em resolver os problemas dos ataques indígenas no interior. As correrias indígenas, segundo o Barão, tinham aumentado de proporção “[...] especialmente de 1854 em diante, pelo descuido dos lavradores e pela falta de resolução para persegui-los após os ataques [...]” (MATO GROSSO, 1881). Considerando os precários levantamentos realizados à época e a baixa densidade demográfica da província, o número de vítimas referentes aos ataques indígenas, relacionado pelo ex-presidente, é significativo: de 1875 a 1880 teria havido um total de 204 mortos e 43 feridos. Há várias referências na historiografia sobre a luta travada entre os primeiros “desbravadores” e os indígenas da fronteira”. (CENTENO, 2000)

Hélio Serejo pode ser apontado como uma importante referência para o estudo desse processo. Diz esse autor: “Tomaz Laranjeira, durante anos a fio, na fase difícil da implantação dos trabalhos da elaboração do mate, teve que se empenhar em duras refregas contra os índios habitantes da região, tais como: *cayuás*, *guaycurus*, *mbaiás*, *Kynuas*, *ahins*, *humegais*, *guatós*, *nuearas*, *guapís*, e mesmo os ardilosos e traiçoeiros *chavantes*, bem como os *teis* errantes. Estes silvícolas – verdadeiros donos da terra – nessa época, já faziam uso intensivo da caá [erva-mate]. Como aí viviam, embora “guerreando” entre si, achavam-se com direito de defender as *matas*, *os campos*, *as aguadas* e *os ervais nativos*. Estes aborígenes, que ocupavam a faixa da fronteira entre os rios Iguatemi e Pardo, *totalmente selvagem* – segundo vários historiadores, inclusive paraguaios – possuíam espantosa versatilidade, uma vez que, *conforme a conveniência do momento*, ora se diziam brasileiros, ora paraguaios.” (SEREJO, 1986, p. 107-108, grifos do autor)

ervais⁸, e uma pequena parte ficou confinada em reservas controladas por missionários das Igrejas Católica e Protestante.

Há também casos de grupos que foram totalmente dizimados ou se marginalizaram. Nesse processo, empresas constituídas pelo capital financeiro chegaram ao sul de Mato Grosso, monopolizando grande parte da produção. Segundo Alves (1984), com a entrada dessas empresas em Mato Grosso, iniciou-se um processo de disputa pelo controle político entre os representantes das empresas monopolistas e os das casas comerciais. Para esse autor, antes da chegada das empresas monopólicas estrangeiras, a casa comercial dominava o cenário econômico regional. Seu papel não se restringia à comercialização de mercadorias depositadas nos portos mato-grossenses, pois, também, representava os bancos, inexistentes na região, intermediando os interesses do capital financeiro, as concessões e os investimentos regionais. Após esse período, a casa comercial foi substituída diretamente pelas empresas estrangeiras monopólicas, iniciando-se, assim, uma nova etapa na história econômica do Estado. A casa comercial, desde então, procurou retomar o seu poderio, o que se expressou, até as primeiras décadas do século XX, numa luta intensa contra os representantes do capital financeiro.

No contexto da disputa entre as frações da burguesia, compreende-se o fato de a instauração da República, em Mato Grosso, ter sido muito conturbada e instável, vindo a acirrar as lutas coronelistas já esboçadas antes mesmo da mudança desse regime, sobretudo com o surgimento de outros coronéis nessa nova frente de ocupação (CORRÊA, 1995). Observa-se que após a instauração da República, os conflitos se agravaram devido às mudanças na política de concessão de terras, que, de responsabilidade do governo imperial antes, passou para a alçada dos Estados. A disputa pelo controle político, em Mato Grosso, criou um clima violento e instável por várias décadas, principalmente, após a instalação da Companhia Matte Larangeira⁹ na fronteira, empresa monopólica que explorou seus ervais

⁸ Segundo Serejo, as tribos Teis e Caiuá foram aproveitadas no trabalho dos ervais nas primeiras explorações de erva-mate: “a industrialização da erva-mate, mais se incorpora de ano para ano, com o aumento considerável de peões paraguaios e correntinos, bem como índios das tribos Teis e Caiuás. Reduzidíssimo, o número de brasileiros.” (SEREJO, 1986, p. 36).

⁹ Os ervais na fronteira de Mato Grosso começaram a ser explorados no final da Guerra da Tríplice Aliança (1864 - 1870), em uma vasta região do cone sul do Estado de Mato Grosso. Tomás Larangeira, tendo participado como fornecedor de alimentos para os combatentes desta Guerra, conseguiu, em 1882, permissão do governo imperial para explorar a erva-mate da região. Apesar de não ter sido o único a explorar ervais na região, Larangeira obteve mais benefícios e monopolizou por mais tempo essa atividade (CENTENO, 2000).

nativos¹⁰ e foi detentora de um arrendamento que teve em suas origens cinco milhões de hectares de terras. Com a afluência maior de migrantes, sobretudo de gaúchos¹¹ e paraguaios¹², os poucos espaços que sobravam começaram a sofrer especulação ou a ser sistematicamente contestados pela Companhia Matte Larangeira, que necessitava transformar esses migrantes em força de trabalho para a exploração ervateira. A dificuldade de adquirir terras na fronteira levou muitos migrantes a se dirigirem para o Paraguai¹³ ou

No ano de 1892, Larangeira se associou aos irmãos Murtinho, poderosa família de políticos locais e maiores acionistas do Banco Rio e Mato Grosso, formando a Companhia Matte Larangeira. Configurou-se, pela primeira vez em Mato Grosso, a interferência do capital financeiro na produção (ALVES, 1985, p. 31). Através do favorecimento político, essa Companhia chegou a arrendar cerca de 5 milhões de hectares, tendo sido essa área reduzida, em 1916, para menos de 2 milhões. Com sede em Buenos Aires, tornou-se uma potência na região do Prata. Essa empresa teve uma importante atuação na economia mato-grossense, chegando, até mesmo, a conceder empréstimos ao Estado. Como resultado, passou a exercer um controle político e econômico muito grande na região. Além de controlar toda a região que circundava seus domínios, esteve ligada à política local e nacional, exercendo grande influência e indicando aliados para participar das decisões parlamentares. Possuía direito e exclusividade de exploração de todos os rios e Portos que estavam em seu arrendamento, dispunha de uma estrada de ferro de sua propriedade, que ligava Guairá a Porto Mendes, e as instalações do referido porto, além de possuir polícia e moeda própria em seus domínios. Em 1929, ocorreu uma separação entre a empresa argentina e a situada no Brasil. No entanto, a maioria das ações era ainda de posse da empresa estrangeira. Após a década de 1930, devido à política nacionalista de Vargas, seus sócios procuraram nacionalizar a empresa. A década de 1930 foi desfavorável à empresa e à produção ervateira como decorrência da crise econômica e política. Afetada profundamente, o resultado foi a diminuição de suas atividades já na década de 1940. A Argentina, grande importadora da produção mato-grossense de erva-mate, ameaçava as exportações com o crescimento de suas plantações e o aumento em sua produção. Também nessa época, o governo de Getúlio Vargas passou a rever as concessões de terras em Mato Grosso, atingindo a Companhia, que monopolizava grandes extensões. Contudo, seu declínio acentuou-se após a auto-suficiência da produção dos ervais argentinos (CENTENO, 2000).

¹⁰ “Os ervais nativos estendiam-se desde a foz do rio Pardo no rio Paraná, por este até a Sete Quedas, percorrendo a linha de fronteira com o Paraguai até Ponta Porá e pela Serra de Maracaju até os limites atuais do município de Sidrolândia, daí pelo rio Pardo até a sua foz no rio Paraná.” (ARRUDA, 1986, p. 212)

¹¹ Os migrantes gaúchos se dirigiram para a fronteira a partir dos anos 1890, fugindo da crise política e econômica instalada pela Revolução Federalista de 1893, conflito que arrasou as posses de muitas famílias no Rio Grande do Sul. Vieram como produtores independentes para explorar os ervais nativos e para criar gado. Encontraram grande parte da região ocupada pela Matte Larangeira e entraram em luta pela posse da terra. Segundo Astúrio Monteiro de Lima (1978, p. 40-45), entre os anos de 1892 a 1905 ocorreu o maior afluxo de migrantes gaúchos para a fronteira. Apesar da dificuldade de encontrar dados estatísticos precisos sobre a migração gaúcha, Corrêa, sustentando-se em informações veiculadas por Barbosa, afirma que nos anos de 1893 a 1898 teriam vindo para Mato Grosso cerca de 10.000 gaúchos. (*Apud* CORRÊA 1997, p. 278)

¹² Os paraguaios começaram a migrar para o sul de Mato Grosso no final de Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), movidos pela grande instabilidade que se instalou nos anos seguintes no Paraguai. A maior parte veio pela fronteira seca e constituiu o maior contingente estrangeiro da fronteira. Era formada, sobretudo, por camponeses expropriados que, não tendo capitais para adquirir terras, transformaram-se em trabalhadores ervateiros. Muitos foram trazidos “à força” ou eram contratados no Paraguai num sistema que foi denominado na fronteira de *escravidão por dívidas* (CENTENO, 2000). Embora não houvesse controle oficial da entrada desses trabalhadores, há registros de que só a empresa Matte Larangeira mantinha cerca de 3.000 paraguaios em seus domínios. (CENTENO, 2000, p. 60-61)

¹³ Caso do italiano Eugênio Penzo, que, tendo dificuldades de fundar uma colônia em Antonio João, comprou terras no Paraguai e lá fundou seu empreendimento. (MATTOS, 2000, p. 9)

tentarem a vida em outras regiões em que o acesso à pequena propriedade ainda era facilitado¹⁴.

Os paraguaios foram a principal força de trabalho na região e os trabalhadores especializados da empresa Matte Larangeira. Eram contratados em algumas povoações da Argentina, em locais de tradição ervateira, e no Paraguai, nas povoações de Concepción, San Pedro, Villa Encarnacion, Capilla-Horqueta, Villa Rica, San Miguel, Caazapá, Caaguazú e Pedro Juan Caballero (SEREJO, 1986, p. 94). Instalavam-se nos domínios da empresa e iam contraindo dívidas sempre mais elevadas que seus salários, relação esta denominada de *escravidão por dívidas*. Essa relação foi muito utilizada não só na fronteira como em todos os locais em que as terras ainda não estavam totalmente sob controle. O trabalho compulsório, por exemplo, apesar de não expressar uma relação “desejável” numa sociedade que celebra o trabalho livre, foi a única forma que o capital encontrou para expandir e garantir a acumulação nos locais onde as terras eram livres e sem controle¹⁵. De fato, as terras já estavam sob controle no sul de Mato Grosso e no caso da exploração da erva-mate, havia outra razão para a adoção do trabalho compulsório: a necessidade de habilidade técnica no trabalho, algo que, nas origens, era um atributo exclusivo da população paraguaia (CENTENO, 2000).

Segundo Corrêa (1997, p. 286), alguns migrantes paraguaios chegavam, também, pelo porto de Corumbá, não sendo raro o retorno deles ao país de origem, quando se deparavam com a falta de apoio do governo da província. Desde a década de 1870, era preocupação do Estado incentivar a colonização de Mato Grosso através da concessão de terras a colonos vindos de outros estados ou países. Para tanto, criara, nesse período, uma Agência de Colonização no município de Corumbá, responsável por atender aos imigrantes que chegavam àquele porto (CORRÊA, 1997, p. 286). De acordo, ainda, com Corrêa, para

¹⁴ Apesar de a tendência para o desenvolvimento da grande propriedade ser inerente ao modo de produção capitalista, o fato de haver na fronteira apenas uma única empresa controlando todo o chamado cone sul do estado parece ter sido algo singular nesta região. Esse fato não ocorreu na região de Corumbá, por exemplo, logo no início de sua ocupação. Segundo Corrêa (2005, p. 43), “a ocupação do Pantanal deu-se muito mais pela disponibilidade de terras do que pelo poder aquisitivo de seus desbravadores”.

¹⁵ Em *Teoria moderna da colonização*, capítulo de **O capital**, Marx afirma que, diferentemente da Europa, o capitalismo encontrava barreiras nas colônias americanas, pois aí as terras se encontravam, ainda, praticamente inexploradas e livres. “Uma colônia livre se caracteriza por serem comuns grandes extensões de seus territórios, podendo cada colonizador transformar um pedaço de terra em sua propriedade privada e meio individual de produção, sem impedir o que vem depois de fazer a mesma coisa. Este é o segredo do florescimento das colônias quanto do mal que as devora, sua resistência à colonização do capital.” (MARX, 1984, p. 887)

efetivar seu plano de colonização, o governo provincial distribuía passagens gratuitas nos portos platinos até o porto de Corumbá. A maioria dos migrantes não conseguia se estabelecer, ou por não conseguir terras para se fixar ou por não conseguir trabalho naquela localidade e acabava retornando ou se marginalizando. Nas palavras do Agente de Colonização, os imigrantes que chegavam ao porto de Corumbá eram “uma gente pouco merecedora de favores [...] em sua quase totalidade refugo do Rio da Prata [...]” ou até mesmo “artistas e simples trabalhadores”(FONTOURA, *apud* CORRÊA , 1997, p. 286).

Os migrantes gaúchos travaram uma incessante luta para ocupar as terras cedidas por arrendamento, à Companhia Matte Larangeira. Coronéis contrários ao domínio dessa empresa se aliaram aos posseiros e a região transformou-se num barril de pólvora. Como afirmaram muitos viajantes e memorialistas, em Mato Grosso imperava a *Lei do 44*¹⁶. Além disso, fatores como o afastamento dos grandes centros econômicos, problemas de comunicação, grande extensão da fronteira seca, que permitia plena mobilidade de pessoas, bem como a dificuldade de controlar o contrabando, proporcionaram períodos bastante conturbados na vida dos habitantes fronteiriços. A violência tornou-se corriqueira e envolveu toda a população, que passou a conviver também com o banditismo. Dessa forma, o conflito aberto entre as frações da burguesia regional, desencadeado pela entrada dos monopólios e do capital financeiro em Mato Grosso, foi acirrado com a crescente migração de paraguaios e gaúchos, que desencadeou a luta pela posse da terra, no sul, intensificando os embates e a violência nas primeiras décadas do século XX.

Corrêa (1995), historiador que estudou o *banditismo* e o *coronelismo* em Mato Grosso, afirma que ambos os fenômenos eram bastante comuns na fronteira, sobretudo após o processo de ocupação. Para esse autor, as lutas armadas, bem como o *banditismo*, tiveram uma função econômica¹⁷, isto é, possibilitaram um *meio de vida*, benefícios, remunerações, desapropriações e saques para parte da população marginalizada da posse da terra e, até mesmo, para coronéis em *dificuldades* (CORRÊA, 1995, p. 60, grifo do autor).

Segundo o autor,

¹⁶ Expressão utilizada para explicar a situação de violência na fronteira, onde as desavenças e injustiças ficavam impunes e eram resolvidas pela lei do mais forte, ou seja, daquele que resolvia seus problemas com o revólver **calibre 44**.

¹⁷ Nesse ponto, é importante lembrar a discussão de Marx, realizada em **Teorias da mais-valia** (1980, p. 382-383), acerca das funções do criminoso na sociedade capitalista. Desse modo, esta análise poderia servir de parâmetro para entender o aumento da criminalidade nos dias atuais.

[...] mesmo após o término do conflito com o Paraguai, permaneceu na região mato-grossense um clima de instabilidade e violência. Isso vale dizer que, no instante da reocupação e reconstrução das áreas fronteiriças, as leis de um modo geral passaram a ser sistematicamente violadas, ou simplesmente ignoradas, dando continuidade ao *clima de guerra* e a impunidade na região. Aparecem, assim, os primeiros focos de banditismo na região sul, às vezes perfeitamente delimitados pela concentração em determinadas fazendas, abandonadas ou arrasadas pela guerra, ou através de constantes ataques a boiadeiros, mascates e aos fazendeiros que tentavam reconstruir suas propriedades. (CORRÊA, 1995, p. 29-30)

Ainda conforme o autor, mesmo após a instalação da República no Brasil, não houve mudanças substanciais nas relações sócio-econômicas em Mato Grosso. Ao contrário, o clima de instabilidade gerado pela disputa cada vez mais intensa pela posse da terra e pelo aumento do poder em âmbito local acirrou-se, dando espaço para o fenômeno político chamado *coronelismo*. Foi, inclusive, a partir desse período que se instalou na fronteira “um banditismo sem precedentes na história brasileira” (CORRÊA, 1995, p. 31).

As disputas coronelistas na região só vieram reforçar ainda mais as condições favoráveis ao desenvolvimento do banditismo, envolvendo bandidos, não raras vezes, em lutas político-partidárias locais. O relacionamento direto ou indireto, declarado ou camuflado, entre *coronéis* e bandidos tornou-se, portanto, comum a todos os movimentos revolucionários a partir de 1891, de tal forma que, em relação a Mato Grosso, ambos os fenômenos *coronelismo* e banditismo não podem ser compreendidos separadamente. (CORRÊA, 1995, p. 32)

De fato, a relação coronel-bandido fora sempre contraditória. O envolvimento de bandidos nos processos *revolucionários* teve desdobramentos imprevisíveis, que escaparam ao controle dos coronéis. Estes tiveram que enfrentar seus ex-aliados, que se tornavam independentes dos seus antigos *chefes*. Para sobreviver a esse *clima*, era obrigatório andar armado; era raro alguém não dispor de armamento nas fazendas ou deixar de portar armas em situações bastante corriqueiras.

No que se refere à educação, grande parte da população não tinha acesso à escola, já que dissolvida num imenso espaço rural e concentrada na produção da erva-mate e na criação de gado. Na fronteira, a composição social envolvia fazendeiros, pequenos proprietários de terras e trabalhadores rurais. Para estes últimos, nem se colocava a necessidade de escolarização, uma vez que a educação se dava no próprio trabalho. As poucas iniciativas de implantação de escolas partiam de fazendeiros e pequenos proprietários, que se uniam para atender às famílias próximas. A ajuda estatal vinha, sobretudo, dos governos municipais e, em escala quase desprezível, do governo estadual.

Houve épocas, durante as décadas de 1910 até 1940, que a ínfima população escolarizada constituída por crianças brasileiras da fronteira, em boa parte era atendida pelas escolas dos municípios paraguaios da divisa. Para tanto, bastava à população atravessar a fronteira seca.

A partir da Revolução de 1930, algumas alterações de ordem sócio-econômica vieram modificar, em parte, o quadro de instabilidade na fronteira. Desde o início do Governo Vargas foi traçado um programa¹⁸ que, segundo o discurso oficial, visava a aumentar a presença do Estado em todos os setores da vida nacional, para superar o grave desequilíbrio econômico causado pela queda de preços do café, prevenir o país contra outras possíveis crises e, sobretudo, integrar a nação e defender a sua soberania.

Segundo Corrêa (1995, p. 40), as medidas que refletiram a proposta centralizadora do Governo Vargas foram sentidas na região, depois da instauração do Estado Novo e mais especificamente após o ano de 1939, quando se iniciaram o desarmamento na região e a perseguição a bandos e bandidos. Com as novas medidas, o poder dos coronéis foi desarticulado, evidenciando as novas determinações do Estado no Brasil. É importante ressaltar que, em se tratando das políticas de centralização do Governo Vargas, elas se tornaram mais sistemáticas com o Estado Novo, a partir de 1937, quando “o Estado, segundo a ordem nova, é a Nação, e **deve prescindir, por isso, dos intermediários políticos**, para manter contacto com o povo e consultar as suas aspirações e necessidades” (VARGAS, 1938, vol. V, p. 123, grifos nossos).

Analisando as políticas de nacionalização da fronteira, Brito (2001, p. 194) afirma que há vários recortes e interpretações sobre a questão nacional, devendo observar-se que ela esteve presente “de formas diversas e em distintos graus” bem como se transformou em objeto de luta incorporada por vários matizes ideológicos. Ao analisar as políticas engendradas no Governo Vargas, por exemplo, essa autora afirma ser necessário sair do campo abstrato e “qualificar-se mais precisamente de que nacionalismo o governo Vargas falava e que propostas nacionalistas levou adiante em sua prática política” (BRITO, 2001, p. 194).

Segundo Brito (2001, p. 204), a política traçada pelo Governo Vargas manteve-se mais autônoma até o ano de 1939 e após esse período o governo não teve outra saída a não ser aceitar o capital externo, embora controlado nacionalmente: “Nestes termos, o

¹⁸ Ver os principais pontos do *Programa de Reconstrução Nacional* (VARGAS, 1938, vol. I, p. 72-73).

nacionalismo do governo Vargas esteve sempre muito mais relacionado com as preocupações em torno da questão da unidade nacional do que preocupado em contrapor-se ao capital estrangeiro” (BRITO, 2001, p. 207).

É preciso ressaltar que a centralização das políticas foi reflexo de um processo mais amplo de crise do capital monopolista, a qual resultou no aumento da competição em âmbito mundial, bem como nas novas conformações do Estado burguês que passou a intervir mais diretamente na economia. Essa crise refletiu-se nas políticas traçadas pelo Governo Vargas, que tomou várias medidas visando proteger ao mercado interno. Além de criar mecanismos de desenvolvimento, o Governo Federal foi obrigado a assumir as dívidas dos Estados¹⁹ ou controlá-las de perto²⁰. No caso de Mato Grosso, o controle sobre as finanças resultou numa política de contenção de gastos enfrentada pelos interventores, sobretudo nos seus sete primeiros anos (BRITO, 2001, p. 30-33).

Além disso, a crise do capital após 1930 refletiu-se em Mato Grosso, do que dá provas à queda da comercialização da erva-mate, da borracha e, sobretudo, dos produtos ligados à pecuária, principal base econômica do Estado (BRITO, 2001, p. 27). Na fronteira com o Paraguai, essa crise se intensificou não somente em razão da conjuntura econômica mundial, mas também motivada pela crescente auto-suficiência da produção da erva-mate na Argentina, principal mercado do produto mato-grossense. Essa foi uma das crises mais agudas²¹ enfrentada pela Matte Larangeira e pelos pequenos proprietários que dependiam

¹⁹ “O pagamento do 3º Funding é amortizado a partir de 1934. Nesse momento o Governo federal está comprometido mais seriamente com o estrangeiro, pois tinha encampado as dívidas municipais e estaduais.” (CARONE, 1974, p. 70)

²⁰ “Estamos empenhados, como já foi dito, na reorganização econômico-financeira de todo o país, portanto, também, dos Estados e Municípios. Inspira-nos um programa nacional de harmonia e não de dispersão. A União tem de se restabelecer, curando, ao mesmo tempo, todos os seus elementos componentes. Entre o governo Provisório e os interventores, entre estes e os prefeitos municipais, deve haver identidade de diretrizes na ordem financeira, administrativa e econômica. Cumpre a todos seguir o mesmo rumo, para uniformidade do esforço e semelhança dos resultados.” (VARGAS, 1938, vol. I, p. 244)

²¹ Athamaril Saldanha (1986, p. 500) afirma que a crise foi também especulativa, com uma baixa de um terço no valor da mercadoria: “como os preços oferecidos correspondiam à metade do valor do custo da produção, não se achou outra forma que a suspensão da produção, o que resultou um verdadeiro pânico na região, que vivia exclusivamente do mate. Assim, todos os veículos motorizados foram encostados e retornou-se ao uso da carreta e cavalos como meio de transporte. Para muitos a situação era insustentável, ocorrendo mesmo casos de abandono de propriedades. Alguns mais resolutos continuaram a produzir pequenas quantidades, com trabalho exclusivo dos familiares e aceitaram os preços oferecidos, cujo produto agora já não era pago a vista, porém lhes era exigida a compra de 50% em mercadorias. A Mate Larangeira, continuava normalmente a sua produção e a exportação do mate produzido em seus ervais particulares, mas como medida de socorro, passou a adquirir mate dos seus amigos mais chegados, pagando a vista um preço superior a 150% ao que era oferecido no mercado. Daí a dúvida se a crise não teria sido mais especulativa.” (SALDANHA, 1986, p. 500)

da Companhia para vender a erva cancheada²². Não menos importante, foi a gradativa perda de controle político dos grupos que apoiavam a empresa a partir de 1930. Segundo Brito (2001, p. 40-41), as mudanças estruturais, de base econômica, trouxeram mudanças na estrutura social e, com ela,

[...] o progressivo enfraquecimento de representantes políticos dos grupos que tradicionalmente vinham dirigindo o Estado em todo o primeiro período republicano, como era o caso das famílias Murinho, Paes de Barros, Ponce, entre outras, e, por outro, o fortalecimento de outras facções, inclusive algumas que não se constituíram, pelo menos inicialmente, como grandes proprietárias de terras, marca característica da classe dominante no Estado, durante a República Velha. Entre os primeiros estavam, inclusive, os políticos ligados aos interesses da Companhia Mate Laranjeira – como foi o caso da família Murinho – e os usineiros. Estes últimos, representando um setor da economia mato-grossense que se organizara principalmente a partir da década de 70 do século XIX, estivera ligado aos grupos dominantes que controlaram o Estado até 1930 e foi um dos primeiros a sentir a ação *moralizadora* do movimento revolucionário. Entre os segundos, estavam grupos de fazendeiros que se tornaram importantes, do ponto de vista econômico, sobretudo na região Sul do estado, em grande parte pelo sucesso alcançado no criatório bovino daquela parte de Mato Grosso, naqueles anos. Foi o caso, entre outros, dos Barbosa Martins, dos Coelho Machado e Dolor de Andrade, de Campo Grande, dos Alves Ribeiro, de Aquidauana e da família Barros, esta última sediada no município de Corumbá, na região do Pantanal da Nhecolândia. Quanto à outra parte deste segundo grupo, seus membros mais representativos pertenciam à família Müller, que alcançou grande influência em todo Mato Grosso e inclusive no país, principalmente em razão de sua marcante atuação na burocracia estatal. (BRITO 2001, p. 40-41)

A fração de classe que representou a Companhia Matte Larangeira, também, sentiu a ação *moralizadora* do estado centralizador de Vargas²³. Este passou a interferir na política dos Estados, extirpando o poderio da burguesia regional, isto é, do *caudilhismo*

²² O processo de fabricação do mate se divide em duas etapas: cancheamento e beneficiamento. O cancheamento é feito no campo, obedecendo a vários processos, como a poda, a secagem e a trituração inicial. O processo de beneficiamento consiste na classificação da erva, na mistura, em novo processo de moagem e, finalmente, na embalagem do produto para ser destinado ao mercado. No caso da companhia, o cancheamento era realizado em Mato Grosso, nos próprios locais onde se encontravam os ervais nativos. O processo de beneficiamento era realizado na Argentina, assim como sua distribuição (CENTENO, 2000).

²³ “A primeira investida contra os *velhos coronéis* ocorreu logo com o primeiro interventor no estado de Mato Grosso, o coronel do exército Antonino Mena Gonçalves (03.11.30), cuja atuação atingiu mais duramente alguns dos principais líderes nortistas. Já o segundo momento que caracterizou uma verdadeira demonstração de força do poder central sobre o poder local, foi o desarmamento dos *coronéis* do sul do estado, a partir do ano de 1937” (CORRÊA, 1995, p. 134, grifos do autor). A perseguição a coronéis não se restringiu a Mato Grosso, tendo ocorrido em outros Estados, a exemplo da Bahia: “Entre novembro de 1930 e janeiro de 1931 é enviada expedição militar para Lavras Diamantinas (Bahia), são apreendidas armas e muitos coronéis são presos.” (CARONE, 1974, p.161)

*provinciano*²⁴. Os antigos coronéis, mesmo não tendo como interferir diretamente na indicação dos interventores, ainda tinham o controle dos cargos administrativos estaduais e municipais (CARONE, 1974, p. 156). Contudo, no que diz respeito à concessão de terras na fronteira com o Paraguai, foi bastante dificultada a interferência do Governo Federal em face dos interesses da Companhia Matte Larangeira.

Assim, o poder dos coronéis, que, no passado, lhes assegurara autonomia política em relação à concessão de serviços, de terras, etc., foi transferido para a União. Alterações profundas de ordem sócio-econômica vinham se tornando sensíveis já na década de 1920, a exemplo da intensificação da migração, da criação de novos centros urbanos, da penetração da estrada de ferro no sul do Estado, da instalação de indústrias como os saladeiros, da formação de novos grupos econômicos e de camadas sociais médias. Essas alterações ensejaram a mudança de comportamento político dos coronéis, que foram abandonando a luta armada como estratégia de poder, ainda que mantivessem certas práticas de mandonismo local.

Na fronteira com o Paraguai, várias foram as políticas traçadas que refletiram a posição do Governo Vargas. Dentre elas, destacam-se a implantação da pequena propriedade por meio de colônias agrícolas, o controle das empresas de capital estrangeiro, o controle das terras e concessões na faixa da fronteira, bem como a imposição para que as empresas mantivessem uma cota de dois terços de trabalhadores brasileiros empregados.

A questão do controle de estrangeiros trabalhadores, na fronteira, foi reflexo das medidas visando à centralização em relação ao trabalho, pois, efetivamente, era grave o problema do desemprego nos anos 1930. A questão social foi, inclusive, uma das preocupações centrais do Governo Vargas, desde quando, em meio à grave crise assumiu a direção do país. A presença do Estado, nesse sentido, não só interferiu na nacionalização do trabalho, mas criou, também, todo um aparato legislativo para assegurar paz nas relações trabalhistas, substituindo, nos dizeres de Carone (1974, p. 133), “o velho e negativo conflito

²⁴ Contudo, até 1937 é possível perceber ainda uma política conciliadora do governo central para com os grupos regionais. Estes últimos, mesmo não tendo como interferir totalmente na indicação dos interventores, ainda tinham o controle dos cargos administrativos estaduais e municipais (CARONE, 1974, p. 156). Segundo Brito: “[...] no momento de transição, representado pelos primeiros anos da década de 30, especialmente até 1937 – ou seja, enquanto o quadro econômico e político do Estado ainda não se havia delineado totalmente –, a atuação do governo central foi no sentido de manter-se *equidistante* das constantes disputas ocorridas em Mato Grosso [...]. Inicialmente, o governo Vargas fez algumas tentativas conciliatórias, nomeando interventores que não pertenciam aos quadros políticos mato-grossenses, ou, como sempre era frisado pelos políticos locais, não eram *filhos da terra*.” (BRITO, 2001, p. 42-43)

de luta de classes pelo conceito novo de colaboração das classes”. Ou seja, o capital tem interesse na organização da força de trabalho controlada pelo Estado. Dizia Vargas: “No que concerne à questão social, considerada, anteriormente, simples ‘caso de polícia’, possuímos, agora, legislação moderníssima, que integra o operário na comunhão humana, de que estava divorciado pela cegueira e desinteresse criminoso dos dirigentes” (VARGAS, 1938, v. III, p. 242). Como afirma Nelson Jahr Garcia (1982), a legislação trabalhista visava a desmobilizar o operariado, garantindo um intenso processo de acumulação, agora via industrialização e desenvolvimento interno.

No caso da nacionalização do trabalho, foram implantadas medidas de controle da entrada dos estrangeiros desde o Governo Provisório de Vargas, que considerou *urgente* uma tomada de posição acerca do *problema dos sem-trabalho*.

A providência inicial, julgada urgente, consistiu em limitar a entrada, no país, de **estrangeiros desprovidos dos necessários recursos** para as primeiras despesas e sem colocação assegurada. Era uma medida acauteladora dos males do problema dos **sem trabalho**, felizmente inexistente entre nós (VARGAS, 1938, p. 142, grifos nossos).

O temor dos *sem-trabalho* resultou na instituição do Decreto n°. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, a chamada Lei dos Dois Terços, que exigia a manutenção nas empresas instaladas no Brasil de pelo menos dois terços de trabalhadores brasileiros natos: “O livre acesso, em momento de crise, de elementos alienígenas poderia agravar as condições, senão angustiosas, pelo menos, precárias do trabalho nativo” (VARGAS, 1938, p. 142).

De fato, o *selecionamento* foi bem especificado pelo Ministério das Relações Exteriores com a proposta de “limitação da imigração de passageiros estrangeiros de *terceira classe*” (VARGAS, 1938, vol.III, p. 216, grifos nossos). Segundo a Comissão encarregada de elaborar a Legislação sobre Estrangeiros, a imigração era necessária e positiva, mas no século XX tinha que ser controlada pelo Estado: “a distribuição de terras gratuitas desapareceu de quasi a parte”, já que nos demais países já se faziam “restrições especiais a certas *raças*, grupos ou categorias de pessoas” (RELATÓRIO..., 1940, p. 586, grifos nossos). Para Vargas (1938, vol. III, p. 143), “as exigências da lei [nacionalização do trabalho] não prevalecem para a entrada do trabalhador estrangeiro chamado pelos serviços de agricultura dos estados ou pelos proprietários de terras ou empresas de colonização”. Como se observa, a restrição a estrangeiros de *terceira classe* e determinadas *raças* era

dirigida para quem não tinha capital ou destino definido²⁵. Além disso, a *terceira classe* englobava também os estrangeiros ligados a movimentos operários socialistas, que começaram a ser expulsos do país a partir de 1931, quando se iniciou a política de esfacelamento das lideranças operárias (CARONE, 1974, p. 144).

A Lei de Nacionalização da força de trabalho acabou atingindo a Companhia Matte Larangeira, que tinha no seu quadro de funcionários e ervateiros grande parte de trabalhadores estrangeiros. Embora a Lei dos Dois Terços isentasse a “lavoura, a pecuária e as indústrias extrativas da exigência de dois terços de brasileiros natos” (VARGAS, 1938, vol. III, p. 143), no ano de 1931, segundo Arruda (1989, p. 22), a empresa teria contratado trabalhadores em São Paulo e Rio de Janeiro com a ajuda do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a fim de cumprir a lei. De acordo com informações retiradas do **Jornal do Comércio**, os trabalhadores não quiseram se sujeitar aos duros trabalhos de abrir estradas e à elaboração da erva-mate, que exigia habilidade além de muita resistência física. Esses trabalhadores, segundo Guillen (1991, p. 39), foram chamados pelo **Diário de Notícias** do Rio de Janeiro de “vagabundos a altamente perigosos”. Ainda, conforme Guillen (1991, p. 153), a referida lei foi abrandada em 1940, quando se permitiu a entrada de latino-americanos dos países limítrofes. Mas uma carta de Fernando Jorge Mendes Gonçalves, filho de Heitor Mendes Gonçalves²⁶, gerente da companhia no Brasil, informava que esta, ainda no ano de 1941, deparava-se com a exigência da nacionalização de seus trabalhadores.

Estiveram aqui (Campanário²⁷) 5 oficiais chefiados pelo Cap. Dória que é um admirador seu e que foi meu instrutor no Colégio Militar [...]. Visitaram as nossas instalações e não pouparam elogios a tudo que viram [...]. Quanto a maioria dos trabalhadores paraguaios, fizemos ver que era uma necessidade e que nós não constituímos exceção. Explicamos enfim o nosso esforço em ir nacionalizando aos poucos com a geração nova, nascida e criada aqui, pois, são os únicos que poderão adaptar-se ao serviço (GONÇALVES, 1941 *apud* BIANCHINI, 2000, p. 179).

Além da Lei dos Dois Terços, a Constituição de 1934, no seu artigo 166, afirmava que dentro de uma faixa de 100 quilômetros, ao longo das fronteiras, o capital empregado e os trabalhadores deveriam ser predominantemente nacionais nas indústrias, inclusive de

²⁵ Trabalhadores já contratados por empresas de colonização, comuns à época.

²⁶ O capitão Heitor Mendes Gonçalves era sobrinho de Francisco Mendes Gonçalves, diretor-presidente da empresa. Na década de 1920, assumiu a administração geral da empresa em Mato Grosso.

²⁷ Sede em Mato Grosso e espécie de “cidade” projetada pela Companhia Matte Larangeira.

transporte, pois isso interessava à segurança nacional. Esse artigo ainda determinava que a concessão de terras, na referida faixa, não poderia ser feita sem a audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional.

A Matte Larangeira começou a enfrentar maiores problemas em relação ao arrendamento a partir da implantação do Estado Novo, que radicalizou seu discurso acerca dos latifúndios. A Constituição de 1937, por exemplo, no seu artigo 155, proibia a concessão de terras com área superior a dez mil hectares sem a autorização do Conselho Federal, composto por representantes dos Estados e dez membros nomeados pelo Presidente da República. Outro dispositivo da referida Constituição, o artigo 165, determinava o aumento dos limites da faixa de fronteira para cento e cinquenta quilômetros, mantendo o controle do Governo Federal e a obrigatoriedade de consulta ao Conselho Superior de Segurança Nacional quando da concessão de terras dentro dessa área. Além disso, esse artigo obrigava que as indústrias e trabalhadores lá instalados fossem, predominantemente, de origem nacional. Em relação ao seu capital, a empresa que explorava os ervais mato-grossenses tratou de vender as ações correspondentes para a empresa Matte Larangeira Mendes Sociedade Anônima de Comércio e Indústria, com sede social em Buenos Aires, responsável pelo beneficiamento e distribuição do mate na Argentina, então detentora da maior parte das ações da Companhia Matte Larangeira, situada no Brasil (ATA 52, 1937 *apud* BIANCHINI, 2000, p. 164). Quanto à concessão, de fato não houve nenhuma modificação expressiva, tendo a companhia articulado para prorrogar o período do arrendamento. Essa concessão foi autorizada pelo Interventor de Mato Grosso, no ano de 1937 (GUILLEN, 1991, p. 36; ARRUDA, 1989, p.27). Logo, continha alguns limites à política de centralização efetivada no Governo Vargas, sobretudo a que envolvia a concessão de terras, já que não era tão simples assim interferir no poder econômico de certos grupos, como foi o caso da Companhia Matte Larangeira.

Tratando da política de colonização do Governo Vargas, ainda, e como desdobramento da *Marcha para Oeste*, foram criados, em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei n.º. 5.812, o Território Federal de Ponta Porã²⁸, e, logo a seguir, em 28 de outubro do mesmo ano, pelo Decreto n.º. 5.941, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados –

²⁸ O Território Federal de Ponta Porã foi criado pelo Decreto Lei n.º. 5.812, de 13 de Setembro de 1943, e extinto pela Constituição Federal de 1946. Era composto pelos seguintes municípios: Ponta Porã (capital), Bela Vista, Nioaque, Maracajú, Dourados, Miranda e Porto Murtinho.

CAND. O território foi comemorado por grande parte da população do sul de Mato Grosso, em razão da possibilidade de aumento dos investimentos na região, inclusive pela fração da burguesia ligada aos pecuaristas sulinos, que desejavam a separação do norte do estado. Para Martins [197-, p. 117], um dos representantes dos pecuaristas sulinos deste período, a criação deste Território foi motivada pela dificuldade criada pelo Governo do Estado para a instalação da CAND.

Esta colônia deveria ter sido criada antes, mas, como declarou o despacho presidencial, de 19 de fevereiro de 1942, ‘Não querendo o Estado fazer cessão das terras escolhidas (que eram em Dourados) pelos técnicos do Ministério da Agricultura, não pode ser criada a Colônia’. Instalado o Território Federal de Ponta Porã [...] a Colônia foi criada em Dourados, conforme indicação do Ministério da Agricultura (MARTINS, 197-, p. 117).

Num estudo sobre a política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso, Oliveira (1999, p.162) conclui que o Território Federal de Ponta Porã teria sido uma das estratégias para eliminar a Matte da região. Essa autora lembra o fato de que as primeiras colônias agrícolas nacionais datam de 1941, corroborando a impressão de que teria havido resistências para a implantação de uma colônia agrícola em Dourados, no sul do Estado, ocorrida somente após a instalação do Território.

Se o trabalho, como foi visto, era um dos problemas capitais para Vargas, ou seja, a falta dele, a ocupação dos espaços vazios do oeste poderia amenizar esse problema, ocupando os desempregados e evitando a miséria nos grandes centros. Esse foi inclusive um dos principais argumentos para defender a ocupação dos espaços vazios e a implantação da pequena propriedade nos Estados que possuíam extensos latifúndios.

É importante lembrar que a política que visava extinguir o latifúndio já havia sido delineada pela Plataforma da Aliança Liberal, no *Programa de Reconstrução*²⁹, em 1930, quando Vargas ainda era candidato à Presidência. Dentre as medidas traçadas nesse *Programa*, definia-se a promoção *sem violência da extinção progressiva do latifúndio*, “protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional” (VARGAS, 1938, vol. I, p. 73).

²⁹ O *Programa de Reconstrução* está esboçado no volume I da obra **A nova política do Brasil** (VARGAS, 1938, V. I).

Esse pensamento ficou mais definido e objetivado a partir do ano de 1938, quando Vargas lançou a campanha *Marcha para Oeste*. A campanha, para Vargas, visava a

Galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. (VARGAS, vol. V, p. 124)

A *Marcha* objetivava resolver o problema das *peculiaridades* do Brasil, país onde ainda existiam fronteiras distintas: uma definida politicamente, por seus limites territoriais, e outra traduzida na sua *mobilidade*, isto é, uma fronteira móvel que traduzia “a expansão do território integrado no sistema nacional de produção dentro da área política” (VARGAS, 1938, vol. V, p. 163). Era preciso, dessa forma, lançar mão do *imperialismo brasileiro*, isto é, realizar uma expansão demográfica e econômica dentro do próprio território.

O imperialismo do Brasil consiste em ampliar as suas fronteiras econômicas e integrar um sistema coerente [...] o sertão, o isolamento, a falta de contacto são os únicos inimigos temíveis para a integridade do país. Os localismos, as tendências centrífugas, são o resultado da formação estanque de economias regionais fechadas (VARGAS, 1938, p. 164).

A *Marcha para Oeste* se incluía, portanto, nesse pensamento. Ela teria, para Vargas, a mesma missão que as bandeiras tiveram no século XVIII: incorporar ao sistema econômico aquelas regiões afastadas do litoral, como era o caso de Mato Grosso (VARGAS, vol. V, p. 124).

É possível explicar a radicalização das propostas do Governo Vargas, nesse período, em vista da crise econômica internacional que se encaminhava para uma nova guerra mundial. A crise econômica e a ameaça de guerra provocaram preocupações relacionadas com a defesa das fronteiras, com os imperativos estratégicos de segurança nacional. O Estado Novo procurou resolver o problema criando mecanismos de centralização das políticas, traçando estratégias para a expansão de mercados e fomentando a pequena propriedade por meio de projetos de colonização, de forma a ocupar os espaços afastados, vazios, que viviam ainda na “fase colonial”, como era o caso de Mato Grosso³⁰.

Além das medidas impostas pela legislação atinente à fronteira, a preocupação com a questão fundiária levou o Estado Novo a criar, no ano de 1939, a Comissão Especial de

³⁰ “[...] uma parte dos brasileiros vive em condições de vida peculiares à fase colonial, enquanto a outra mostra uma evolução econômica acelerada. Exemplos exatos dos dois tipos encontramos nas unidades federais de São Paulo e Mato Grosso” (VARGAS, 1938, vol. V, p. 163).

Revisão de Concessões de Terras na Faixa de Fronteiras (CEFF)³¹, diretamente subordinada ao Presidente da República e ao Conselho de Segurança Nacional. A referida Comissão tinha como incumbência a promoção da pequena propriedade, criando condições para estabelecer colônias agrícolas na região. Mais tarde, no ano de 1940, suas atribuições foram aumentadas³², de molde a abarcar a realização de estudos e pareceres sobre instalações de empresas, implantações de vias de comunicações e meios de transporte na faixa fronteira.

Após essa necessária digressão, diga-se que o pedido de renovação do contrato de concessão do arrendamento, firmado pela Companhia Matte Larangeira, mesmo com a anuência da Interventoria, recebeu parecer contrário do Conselho, e, após o ano de 1942, Getúlio Vargas negou a autorização de que necessitava (GUILLEN, 1991, p. 41). Contudo, a empresa se manteve na região ainda neste período.

Já no intervalo em que a fronteira esteve sob jurisdição do Território Federal, Vargas negou novamente, através do despacho publicado no Diário Oficial de 01.02.1944, a renovação do contrato (ROSA, 1962, p. 86), reforçando, assim, a recomendação anterior da presidência da CEFF para que se executasse a extinção do arrendamento (GUILLEN, 1991, p. 41). Segundo Rosa (1962, p. 86), vários lotes de terras foram concedidos pelo Governador do Território, Ramiro Noronha, nas áreas ocupadas pela empresa.

Mas a concessão dos ervais à Matte permaneceu na região, de fato, até o ano de 1947, pois, segundo uma entrevista concedida pelo ex-Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, nos anos 1980, teria ocorrido apenas nesse ano o encerramento do contrato de arrendamento com a empresa, que, ainda nesse período, explorava uma área de cerca de dois milhões de hectares (FIGUEIREDO, 1987 *apud* RIBEIRO, [199-]). No entanto, parece haver algum erro nos cálculos de Figueiredo, pois se a empresa já perdera parte de seu território com a concessão de lotes pelo Governador do Território Federal e com a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que ocupava uma área de duzentos e sessenta e sete mil hectares³³, como admitir uma extensão de dois milhões de hectares ainda explorada pela companhia? Em relação ao encerramento do contrato em referência, nada foi encontrado de significativo nas mensagens encaminhadas por seu Governo à

³¹ Criada pelo Decreto-Lei nº 1164, de 18 de março de 1939 (BRITO, 2001, p. 212).

³² Ver os decretos-leis nº. 1968 e 2610 (BRITO, 2001, p. 213).

³³ O decreto nº. 5.941, de 1943, que previa a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, determinava a demarcação de uma área não inferior a trezentos mil hectares, contudo a área ficou limitada a 267.685 ha. e 8.798 m² (SANTOS, 2000, p. 52).

Assembléia. Há, apenas, uma estimativa mais realista na Mensagem de 1950, que afirma terem sido liberadas pela *exploração ervateira* mais de um milhão de hectares de terras.

No Sul, com o desembaraço das áreas anteriormente prezas à exploração ervateira liberou-se ao povoamento espontâneo e à colonização da iniciativa particular mais de um milhão de hectares de terras agricultáveis nos municípios de Dourados, Ponta Porã e Amambai, que hoje se transformam na procura mais desusada da história do povoamento espontâneo do interior brasileiro. (MATO GROSSO, 1950, p. 4-5)

Outra observação importante diz respeito ao fim do arrendamento. Apesar de a empresa ter usado sua influência junto a políticos para se manter nos ervais, após o fim do Governo Vargas parecia haver uma espécie de consenso acerca de sua extinção. No mesmo depoimento comentado, Arnaldo Estevão de Figueiredo afirmou não haver discordâncias com relação à perda da concessão dos ervais, de nenhuma parte e, surpreendentemente, até mesmo da referida empresa.

O contrato de arrendamento dos ervais chegava ao seu término e a população fronteiriça, como a de todo Estado, instava pela liberação da grande área em poder da Empresa Mate Laranjeira (sic). A solução imediata da questão estava no consenso geral dos mato-grossenses, da sua opinião pública e do apoio unânime da Assembléia a favor do arquivamento do contrato, sem nenhuma margem de prorrogação.

Não houve maiores esforços para atingir este desiderato, pois que os próprios diretores da empresa, nas pessoas do Capitão Heitor Mendes Gonçalves o Dr. Anibal de Toledo manifestaram no Alencastro³⁴ sua plena concordância com a decisão esperada. (FIGUEIREDO, 1987 *apud* RIBEIRO, [199-], p. 365)

Certamente, a empresa teria concordado com o encerramento do arrendamento devido à crise de exportação do mate. Por outro lado, como a Matte era uma empresa monopolista, ligada ao capital financeiro e aos negócios da Argentina, era possível que tivesse estendido seus investimentos a outros setores³⁵, até mesmo ao mate produzido na Argentina.

Outra questão de ordem econômica também foi significativa para a retirada dessa empresa do setor de erva-mate em Mato Grosso. Como foi visto, mesmo com a instalação de pequenos proprietários na região, o mate ainda era controlado e monopolizado comercialmente pela Companhia. Mas, em vista da crise econômica do pós-1930 e, sobretudo, com a queda nas exportações para a Argentina, o governo federal implantou, em

³⁴ Palácio do Governo do Estado de Mato Grosso.

³⁵ No Brasil, a partir da década de 1950, a Companhia passou a investir em atividades agropecuárias (SANTOS, 2003, p. 3).

1938, o Instituto Nacional do Mate, que visava proteger o mercado nacional e controlar preços. Segundo Brito (2001, p. 37), o diretor da Companhia Matte Larangeira manifestou a discordância desta empresa com a criação do Conselho Nacional do Mate e com sua política de uniformização da produção e comercialização, que taxava o mate cancheado em 50 réis, acabando por proteger os produtores paranaenses que beneficiavam a erva. Haveria, de fato, uma disputa pelo mercado entre os industriais instalados no Paraná, maior produtor de erva-mate do país, e a empresa que monopolizava o mate em Mato Grosso. Para Lenharo (1985, p. 66), a sobretaxação do mate cancheado e a proteção e incentivo da produção industrializada visavam “quebrar os vínculos que a Matte mantinha com os moinhos argentinos que industrializavam a matéria-prima brasileira”. Lenharo ainda aponta uma outra questão acerca do processo de ocupação da fronteira, nesse período, que merece maiores investigações. Segundo ele, o historiador paranaense Ruy C. Wachowicz teria sugerido que interesses de companhias colonizadoras gaúchas encontravam-se subjacentes à criação dos territórios federais de Iguazu e Ponta Porã (LENHARO, 1985, p. 66).

Mesmo com a retirada da companhia do setor de erva-mate, parece ter continuado a disputa entre os pequenos produtores de Mato Grosso e os industriais do Paraná. No ano de 1949, o deputado estadual Jary Gomes, representante mato-grossense na Junta Deliberativa do Mate, expunha os motivos de os produtores de seu Estado serem contrários à instalação, em Ponta Porã, de uma grande exportadora do Paraná, a Indústria Brasileira do Mate Cia. Ltda, em razão do sistema de quotas adotado pelo Instituto Nacional do Mate:

A ‘Indústria Brasileira do Mate Cia Ltda’ voltou a insistir na instalação em Ponta Porã, de uma indústria ervateira, encontrando forte oposição por parte dos produtores e exportadores – representados pelo Sr. Aral Moreira e a Somate. Segundo os entendimentos, não se trata de proibição à entrada de mais uma indústria ou de mais um comerciante de mate, mas da falta de ‘quota’, - a qual só seria obtida a custa do sacrifício de outros produtores. (GOMES *apud* MATO GROSSO, 1949, p. 16)

Gomes ainda expunha outras razões para a recusa da instalação dessa empresa em Mato Grosso: ela “iria introduzir no estado o mate paranaense, com graves prejuízos para os produtores matogrossenses” (GOMES, *apud* MATO GROSSO, 1949, p. 16).

Ainda sobre as concessões realizadas pelos interventores, à revelia das determinações de Vargas, importa mencionar algumas considerações levantadas pela historiadora Odaléa Bianchini sobre *troca de favores* entre os referidos interventores e a Matte. Num estudo sobre a Companhia e a ocupação de terras no sul de Mato Grosso, essa

autora analisou as atas de reunião de sua diretoria entre os anos 1929-1939. Na documentação disponibilizada, é possível observar a referida *troca de favores* entre o poder público e esta empresa, o que dificultava uma tomada de posição mais incisiva dos Interventores no que diz respeito à concessão dos ervais. Além dos empréstimos ao Estado de Mato Grosso nos anos 1926, 1928, 1930³⁶, herdados pelos interventores, e que, somados e acrescidos de juros, eram superiores à receita arrecadada pelo Estado no primeiro semestre de 1935 (BIANCHINI, 2000, p. 148), haveria, ainda, “um acordo entre este estado e a Companhia, para que pudesse ser realizado um emprestimo entabolado (sic) com o Banco do Brasil, da quantia de seis mil contos de réis” (ATA 22, 1931, *apud* BIANCHINI, 2000, p. 147). Esse empréstimo era solicitado pelo Governo do Estado e avalizado pela companhia. Segundo Brito (2001, p. 31), o referido empréstimo foi realizado no governo de Arthur Antunes Maciel e teve como contrapartida a penhora de todas as contribuições devidas ao Tesouro Estadual pela Companhia Mate Larangeira, via imposto de exportação, acrescido do montante por ela devido decorrente do arrendamento dos ervais.

É importante chamar a atenção para o fato de que as medidas para a implantação da pequena propriedade, no Governo Vargas, não foram responsáveis pela ruína da Companhia Matte Larangeira. De fato, a perda do monopólio parece ter se dado mais em função da crise econômica neste setor, que gerou o aumento da concorrência entre os produtores do país. Autores como Bianchini (2000, p. 168) sugerem a extinção dessa empresa pelo Governo Vargas pelo Decreto-Lei n°. 6428 de 17/04/1944, que teria encampado a Companhia Matte Larangeira, “substituindo-a pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP), Autarquia Federal”. Mas, parece, o Governo teria apenas encampado a estrada de ferro Guáira-Porto Mendes, de sua propriedade, e as instalações do referido Porto, Porto Mendes, e não toda a companhia, que tinha propriedades particulares nos ervais de Mato Grosso, além da área arrendada, e capital aplicado em vários negócios, já que estava ligada ao capital financeiro. Como conceber que uma empresa privada, devotada, sobretudo, à produção do mate, poderia ser encampada e transformada em serviço de navegação?

³⁶ Seus valores correspondiam, respectivamente, a 2.121:568\$000, 1.200:000\$000 e 1.000:000\$000. Somava-se ao montante, os juros vencidos, em 1935, no valor de 1.037:176\$400 (BIANCHINI, 2000, p. 148). Outro fato importante, no que diz respeito a empréstimos ao Estado, é que o Capitão Heitor era citado em relatório do Prefeito de Ponta Porã, Pedro Manvailler, no ano de 1940, como credor de dívida contraída pelo município (PONTA PORÃ, 1940).

Por esse motivo, convém questionar se a centralização das políticas do Governo Vargas e o *nacionalismo* ameaçaram o poder econômico da Companhia Matte Larangeira e determinaram sua retirada dos ervais.

Além disso, mesmo com a liberação das terras na fronteira, cabe questionar, ainda, até que ponto a pequena propriedade se desenvolveu no sul do Estado em função das políticas do governo Vargas. Num estudo sobre a implantação de colônias agrícolas, como a CAND, Oliveira (1999, p. 199-210) afirma que os colonos acabaram vendendo suas propriedades e as regiões correspondentes, em pouco tempo, foram ocupadas por médias e grandes propriedades. Brito (2001, p.130) também reforça essa tese.

As colônias, desta forma, cumpriram seu papel enquanto linha de frente do capital, no processo de desbravamento das áreas mais distantes do país. Com o alvorecer dos anos 60 e principalmente na década seguinte, o que se viu foi o dismantelamento destes projetos oficiais, com a gradual transformação das terras em grandes propriedades.

Prosseguindo, foram detectadas duas etapas no que se refere à ocupação da fronteira no período estudado. O primeiro período, que se inicia após a Guerra com o Paraguai, foi marcado por uma nova fase do capitalismo, o capitalismo monopolista. A disputa por mercados e a liberação do Rio Paraguai à navegação, impulsionaram o desenvolvimento do sul, aumentando a integração dessa região com o mercado mundial. Casas comerciais instalaram-se em Corumbá e passaram a cumprir o duplo papel de comercializar e de financiar investimentos, papel este dos bancos, inexistentes na região. Anos depois, a introdução de empresas monopólicas estrangeiras provocou uma disputa com os comerciantes pelo controle econômico da região. Indígenas que se localizavam na fronteira foram expropriados e suas terras monopolizadas pela Companhia Matte Larangeira. A disputa pelo poder entre as frações da burguesia e a luta pela terra, travada pelos posseiros, transformaram a região num local extremamente inseguro. Nesse período, foram constantes as práticas de mandonismo local, o *coronelismo*, a insegurança e manifestações de violência generalizada.

O segundo período de ocupação desencadeia-se a partir de meados da década de 1920, quando se intensificaram novos investimentos no sul com a implantação da estrada de ferro. Essas mudanças foram alterando a estrutura social de Mato Grosso, em face da presença de novos migrantes e o enfraquecimento dos antigos coronéis. Todavia, as mudanças mais

marcantes ocorreram a partir década de 1930, em razão de todo um contexto de transformações na economia brasileira, afetada por uma nova crise mundial.

De fato, com a crise de 1929 iniciava-se um novo ciclo da fase monopólica do capitalismo. Para o Brasil, essa crise significou a instauração de um novo modelo de desenvolvimento e alteração das funções do Estado, agora centralizado. A crise gerou reflexos na economia do Estado de Mato Grosso atingindo a comercialização da borracha e dos produtos da pecuária, principais itens de sua pauta de exportações. A centralização do Estado se expressou, também, no combate ao regionalismo e nas novas posturas em relação à fronteira, daí sua interferência na política de concessão de terras e nas questões trabalhistas, o que contribuiu para desarticular o poder dos coronéis. Na fronteira com o Paraguai, a crise ainda se verificou na comercialização da erva-mate, não somente em razão da crise econômica mundial, mas devido à crescente produção dessa mercadoria em território de seu principal consumidor, a Argentina.

Este foi o panorama histórico analisado nesta tese.

Antes de descrever a estrutura deste trabalho, uma complementação ainda se faz indispensável. É importante ressaltar a utilização de outras fontes que não as produzidas pelos memorialistas e historiadores não acadêmicos, essas centrais e pleiteadas no objeto da presente investigação.

As fontes primárias foram constituídas por mensagens governamentais, entrevistas, cartas, relatórios, periódicos e sentenças judiciais.

As fontes secundárias, como livros e teses, também foram utilizadas nas análises sobre a fronteira e sobre a educação. Algumas se resumiram à condição de fonte de informação, outras foram exploradas para elucidar aspectos importantes da pesquisa, dando margem, inclusive, à incorporação de algumas de suas interpretações.

Dos trabalhos acadêmicos sobre a historiografia regional, foram utilizados, pontualmente, o estudo de Osvaldo Zorzato (1998), **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**, e a tese de Vilma Saboya (1999), **História e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho (1887-1973)**. Outros trabalhos acadêmicos, como os de Izabel Cristina Guillen (1991), **O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso: 1890 –1945)**; de Gilmar Arruda (1989), **Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Larangeira**; de Odaléa

Bianchini (2000), **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso** (1880 – 1940) e de Fernando Antonio Faria (1993), **Os vícios da re(s)pública: negócios e poder na passagem para o século XX**, foram importantes para aclarar aspectos da discussão referente à Companhia Matte Larangeira e sua atuação na fronteira. Com a mesma conotação, especialmente para tratar da política de colonização do Estado Novo na fronteira, foram utilizados, ainda, os trabalhos de Alcir Lenharo (1985), **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste (os Anos 30)**; de Benícia Couto de Oliveira (1999), **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**, e de Vicência Deusdete Gomes dos Santos (2000), **A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul meridional**.

Para elucidar aspectos relativos à temática abordada, alguns trabalhos acadêmicos de história regional foram significativos. Interpretações de Valmir Batista Corrêa, Lúcia Salsa Corrêa, Gilberto Luiz Alves e Silvia Helena de Brito se incorporaram às nossas interpretações e conclusões.

Para discutir a história da fronteira foram essenciais as abordagens de Valmir Batista Corrêa, contidas em **Coronéis e bandidos em Mato Grosso** (1995) e **Fronteira oeste** (2005), e de Lúcia Salsa Corrêa (1999), desenvolvida em **História e fronteira: o sul de Mato Grosso (1870-1920)**, obra resultante de tese de doutorado defendida em 1997. Valmir Corrêa (1995), ao se debruçar sobre seu objeto de investigação, expresso em manifestações políticas desencadeadas com a instauração da República e no pós 1930, das quais são exemplos o *coronelismo* e o *banditismo*, contribuiu por meio da rica descrição sobre as condições econômicas, sociais e políticas da fronteira, vigentes na época aqui analisada. Do trabalho de Lúcia Salsa Corrêa (1997), foram incorporados aspectos relevantes e reveladores do processo de ocupação e colonização no mesmo período.

Outra referência significativa, no âmbito da pesquisa histórica acadêmica, é Gilberto Luiz Alves, que, desde o final da década de 1970, vem se dedicando a estudos de história regional. De fato, em nosso trabalho, esse autor ajuda a elucidar aspectos relativos ao período em que Mato Grosso adentrava por uma nova fase em sua história, após a Guerra com o Paraguai. No texto *Mato Grosso e a história: 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro*, publicado pelo **Boletim**

Paulista de Geografia e bastante utilizado pela historiografia, Alves (1984) expõe o processo de modernização capitalista da região, logo após a Guerra com o Paraguai, e o papel das casas comerciais e do capital financeiro nesse período.

Mas sua contribuição flui, sobretudo, da análise da história da educação regional. Em **Educação e história em Mato Grosso: 1719-1864**, Alves (1996) discute a educação ao longo do período manufatureiro, quando a região foi ocupada, como decorrência da mineração, para, em seguida, mergulhar numa crise que a relegou ao isolamento, após o esgotamento de seus aluviões auríferos. A análise de Alves ajuda-nos a entender a produção material da educação em Mato Grosso e contribui, sobretudo, como orientação metodológica. Sua crítica à historiografia educacional, intitulada *Nacional e regional na historiografia educacional brasileira: uma análise sob a ótica dos estados mato-grossenses* (2003) também foi utilizada para compreender a historiografia da educação regional, em razão dos poucos estudos sobre a temática e, sobretudo, pelas suas conclusões, que levantaram algumas hipóteses perseguidas neste trabalho.

De fato, esses três historiadores foram pioneiros na produção de levantamentos e divulgação de fontes para a história regional, bem como nos estudos acadêmicos sobre Mato Grosso e sobre a fronteira. Qualquer investigação que aborde a história de Mato Grosso precisa passar, necessariamente, pelas importantes obras desses autores.

Outro trabalho acadêmico que merece ser referido é a tese de doutorado de Silvia Helena Andrade de Brito (2001), denominada **Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)**, imprescindível para estudos sobre a fronteira e sobre a educação. Brito realiza uma rica análise sobre a educação numa região de fronteira entre Mato Grosso e Bolívia, durante a Era Vargas. A autora fez um significativo levantamento de dados em diversos arquivos, consultou documentos importantes para a elucidação de aspectos políticos da chamada nacionalização das fronteiras e organizou e analisou dados referentes à educação. Ainda que o foco da autora se refira a Corumbá, a análise contribui para a compreensão como um todo das transformações ocorridas em Mato Grosso, após a década de 1930, e das políticas de nacionalização da fronteira em particular. Por isso, o trabalho de Brito, o único estudo de história da educação centrado na fronteira mato-grossense, no período de interesse, foi fundamental para as análises que dizem respeito às relações entre sociedade e educação.

Concluindo, para efeito de classificação, a historiografia examinada foi distribuída em duas categorias: *Produção Memorialística* e *Produção Historiográfica*. Embora todos os estudiosos analisados abordem a história da fronteira, *grosso modo*, percebe-se que há uma diferença nítida nos seus objetivos.

Aqueles enquadrados na primeira categoria, os memorialistas, envolveram-se diretamente com as questões tratadas, foram protagonistas dos relatos e registraram impressões sobre o passado próximo ou sobre o presente, com base em suas lembranças, sem a pretensão de abordar a história de forma sistemática. Geralmente, escreveram sob a forma de crônicas e consultaram, sobretudo, fontes orais. Não revelaram rigor nas citações de suas fontes ou omitiram-nas inteiramente, o que não significa desinformação nem ausência de consultas, inclusive, às fontes escritas.

Já os estudiosos relacionados na segunda categoria elegeram temáticas mais precisas ou se propuseram a escrever a história cronologicamente, procurando relatar os fatos de forma objetiva e retratando os acontecimentos desde o período de ocupação e colonização. Entretanto, mesmo tendo arrolado suas fontes, algumas vezes deixaram de manifestar o rigor desejável, não citando, por exemplo, as páginas de onde retiraram dados utilizados em suas análises. Observa-se, também, em certos casos, que as formulações desses estudiosos são meras repetições de suas fontes, pois raramente são flagradas iniciativas diferenciadas de interpretação. Na verdade, nem todos os historiadores analisados revelam o rigor desejável que a academia impõe.

Como decorrência da classificação apontada, o trabalho foi organizado em duas partes.

A primeira, intitulada *Fronteira com o Paraguai e educação nos memorialistas mato-grossenses*, tem por objetivo geral expor a forma pela qual a fronteira e a educação foram pensadas pelos estudiosos correspondentes. Encontra-se dividida em cinco capítulos cujos títulos correspondem, pela ordem, aos nomes dos memorialistas analisados: Umberto Puiggari: reportagens sobre a violência na fronteira, Hélio Serejo: crônicas de um literato fronteiriço, Armando de Arruda Pereira: diários de campo de um engenheiro, Astúrio Monteiro de Lima: memórias de um pioneiro e Elpídio Reis: memórias nostálgicas de um fronteiriço.

A segunda parte, denominada *Fronteira com o Paraguai e educação na produção historiográfica mato-grossense*, tem por objetivo geral analisar a forma pela qual a

fronteira e a educação foram pensadas pelos historiadores não acadêmicos. Compõe-se de quatro capítulos que se apropriam, em seus títulos, igualmente, dos nomes dos personagens analisados: Virgílio Corrêa Filho: a fronteira para um historiador regionalista, Pedro Ângelo da Rosa: registros de datas, fatos e personagens fronteiriços, João Batista de Souza: miscelânea sobre a fronteira e José de Melo e Silva: a fronteira referida à nação.

Fechando o trabalho, nas *Considerações finais* procura-se sistematizar as reflexões ensejadas pela análise da historiografia em referência.

PARTE I - FRONTEIRA COM O PARAGUAI E EDUCAÇÃO NOS MEMORIALISTAS MATO-GROSSENSES

Tal como foi antecipado na *Introdução*, esta parte do trabalho tem por objetivo geral expor a forma pela qual a fronteira e a educação foram pensadas por memorialistas mato-grossenses. Encontra-se dividida em cinco capítulos. O primeiro denomina-se **Umberto Puiggari: reportagens sobre a violência na fronteira** e contém um único subtítulo, *A fronteira como domínio da violência*. Puiggari (1933) é um autor que se singulariza pela abordagem da violência e do banditismo na fronteira. Escreveu apenas uma obra, **Nas fronteiras de Mato Grosso: terra abandonada**, rica em detalhes sobre a Revolução de 1930, sobre os reflexos regionais da Revolução de 1932 e sobre as lutas travadas na fronteira contra o domínio da Companhia Matte Larangeira. Esse autor foi o único que não se preocupou em focar a educação na fronteira.

O segundo capítulo intitula-se **Hélio Serejo: crônicas de um literato fronteiriço** e encontra-se dividido em dois subtítulos. O primeiro denomina-se *A fronteira dos trabalhadores de aço* e, o segundo, *A educação na fronteira realizada na escola do trabalho*. Serejo escreveu mais de cinquenta obras, um conjunto em que predominam as crônicas e as poesias. Por ter se dedicado à literatura, já foi objeto de pesquisas na área de Letras³⁷, mas não na de História. Tem estilo regionalista e, por ter nascido e vivido na região, revela a imensa riqueza das vivências de seus habitantes, expostas nas informações detalhadas sobre os usos, os costumes, trabalho e o lazer dos fronteiriços. É um dos mais importantes memorialistas do sul do estado.

Armando de Arruda Pereira: diários de campo de um engenheiro, é o título dado ao terceiro capítulo. Pereira escreveu três obras sobre a região: **Heroes abandonados!** Peregrinação aos lugares históricos do sul de Mato Grosso (1925), **No Sul de Mato Grosso** (1928) e **Construindo...**(1930). Foi engenheiro chefe da Companhia Construtora Santos, cargo que o obrigou a acompanhar as obras dos quartéis instalados, na década de 1920, no sul de Mato Grosso. Sua visão é a de um “forasteiro” que focou as técnicas de trabalho e os

³⁷ São exemplos os trabalhos de TENO, Neide Araújo Castilho. **Um estudo do vocabulário da erva-mate em obras de Hélio Serejo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e de VIEGAS, Cesar Luiz Oliveira. **Marcha por uma leitura sul-mato-grossense: o conto regional de Hélio Serejo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

costumes da fronteira. Este capítulo divide-se em dois subtítulos: *A fronteira vista sob o olhar técnico* e *A educação na fronteira vista por um forasteiro*.

O quarto capítulo intitula-se **Astúrio Monteiro de Lima: memórias de um pioneiro**. Também se divide em dois subtítulos: *A fronteira dos pioneiros e heróis* e *A educação na fronteira sob a ótica dos pioneiros*. Monteiro de Lima (1978) é o memorialista dos pioneiros e heróis. Publicou uma única obra, **Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis**, que revela a história daqueles migrantes que ingressaram na fronteira nos primeiros anos de ocupação.

O quinto e último capítulo denomina-se **Elpídio Reis: memórias nostálgicas de um fronteiriço**. O seu primeiro subtítulo é *Uma visão nostálgica da fronteira* e, o segundo, *A educação na fronteira de outrora*. Reis, assim como Hélio Serejo, também se dedicou à literatura. Em sua juventude afastou-se da fronteira e viveu distante até aposentar-se. Nostálgico, dedicou-se, sistematicamente, a lembrar e registrar fatos que povoaram sua memória de menino. Nos seus diversos escritos aflora uma imagem bastante idealizada da fronteira.

CAPÍTULO 1

UMBERTO PUIGGARI: REPORTAGENS SOBRE A VIOLÊNCIA NA FRONTEIRA

Uma obra bastante utilizada pela historiografia para analisar a violência na fronteira com o Paraguai é **Nas fronteiras de Mato Grosso: terra abandonada**, de Umberto Puiggari, publicada em 1933. Apesar de muito utilizada, o autor é quase desconhecido pela historiografia.

Recentemente, o historiador Valmir Batista Corrêa obteve algumas informações com Wilson Barbosa Martins, ex-governador de Mato Grosso do Sul e amigo de Puiggari. Martins doou ao IHGMS os originais da obra, escrita “no verso de papel timbrado da ‘Pharmácia Brasil de O. Jorge. Rua João Pessoa, 432, telephone 3’”, (CORRÊA, 2005, p. 173) e, segundo o seu relato, Umberto Puiggari seria o nome simplificado de Humberto Puiggari Coutinho³⁸. Depois de ter vivido por muito tempo em Mato Grosso, Puiggari mudou-se e fixou residência em Londrina – PR, de acordo com Corrêa (2005, p. 173).

Rosa (1962, p. 53) afirma que Puiggari teria sido redator do Jornal **O Progresso** de Ponta Porã, fundado em 1920. Reis (1981, p. 71-72) registra a informação de que sua professora de 4º. ano primário em Ponta Porã, Juvelina Coutinho Gomes, era filha de Humberto Coutinho que, em 1933, juntamente com a família, teria se mudado para Londrina (PR). Importante observar que o ano de mudança da família coincide com o da publicação de **Nas fronteiras de Mato Grosso: terra abandonada: 1933**. Como, nessa obra, Puiggari fazia denúncias contra pessoas que cometeram crimes, citando inclusive os seus nomes, provavelmente teria se sentido mais à vontade para publicá-la após seu afastamento da fronteira.

Embora o autor tenha cuidado com a forma e pareça ter boa formação, afirma, de início, não ter pretensões literárias e cuidados com o estilo. A publicação do livro teria sido motivada por um desejo de “desvendar aos olhos do governo e do Brasil, esse mundo desconhecido, que é a fronteira com o Paraguay, dizendo as cousas como ellas são e unicamente dentro dos limites da verdade” (PUIGGARI, 1933, p.7).

³⁸ Na obra **Sismório, o gringo bochinheiro**, Hélio Serejo (1991) faz uma nota sobre Puiggari que confirma as informações de Martins.

As fontes do autor são retiradas da oralidade e da observação direta. Não cita a historiografia ou fontes documentais escritas e nem mesmo obras literárias. Todas as histórias contadas, segundo ele, foram relatadas e confirmadas por vários e “antigos” moradores (PUIGGARI, 1933, p.6).

Faz questão de afirmar que, em respeito aos parentes daqueles que se encontravam mortos, trocou os nomes das pessoas que estiveram relacionadas aos fatos antigos, o que não ocorreu, segundo ele, com as pessoas envolvidas nos relatos de sua época (PUIGGARI, 1933, p. 6). De fato, nos eventos relacionados à sua época são citados nomes e sobrenomes dos personagens, bem como o dia e o ano em que ocorreram os fatos. Seus contos, no entanto, não são meros relatos de seus depoentes, mas, registros das impressões do próprio autor sobre a região que habitava.

1.1 A FRONTEIRA COMO DOMÍNIO DA VIOLÊNCIA

Puiggari se sobressai pelo estilo franco, direto e pelo tom de denúncia, características às quais se somam o inconformismo e a revolta. Expressões da violência cotidiana, as histórias sobre a fronteira são contadas com grande envolvimento do autor.

As crônicas referentes a vinganças, a violências contra a mulher, a assaltos, a conflitos de terras, a assassinatos, a crimes impunes, à exploração do trabalho e à escravidão, revelam a problemática da violência na fronteira. “Estimulados pela indiferença da polícia” (PUIGGARI, 1933, p. 5), para o autor, os fronteiriços desconheciam a lei e a civilidade.

A miséria, a escravidão e a violência são expostas de forma aberta, diferenciando-se completamente da maior parte da historiografia que as mascara. O autor parece ter mais liberdade e autonomia para fazer duras críticas ao poder público que, na sua opinião, era totalmente omissa e injusto com o povo da fronteira, sobretudo com o trabalhador do campo, completamente desamparado por lei que lhe assegurasse uma existência mais digna.

A fronteira era um “mundo estranho”, para Puiggari (1933,p. 89). O sub-título de sua obra expressa com exatidão o seu inconformismo: *terra abandonada*. Não há qualquer traço de esperança no autor; sua análise sobre a região é bastante pessimista.

Contudo, a obra de Puiggari não pode ser vista somente como uma exposição da violência fronteiriça. À primeira vista, ela pode ser entendida como um resumo impressionante sobre os crimes da fronteira. Mas, segundo a análise adotada, não se reduz à abordagem sobre a violência como fruto de uma região incivilizada. Escrita três anos após a Revolução de 1930, a obra parece ser alimentada pelo mesmo sentimento de muitos intelectuais que não viram mudanças no governo revolucionário. As críticas de Puiggari indicam um forte desalento e uma profunda decepção com os compromissos assumidos pela Revolução de 1930. Sua descrença em relação ao poder dá o tom de revolta. Essa contrariedade é demonstrada, também, nas crônicas em que expõe as razões do apoio dos sulistas ao Movimento Constitucionalista de 1932. É possível notar, ainda, que, para ele, grande parte dos problemas, que gerava revolta e violência na região, derivava dos privilégios obtidos pela Companhia Matte Larangeira no controle econômico dos ervais.

A sua insatisfação com o regime instalado no Brasil, após a ascensão de Getúlio Vargas, pode ser observada, por exemplo, nas crônicas em que se refere aos trabalhadores da fronteira. Segundo ele, as conquistas dos trabalhadores só se tornaram realidade após greves ou revoltas e, mesmo assim, para aqueles que habitavam as cidades. No caso da fronteira, a situação era mais grave, pois os trabalhadores do *caaty* (ervais) sofreram horrores pela falta absoluta de atenção dos poderes públicos. Puiggari entende essa situação como problema social. Os trabalhadores, para ele, não eram apenas os que se comportavam dentro da lei, mas, também, aqueles que viviam à margem dela: os bandidos, refugiados e desordeiros.

O autor, portanto, amplia sua visão sobre o que seria essa classe de desafortunados, nela incluindo também os “marginais”. A luta que travaram se expressava

Nos múltiplos cemitérios espalhados pelos pequenos campestres, cruces toscas de madeira, postas allí pelas mãos caridosas das mulheres paraguayas, assignalam os túmulos dos heróicos trabalhadores dos hervaes, mortos na lueta ingente contra a natureza bruta. Allí descansam, unidos, honrados chefes de família, rebuscadores do conforto para os entes queridos, que ficaram em terras distantes; os bandidos e os assassinos, que buscavam meios para se transportarem a outras plagas ou aplacarem o remorso no trabalho rude; o ambicioso e o também fracassado [...] Todos, porém, trabalhadores. Tombaram victimas do excesso de trabalho, da malária, da verminose ou da ulcera de Bauru...Maiores victimas ainda, da indiferença dos poderes públicos, dos legisladores, que somente cuidam dos operários dos grandes centros

obreiros, porque sabem exigir o que desejam e necessitam, nos comícios ameaçadores, de motins e de grêves... (PUIGGARI, 1933, p. 90).

A omissão do Estado em face dos crimes na região é apontada com grande indignação. Para exemplificá-la, o autor recheia sua obra com casos de violência e impunidade. Retrata figuras que matavam sem o menor constrangimento, como o bandido correntino Franck Six Moritz, o Sismório, “homem irascível” (sic) que havia matado 25 pessoas: “14 em Matto Grosso e 11 na Argentina” (PUIGGARI, 1933, p. 9 e 23).

De acordo com Puiggari, Sismório chegou em Mato Grosso no ano de 1906 e, desde então, teria realizado vários crimes “sem que o governo se commovesse” (PUIGGARI, 1933, p.18). Sismório, segundo o autor, somente foi capturado e morto no Rio Grande do Sul, no ano de 1911, por ter matado em Mato Grosso o irmão de um intendente de São Borja.

Outros casos de bandidos ou de crimes fúteis são narrados, como o de um rapaz que teria sido morto por ter pedido um cigarro a um velhote. Histórias de pessoas que morriam em brigas geradas em casas de jogo, nos prostíbulos ou nas *carreiradas* (corridas de cavalos) fronteiriças também são freqüentes.

A escravidão nos ervais é um outro tema abordado com freqüência, bem como a luta pela posse de terra, refletida, sobretudo, nos conflitos dos posseiros com a Companhia Matte Larangeira. As mortes e os castigos infringidos aos trabalhadores são expostos, confrontando a interpretação de Corrêa Filho (1925), descrito na segunda parte deste trabalho, para quem as cenas descritas já estavam abolidas (PUIGGARI, 1933, p. 34). Sobre a luta pela posse da terra, há uma importante crônica de Puiggari, denominada *Um levante nos hervaes: morte de um bravo e nobre conscripto*, que trata da história de João Christiano Ortt, filho de um norueguês que teve suas posses contestadas pela Companhia Matte Larangeira. Ortt herdou do pai os problemas com a Companhia e, depois de muita perseguição, reuniu um grupo de rebeldes, que, em 1932, atacou a empresa. Com o pretexto de haver um levante comunista nos ervais, a referida empresa solicitou a ajuda da polícia local e “do general Bertholdo Klinger, commandante da Circunscrição Militar” (PUIGGARI, 1933, p. 117), que “jogou as forças militares da fronteira” no conflito e sufocou a revolta. O líder rebelde acabou se refugiando no Paraguai. Sobre sua sorte, lastima Puiggari: “pobre João Ortt... elevado à dignidade de chefe comunista, sem saber

mesmo até hoje o que venha a ser comunismo” (PUIGGARI, 1933, p. 114). Seus companheiros foram barbaramente assassinados (PUIGGARI, 1933, p. 114-115).

Puiggari demonstra, também, o preconceito existente contra os paraguaios, na região, num conto em que relata assassinatos cometidos contra trabalhadores camponeses. A história se passa com três trabalhadores paraguaios convocados para lutar na Guerra do Chaco. Como não tinham dinheiro para chegar até o Paraguai, foram empregados por um estancieiro que lhes pagava com mantimentos. Desconfiados, os trabalhadores resolveram indagar: *Será que el patron no tiene plata?* Essa pergunta trouxe desconfiança para o estancieiro que pensava tratar-se de bandidos. Segundo Puiggari (1933, p. 77), o referido estancieiro consultou a autoridade “de emergência” manifestando sua desconfiança em relação aos “três estrangeiros” (PUIGGARI, 1933, p. 77). Todos eles foram “passados pelas armas sem forma de processo”, denotando que a justiça fazia *vistas grossas* aos direitos da população do país vizinho, sobretudo em se tratando de camponeses (PUIGGARI, 1933, p.78).

O autor retrata, ainda, as revoltas coronelistas da região. Afirma que no “sul de Mato Grosso, principalmente em Ponta Porã, o povo sempre viveu em agitação” (PUIGGARI, 1933, p.35). A falta de segurança, decorrente das rivalidades geradas pelas disputas entre coronéis, bem como das perseguições e torturas ao eleitorado contrário aos coronéis vitoriosos, fazia parte do cotidiano fronteiriço. O poder instalado em Cuiabá, por seu turno, “dava mão forte a essa perseguição, enfraquecendo e dividindo os coronéis do sul” (PUIGGARI, 1933, p.36).

O livro em consideração é, também, uma importante referência para a compreensão da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932, bem como da ação de seus articuladores na fronteira.

Puiggari relata que, embora a população fronteiriça simpatizasse com a campanha da Aliança Liberal, votou, paradoxalmente, no candidato Julio Prestes, indicado pelo Presidente do Estado, Annibal de Toledo. Esse foi, inclusive, o comportamento dos gaúchos³⁹, que, dessa forma, contrariavam a política dos “amigos da Empresa Matte”, que trabalharam em prol de Getúlio (PUIGGARI, 1933, p. 80).

³⁹ Apesar de o autor afirmar que os gaúchos votaram contra Getúlio, há registros da historiografia de que os mesmos aderiram a Vargas, durante a campanha da Aliança Liberal e na Revolução de 1930, lutando também ao lado das forças governistas na Revolução de 1932. Pedro Ângelo da Rosa, tratando da campanha da

No acesso da lucta, porém, ninguém era por Prestes ou Vargas. O que se ouvia era isto:

- Eu vou com a Empresa
- Eu voto com o Annibal. (PUIGGARI, 1933, p. 80)

Annibal de Toledo, de acordo com o autor, na tentativa de cooptar os gaúchos, prometeu-lhes terras na região de Caarapó. Contudo, a Lei que criou o Patrimônio de Caarapó foi anulada, pouco tempo depois, por uma resolução do mesmo Presidente Anníbal de Toledo, transferindo a sede desse distrito para outro local. Os colonos gaúchos, segundo Puiggari, foram, então, expulsos pelos capangas da Matte.

Surgiu o boato, indeciso e vago, de que a lei que instituiu o patrimônio de Caarapó seria annullada, voltando o terreno todo novamente ás mãos da Empresa Matte. O boato tomou vulto e, da sede da Empresa, o paraguayo Adán Godoy e outros seus patrícios mandavam as ordens de despejo. O povo não acreditava e tinha uma fé vivíssima no seu grande amigo Annibal de Toledo.

Um dia a bomba explodiu. A “Gazeta Official” publicava o decreto transferindo a sede do Districto e annullando a concessão do patrimônio de Caarapó, deixando os seus habitantes ao desamparo, no prejuízo das bemfeitorias e privados do direito adquirido, ferindo de frente o princípio constitucional da não retroatividade das leis. O decreto que extinguiu o patrimônio e a povoação do Caarapó, foi um acto de prepotência e injustiça pelos motivos expostos, e mais porque, sendo uma simples resolução presidencial, annullou revolucionariamente uma Lei da Assembléa Legislativa. (PUIGGARI, 1933, p.82-83)

Como já foi exposto, desde o final do século XIX, inúmeras famílias gaúchas se encaminharam para o sul de Mato Grosso, via Argentina e Paraguai, fugindo da crise desencadeada pela Revolução Federalista de 1893. Instalaram-se na fronteira e logo se envolveram em vários conflitos coronelistas e lutas pela posse de terras com a Matte Larangeira. Os gaúchos se transformaram em massa de manobra dos comerciantes mato-grossenses e foram manipulados com promessas de posses de terra e de apoio político, nem sempre cumpridas.

Além disso, outras causas podem ser apontadas para a derrota da Aliança Liberal nas eleições de 1930. Num capítulo intitulado *O sul de Mato Grosso não é contrário ao dictador*, o autor expõe as razões.

O sr. Getúlio Vargas, desde que se apresentou candidato á presidência da Republica constituiu para o povo do Sul uma grande esperança. Era o

Aliança Liberal, afirma que os gaúchos, tanto de Ponta Porã quanto de Bela Vista, apoiaram Vargas. Provavelmente, eram fazendeiros que já possuíam suas posses garantidas, enquanto que Puiggari parece referir-se aos gaúchos sem posses.

reformador esperado, aquelle que viria melhorar os destinos da grande zona meridional, influindo na formação de um governo estadual, capaz de compreender que o futuro de Mato Grosso dependia, em grande parte, desse punhado de municípios entregues a si mesmo e vistos unicamente como fatores de renda nos orçamentos [...] quando se feriu o pleito eleitoral, o numero dos que suffragaram o nome do candidato gaúcho foi verdadeiramente insignificante, sem que isso importasse em uma repulsa. É que o medo de desgostar o governo de Cuyabá teve, no caso, real influencia [...] por outro, tivemos a impericia dos encarregados da propaganda eleitoral em Mato Grosso, os quaes usaram e abusaram de processos contraproducentes em que avultavam os insultos aos filhos dos demais estados, com exceção de Minas e da Parahyba [...] Houve na propaganda do candidato liberal, no Sul de Matto Grosso, em vez de uma campanha eleitoral, uma violenta e desbragada exhibição de um regionalismo vermelho e cruel, estomagando os proprios riograndenses, que no estado viviam, dando logar ás muitíssimas abstenções e votos contrários dos gaúchos, que não desejavam desgostar a terra de seus proprios filhos. (PUIGGARI, 1933, p. 165-167)

Dessa forma, para Puiggari, não havia rejeição a Vargas, ainda que tivesse sido preterido nas eleições de 1930.

Até mesmo a participação do sul na Revolução Constitucionalista de 1932, segundo ele, não significou aversão, repulsa ou crítica ao governo Vargas. Para o autor, era uma necessidade de chamar a atenção aos problemas do sul, protestar contra o governo estadual e mudar a situação de abandono na fronteira.

Escrevendo logo após os acontecimentos da Revolução de 1932, o autor colocou-se ao lado dos constitucionalistas, expondo os principais motivos que levou parte da população fronteira a lutar ao lado de São Paulo.

Segundo ele, a crença na Revolução Constitucionalista era grande, havendo muita expectativa de que uma nova constituição pudesse dar garantias ou tranquilizar a “desordem” política instalada na região. Puiggari revela que o “norte era indiferente” ao clima de insegurança, bem como aos problemas vividos pelo povo, dentre eles, os altos índices de criminalidade. A justiça estadual, para Puiggari, era “uma bella figura orçamentária” num local em que “a lei era a vontade do mais forte” (PUIGGARI, 1933, p. 5).

O autor relata que, após a Revolução de 1930 e, em especial, após a Revolução de 1932, no período em que ainda não se iniciara a reorganização das instituições, houve um aumento da desordem, sobretudo em Ponta Porã. As autoridades, segundo ele, ainda não haviam se entendido ou os cargos estavam em suspensão, esperando a confirmação legal.

Sendo assim, eram muitos os que mandavam (PUIGGARI, 1933, p. 97). A população depositava esperanças no Interventor Leônidas de Matos, acreditando que ele pudesse restabelecer a ordem legal, dando fim à confusão reinante. A instabilidade era tanta que bandos armados se aproveitavam da situação e saqueavam, matavam e torturavam em *nome de Vargas*. Puiggari afirma que esses desordeiros eram denominados *bochinheiros*⁴⁰ pela população fronteiriça.

Indivíduos de vida parasitária na campanha fronteiriça, verdadeiros empreitadores de desordens, sem fé nem lei, provocadores e bandidos, aos quaes o povo deu a denominação de *bochinheiros* (...) quando farejam uma revolução, retraem-se. Pacientemente esperam, pesquisando as estradas, sempre do lado do Paraguay, que a victoria se pronuncie, afim de tomarem partido. (PUIGGARI, 1933, p. 92)

Puiggari conta a história de uma dessas quadrilhas, denominada “Turma-sinistra”. A referida quadrilha tornou-se conhecida pelas depredações, mortes, roubos, saques, incêndios, etc, cometidos contra pequenos agricultores, roceiros, comerciantes e fazendeiros. Os delitos eram justificados, segundo Puiggari, em “nome” de Getúlio. Logo após esses episódios, esses quadrilheiros se tornaram funcionários públicos “por decretos federais ou estaduais” (PUIGGARI, 1933, p. 96). Isso trouxe mais revolta ao povo da fronteira, que não sentiu o efeito de moralização por parte da revolução e do Governo Vargas.

Ainda sobre a instabilidade política reinante na região, é significativa a história de um pequeno proprietário agrícola que, afastado de sua propriedade por ter dado abrigo aos constitucionistas, desejava se apossar novamente de suas terras. Pedira, então, ajuda a um *cavalheiro* que tinha amigos influentes. Este alegou nada poder fazer por ele, já que seus amigos não tinham mais autoridade, e sugeriu ao pequeno proprietário que procurasse o delegado de polícia. Apesar de sua boa vontade, este demonstrou ser inócua qualquer tentativa de proteção do direito em referência. Daí, concluiu o interessado:

Elle [delegado] poderá dar-me a desejada garantia, mas infelizmente os que mandam são muitos e não respeitam as deliberações ou as ordens de uns para os outros [...] meu sítio está fora da cidade, em plena fronteira e allí eu tenho que haver-me (sic) com um sub-delegado sem nomeação legal, a guarda aduaneira estadual, destacamentos de forças irregulares e commandados por gente desconhecida e até por patrulhas de gente do exército, ou que se diz do exército, sem commando. Isto para não fallar em grupos de civis que se dizem auctoridades. Todos com absoluta

⁴⁰ Segundo Serejo, esses elementos, não conseguindo trabalho, divertiam-se com *musiqueada* (baile) que, na fronteira, recebe a denominação de *bochincho*. (CORRÊA, 1995, p. 165)

independência de mando e exercendo, cada um por sua conta e arbítrio funções policiaes, para não dizer inquisitoriaes. (PUIGGARI, 1933, p. 98)

A crítica ao regime revolucionário de 1930 se expressa também numa de suas crônicas, intitulada A magistratura em trampolim, que se refere à instabilidade dos cargos de juízes ou desembargadores. Segundo o autor, o *trampolim* era uma prática trazida pelas “novas idéias da revolução de 1930”, sobretudo “no Matto Grosso meridional”, em que a demissão de juízes ocorria “sem a menor formalidade processual” (PUIGGARI, 1933, p.161). Esses profissionais tinham de *saltar* do cargo, caso desagradassem os chefes locais.

O verbo intransitivo saltar,(sic) tomou no estado um novo significado em relação aos magistrados; passou a exercer as funções do verbo transitivo demittir. Um juiz de direito ou um desembargador não era demittido: *saltava* [...]. O Interventor, lá de Cuyabá, mandava o impulso pelo telegrapho; vinha em forma de decreto [...]. (PUIGGARI, 1933, p. 162)

A conseqüência desses atos resultou em apoio daqueles magistrados ao movimento constitucionalista, pois se sentiam impotentes para garantir a lei na região.

Muita vez, comparecia perante o juiz de comarca, um seu jurisdicionado e perguntava:

- Doutor, o coronel fulano está invadindo minhas terras, será que terei garantias para promover uma acção contra elle?

Ou então:

- Doutor, queimaram o tapume de minha roça. Eu venho pedir justiça e trago esta queixa-crime.

- O delegado que disse? Nada? Olhe: o melhor é esperar a Constituição. (PUIGGARI, 1933, p. 163)

Para Puiggari (1933, p. 163), esta era “a maior, a mais perfeita, a mais produtora propaganda constitucionalista”. Os juízes, segundo ele, não pegaram em armas, mas, revoltados com a falta de garantia e instabilidade para trabalhar, fizeram campanha contra a ditadura.

Não foram é verdade, os magistrados para as linhas de frente, mas contribuíram poderosamente para que, no sul de Matto Grosso, o movimento revolucionário tivesse a eficiencia que teve pondo em cheque as fortes columnas dictatoriaes em todos os sectores, até o fracasso de São Paulo. Basta a esse respeito salientar que, em Mato Grosso, os constitucionalistas nunca tiveram uma derrota. (PUIGGARI, 1933, p. 164)

É patente a adesão de Puiggari às idéias da burguesia regional ligada ao movimento constitucionalista no Estado. O autor relata, inclusive, duas histórias referentes aos

Barbosa, uma das famílias mais influentes do sul do estado⁴¹, de onde saíram expressivos integrantes deste movimento em Mato Grosso.

Uma delas, intitulada *Um menino prisioneiro de guerra*, conta a história de Barnabé Barbosa, filho de um dos pioneiros da família, que havia sido capturado durante a Guerra do Paraguai e, por cinco anos, se tornara prisioneiro neste país. Os Barbosa chegaram em Mato Grosso no ano de 1835 e povoaram a região próxima à fronteira, denominada de Vacaria⁴². Durante a Guerra com o Paraguai, a exemplo de Barnabé Barbosa, outros membros dessa família foram capturados e tornaram-se prisioneiros de guerra.

O autor foi amigo de Vespasiano Barbosa Martins, que lhe apresentara o próprio Barnabé para uma conversa. Entusiasmado com as histórias do representante da família Barbosa, Puiggari escreveu uma crônica denominada *Os Barbosas*. O autor relata a história da chegada dos Barbosa em Mato Grosso, as primeiras providências para a migração e a fixação na região. Segundo o autor (1933, p. 133), essa família era a mais importante e a mais numerosa que habitava Mato Grosso, compondo-se, à época, de 4.500 pessoas. Sua importância não residiria somente no poder econômico, mas, também, no pioneirismo desses “primeiros povoadores da grande extensão de terra compreendida entre o Paraná e o Paraguay” (PUIGGARI, 1933, p.133). Conforme o autor, as informações obtidas sobre os Barbosa foram retiradas da oralidade, algo “conscientemente feito” (PUIGGARI, 1933, p. 158), mesmo admitindo que a exposição dos fatos poderia ser falha em algumas datas ou acontecimentos.

Como se verifica, mesmo registrando casos de violência na fronteira, a obra em referência não pode ser resumida a uma descrição pura e simples dos crimes lá cometidos. Puiggari se diferencia dos demais autores da região pela coragem de denunciar o descaso governamental e as causas da violência. Revela, também, acuidade e sensibilidade ao descrever a conjuntura e os problemas sociais da fronteira.

⁴¹ A crise dos anos 1920/30 constituiu novas forças políticas em Mato Grosso, a exemplo dos pecuaristas do sul, envolvendo famílias como os Barbosa Martins, os Coelho Machado, os Dolor de Andrade, os Alves Ribeiro, e as camadas médias ligadas à burocracia do estado, como os Müller, que entraram na disputa pelo poder com as forças políticas que estavam ligadas ao comércio e ao capital financeiro, como Pedro Celestino Correa da Costa e Azeredo, dentre outros. (BRITO, 2001 p. 40-41)

⁴² Segundo Puiggari (1933, p. 144), essa área era denominada pelos índios de Erê. Abrangia “toda a região alta do planalto da serra de Maracajú” (BARBOSA, 1961, p. 14). Encontrando no local sessenta vacas e um touro sem marca de propriedade, os Barbosa incorporaram as reses ao seu patrimônio e designaram a região de Vacaria.

Puiggari produziu uma obra rica, do ponto de vista documental, permeada pelas contradições de sua época. É importante fonte para o estudo da história da fronteira com o Paraguai nos anos 1930 e, em especial, do movimento constitucionalista no Estado, das raízes do movimento divisionista, bem como da oposição política à Matte Larangeira. É uma obra de memória e, dentro desses limites, deve ser compreendida.

Dentre todos os autores analisados, Puiggari foi o único que não tratou da educação. Ao contrário dos demais, o autor não via, naquele momento, nenhuma possibilidade de mudança na fronteira, mesmo após a implantação do *novo* regime, instaurado com a Revolução de 1930. Por não acreditar que as instituições pudessem mudar o quadro histórico, não vislumbrou, possivelmente, qualquer papel que a educação poderia desempenhar para a superação da situação de violência que, com tanta força e indignação, narrou. Por isso, resumiu-se à exposição aberta dos problemas fronteiriços, gerados pela violência dos poderosos, pelo banditismo e pelo abandono do Estado. A obra de Puiggari, portanto, singularizou-se pela denúncia, traduzida como objetivo exclusivo e consciente do autor.

CAPÍTULO 2

HÉLIO SEREJO: CRÔNICAS DE UM LITERATO FRONTEIRIÇO

Hélio Serejo nasceu na cidade de Nioaque em 1912. No ano de 1900, seu pai, o tenente Francisco Serejo, migrou de Cuiabá para a fronteira com o Paraguai, assumindo a chefia do Destacamento Policial de Ponta Porã (REIS, 1980, p. 42). Segundo Reis (1980, p. 43), na convivência com os paraguaios o pai de Serejo aprendeu a falar e a escrever em guarani e ganhou notoriedade na região. Comprou uma fazenda em Nioaque, mas, anos depois, retornou com a família para Ponta Porã. Foi proprietário de algumas ranchadas ervateiras⁴³ e de uma casa comercial. O tenente Francisco Serejo era uma pessoa que se diferenciava da população rural sem instrução e, mesmo no meio daquela vida “rude”, chegou a escrever um dicionário de mais de 2.000 páginas.

[...] cercava-se de montes de livros, empilhados pelo chão, e mesmo à noite, sob a luz de lamparina, ou nos momentos vagos durante o dia [...] ia pacientemente pesquisando e coligindo dados para a elaboração de um pai-dos-burros dos charadistas e cruzadistas. Levou 30 anos nesse trabalho [...]. (REIS, 1980, p. 44)

Entremeando os estudos no curso primário em Ponta Porã, Hélio Serejo ajudava seu pai a administrar a ranchada. No meio da *peonada* aprendeu os segredos da elaboração da erva-mate, viu mortes e doenças vitimando os trabalhadores, acompanhou os trabalhos dos ervateiros, como os *barbaquazeiros* e *mineiros*, e “aprendeu muito sobre a vida dos índios, com o índio Choié (que tinha 2,10 m de altura)” (REIS, 1980, p. 51). Na convivência com o paraguaio, “Felipe Benitez aprendeu coisas sobre os grandes mistérios das matas virgens dos ervais” (REIS, 1980, p. 51). Sua infância, junto a seu pai nas ranchadas, é sempre lembrada pelo autor em várias passagens de suas obras.

Serejo tinha uma vida simples, de pequeno proprietário, trabalhava com seu pai na ranchada, realizando, inclusive, pequenos serviços braçais⁴⁴. Desde a sua meninice

⁴³ A partir de o final dos anos 1910 uma pequena parte dos ervais foram fracionados e vendidos em pequenos lotes. Os proprietários elaboravam e vendiam a erva para a Companhia Mate Laranjeira, que possuía o controle de distribuição e de comercialização.

⁴⁴ “[...] Enquanto fazia o curso primário, o menino Hélio, trabalhando com o pai, na Torrefação Brasil[...] recebeu o seu primeiro título: GERENTE [...] quando o pai viu que o menino era mesmo um gerente tão bom

registrava suas impressões sobre a vida dos trabalhadores e sobre a natureza da região. Chegou a escrever 64 cadernos com anotações que, segundo Reis (1980), não tinham a forma de diário. Ia anotando tudo que via e ouvia nas conversas com os peões. Com apenas 14 anos já publicava artigos na **Folha do Povo**, jornal de Ponta Porã (REIS, 1980, p. 69).

Apesar de muito vivo, o autor conseguiu concluir apenas o curso ginasial devido à tragédia que o marcou no Rio de Janeiro, em 1935, quando tentava realizar seu sonho de se formar em Engenharia. Não tendo condições de custear um curso superior, Serejo ingressou como voluntário no 3º. Regimento de Infantaria no Rio de Janeiro, no ano de 1934, com o intuito de cursar Engenharia Militar. Nessa época, passou a publicar artigos no Suplemento literário de **O Jornal**, do Rio de Janeiro, e no jornal **O Mourisco**, editado por dois sargentos do exército (REIS, 1980, p. 59). No ano seguinte, em 1935, a Intentona Comunista estourou em seu regimento e, no dia de sua deflagração, Serejo, que lá dormia, foi confundido com os rebeldes, preso e acusado de participação no movimento. Expulso do exército, ficou preso na Ilha das Flores por seis meses. Absolvido, a prova de que não havia participado do movimento teria sido a própria condição em que se encontrava no momento em que fora preso: estava dormindo de calção ao lado da cozinha. Em seguida, foi convidado a ingressar novamente no exército (REIS, 1980), mas recusou-se. Encontrando-se seriamente abalado, sem condições físicas e psicológicas, tendo chegado a pesar 32 quilos na prisão, devido aos maus tratos, voltou para a casa de seus pais⁴⁵.

Retornando a Mato Grosso, Serejo enterrou seu plano de formar-se em Engenharia, mas jamais abandonou a arte de escrever. Foi redator do *Jornal do Comércio*, de Campo Grande, e, nesse período, também exerceu o cargo de Diretor do Tesouro do Estado nos municípios de Rio Brillhante, Maracaju, Dourados e Bela Vista. Casou-se no ano de 1943, em Rio Brillhante. Trabalhava, então, como escrivão do Cartório de Registro Civil da cidade. Ainda, nesse ano, foi convidado a traçar um plano de colonização para o Território Federal de Ponta Porã, por ser “profundo conhecedor dos problemas da região e do código

quanto os melhores, passou a deixar a torrefação quase unicamente aos seus cuidados [...] Quando Francisco Serejo abriu a Ranchada de Porto Baunilha, seu filho Hélio, gurizote de 14 anos, já tendo feito o curso primário, fora trabalhar com o pai [...] alí ele cozinhava o locro (milho cozido com carne. Comida tipicamente paraguaia), comprava o costo (rês para o sustento do trabalhador ervateiro), atendia a comissão (armazém de suprimento), ajudava na monteação (procura das árvores de mate).” (REIS, 1980, p. 50)

⁴⁵ A saúde de Serejo sempre foi muito precária. Segundo Reis (1980), o autor era um “bolicho [armazém] de doenças”, referindo-se aos vários males de fundo grave que o acometeram desde criança, dentre eles uma doença que o fez perder a visão do olho esquerdo e parte da visão do olho direito.

de terras do Estado” (REIS, 1980, p.75). Seu plano foi aprovado e, em seguida, foi nomeado Diretor da Repartição de Terras. No final dos anos 40, foi convidado pelo secretário de Agricultura, Dr. Demóstenes Martins, para trabalhar como perito com o intuito de deslindar cerca de 400 processos de litígios de terras que estavam “enguiçados” (REIS, 1980, p. 79). Conseguiu dar solução a mais de 300 processos. Foi, também, presidente da Campanha articulada em prol da construção da ponte sobre o Rio Paraná. Em 1948, fixou-se em Presidente Venceslau e, atualmente, com 93 anos, reside em Campo Grande.

Serejo se autodenomina “bugre legítimo com arremedos de homem civilizado” (SEREJO, [197-a], p. 6). Seu belíssimo discurso de posse na Academia Mato-grossense de Letras, em 1973, traduz os sentimentos desse poeta “crioulo”⁴⁶.

[...] Eu sou o homem desajeitado e de gestos xucros que veio de longe. Eu sou o homem fronteiro que na infância atribulada recebeu nas faces sanguíneas os açoites desse vento, vadio e aragano, que, no afirmar da lenda avoenga, nasce nas terras incaicas, num recôncavo do mar, varre o altiplano boliviano, penetra o imenso aberto do Chaco Paraguaio, para depois, exausto do bailado demoníaco, numa cólera e estrupício de tormenta, arrebentar, cortante e gélido na cidade de Ponta Porã [...] eu vim dos ervais meus irmãos, do fogo dos ‘barbaquás’, do canto triste e gemente dos urus, dos bailados divertidos, dos entreveros dos bolichos das estradas, do mais hisurto da paulama seca, do por do sol campineiro, dos dutos, das encruzilhadas e das distâncias perdidas. Eu sou filho da ‘jungle’, sou gaudério de todos os pagos, apaixonado das querências e cria de todos os galpões da terra. Eu vim de longe, eu sou um misto de poeira de estrada, de fogo de queimada, de aboio de vaqueiro, de passarada em sarabanda festiva no romper da madrugada [...] Sou misto também de índio vago, cruza-campo e trota-mundo.

Os ventos do destino – maus e bons – levaram-me a pagos diferentes. Os meus pés dilacerados trilharam muitos caminhos.

Fui, no perpassar inexorável do tempo, obreiro de crença, fé e esperança, como o fui, também, imagem viva de desesperança, revolta e sofrimento. Revolta, pela gritante desigualdade existente entre os seres humanos – criação sublime de um mesmo Deus e rebanho sofredor de um mesmo Pastor [...]. (SEREJO, 1973 *apud* REIS, 1980, p. 16-17)

Serejo possui mais de 50 obras editadas e vários artigos publicados em revistas e jornais do sul de Mato Grosso. Publicou em Portugal, Uruguai, Paraguai e México. Um de seus contos foi adaptado para TV e transmitido pela TV Record. Escreveu também para a

⁴⁶ Referente ao *crioulismo*, expressão utilizada por ele em várias passagens de suas obras. Designa o que é relativo ou nativo de uma região.

Rádio Tupi de São Paulo. É membro das Academias de Letras de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Piracicaba, da União Americana de Cultura, da Sociedade Matogrossense de Folclore, do Centro de Letras Euclides da Cunha de Ponta Grossa, membro correspondente da Academia Paranaense de Letras e sócio efetivo da União Brasileira de Escritores.

Seus escritos têm um pouco de tudo: de poesia, de folclore, de memória, de contos e de crônicas históricas. Mas o gênero predominante é a crônica histórica, denominado conto pelo autor. É o que Serejo faz com maestria. Numa das críticas a uma das primeiras obras publicadas por Serejo, **Homens de aço**, José de Mesquita, do Instituto Histórico de Mato Grosso – IHMT, comenta:

‘Homens de Aço’ traz a nossos olhos o drama que se desenrola nos ervais do Sul de Mato Grosso, e, em estilo leve e expressivo, estilo reportivo, como se fosse um jornalista flagranciando os aspectos e as pessoas, nos dá uma série de fotos animados, uma espécie de cinema sincronizado, ou um desses ‘jornais falados’, do rádio moderno. (MESQUITA *apud* SEREJO, 1952, p. 201)

Suas obras mais significativas são crônicas, que envolvem lembranças do sertão e falam do trabalhador, do homem simples do campo, do povo sem instrução, das revoltas, da violência e, sobretudo, da produção da erva-mate. Seus personagens e histórias não são ficcionais e, talvez para não comprometer algumas pessoas, o autor usa nomes fictícios⁴⁷.

Há também poemas, glossários, apanhados sobre expressões regionais, folclore, credices, remédios caseiros, registros do cotidiano do trabalhador, fontes que podem ser utilizadas em estudos sobre a linguagem, costumes e medicina popular. Em algumas dessas obras, parece que estamos diante de uma miscelânea de assuntos que trazem de tudo um pouco. Em **Balaio de Bugre** [197- a], da coleção de mesmo nome, o autor explica essa necessidade de contemplar vários assuntos.

Durante longos anos viajei pelo sul de Mato Grosso, numa peregrinação peripeçiosa, auxiliando meu pai em sua rude atividade ervateira. Hoje aqui, amanhã ali, íamos rompendo o sertão, tangidos pelo vento cruel de um destino sempre ingrato. Pernoitamos, muitas vezes, à margem de arroios, no arranchamento de bugres foragidos de aldeias. À noite, ao pé do fogo

⁴⁷ Numa de suas publicações, denominada **Prosa Rude** (1952), há várias crônicas relacionadas a fatos reais, mas os nomes são fictícios. No conto *Um júri nos ervais*, em que relata a história de um habilitado que julgou dois peões devido a uma briga causada por uma mulher, Serejo frisa que o nome do personagem – Nenito – foi criado por ele: “qualquer semelhança com os Dons Nenitos que vivem por aí é mera coincidência.” (SEREJO, 1952, p. 70)

estradilante, conversávamos. Bugre gosta de conversa. Fala um tempão, rindo à toa, sacudindo o corpo, cuspidando no braseiro e comendo mandioca assada (...) Por várias vezes, nessas pousadas incômodas notei, que um balaio velho feito de lâminas de taquara, ficava ao lado do bugre mazoro. Qual seu conteúdo? Quase incrível isto: atadinhos de trapo, chumbo, pólvora, raízes, folhas, milho-pipoca, semente de abóbora, carretel-de-linha, lenço de chita, pedra de isqueiro, colher, faca, cuia de porongo, pedaço de rapadura, mandioca, pena de arara, unha de gavião, dente de onça e mil e uma bugigangas. Bugre briga e morre para defender seu balaio. Tem-lhe estima imensa. É jóia preciosa que a natureza lhe deu. Contendo este livro de tudo um pouco: crônicas, relato histórico, comentários, poesias, contos, folclore, crítica literária, e imagens do sertão, não é o mesmo um autêntico balaio de bugre? (SEREJO, [197- a], p. 5-6)

De fato, seus livros têm um pouco de tudo, mas Serejo sobressai-se como o memorialista dos ervais fronteiriços, em especial, de tudo que esteja ligado aos trabalhadores ervateiros.

2. 1 A FRONTEIRA DOS TRABALHADORES DE AÇO

Em termos literários nada há que se compare, em Mato Grosso do Sul, a Hélio Serejo. Seus contos e poemas são escritos com a sensibilidade de quem se fez poeta na observação da vivência cotidiana dos trabalhadores fronteiriços. Neles ganham primeiro plano paraguaios, índios, caboclos, “gaudérios”⁴⁸, personagens de uma história de sofrimento e de exploração.

A primeira obra escrita por Serejo, **Tribos revoltadas**, é uma “novela indígena, publicada em 1933, não possuindo o autor um exemplar sequer (sic) da mesma, pois queimou-se (sic) a edição toda no dia 27 de novembro de 1935, por ocasião da Intentona Comunista do 3º. R.I.” (PROSA RUDE, 1952, p. 2). Seu segundo trabalho, intitulado **Caboclo de minha terra**, é “de sentido regionalista, premiado em concurso com as ‘Obras Completas de Felipe de Oliveira’, sob o julgamento de Álvaro Moreira e Graciliano Ramos, da Academia Brasileira de Letras” (PROSA RUDE, 1952, p. 2).

⁴⁸ Termo usado para designar os migrantes gaúchos.

Um de seus mais importantes escritos, o terceiro de sua lista, denomina-se **Homens de Aço**: a luta nos ervais de Mato Grosso, obra que se transformou em marco e referência para os estudos historiográficos posteriores focados sobre os ervais.⁴⁹ Escrito em 1946, quando a produção da erva-mate encontrava-se em queda, mas ainda era expressiva na arrecadação estadual⁵⁰, reúne uma série de pequenas crônicas e informações sobre o trabalho nos ervais, com descrição detalhada de todas as operações envolvidas na divisão manufatureira do processo de trabalho com seus respectivos trabalhadores. Relata, ainda, problemas enfrentados por estes na luta diária dentro da “*jungle*”⁵¹ bravia” (SEREJO, 1946, p. 9). Todo o livro é ilustrado por desenhos de autoria de Nicéforo S. Ávila, um “menino que nunca teve escola”⁵².

Em meio a descrições sobre a lida pesada dos trabalhadores, o discurso do autor é entrecortado por expressões em guarani, o que demonstra conhecimento do linguajar próprio do meio em que vivia⁵³. A sensibilidade do poeta pode ser observada, também, no retrato que traça de hábitos, comportamentos e costumes dos trabalhadores. Falando do *barbaquazeiro*, afirma: “tendo uma pinguinha para, de vez em quando, chupar uns goles, vara a noite sem cochilar. Se o trabalho, porém, é feito durante o dia, como acontece muitas vezes, enche os ouvidos da gente com seus gritos intermitentes” (SEREJO, 1946, p. 28-29).

Ao discorrer sobre o trabalho nos ervais, Serejo sempre explora o “folclore” ligado à atividade ervateira, como já foi observado anteriormente. É do folclore fronteiriço a

⁴⁹ As obras do autor, em sua quase totalidade, reúnem crônicas sobre os ervais. Mas, há algumas exaustivamente destinadas ao tema, a exemplo de **Homens de aço** (1946), **Vida de erval** [197- d], **7 contos e uma potoca** (1978), **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul** (1986), **Os heróis da erva** [198- a] e **Carai ervateiro** [198-b].

⁵⁰ “[...] apesar da tendência de queda relativa da participação da erva mate na economia mato-grossense, queda esta que já vinha se dando desde meados da década de 30, a produção local era importante para o desenvolvimento do extremo Sul do estado, sobretudo para os municípios de Ponta Porã e Amambai. Além disso, apesar desta tendência de menor participação relativa, houve momentos de recuperação nas vendas do produto, como aquele acontecido a partir dos anos 40 e sobretudo nos anos 50, em parte graças a um série de incentivos oferecidos pelo governo estadual, combinados a conjuntura favorável de aumento de vendas para a Argentina. Assim, nos anos de 1951, 1954 e 1957 a produção ervateira de Mato Grosso representava respectivamente 17,18%, 10,56% e 11,03% da produção total desta mercadoria, no Brasil.” (BRITO, 2001, p. 123)

⁵¹ O mesmo que selva. Anglicismo muito utilizado pela historiografia da época.

⁵² “O leitor, por certo, irá encontrar uma desproporção nos desenhos que ilustram as páginas deste livro; como se trata de um menino que nunca teve escola, devemos unicamente olhar o lado primoroso do traço.” (SEREJO, 1946, p. 1)

⁵³ Quase todas as obras Serejo trazem glossários para traduzir as expressões regionais, muitas delas derivadas do guarani.

identificação do fazer do *barbaquazeiro* com os hábitos de um pássaro noturno, o *uru*. O trabalhador responsável pelo barbaquá é também chamado de *uru*, na fronteira, porque, segundo Serejo, realiza o seu trabalho à noite.

Uru – pássaro – e, uru – homem, são amigos e se entendem. Um geme – cantando – é o uru, do barbacuá, o outro geme soluçando; é o uru – pássaro. O canto de um e o gemido do outro, ameniza o passar da noite interminável, que o clarão do fogo incendeia. (SEREJO, 198-b, p. 51)

Outro costume que virou “folclore” na fronteira e que merece registro nas obras do autor é o *mbureio*, grito emitido pelo trabalhador nas matas. Era costume entre os mineiros, segundo Serejo, gritar alto pelas matas, *mburear*, chamando a atenção das pessoas. Na verdade, sozinhos nas matas, distanciados uns dos outros e correndo todos os riscos de um penoso trabalho e de extravio, os trabalhadores utilizavam-se do *mbureio* como recurso de comunicação: “um grito, chama a atenção: dá sinal de vida; dois gritos, indicam que o peão está satisfeito; tudo está correndo bem, e três gritos, as coisas vão mal, existem dificuldades.” (SEREJO, 1986, p. 161)

Outros trabalhadores, não diretamente ligados à elaboração do mate, também foram observados pelo autor. Falou do condutor de *arrias*⁵⁴, responsável por conduzir, em tropas de mulas, o mate para as embarcações. Observe-se a criatividade do autor ao descrever cenas muitas vezes vistas envolvendo esse trabalhador. Parece que se está diante de um quadro ou de uma janela e que se pode visualizar a cena descrita.

Quase ao cair da noite, maltrapilho e exausto, depois de longa caminhada, pela arrieira, aberta toscamente no coração da mata, ele, o condutor, tangendo a tropilha de mulas adelgadas pelas refregas diárias, aparece no estirão da aguada [...]. É sempre com imensa piedade que a gente olha para um condutor de *arrias*. Sua fisionomia de homem cansado reflete bem uma vida de martírios. Nunca vi, nos ervais por onde passei, um moço nesse mister.

Conheci um velhinho condutor, de nome Boni, que fazia sozinho, diariamente, 24 quilômetros através de um terreno escorregadio e ingrato, conduzindo 12 *arrias*. Se um cargueiro adocece, ou cansa, ele o alivia prontamente da carga e o desliga da fila. E não é exagero dizer: trata dele como de um filho. (SEREJO, 1946, p. 40)

Há, também, verdadeiras homenagens do autor a outros trabalhadores, como o *carreteiro*⁵⁵, por exemplo. Em **Rincão dos Xucros** (1971a), obra em que trata de variados

⁵⁴ “Animais que transportam o mate.” (SEREJO, 1946, p. 107)

⁵⁵ Trabalhadores que conduziam carretas para o transporte de mercadorias, sobretudo de erva-mate.

temas sobre a fronteira, há uma belíssima crônica sobre esse trabalhador. Mais uma vez, a imaginação de Serejo *corre solta* como as carretas paraguaias.

Tu, carreteiro de minha terra, és o símbolo grandioso de uma geração de fortes, de uma linhagem que, na era primeva, com sacrifício de muitas vidas preciosas, levou um pouco de civilização para um mundo abandonado [...]. O teu canto taciturno, carreteiro matogrossense, ecoando, tristemente, na grandeza da hora vespéral, representa o tom de clarim da tua vida nômade [...] quando a noite te alcança antes do pouso certo, tu amarras os bois na árvore do caminho; fazes um fogo no chão virgem; preparas o arroz com carne seca e dormes depois, a sono solto, pára (sic) acordares com o primeiro ladrido do teu cachorro [...] e a carreta sacolejante vencerá as distâncias, por que os bois entenderão seu canto...canto que alivia o peso e que dá forças para romper o chão arenoso e os atoleiros das passagens enganadoras [...]. (SEREJO, 1971a, p.75-76)

Serejo registra, também, a sua leitura do cotidiano do peão domador.

Esse mundo todo lhe pertence: os ermos, a planura, o descampado, as florestas, os vales, a várzea, os riachos [...] e a sua querência...a sua querência amada...[...] se tudo isso é seu, por que não pode se julgar um Rei?

O potro xucro, sentiu os pontacos da sua espora; o touro arisco beijou o chão do mangueiro quando você lhe desferiu o certo pialo de concha; os seus pés foram estropiados também, quando você varou o sertão, acompanhando a marcha lenta das carretas [...]. (SEREJO, 1971a, p. 70).

Entre as descrições de *lidas fronteiriças* aparece nos seus escritos, ainda, o descanso do trabalhador, a folga passível de ser gozada no trabalho.

O tereré e o fumo, numa ranchada ervateira, são elementos tão indispensáveis quanto a carne e a graxa. E é preciso notar com que satisfação o arrieiro paraguaio ingere essa esquisita bebida. Senta-se, alça ao cós o *Piya*, ou desvencilha-se momentaneamente do incômodo e deselegante *aparato*, e vai sorvendo-a em largos goles. Analisando-o bem, é nessa ocasião um ser quase inútil. Enquanto está 'formada a roda', jamais se ergue, nem mesmo por instinto próprio de defesa [...]. (SEREJO, 1946, p. 38-39)

A folga do trabalhador e os hábitos adquiridos na região, como a roda de tereré, são sempre ressaltados pela historiografia e precisam ser compreendidos nos seus determinantes. Como já foi afirmado anteriormente, o trabalho nos ervais era manufatureiro, forma histórica que ainda contava com trabalhadores que dominavam sua especialidade. Era trabalho parcial, mas dependente do conhecimento e da habilidade de cada trabalhador especializado em face das operações que lhe correspondiam. Esse domínio teórico-prático do processo de trabalho foi um importante recurso para que os trabalhadores

criassem e impusessem certas resistências, tais como o horário para o tereré e um ritmo mais lento em certos momentos do processo de trabalho. Os hábitos descritos por Serejo eram manifestações culturais do trabalhador fronteiriço, hábitos esses ligados ao tipo de trabalho desenvolvido na região⁵⁶.

Contador do cotidiano do povo fronteiriço, seus textos retratam as expressões culturais mais significativas do trabalhador. Utilizando-se de muitos termos do senso-comum como, por exemplo, “bugre”, “brabo”, retirados da linguagem popular, bem como uma série de credices, superstições e expressões regionais, Serejo retrata as dificuldades tão comuns ao povo do campo. Vivendo afastada dos grandes centros científicos e culturais, a população trabalhadora da fronteira, em momentos difíceis, precisou utilizar-se da fé, de remédios caseiros e de curandeiros para sobreviver. Há uma infinidade de textos⁵⁷ que tratam do “folclore” regional, envolvendo costumes, lendas, credices, mitos, etc.

A título de exemplo, podem ser citadas duas lendas que chamam a atenção por estarem próximas do trabalhador ervateiro e ligadas ao controle do processo de trabalho. Uma delas é a lenda sobre o *Aó-Aó*, entidade mitológica, um duende, “espírito florestal das regiões ervateiras” (SEREJO, 197-d, p. 22). Segundo Serejo, além de perseguir o *changá-y*, isto é, aquele que elaborava erva clandestina, esse *duende* era responsável por não deixar o *barbaquazeiro*⁵⁸ dormir.

Causa grande medo ao homem do erval. Pode aparecer no canto de um pássaro, o que se percebe porque o conhecido gorjeio da ave sofre, ao entardecer, brusca variação [...] quando a noite desce de todo, formando a escuridão fechada, ele fica por ali, nos arredores, pregado às erveiras junto às aguadas, no Tapés-guaçú ou rondando o *Barbaquá*, soprando forte, para não deixar o *uru*⁵⁹ cochilar encostado no *cambaráí*, peça lateral que sustenta o girau do barbaquá, porque *uru* precisa varar a noite, acordado, cuidando o fogo e observando, minuto a minuto, a delicada operação da secagem [...]. (SEREJO, 197-d, p. 22-23)

⁵⁶ Conforme Marx demonstra, esse processo gerador de resistências no interior da produção foi inerente à manufatura: “Uma vez que a habilidade manual constituía o fundamento da manufatura e que o mecanismo coletivo que nela operava não possuía nenhuma estrutura material independente dos trabalhadores, lutava o capital constantemente contra a insubordinação do trabalhador [...] por todo o período manufatureiro estendem-se as queixas sobre a falta de disciplina dos trabalhadores.” (MARX, 1994, p. 421)

⁵⁷ Há inúmeras crônicas sobre o assunto, mas há especificamente algumas obras que tratam somente de crenças e superstições. Ver, dentre outras, **Abusões de Mato Grosso e de outras terras** (1976), **Lobisomem** (197-f), **Modismo do Sul de Mato Grosso** (197-e) e **Lendas da erva-mate** (1978 b).

⁵⁸ Trabalhador responsável pela secagem da erva-mate, que era realizada num instrumento denominado de barbaquá.

⁵⁹ Expressão sinônima de *barbaquazeiro*.

A outra lenda é a de um “espírito feminino”, a *Caá-yarí*, que protegia o pé da erva-mate e perseguia o trabalhador que colhesse suas folhas fora de época. Segundo ele, esse espírito “vinga contra aquele que decepa ou que procede ao corte fora de época [...] como é muito ciumento e ama o pé da erva, não perdoa ninguém. Castiga e castiga impiedosamente.” (SEREJO, 197-d, p. 30)

É evidente que ambas as entidades são expressões da mitologia do trabalhador e estão ligadas ao processo de trabalho, possivelmente criadas para assegurar maior produção. Analisados por esse ângulo, os textos que veiculam essa “mitologia” ou “folclore” são expressões do senso comum e fontes importantes para estudar a relação da população trabalhadora com o meio, naquela região, bem como a concepção que resulta dessa relação⁶⁰.

Autodidata, Serejo descreve tudo que viu e ouviu, em alguns casos sem consulta a nenhum autor ou obra, como afirma na *Introdução* de seu livro **Homens de Aço**: “Quem este desprezioso livro escreveu, nunca leu obra alguma sobre a cultura e industrialização da Erva-Mate; baseou-se exclusivamente nas informações colhidas de experimentados ervateiros” (SEREJO, 1946, p. 7). Na maior parte de suas obras, nota-se a não utilização de fontes historiográficas e uma despreocupação com o rigor acadêmico. O conteúdo é memorialístico e quase toda a pesquisa que o autor realizou foi verificada empiricamente⁶¹.

Em **Vida de Erval** (197-d), Serejo afirma que “muitas obras foram consultadas, entretanto, as informações de fonte pessoal e as constantes observações do autor, foram as que firmaram o conteúdo da obra simples, porém fiel em todos os sentidos.” (SEREJO, 197-d, p. 61). Isso vem comprovar que não era pretensão do autor a exposição sistemática, organizada e rigorosa da história. Não era esse o seu objetivo. Serejo queria expor, por meio da obra literária, os problemas vividos pela população simples, queria mostrar a vida da população fronteiriça, carregada de “dramas, tormentos, desenganos e alegrias.” (SEREJO, 197-d, p. 15)

⁶⁰ É importante retomar Gramsci, quanto a esse aspecto, pois “no senso comum existe uma certa dose de ‘experimentalismo’ e de observação direta da realidade, ainda que empírica e limitada” (GRAMSCI, 1995, p. 35). As obras que tratam dessa “mitologia” devem ser consultadas como fontes para compreender o que existia de bom-senso no senso-comum fronteiriço e jamais para justificar uma incorporação de seu discurso sem crítica.

⁶¹ Em algumas de suas obras Serejo relaciona os nomes de seus colaboradores. Ora os denomina “informadores”, ora “alguns eruditos residentes em Assunção” (SEREJO, 197-d, p. 61), mas a maioria deles é formada por pessoas moradoras da fronteira, ervateiros ou pequenos proprietários.

Em Serejo se encontra a denúncia da exploração do trabalho na fronteira, a miséria exposta abertamente, faltando-lhe, porém, uma crítica articulada sobre as razões dessa exploração. A miséria do trabalhador aparece, a todo o momento, mas é justificada, por vezes, como algo imanente à própria condição do trabalho.

Heróicos e audazes, sem egoísmo e sem ambição, eles são bem o protótipo do homem nascido para as duras refregas contra a *jungle* bravia [...] O drama do erval alucina-os e absorve-os [...]. (SEREJO, 1946, p. 9)

Em outra passagem, referindo-se ao ervateiro, relata:

É bem se pode dizer, uma espécie de escravo voluntário do papel que desempenha na elaboração do *caá*. Um dia perguntei a um mineiro, se não tinha desejo de abandonar essa lida, por outra menos trabalhosa. Respondeu-me, ao pé da letra, cuspiendo para um lado, um naco de fumo mascado:

- Ni para ser teniente primero em Assunción

Não insisti. Compreendi que acima de tudo estava o seu elevado amor próprio. (SEREJO, 1946, p. 19)

Ainda é possível perceber os limites de sua crítica no trecho de um conto em que se refere aos “maiores inimigos” do mineiro, abordando os perigos inerentes ao seu trabalho.

Sei de um que, em certo dia, estava tirando folhas de uma gigantesca *arbolera*, num erval de Emboscada; perdendo o equilíbrio, caiu de encontro a um galho de próprio vegetal, que lhe transpassou os intestinos [...] outros são ainda atacados por répteis traiçoeiros, que geralmente os inutilizam para o resto da vida. É assim a missão do *mineiro*, duplamente perigosa. Os seus maiores inimigos nos ervais são as *taji-pucú*⁶² e os terribilíssimos *cava-pitá*⁶³. (SEREJO, 1946, p. 21)

Ao lado das denúncias sobre a exploração do trabalho, em **Homens de Aço** aparecem, também, elogios à atuação da Companhia Matte Larangeira. No capítulo intitulado *Dois palavras*, o autor afirma que havia uma propaganda injusta contra ela. Apóia a empresa demonstrando que ela trouxera civilização para o estado, sendo a responsável pelo desenvolvimento econômico de Ponta Porã: “a Mate Laranjeira fez, sozinha, no município de Ponta Porã, em pouco tempo, o que não conseguiram fazer em quarenta anos de governo.” (SEREJO, 1946, p. 106)

Esse desenvolvimento dirigido pela empresa não teria ocorrido somente em Ponta Porã, mas em toda a região sul, por ela polarizada.

Ela, num audacioso empreendimento, ligou Mato-Grosso com várias nações vizinhas, desbravou e povoou o sul, e fez a terra de Pascoal Moreira

⁶² “Formigão pintado muito venenoso” (SEREJO, 1946, p. 114).

⁶³ “Maribondo de cor vermelha, cuja ferroada produz febre violenta” (SEREJO, 1946, p. 108)

Cabral conhecida e admirada em outros continentes. Mas não parou aí. Abriu escolas, fundou núcleos de população, deu assistência médica gratuita aos seus empregados, aumentou a minguada renda estadual e levou a civilização para o sertão [...] procurou, por várias vezes, nacionalizar o máximo possível o braço operário, não o conseguindo totalmente, por não ter ambientado ao meio, o elemento vindo. (SEREJO, 1946, p. 105)

O autor ainda lembra que foi essa empresa que, até mesmo antes do Estado, preocupou-se com o policiamento e fiscalização do contrabando na fronteira ao instalar lá uma Agência Fiscal. Essa agência teria sido comandada pelo Major Francisco MarcosTury Serejo, avô do autor.

A obra **Homens de aço** foi dedicada a dois sócios e administradores da Matte Larangeira em Mato Grosso, Heitor Mendes Gonçalves e seu filho Fernando Jorge Mendes Gonçalves. Ao mesmo tempo, o autor ofereceu-a aos homens de aço, heróis anônimos do *caaty*, os trabalhadores ervateiros, o que demonstra, mais uma vez, aspectos ambíguos no comportamento político do autor, que permeiam todo o conjunto de suas obras. De fato, essa ambigüidade é fruto de sua origem de classe, como pequeno proprietário dependente da Companhia Matte Larangeira.

É possível perceber, no entanto, que, à medida que se distancia da época retratada, Serejo parece ficar mais à vontade e sua crítica se torna mais radical. Isso pode ser observado nas obras publicadas após a década de 1970, como **Vida de erval** (197-d), **7 Contos e uma potoca** (1978 a) e **Pelas orilhas da fronteira** (1981). Nelas, o autor chega a citar o nome de várias pessoas envolvidas em crimes contra trabalhadores e, até mesmo, a ligação desta violência com a Companhia Matte Larangeira.

Em **Vida de Erval** (197-d) Serejo acusa os habilitados de serem os responsáveis pela exploração dos trabalhadores. Cita Nenito Alvarez, por exemplo, “um paraguaio extremamente severo para com seus compatriotas”⁶⁴ (SEREJO, 197-d, p. 48). Os habilitados eram empreiteiros da Cia. Matte Larangeira, que recebiam por produção e assumiam a responsabilidade pelo controle do rancho⁶⁵. Mas a empresa exercia fiscalização

⁶⁴ De acordo com Serejo, nem todos os habilitados usavam da violência com os trabalhadores: “mas - não de perguntar muitos – desse feito eram todos os *patrones, habilitaú e mayordomos*? Certo que não!” (SEREJO, 197-d, p. 55)

⁶⁵ O rancho era uma espécie de acampamento improvisado, montado no próprio campo, local onde se realizava o fabrico do mate cancheado. A estrutura de um rancho compunha-se basicamente de equipamentos necessários para o preparo da erva, moradia para os trabalhadores (casinhas de sapé), depósitos, bem como de uma “comissaria”, ou seja, espécie de administração onde se abrigavam os mantimentos (armazém) e a contabilidade do rancho. Quando o erval era de grande porte, os trabalhadores se deslocavam somente com seus ranchitos (moradias) para ficarem mais próximos dos pontos de exploração (ARRUDA, 1986, p 94). Os

sobre esse tipo de administração para coibir contrabando de erva. Na interpretação de Serejo, eram os habilitados os responsáveis pelos lucros nos depósitos de mercadorias, cujos preços eram fixados acima dos valores de mercado, medida que condenava o trabalhador a permanecer no rancho, fazendo funcionar o regime de escravidão por dívidas: “na época *braba* de penetração, fumo, sardinha, leche conservado, pinga e perfume, proporcionavam lucros espantosos aos habilitados. A *cuentita* do desgraçado do peão andava sempre muito alta, pela exorbitância cobrada.” (SEREJO, 197-d, p. 56)

Apesar do elogio feito aos administradores da Companhia Matte, Serejo não se eximiu de atribuir à empresa, também, a responsabilidade pela exploração dos trabalhadores. Em **Vida de erval** (197-d), comentando o aumento do número de trabalhadores que se organizava para fugir, Serejo afirma que a empresa implantou “a guarda armada dos ervais”, cujos membros eram conhecidos como *comitiveros*⁶⁶.

Assusta-se, sobremaneira, a direção da Mate Laranjeira, então domínio administrativo total de autoritários argentinos. Poderia ser o caos. Contratos vultosos haviam sido assinados em Buenos Aires. Não se podia pensar em fracasso. Que atitude tomar? Como agir em tão dramático momento? A idéia surgiu, finalmente. Organizariam a ‘guarda armada dos ervais’. Munição e arma das melhores, cavalos ou burros resistentes, boas canoas, *provision* farta e, acima de tudo, *homens escolhidos a dedo*, de índole má, bandidaços, prontos para matarem a qualquer momento, desapiadadamente. (SEREJO, 197-d, p. 45)

Parece não lhe agradar a abordagem das questões políticas que envolveram o processo de ocupação e desenvolvimento da fronteira. Serejo, ao tratar do sofrimento e da morte de tantos e tantos trabalhadores, faz uma crítica à forma de exploração do mate: “[...] povoações ervateiras transformadas em cemitérios [...] tudo isso houve sim, e até mesmo em dramas inenarráveis, porém, o mate incontestavelmente, serviu de alavanca poderosa para que se desbravasse a região sulina matogrossense” (SEREJO, 197-d, p.14-15). Serejo deixa subentendido que o governo nada fez para o desenvolvimento da economia da fronteira e, nesse sentido, os empresários Thomaz Laranjeira e Francisco Mendes Gonçalves foram “nomes gigantes”, “pelo lado da visão e do arrojo” (SEREJO, 197-d, p.

ranchos eram controlados por meio da administração central, que indicava um funcionário responsável pela produção. Eram chamados de ranchos “por administración”. Havia também os ranchos “por empreitada”, controlados pelos “habilitados”, que recebiam um adiantamento em dinheiro e infra-estrutura básica para o início da produção. Estes recebiam por produção. Em ambos os casos, a fiscalização era rigorosa para coibir qualquer tipo de extravio de erva. A partir da década de 1930, a Companhia passou a substituir os ranchos “por administración” pelos ranchos “por empreitada” (ARRUDA, 1986, p. 96).

⁶⁶ Assim chamados pois se organizavam em comitivas. As comitivas serviram para reagir ao aumento das fugas dos trabalhadores, a partir da década de 1920 (SEREJO, 197-d).

15). Mas a crítica é breve e Serejo logo muda de assunto com esse recado: “mas falaremos neste trabalho de pesquisas, unicamente das coisas dos ervais. Vivemos a vida do ervateiro durante longos anos a fio, com seus dramas, tormentos, desenganos e alegrias, tudo observando, de tudo indagando [...]” (SEREJO, 197-d, p. 15). Depois das denúncias feitas, parece surpreender-se realizando uma intromissão indevida. Então foge da questão e deixa para o leitor a responsabilidade de realizar, por si próprio, o julgamento. Numa entrevista concedida em 1999, o autor afirma que havia “no problema ‘Mate Larangeira’ suas complicações, envolvendo até a política rasteira, podre e asquerosa.” (SEREJO, 1999)

Mesmo um pouco ambíguo e sem declarar de maneira aberta suas posições, é Serejo quem faz a denúncia da exploração dos trabalhadores dos ervais por meio de seus versos e de suas crônicas. Em toda a historiografia de conteúdo memorialístico, nada há que possa ser igualado aos seus escritos sobre os ervais. Serejo revela as condições de existência desses homens em seus pormenores, além de abordar, com riqueza de detalhes, todas as etapas da elaboração da erva-mate e as operações realizadas pelos respectivos trabalhadores. A discussão da divisão do trabalho é minuciosa a ponto de descrever os instrumentos de trabalho, a indumentária necessária ao trabalhador, os tempos destinados a cada etapa, os valores auferidos por cada modalidade de trabalhador e, até mesmo, os instrumentos de tortura e castigo como o Tronco⁶⁷, o *Mborerí-piré*⁶⁸ ou o *Teyú-Ruguay*⁶⁹.

Serejo conta vários casos de peões que foram perseguidos por comitiveiros e seriamente castigados ou assassinatos. Segundo ele, não havia perdão nem mesmo às mulheres ou às crianças. Há uma crônica denominada *Comitiveros*, integrante da obra **7 Contos e uma potoca** (1978 a), que conta, com minúcias, vários casos de tortura, estupros e assassinatos cometidos contra trabalhadores, citando, inclusive, os nomes dos mais famosos comitiveiros que, para Serejo, “estão na memória de antigos ervateiros” (SEREJO, 197-d, p. 51).

⁶⁷ “Outro pertence ervateiro muito usado, na era primeva, que faz parte da rude história das ranchadas ervateiras, foi o tronco [...]. (SEREJO, 197-d, p. 22)

⁶⁸ “Terrível chicote feito, em largas tiras, com couro de anta [...] poderosa arma para vingança e castigo nos ervais. O corpo do peão surrado por ele externamente, não deixa qualquer espécie de marca ou sinal, porém, internamente, feria gravemente e arrebentava órgãos.” (SEREJO, 197-d, p. 22)

⁶⁹ “Terrível chicote feito de rabo de lagarto papo-amarelo [...] o Teyu-Ruguay – faz parte da história do mate e do povoamento sulino Matogrossense. Presenciei vários castigos com esse terrívelíssimo rebenque [...]” (SEREJO, 197-d, p. 37)

Em **Pelas orilhas da fronteira** (1981), há, igualmente, várias denúncias de violência e tortura contra trabalhadores. Uma delas refere-se ao ato “praticado por um habilitado de nacionalidade argentina”, que parece ter impressionado bastante o autor, então com apenas 16 anos de idade.

[...] um velho de pouca barba e escassos cabelos, sem camisa e de *chiripá*⁷⁰, com o peito e braços lanhados de chicotaços, estava amarrado a uma árvore, onde passara a noite. Tinha os pés horripeladamente inchados e uma faixa vermelha, na volta de apoio do surrado *chiripá*, onde o sangue se coagulava. Não consegui me conter e o meu sentimento de piedade veio à tona, em forma de vulcão em chamas. (SEREJO, 1981, p. 71)

Em vários contos, reafirme-se, são retratados os crimes cometidos contra trabalhadores e os *entreveros*⁷¹ que ocorriam freqüentemente na fronteira, “dramas hediondos da despolicada região ervateira” (SEREJO, 1978 a, p. 10). Na obra **7 contos e uma potoca** (1978 a), há um conto curiosíssimo sobre um “levante comunista” (SEREJO, 1978 a, p. 9, grifo do autor) nos ervais. Trata-se da revolta organizada por João Ortt, comentada também por Puiggari (1933). O autor relaciona os mesmos nomes das pessoas que haviam sido assassinadas por agentes da Matte nesse episódio. Embora as aspas, usadas por Serejo na expressão “levante comunista”, pareçam indicar certa ironia, o autor não discutiu, de fato, o que significou tal levante. Já Puiggari esclarece melhor o episódio e ainda zomba do fato de Ortt ter sido chamado de comunista. Na verdade, tratava-se de uma revolta contra a Companhia que invadiu a propriedade desse posseiro.

Acerca da quantidade dos crimes, afirma o autor, seria impossível fazer um cálculo aproximado “tão elevado atingiu o número” (SEREJO, 1981, p.65). O período de extrema violência na fronteira, retratado por Serejo, teria se arrastado, com mais intensidade, até os anos 1937, confirmando as assertivas de Puiggari.

Por essa aterrorizante época – que se prolongou até 1937 – o crime campeava livremente, e de modo especial, nos trabalhadores ervateiros, onde representavam o mando e a lei, inexorável, a sanguinária ‘com blein’(sic), e o TEYU–RUGUAY, terrível chicote feito com o rabo do lagarto papo-amarelo. (SEREJO, 1978 a, p. 10)

Fundamental, nesse trecho, é a confirmação incisiva de Serejo de que o castigo nos ervais se prolongou pela década de 1930. Conforme se observa nessa citação, a violência vigente era dirigida contra os trabalhadores. Serejo expõe, abertamente e com muita

⁷⁰ “Corte de pano que envolve a cintura, até as coxas, usado como uma espécie de calça curta.” (SEREJO, 1981, p.110)

⁷¹ Segundo o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, *entrevero* significa “mistura, desordem, confusão, entre pessoas, animais ou objetos.” (FERREIRA, 1998, p. 667)

coragem, que a ordem na região era mantida debaixo de chicote, deixando entrever que Corrêa Filho teria escamoteado os fatos quando se referiu aos castigos nos ervais⁷² como algo ligado ao “passado”.

Ainda em **7 contos e uma potoca** (1978 a) há vários relatos em forma de crônicas sobre a violência. Histórias como a de um argentino, Angel Cister Robledo, um *Mayordomo* encarregado da alimentação dos trabalhadores numa ranchada, que matou “a faconças, mãe e filha, ambas suas amantes” (SEREJO, 1978 a, p. 11), por terem participado de um baile na sua ausência. Falando sobre os habilitados, isto é, sobre os administradores de ranchadas que empreitavam ervais da Companhia, há várias referências de Serejo ao caráter violento desses indivíduos. Refere-se a Filomeno Rodrigues, por exemplo, “homem violento, bandidaço”, mas que “havia a pouco levantado uma ranchada ervateira, com total apoio da Administração de Campanário” (SEREJO, 1978 a, p. 49). Depois de algum tempo, “a ranchada ervateira de Filomeno Rodrigues atravessava uma fase de inenarráveis dificuldades, pois o mesmo, certo dia, tivera a grande desventura de atritar com ‘Dom Losso’, então poderoso Administrador de Campanário, homem de maus bofes, hostil e arrogante” (SEREJO, 1978 a, p. 53).

Ainda tratando da violência, Serejo escreveu uma obra, **Sismório, o gringo bochinheiro e bandido** (1991), referente a um fora-da-lei correntino, já referido por Puiggari. O autor reforça todas as histórias relatadas por Puiggari, citando-o inclusive. Comentando as fontes de informações de Puiggari, afirma que, embora cauteloso e culto,

[...] não conseguiu unir-se, para o seu precioso trabalho histórico, a quatro informantes de alto valor: Serafim Munhoz Ybarrola, que residia em Vila Encarnación, o buenacho espanhol, Cesário Gayarre, que teve durante longos anos morada fixa em Ponta Porá, Heliodoro Soares ‘Tingo’ e Juan Cristaldo Pina Neto. (SEREJO, 1991, p. 53)

Ao final dessa obra, Serejo acrescenta uma lista bastante extensa de outros informantes.

Entre as dificuldades encontradas nesse *universo rústico* que era o *caaty*⁷³, a condição e o papel da mulher também foram focalizados pelo autor. Sobre a “heroína dos ervais” afirma Serejo:

São verdadeiras sentinelas de granito na luta peripeciosa dos ervais [...] se faltam na ranchada, plantada muitas vezes, no mais recôndito da selva

⁷² Numa entrevista concedida nos anos de 1999, Serejo afirmou que o castigo nos ervais foi comum até os anos 1934 e que teria mudado em face da “Lei Federal” (SEREJO, 1999, p. 16).

⁷³ Expressão em guarani que significa: “mato onde se poda a erva” (SEREJO, 1946, p. 108).

bruta, onde os víveres são conduzidos por um trilho tortuoso e estreito, nos lombos das pacenciosas arrias, a preciosa e insubstituível *sóopicurú*, o arroz, o feijão, o café e mesmo a indispensável Nhandú, soca um pouco de milho, junta nos cantos da lata os últimos bocados de graxa, quase que em geral em estado avançado de deterioração e fabrica um repugnante bolo, que come dias seguidos com o companheiro e os filhos. (SEREJO, 1946, p. 44)

As idealizadas mulheres paraguaias de longos cabelos negros e pés descalços foram retratadas por Serejo em prosa e verso. Não somente a mulher paraguaia, mas também a “fronteira”, título de uma de suas crônicas.

Filha da fronteira, mescla audaciosa de duas raças, ela carrega na silhueta graciosa, a flama selvagem dos formadores da raça [...]. Por saber se encontrar protegida pelas bandeiras de duas pátrias é que pisa garbosa o chão da rua [...] é um Deus nos acuda... quando essa *cunhãtim[moça]* surge no reboiço da praça, metida, provocantemente, dentro de seu vestido colorado, com aquela flor berrante no peito, quase pregada ao coração... Se é vista pelo arrieiro meio ‘trancucho’ é certo que um grito de entusiasmo, seguido de um sapateio rude, irá para os ares: – Anhá membiré! ... (SEREJO, 1971a, p. 41-42)

Mas, em grande parte de seus textos, as mulheres aparecem marcadas pelo sofrimento e pela humilhação; são expostas por suas singularidades, num local onde o trabalho era eminentemente “masculino”, isto é, trabalho manufatureiro, que necessitava de aprendizado, força e especialização, não havendo participação das mulheres, a não ser em pequenas tarefas⁷⁴. Nesse sentido, era reduzido o número de mulheres que habitavam as ranchadas⁷⁵.

Acrescente-se que, num ambiente embrutecido e carente pelas próprias condições de trabalho, as mulheres, por serem *peças raras*, viraram mercadoria, passaram a ser ofertadas e negociadas pelos trabalhadores que possuíam dívida alta. Esse costume difundiu-se como algo muito corriqueiro na região ervateira.

Em **Balaio de Bugre** (197-a) é relatada a história de um carpinteiro paraguaio que pediu emprego ao pai de Serejo, dono da ranchada Ajuricaba. Indo buscar a família no Paraguai, em sua chegada alvoroçou a ranchada.

Além da mulher castigada pela bruteza da vida, mas bonita e provocadora, trazia 5 filhas encantadoras de longos cabelos negros, sendo que, duas delas ‘botando seios’, tendo a mais velha somente 19 anos [...] a chegada das 5

⁷⁴ Há referências de Serejo a mulheres que ajudavam a acender fogo do barbaquá ou nas tarefas de ataqueio, “ato de ensacar o mate” (SEREJO, 1988, p. 5, 61).

⁷⁵ Até mesmo na descrição das festas nas ranchadas nota-se a ausência de mulheres. Segundo Serejo, o jeroki de arrieiro era um baile bagunçado em que homem dançava com homem (1988, p.11).

irmãs deu nova vida ao ambiente. E, nessa mesma noite houve uma ‘musiqueada’ [...] a luta pela conservação da virgindade das irmãs guaranis, foi algo de indescritível. Os lobos famintos, segregados naquele ermo, há mais de um ano, entraram em conflito e houve entreveros, uns após os outros, facadas, tiros, machetados e duas mortes. (SEREJO, 197-a, p. 79)

Não tendo outra alternativa, o pai de Serejo temendo mais desgraças, resolveu extinguir a ranchada e transferiu os trabalhadores para ‘Naranjay’, com enormes prejuízos (SEREJO, 197-a, p. 80). Anos depois, Serejo teve notícia do carpinteiro que, em plena miséria e com dificuldades para criar as moças, vendeu-as.

[...] sendo lindas e, ainda virgens, para elas seguramente, acharia bom preço [...] uma delas, dizem, vive no sul do estado do Paraná, como esposa, exemplaríssima, de determinada autoridade, chegou a ser dama de conceito respeitável na terra dos Pinheirais. (SEREJO, 197-a, p. 80)

Casos como esse eram corriqueiros nos ervais e demonstram a miséria absoluta daqueles homens e da própria condição humana.

Atente-se para um outro relato expressivo:

[...] um peão de erval tendo resolvido, após vinte anos, ir visitar a família no Paraguai e, não podendo levar a mulher em sua companhia, alugou-a a um seu patrício pelo preço ‘ajustado e contratado’, de cem cruzeiros, por mês até o prazo de dez meses. (SEREJO, 197-a, p. 78)

Mas, segundo o autor, meses depois, tendo voltado da viagem, o peão que alugou a mulher foi enganado pelo locador, que não quis lhe pagar alegando que sua mulher era muito velha e “com poca voluntá de atender las necessidads del hombre” (SEREJO, 197-a, p. 78). Houve briga e o peão devedor foi expulso pelo patrão por não ter quitado a dívida. Embora cheia de detalhes sobre o desfecho do caso, nessa crônica não há menção de nomes ou pessoas conhecidas pelo autor, o que pode levar o leitor a imaginar que se trata de ficção. Mas, no final do texto, há uma referência entre parênteses localizando o acontecido na “povoação ervateira de Porto Baunilha, Ponta Porã, Mato Grosso” (197-a, p. 78). Porto Baunilha era a localidade em que seu pai possuía uma ranchada. Ou Serejo não conhecia as pessoas envolvidas ou não queria revelar os seus nomes, mas tinha informações sobre o caso e anotou-o, possivelmente, em um de seus 64 cadernos.

Nas ranchadas, muitas mulheres foram *quilombêras de profissão*⁷⁶, mas se quisessem lá permanecer tinham que acatar as ordens de “seus homens”. Jamais podiam “pegar filho”, sendo expulsas caso isso ocorresse (SEREJO, 197-d, p. 18-19). Em se

⁷⁶ Prostitutas.

tratando de prostituição, o autor ainda colheu referências no *Juvenil*, “cabaré ‘clandestino’ de meninas entre 11 e 16 anos existente em Pedro Juan Caballero, nos anos de 1935, 1936, 1937 e 1938.” (SEREJO, 1989, p. 121)

Entretanto, havia uma função deveras respeitada na ranchada. Era a das *nhás benzedoras*. Há varias referências a essas mulheres que levavam ervas, rezas e muita esperança para os doentes daquela região afastada, onde havia poucos hospitais e médicos, mesmo nas cidades já formadas, como Ponta Porã ou Dourados⁷⁷. Serejo escreveu, inclusive, uma obra dedicada à história de Nhá Chaló, a “mais famosa curandeira e parteira dos ervais de Mato Grosso do Sul” (SEREJO, 1988, p. 1). O autor conheceu-a pessoalmente, como afirma.

[...] com ela convivemos cerca de quatro anos, nos meandros das ranchadas ervateiras, trilhando piques traiçoeiros, e lutando para, transpor os mesmos obstáculos. Acompanhamos os seus passos – e por assim dizer – vivemos a sua vida. Fomos testemunhas, por várias vezes das suas curas. (SEREJO, 1988, p. 9-10)

Nhá Chaló nasceu numa ranchada no Paraguai e mudou-se para Mato Grosso empregando-se como cozinheira na ranchada do pai de Serejo, em Porto Baunilha (SEREJO, 1988, p. 5-6). Era uma pessoa especial, quase milagreira, uma *profesional*.

Seu carinho para com qualquer doente tinha reflexos divinos. Foi se tornando conhecida. Sua fama de curandeira varou fronteiras. Passaram a vê-la como uma criatura excepcional, de brilho estranho no olhar e, acima de tudo, de mulher que possuía *mão santa* [...] Levando tudo muito a sério, ia reunindo as espécies que curavam: folhas, raízes, frutos, cascas, brotos, barãos, pó, batatas, palmas, óleo, graxa, vinho, cipó, bagaço, sementes e resinas. [...] embora conhecesse os remédios um por um, só no olhar, fazia as divisões em feixes ou pacotes para facilitar o preparo [...] algo de invulgar havia naqueles olhos de cintilações místicas. Ninguém duvidava do sobrenatural naquela mulher de braços longos e falar cadenciado. (SEREJO, 1988, p. 8-9)

Na obra, há informações preciosas sobre a história dessa mulher, que percorria ranchadas, varava noites curando doenças, com descrições das ervas e dos procedimentos utilizados.

Em se tratando das mulheres da fronteira há, ainda, a inusitada história de uma mulher que comandava uma quadrilha de bandidos, Maria Aparecida Belmonte, a Capitoa, que “encheu de pavor muitos lares da região circunscrita entre os Rios Brillante, Perdido e

⁷⁷ Num de seus contos Serejo afirma que, no ano de 1928, teria levado um doente a Dourados, mas lá não havia médico, somente um farmacêutico que o aconselhou ir até Campanário, “cidade” da Matte Larangeira.

Imbirussu” (SEREJO, 197-g, p. 4). Capitoa mudara-se para Mato Grosso após ter participado, ao lado de seu marido, da Revolução de 1893 no Rio Grande do Sul. Tendo falecido seu companheiro em uma batalha, Maria Aparecida rumou para a região de Nioaque “já envergando a farda do falecido: bombacha grande, túnica de soldado, espada, revólver etc” (SEREJO, 197-g, p. 4). Capitoa parece ter se transformado numa figura lendária, mas, em vários momentos, o autor cita nomes de pessoas que a haviam conhecido, como Manoel do Nascimento Holsback, “residente na cidade de Campo Grande” (SEREJO, 197-g, p. 4). Segundo Valmir Corrêa (1995, p. 163), o autor afirmou em depoimento que essa história foi baseada em fontes orais de antigos moradores da fronteira.

Os registros de “revoluções” também aparecem nas crônicas. Porém há uma obra um pouco diferenciada das demais em que o autor trata de um homem, o Cel. Barbosa, que teria participado de uma “revolução” e que ficou na lembrança de muitos moradores de Nioaque, no final do século XIX.

O Homem mau de Nioaque [197-h] conta a história das violências cometidas pelo Coronel Barbosa contra os inimigos políticos de Antonio Maria Coelho, primeiro presidente do Estado de Mato Grosso. Esse militar havia sido designado, em 1890, para o comando do 7º. Regimento de Cavalaria Ligeira, situado na cidade de Nioaque. Cometeu inúmeros desmandos contra os adversários de Antônio Maria Coelho, matando e torturando. A partir de então reinou a intranqüilidade na região. Muitas informações sobre tais acontecimentos foram veiculadas por Miguel Palermo, autor de **Nioaque: evolução política e revolução de Mato Grosso** (1992). Palermo, italiano de nascimento e radicado em Nioaque, lutou ao lado de Jango Mascarenhas na “Contra-revolução” de 1892⁷⁸; reuniu fontes sobre o conflito, escreveu a referida obra e editou-a no Paraguai (1892) e no Rio de Janeiro em 1896⁷⁹.

O Homem mau de Nioaque busca, também, reabilitar Jango Mascarenhas, coronel sulista e liderança na região de Nioaque, que, segundo Campestrini, foi ignorado pela historiografia (1992, p. 12).

Para contar a história do “homem mau de Nioaque”, Serejo utilizou, também, documentos transcritos na obra de Palermo, inclusive cartas e telegramas. Algumas vezes

⁷⁸ A Contra-revolução de 1892 foi a retomada de poder do presidente Manoel Murtinho, derrubado por Antonio Maria Coelho.

⁷⁹ Em 1992, a obra de Palermo foi reeditada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

cita Palermo e, em outros trechos, cita os documentos, o que assume uma característica inédita nos escritos do autor.

Resumindo, em suas crônicas Serejo retrata a vida difícil na fronteira, a exploração do trabalho e a brutalidade do meio em que vivia.

Apesar de expor o sofrimento da população trabalhadora, há sempre um toque de poesia e de leveza nos seus escritos. Recheados de anedotas, de *chistes*⁸⁰, de expressões regionais, o autor consegue suavizar, em certos momentos, a crueza da vida dos homens fronteiriços.

Quem viveu nos ervais, como vivi, ouvindo, sentindo, e de tudo indagando, com vontade de saber, muita coisa vê que lhe comove e punge a alma. Neste são homens entusiasmados que lutam desesperadamente pelo pão quotidiano; naquele são mulheres anêmicas, autênticas múmias [...] que gastam as últimas energias à beira de um riacho batendo, de sol a sol, a roupa grosseira da peonada [...]. Há uma época no ano em que o peão do erval tudo esquece. É quando se aproxima a semana santa. Aí ele abandona o caátí, a pé ou a cavalo, alegre e satisfeito, procura o primeiro bolicho da estrada, e vai gastar, em 7 dias, todo o pecúlio que conseguira fazer em 11 meses de trabalho [...] volta para o rancho, mais encorajado do que nunca. Tivera os galanteios interesseiros de muitas ‘chinas’, e tomara parte em vários bailes; dançara muito o Santa-fé [...]. (SEREJO, 1946, p. 56)

Só a sensibilidade de Serejo é capaz de dar leveza ao texto e transmitir poesia quando discorre sobre a vida dolorosa dos peões. Contando a história de um peão de seu pai, Dom Ramón, um “bom serviçal”, entretanto um “incorrigível adepto da cachaça” (SEREJO, 1946, p. 57), é possível perceber não somente o memorialista falando, mas o poeta descrevendo a vida sofrida desses peões.

Alegre, bonacheirão, de muito espírito, era por todos estimado. Embora analfabeto nunca ninguém ouviu dos seus lábios uma palavra injuriosa ou ofensiva. Era um bom serviçal. Seu único mal era ser incorrigível adepto da cachaça. Por um trago era capaz de derramar muitas lágrimas... Nesse dia, quinta-feira santa, depois de haver vencido a ‘sorticha’ [jogo], Dom Ramon, coroando o triunfo, afundou-se corajosamente no ‘Elixir de longa vida’. Bebeu tanto, que as pernas não puderam sustentar o peso do corpo. Caiu sobre um taboado e ali permaneceu durante três dias. Só se levantava para receber um pouco de alimento, embriagar-se novamente, e de novo cair [...] domingo à tarde, todos aprestados, uns a pé, outros a cavalo, rumaram em direção ao caátí, fazendo reboar ensurdecidor, no espaço, o grito clássico do homem do erval. Foi aí que meu pai trocou algumas palavras com o seu valente mineiro:

- Que tal Ramon, divertiu-se bastante? Ele sorriu.

Pôs à mostra sua bela e resistente coleção de dentes, meneou a cabeça e ajeitando-se no lombilho duro, respondeu cheio de orgulho:

⁸⁰ Do espanhol, tem o sentido de piada, gracejo, brincadeira.

- Pero patron, he farreado mucho....mucho...estoy contento....E despediu-se com um ligeiro aperto de mão.
- Sim. Havia mesmo farreado muito: Três dias caído ali, exposto, como um ser estranho, ao sol causticante e a poeira inclemente....Este era assim, pacato; outros há que, turbulentos, provocam sururus e vão dormir na cadeia. Mas, a outra Semana Santa vem, e ele de novo ali está, pronto para se embriagar, e de novo repetir a façanha do ano anterior. (SEREJO, 1946, p. 57-58)

O mesmo tom poético transparece na descrição de um *bochincho*.

No silêncio da noite, o soluço da acordeona, é um verdadeiro gemido de angústia. Um pinho dedilhado por mãos pouco hábeis, faz o acompanhamento. A poeira sobe, lentamente, e vai grudando nos rostos suarentos. Ouvem-se gritos, sapateados, tinir de garrafas e bater desordenado, de palmas: é o delírio do fandango [...] Quando o galo cocorica na madrugada, o panorama já se encontra diferente. A festa transforma-se num frege-mosca. O carai que levou o carão, pisou na brasa, ofendeu a *cunhã*, e provocou a confusão horrível. Gritos novamente. Correrias. Desmaios. Xingamento duro:

- Chega pra lá seu lazarento!

Um outro, de faca na mão, traz cheiro de sangue, ao nariz de todos, com suas pornográficas tiradas [...] Todos se esquentam. Ninguém mais se entende [...] É o início do bochincho crioulo; do perigosíssimo bochincho da fronteira!... (SEREJO, 1971c, p. 51)

As cenas dos bailes são corriqueiras nos contos do autor, cenas que ficaram gravadas em sua memória, nas quais os personagens são, sempre, os rudes trabalhadores da fronteira.

Arrasta –pé! Bailezito sertanejo, meio musicado, meio bochinco; festa de beira-mato, improvisado por uma *nhã*⁸¹ ou por um *carat*⁸², a fim de se vender batida, bolo, doce, bebida, chipa, amendoim torrado, rapadura de leite, churrasco e garapa; ajuntamento de negros, moços, velhos e crianças para a estúpida batalha da cusparada, arrotos, escarros, xingamentos, fedor de sovaco, asneira e imundície. (SEREJO, 197-b, p. 47)

Em certos momentos o autor mistura expressões gaúchas, comuns na fronteira, a exemplo de “Chotis crioulo”, para designar um tipo de baile fronteiriço. Observe-se o “ritmo” que Serejo confere a esse baile.

Êta entusiasmo dus diabos! Vai pra lá; vem pra cá; bamboleio de corpo; negada de estribo; relinchos de uns; uivos de outros; currupio pra enfeita; volteado pela cabeça; mãos nas cadeiras; toreada, um em frente ao outro [...] uma umbigada pra pega fogo de uma vez; frases gauchescas em arremedo de quadrilha, palmas; cochichos; sapateado. (SEREJO, 1971 a, p. 27)

⁸¹ Senhora.

⁸² Senhor.

Na fronteira, além de uma forte presença paraguaia há, também, a presença dos gaúchos. Vários escritos são dedicados a esses migrantes⁸³.

Em Serejo encontram-se, ainda, páginas e páginas destinadas à natureza da região⁸⁴, à amizade, à alegria dos bailes e das rodas de tereré, bem como às manifestações culturais. São descritos desde um São João “regional”, com roda de chimarrão (SEREJO, 197-b, p. 16-17), até um peculiar enterro no sertão, com cenas de “desespero e dor para uns e para outros, muitas vezes, uma festa sem música, onde, de volta, no rancho cheirando à vela, se bebe o mate doce e se come o resto do assado da rês abatida para se passar a noite.” (SEREJO, 197-b, p. 18)

Enfim, Serejo é o *contador* do cotidiano dos trabalhadores fronteiriços, seu tema preferido, realizado em crônicas e versos, com especial maestria. Qual a razão disso? Sua vida simples de pequeno proprietário o aproximara desses homens e, por isso, em muitos momentos, ele relata sentimentos vividos e sofridos junto com eles, compartilhando, no dia-a dia, as dores desses trabalhadores.

O peão paraguaio dos ervais tem respeito imenso pelo *curusu-paño* [lenço]. No mundo perdido dos ervais, amarrado a uma cruz, ele atesta a morte violenta ou um cristão que morreu de doença e ali foi sepultado [...] encontrei, nas minhas andanças com meu pai, por tenebrosas regiões ervateiras, inúmeros *curusu-paño* [...] triste e doloroso é lembrar-se que inúmeras dessas cruzes cravadas no silêncio aterrador do deserto – eram frutos da sanha bestial e sanguinárias dos ignóbeis comitivedores. Guardo na lembrança muitas delas – caminho obrigatório de meu pai em sua longa vivência ervateira – onde, respeitosa, colocamos o *curusu-paño* e acendemos a vela benta da nossa sincera reverência [...] ainda guardo nas recordações desse período remoto, o frio que se me corria pela espinha, e a tremura, incontrolável, que fraquejavam as pernas, quando emudecidos, permanecíamos diante dessas tristes e solitárias cruzes [...] delas me lembrarei, comovidamente, até o dia do juízo final, por determinação do Altíssimo. Viverão sempre em minha memória, por que fazem parte de minha própria formação. Ante elas, apiedado, derramei as minhas primeiras lágrimas de criança. Choro de dor, entre soluços de sofrimento... (SEREJO, 197-d, 38-39).

⁸³ “Buenas, Chamigo! – versos xucros, representando um aperto de mão de campeiro de Mato Grosso ao gaúcho dos pampas [...] obra esta montada e radiofonizada pela rádio farroupilha e Rádio Gaúcha de Porto Alegre” (PACHECO, *apud* SEREJO, 197-a, p. 20).

⁸⁴ São exemplos as crônicas: *Pato Selvagem* ([197-b], p. 25); *Minhocão* (1971b, p. 43); *Rodeio de estrelas* (1971a, p. 5); *Lua Cheia* (1971a, p. 15); *João-de-Barro* (197- c, p. 6); *Joá* (197-c, p. 10); *Cipó* (197 -c, p.16); *João-Grande* (197-c, p. 42); *Gavião-de-penacho* (197-c, p. 37); *Caboré* (197-c, p. 34); *Jaratataca* (197- c, p. 33) e *Paisagem de erval* (197-d, p.10).

2.2 A EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA REALIZADA NA ESCOLA DO TRABALHO

As informações mais importantes, veiculadas pelas obras de Serejo, são aquelas ligadas ao cotidiano do trabalhador. No que se refere à educação na fronteira, Serejo explora com detalhes o processo educativo no trabalho ervateiro. A educação que Serejo aborda é aquela realizada na *escola do trabalho*.

Serejo viveu ao lado dos ervateiros e, detalhista que era, anotou tudo que observou acerca do trabalho e do cotidiano desses homens. A educação nos ervais é tema recorrente em seus escritos. Aqui, também, destaca-se pelas informações que veicula.

Nas obras em que trata da erva-mate, o autor descreve com minúcias todo o processo de trabalho que cerca a produção da erva-mate, as técnicas utilizadas pelos trabalhadores e as suas ferramentas⁸⁵. Recursos para a produção do mate, como o barbaquá, forno para secagem da erva, são bem conhecidos pelo autor⁸⁶. Como foi visto, na fronteira foi implantado o sistema manufactureiro na exploração da erva-mate, que adotava a divisão do trabalho e impunha a necessidade de um trabalhador com conhecimento especializado das atividades complexas que realizava. Esse conhecimento foi buscado nos trabalhadores paraguaios, que eram *conchavados* no seu país.

A vivência de Serejo nos ervais, ao lado daqueles homens que trabalhavam diuturnamente, deu-lhe a sensibilidade para perceber todos os detalhes do processo de trabalho, inclusive as peculiaridades de certas funções especializadas, como a do *barbaquazeiro* que, para ele, era o mais importante trabalhador da *ranchada*, ao contrário do que se imaginava.

Nos ervais de Porto Baunilha, onde estive durante um ano, tinha meu apartamento feito de folhas de *pindó*, ao lado de um *barbaquá*. Acostumei-me tanto com o estrelar das folhas apatricadas na secagem que não conseguia conciliar o sono, quando não havia atividade. E é injustiça dizer que o *barbaquazeiro* desempenha uma função secundária na indústria da elaboração do mate. Ele, a meu ver, é o cérebro, a mola principal de tudo. Se falhar, ter-se-á, indiscutivelmente, um produto sem

⁸⁵ Serejo conhece bem as ferramentas utilizadas pelo trabalhador e as cita explicando, inclusive, a quais operações serviam. O *machete*, por exemplo, é facão utilizado para retirar os galhos da erveira e o *tororembó*, “nome pornográfico”, uma vara apropriada para revirar as folhas no barbaquá, o forno para secar a erva (1946, p. 31).

⁸⁶ Uma descrição detalhada do funcionamento do barbaquá pode ser encontrada em **Homens de Aço** (1946), p. 31-33.

mercado, ou melhor um produto sujeito à cotação baixa e irrisória: é a erva *jaguarembó*. Se é, porém, na acepção da palavra, um mestre no assunto, regula de tal forma o fogo de lenha bruta, que se pode prever um só grau de caloria [...]. (SEREJO, 1946, p. 27)

Observe-se a descrição detalhada sobre os procedimentos utilizados pelo mineiro ao transportar o fardo de erva-mate, o *raído*, que revela conhecimento das operações realizadas pelo trabalhador nessa etapa do processo de trabalho.

Bem ajustado com o *raído-sã*, verificada a perfeita colocação da *estaquilla*, estendida a *lonada* ou *ponchada*, ei-lo de volta depois de 6 horas ininterruptas de trabalho. Traz às costas, qual Hércules, com suas passadas de orangotango, a colheita do dia. Vem tateando, apoiando-se aqui e ali, pois uma pisada em falso poderá ocasionar a pronta ruptura de algum órgão. Quando é longo o percurso a vencer, faz uma parada, apoiando a carga no *burrinho*: vai *tunguear* um pouco. Logo depois, ajeita-a cuidadosamente e põe-se de novo em marcha. (SEREJO, 1946, p. 25-26)

Verifica-se o conhecimento do autor, também, ao descrever a técnica utilizada pelo mineiro no ato de decepar os galhos da erva.

O mineiro, além de guapo, deve ser um exímio equilibrista. Fica, não raramente, a 6 metros de altura, sustentado por galhos bastante fracos, procedendo ao *tini*. Para o corte ser perfeito, reteza os músculos, e desfere o golpe. Se errar no cálculo provocará o desequilíbrio total, e uma queda poder-lhe-á ser fatal. (SEREJO, 1946, p. 21)

Noutro trecho, Serejo fala sobre o momento em que o trabalhador entrega o fardo para contabilizar seu pagamento. Nota-se que o autor conhecia exatamente a *matemática* dos ervais.

Quantas arrobas? Pouco lhe importa isto, sabe unicamente que poderá conduzir 300 quilos, quando for isto necessário. Em chegando, atira o raído ao solo, e com o comissário, profundamente compenetrado, procede à pesagem: 30, 50, 90, 130, 220 quilos. Faz, com muito custo, o cálculo: 22 arrobas⁸⁷. Deduz as despesas do dia e obtém o líquido: Cr\$ 11,00. Vale bem um *traguito*. [...] nos ervais muita coisa a gente vê que chama logo a atenção. Esta aqui, por exemplo, é digna de nota: O proprietário, habilitado ou capataz entra em combinação com o *mineiro*, sobre a pesagem da folha que consiste no seguinte: se o raído atingir o peso de 108 quilos ou seja 10 arrobas e 8 quilos, o patrão ficará obrigado a recebê-lo, como se fosse 11 arrobas. Ganha então o mineiro 2 quilos no negócio. Se, porém, alcança apenas 10 arrobas e 7 quilos e 999 gramas, perderá o direito a esse quebrado, tendo unicamente 10 arrobas. Para compensar o prejuízo, o patrão fornecerá gratuitamente a erva para o tereré. (SEREJO, 1946, p. 26)

⁸⁷ Segundo Serejo ([197-d], p. 28), a arroba paraguaia tem dez quilos.

Serejo foi o único autor que tratou da utilização de menores no trabalho e da necessidade de aprendizagem dada pelos seus “mestres”. Há várias passagens de suas obras em que trata desses menores.

[...] um guaino [menino aprendiz, também chamado de huayno] de treze anos ou quatorze anos muito comum nos ervais, pode conduzir na cabeça um raído de mais de cem quilos. A carga do mineiro adulto, aquele que sabe pisar o chão com técnica e maestria, pode ultrapassar 300 quilos. (SEREJO, 197-a, p. 85)

O autor denominava os adolescentes que trabalhavam nos ervais de *alunos ervateiros*. Traduzindo a expressão *guaino*, utilizada naquela localidade para designar menino ajudante, aprendiz, afirma que o adolescente que entrava num erval era “um aluno ervateiro que, normalmente, dá prova, logo de início, de apurado senso de responsabilidade. Ouve com atenção as explicações do mestre e segue as suas recomendações com obediência filial” (197- d, p. 21). Serejo não faz referência à idade desses meninos, mas em entrevista concedida no ano de 1999, esclareceu: “não havia limite de idade, e, sim, a saúde e o vigor físico” (SEREJO, 1999). Aqueles que ainda não possuíam essas atribuições tinham a seguinte tarefa: “juntar palha de milho, sabugo de milho, casca de árvore secas, gravetos e outros, a fim de acender o fogo da ranchada (SEREJO, 1999). Na mesma entrevista, o autor afirma que as mulheres não trabalhavam na elaboração da erva e realizavam, sobretudo, os serviços domésticos. Em algumas passagens de suas obras, as mulheres aparecem, no máximo, ajudando os homens em pequenos serviços como, por exemplo, na costura do saco de acondicionamento da erva.

Em suas obras, não há qualquer comentário sobre a existência de escolas nos ranchos. Em todos os textos que tocam o trabalho da erva-mate não há qualquer referência à instrução dos pequenos trabalhadores. De fato, havia uma escola particular primária em Campanário, sede da Cia Matte Larangeira, “Escola Francisco Mendes Gonçalves”, mas não há qualquer comentário do autor sobre ela. Possivelmente, Serejo não trata dessa escola pelo fato de a mesma ser freqüentada pelos filhos dos funcionários de Campanário, pois os trabalhadores que trabalhavam no campo, na elaboração da erva-mate, ficavam bastante afastados dela e não tinham tempo livre para a escola. Na mencionada entrevista, interrogado sobre a existência de escolas nos ranchos, afirma o autor: “não havia [escola], mas em todas as ranchadas sempre surgia um cristão para ensinar as primeiras letras” (SEREJO, 1999). Dada à precariedade e à dificuldade de acesso às ranchadas ervateiras, pode-se deduzir que

o referido “professor”, ministrante das primeiras letras, era algum trabalhador ervateiro, provavelmente já alfabetizado⁸⁸.

Sobre escola na fronteira, encontramos material em Serejo apenas numa crônica referente ao mestre gaúcho José Jobim, “um protegido de um ‘maioral’ da Mate” (SEREJO, 1981, p. 76). Jobim levava uma carta de recomendação a seu pai, Francisco Serejo, que tinha um “bolicho” em Caarapó, “vilinha triste de cinco ranchos” (SEREJO, 1981, p. 76), e lá este professor montou uma escola. O mestre em referência era um “patriota de alto nível”. Embora tenha agradado com seus ensinamentos patrióticos, um dia enfrentou dificuldades que resultaram no fechamento da escola.

O mestre Jobim, só se deu mal – mal mesmo – quando teve a infeliz idéia de dar uma aula sobre a Guerra do Paraguai. Achou que devia usar de franqueza. Atacou, rudemente, o marechal Francisco Solano Lopes (sic). Foi contestado. Teve, contra si, o ódio dos alunos – crianças, rapagotes e adultos – na maioria paraguaios de ‘nascimento’. Não houve mais freqüência. A escola – onde imperava o patriotismo do educador gaúcho – foi fechada. (SEREJO, 1981, p. 76)

Serejo (1999) afirmou que as poucas escolas da região eram reivindicadas por fazendeiros e comerciantes ou por pequenos proprietários. Contudo, estas não se mantinham por muito tempo, como decorrência de dificuldades como falta de professores, deficiências de comunicação e de meios de transportes para deslocar as crianças, falta de recursos materiais e pedagógicos, etc.

Em razão dessas limitações, várias fontes afirmam que era comum as crianças atravessarem a fronteira para estudar nas escolas do Paraguai. Esse fato, inclusive, foi constatado pelo Presidente de Estado Joaquim Augusto da Costa Marques, no ano de 1912, e se manteve por muitos anos.

[...] na povoação paraguaya funcionava uma escola graduada, bem installada e bem dirigida, e que tambem era frequentada pelas crianças da povoação brasileira que alli iam receber instrucção em lingua castelhana ! (...) recebi a visita official do corpo docente e dos alumnos d’essa escola e apreciei não só a desenvoltura e o adiantamento d’estes como a competência do director e dos professores : Constritou-me esse facto de irem os filhos dos nossos compatricios receber os primórdios da sua educação intellectual, moral e civica em uma escola estrangeira e tenho-me esforçado para pôr termo a esta lamentavel anomalia. (MATO GROSSO, 1913, p. 15)

⁸⁸ Uma importante referência à educação dos trabalhadores se auto-instruindo e formando grupos de estudos pode ser encontrado em Thompson (1987, p. 312).

Os textos de Serejo são referências importantes para compreender as razões de as escolas não se desenvolverem num local em que a maior parte da população se encontrava no campo, ocupada em atividades que não necessitavam de instrução e sim de aprendizado no próprio trabalho.

CAPÍTULO 3

ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA: DIÁRIOS DE CAMPO DE UM ENGENHEIRO

Em sua passagem pelo sul de Mato Grosso, entre os anos de 1922 e 1924, o engenheiro chefe responsável pela construção e reforma dos quartéis no sul do estado de Mato Grosso, Armando de Arruda Pereira, escreveu três obras deixando registros técnicos e algumas impressões sobre a região.

Pereira nasceu em 28 de setembro de 1889, no Largo da Sé em São Paulo. Era filho do comendador Armando Rosa Pereira e de Evelina Arruda Pereira. Após o ginásio, ingressou na Escola Politécnica de São Paulo. Concluiu o secundário no *Seafield Park College Crofton*, da Inglaterra. Ingressou na Universidade de Birmingham, mas terminou o curso universitário nos Estados Unidos, em 1910, na *New York University School of Applied Sciences*, diplomando-se em engenharia civil. Foi engenheiro da Companhia Construtora de Santos (CCS), empresa pertencente ao Engenheiro Roberto Simonsen, que lhe deu “ampla procuração para desempenhar o cargo de 1º. Engenheiro inspetor da C.C.S. junto às obras dos quartéis” (PEREIRA, 1930, p.11). Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e membro titular do Instituto de Engenharia de São Paulo, da *American Society Civil Engineers* e da *Felllow Royal Society Arts* de Londres. Exerceu várias funções na administração pública, tendo integrado a Comissão de Planejamento Econômico do Conselho Técnico do Ministério da Fazenda, bem como o Conselho do Departamento da Produção Industrial da Secretaria do Trabalho. Foi prefeito de São Paulo entre 1951-1953. Exerceu também os cargos de Presidente da FIESP (1947-1949), de Secretário da Associação Comercial de São Paulo e de diretor do SESI e SENAC, dos quais foi idealizador, juntamente com Roberto Simonsen (ROTARY, 2005). Foi ainda Presidente do *Rotary International* em 1940-1941.

3.1 A FRONTEIRA VISTA POR UM TÉCNICO

A primeira obra escrita por Pereira, **Heroes abandonados!** Peregrinação aos lugares históricos do sul de Mato Grosso (1925), é um relato sobre os despojos da Guerra com o

Paraguai. Em suas viagens técnicas à fronteira, o autor deparou-se com o palco desse conflito e ficou impressionado com o descaso em relação aos restos mortais dos heróis da Guerra, fato que o motivou a escrever sobre a matéria.

Tive essa ventura, e desde então, verificando quanto são pouco conhecidos esses lugares e o abandono em que jazem os restos daquelles que nos proporcionaram com sua bravura a caracter algumas das mais bellas paginas da nossa historia guerreira, imaginei a ousadia de relatar, em linguagem chã e despida de qualquer pretensão literária o que vi, o que senti, e o que acho que, a nós Brasileiros, falta fazer em relação a esses heroes abandonados. (PEREIRA, 1925, p. 7-8)

A obra foi publicada pelo **O Estado de S. Paulo**, em 1925. Fotografias do acervo do autor foram reproduzidas nas suas páginas, focalizando locais onde se travaram batalhas e foram enterrados os mortos. Seu prefaciador, Affonso de E. Taunay, afirma que o livro deixou-o muito emocionado, pois acreditava que reforçaria o “sentimento de brasilidade vacillante em alguns descrentes da integridade de nossa terra” (TAUNAY, 1925, p. 6). A obra também o comoveu pelas “palavras generosas por elle [Armando Pereira] consagradas a meu Pae [...]” (TAUNAY, 1925, p. 6). De fato, em certas partes, Pereira cita trechos da **Retirada da Laguna** de Alfredo d’Escragnoille Taunay, confrontando a narrativa deste autor com a descrição dos locais que visitou.

Armando Pereira passou pela Cabeceira do Rio Dourados, para verificar o local onde foi enterrado Antonio João, descreveu os locais onde se travaram as batalhas e recolheu instrumentos de guerra, como duas balas de canhão, uma delas, segundo o autor, doada ao Museu Paulista (PEREIRA, 1925, p. 27). Ultrapassou a fronteira e, no Paraguai, caminhou até o local onde os brasileiros se defrontaram com os paraguaios e tiveram de recuar e empreender a *Retirada de Laguna*, denominado de *Ymbú-guassú*. As trincheiras, segundo Pereira (1925), ainda lá se encontravam. Pereira compara fatos e locais descritos por Taunay, anexa mapas e demonstra, também, conhecimento da língua guarani. Curiosa é a sua tentativa de interpretar o significado dos nomes dados pelos paraguaios aos locais referentes aos acontecimentos da guerra.

NHANDIPÁ em guarany é o nome de uma árvore, mas creio, estudando a desarticulação da palavra, uma vez também que esse nome foi dado pelos paraguayos, estaremos mais certos imaginando que pretendiam significar alli haverem terminado de combater a columna invasora do Paraguay.

NHANDE' em guarany significa 'nós outros'; e PA' 'concluir, terminar', donde deduzimos não seja a árvore a causa de origem do nome e, sim, que os soldados queriam dizer que alli terminaram, alli concluíram a faina de repulsa á nossa columna. Estaremos certos? (PEREIRA, 1925, p. 26).

Visitou túmulos dos heróis da Guerra como Camisão, Juvêncio e Guia Lopes e ficou inconformado com o abandono deles, cercados pelo mato e sem nenhum cuidado⁸⁹. Verificou, também, que em Bela Vista, MT, havia vários soldados brasileiros enterrados, tendo afirmado que deveria ser erguido um monumento ao soldado desconhecido, como já era comum nos países europeus: “Alli todos foram bravos! Obedeciam todos a um mesmo ideal e succumbiram com um só fim” (PEREIRA, 1925, p. 30). De fato, seu prefaciador apontou, com precisão, o objetivo da obra e do autor: “Trará muita emotividade e trará muita meditação; reforçará muito o sentimento de brasilidade vacillante em alguns descrentes da integridade de nossa terra...” (TAUNAY, 1925, p. 6).

Em sua segunda obra, **No Sul de Mato Grosso** (1928), Pereira descreveu os problemas que enfrentou quando, em 1922, trabalhou na fronteira, com a equipe de engenheiros, a fim de vistoriar e orientar as obras dos quartéis lá construídas. Segundo o autor, o texto editado foi escrito para uma conferência que realizou em 21 de Maio de 1928, no IHG/SP, tendo sido publicado, também, na Revista desse Instituto⁹⁰. Resultou num pequeno livreto, no qual o autor faz apontamentos esparsos e não segue um roteiro pré-determinado.

No início da obra, são descritas as dificuldades encontradas por ele e seus companheiros para chegar até a fronteira pelos caminhos existentes. É uma rica descrição das condições precárias das vias de comunicação daquela região.

Pereira (1928, p.4) faz comentários acerca dos carreteiros, da carreta paraguaia, “diferente, muito diferente do que nós Paulistas conhecemos”, e dos primeiros fordinhos que começavam a circular na região: “havia poucos annos que o primeiro automóvel as havia trilhado [estradas] rumando a Ponta Poran” (PEREIRA, 1928, p. 3). As estradas, extremamente precárias, são descritas pelo autor que precisou enfrentar rios, enchentes, problemas que tornavam os caminhos intransitáveis, além das grandes extensões inabitadas,

⁸⁹ Em 1941, os restos mortais de Antonio João, Guia Lopes, Cel. Camisão, e do tenente-coronel Juvêncio foram transferidos para o Rio de Janeiro, onde estão num monumento consagrado aos heróis da Guerra, na Praia Vermelha. Hoje, curiosamente, o tenente Mattos residente em Bela Vista reivindica a transposição de pelo menos um deles: Antonio João (**O ESTADO de São Paulo**, 1999).

⁹⁰ Volume XXV, página 245, conforme Pereira (1930, p. 45).

que impunham, muitas vezes, o desabrigo: “anda-se léguas e mais léguas naquelle mar de verdura sem avistar uma casa ou um viajante” (PEREIRA, 1928, p. 4). Mas isso parecia ser, ao mesmo tempo, uma aventura para Pereira que via tudo com muito bom humor.

De todos os pousos, um, nunca esquecemos, foi o que fizemos na fazenda Esperança [...] chegamos ali a noite, encontramos, também de pouso, um caminhão da prophylaxia que vinha de Ponta Poran. Tiramos nossas redes e procuramos armal-as, uma ao lado da outra, de um poste de cerca do mangueirão ao cajado de traz do Ford. O chauffeur dormiu dentro do carro. Fazia bom tempo e estávamos sob a folhagem de uma enorme mangueira, junto ao quintal da fazenda.

Pela manhã o chauffeur levantou-se antes, e com diferença de peso no Ford, tivemos um despertar forçado, mesmo um tanto brusco, porque o carro correndo para traz arriou as duas redes até o chão. O Capitão Villaboim e nós, tivemos que conformar-nos com essa maneira de sermos accordados e para mostrar nosso bom humor assobiamos acompanhando o bando dos viras, que rompeu de cima da arvore, o seu alegre canto como si fora uma vaia ao nosso tombo. (PEREIRA, 1928, p. 15)

O autor observa tudo atentamente: as porteiras dos caminhos, as *bicas* – espécie de valas de madeira utilizadas na travessia de rios – *os olhos de boi* – os atoleiros das estradas – e os *tacurus* – cupins encontrados nos caminhos.

As manifestações culturais, expressões locais e formas de organização do trabalho na região fronteira também são focalizadas pelo autor, que as comenta e registra tentando compreender o significado de cada uma delas.

Pereira também tece considerações sobre o homem, a língua e a vida na fronteira. O *guasca*, o “rio-grandense da fronteira”, segundo ele, era o tipo de brasileiro predominante na região. Além disso, Pereira observou os paraguaios, que predominariam nos trabalhos das fazendas, em profissões como campeiros, carreiros, etc, determinando, inclusive, a necessidade de uso da língua guarani na fronteira. A linguagem, conforme suas observações, estava “cheia de termos gaúchos, guaranys e castelhanos” (PEREIRA, 1928, p. 25). A vida na fronteira era uma “confraternização de brasileiros e paraguayos”, em sua visão, e os habitantes viviam “a mesma vida”, partilhando as “mesmas alegrias e os mesmos prazeres”. (PEREIRA, 1928, p. 25). O povo era simples e hospitaleiro: “dão o que tem” (PEREIRA, 1928, p. 26).

Quanto ao peão paraguaio, descreve:

Sobre o fundo verde do campo e o horizonte azul, lá está um ponto vermelho. É um paraguay que vem vindo com seu ‘puitã’. Quer isto dizer vermelho em guarany, mas também se refere aos ponchos de baeta dessa cor, que elles usam. Cavalga um bom animal.

Aquelle poncho é seu sobretudo, sua capa de borracha e o seu cobertor. Cabelleira comprida, um chapéu de palha, pequeno para a cabeça, seguro por um fio fino, quase invisível, que passa por baixo do queixo. Tez bronzeada, cabelo preto, liso e grosso como os dos nossos índios. Traja ‘xiripá’ que vem a ser uma espécie de fralda grande e larga, amarrada na cintura. A parte das pernas que sae fora do xiripá, apparece vestida pelas ceroulas. Anda descalço, mas usa perneiras de couro muito macio e ajustadas nas pernas. Meio de banda, um avental de couro de cervo, com franja, a que dão o nome de ‘tirador’. Do lado da cintura um revolver 44, e a cinta cheia de balas. Um saquinho onde leva milho, herva mate e um pedaço de xarque. As vezes, é tudo quando elle possui na vida, aquillo que ali está! Tem-se a impressão do homem livre. Elle é gentil e amável ao trato. Prefere trabalhar sempre montado. É bem mandado, obediente, forte por natureza. (PEREIRA, 1928, p. 26)

Ainda nessa obra, Pereira condensa expressões e costumes difundidos na fronteira, diferentes das demais regiões. A expressão “44”, por exemplo, retrata a violência local. A *lei do 44*, segundo o autor, significava “calibre que por muito tempo ditou a lei e ainda continua a dital-a em muitos lugares”. (PEREIRA, 1928, p. 27).

Sobre o crime, Pereira chama a atenção para uma especificidade local: “podemos entretanto asseverar que nunca soubemos de um assalto para roubar, apesar de serem demasiadamente conhecidas as pessoas que viajavam com quantias, como eram as que mensalmente a Constructora pagava [...]” (PEREIRA, 1928, p. 27). Porém, isso contradiz uma referência que faz a Clemente Barbosa, fazendeiro da região que, de posse de muitas libras, teria sido assaltado várias vezes em sua fazenda. Os assaltos transformaram esse fazendeiro em uma pessoa extremamente desconfiada, fato que o levou a não querer abrigar Pereira e sua comitiva dentro de sua residência em uma de suas viagens (PEREIRA, 1928, p.32). Pereira afirma, inclusive, que Clemente teria sido “covardemente degolado em 1928, por 12 bandidos assaltantes de sua fazenda” (PEREIRA, 1928, p. 31)

O autor faz comentários esparsos sobre o dinheiro empregado na região, sobre a falta de igrejas, “tanto de um lado como de outro” (PEREIRA, 1928, p. 33), sobre as mercadorias encontradas e os seus elevados preços. Faz observações, também, sobre as controvérsias acerca das linhas divisórias e demarcações realizadas após a Guerra com o Paraguai e cita várias fontes da historiografia.

A respeito da relação entre os dois povos, brasileiro e paraguaio, afirma que ambos eram muito amigos “sem entretanto perderem respectivamente o seu cunho nacional”, pois “cada qual se esmera em ser o que é” (PEREIRA, 1928, p. 37).

Pereira encantou-se com a maneira do povo falar e utilizou termos e expressões correntes na fronteira. Finalizou essa obra descrevendo “a doçura da língua guarany”. Para tanto, retomou trechos da letra de uma música que ouviu em Pedro Juan Caballero, mistura de castelhano com guarani⁹¹.

De todos os escritos referidos, **Construindo** (1930) é o que mais se atém ao trabalho realizado por Pereira na região. Faz descrições sobre técnicas utilizadas no trabalho, sobre as dificuldades enfrentadas nas obras, bem como uma interessante abordagem acerca das relações com os trabalhadores contratados. É uma importante fonte para a história das técnicas utilizadas na engenharia e na arquitetura local. Nessa obra, o autor ainda descreve casos que viu e ouviu de amigos, durante o período em que trabalhou na região (PEREIRA, 1930, p. 7).

Realiza, também, uma defesa da Companhia Construtora de Santos contra as calúnias “de que ella se fez com a Construcção dos quartéis” (PEREIRA, 1930, p. 11). Conta a história da empresa e da necessidade, que se impunha, de se reformar os quartéis e guarnecer a fronteira, após a Guerra contra o Paraguai (PEREIRA, 1930, p. 11-12). Cita fontes, como um artigo do Correio do Sul, periódico campo-grandense, em que se faz o elogio da rapidez com que a Construtora vinha operando as obras na cidade (PEREIRA, 1930, p. 15).

⁹¹ Ès tu rosada, fresca sonrisa
Um aprasible Coembotá (Amanhecer, madrugada)
Y són tus labiós y tus mejillas
Un rosagrande clavel puintã (cravo vermelho)
Tu faz sedeña amada mia
Es misterioso triste Iasí (lua)
Tus ojos negros ipnotizantes
Tienen fulgores del Cuarací (Sol)
Yo te amo tanto, bien de mi vida
Mi inolvidable Tupá simí (Virgenzinha)
Ven a mis barzos, sé cariñosa
Que ya no puedo vivir sin ti.
Siempre te busco com vano empeño
En esas oras de Caárú (Cahir da tarde)
Quando, Mimosa, me modulabas
La cantilena Xe rôjayjú (Eu te amo)
Recuerda niña el pobre ausente
A este negrito Ndêraijújá (Este que te ama)
Que te há dejádo toda llorosa
Em um temprano Coembotá (Madrugada).

Para Pereira (1930), a Construtora movimentou a cidade com seus capitais e as técnicas empregadas. A Companhia Construtora de Santos (C.C.S.) teria sido uma “escola” para a arquitetura local. Há um item nesta obra, inclusive, intitulado *A ‘Escola’ da Construtora de Santos*, que evidencia a preocupação do autor com os métodos avançados de construção implantados por essa empresa em Mato Grosso.

Pereira tinha boa formação, era inteligente, observador, mas não escreveu as obras em referência para sistematizar estudos sobre Mato Grosso ou preocupado em propor alternativas de desenvolvimento para a região. Expressou a visão de um técnico, que, a serviço de uma empresa de construção, realizou registros, com riqueza de detalhes, dos problemas que constatou e enfrentou durante a realização de suas atividades profissionais no sul de Mato Grosso.

3. 2 A EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA VISTA POR UM FORASTEIRO

O engenheiro Armando Pereira, nas inspeções que realizava nas obras dos quartéis da fronteira, deixou registradas, em trechos de seus livros, algumas observações sobre a educação na fronteira. Essas observações não se referem apenas à educação entendida como instrução, todavia, também, de maneira mais ampla, como processo cultural.

Suas preocupações são, sobretudo, acerca do trabalho e de como os trabalhadores lidavam no cotidiano com seus instrumentos. Na obra **O Sul de Mato Grosso** (1928), há várias observações sobre as técnicas utilizadas pelos trabalhadores da fronteira e, embora a educação não seja o objeto primeiro de suas preocupações, contém informações acuradas acerca de alguns costumes e técnicas desconhecidos, pois típicos da região. O autor coloca-se, então, na posição de um “forasteiro” paulista, a exemplo do caso das carretas: “Diferente, muito diferente do que **nós Paulistas** conhecemos” (PEREIRA, 1928, p.4, grifo nosso). Mas o autor se detém na técnica, tentando compreender o funcionamento dos instrumentos. Não há julgamento de valor nas suas observações. Observe-se a descrição subsequente.

Rodas enormes, com raios como as carroças; ferradas com chapa lisa; não cantam como os nossos carros; teem algumas dellas, eixos de ferro, fixos, outras teem n’o de pau, amarrados á mesa com tentos de couro cru. [...].

Seis e mais juntas de bois. A razão das rodas altas é porque assim podem atravessar melhor os córregos cheios. Há carreiros que se incumbem de um tráfego regular, da Fronteira á (sic) Campo Grande, e, possuindo varias carretas, viajam com toda a familia. Uma ou duas carretas constituem a sua habitação. A cosinha é ao relento, no pouso, e á noite, quando o tempo está firme, dormem em baixo do carro e as creanças dentro, sob o toldo. Os carreiros, tanto os garotos que puxam a guia, como os demais, trabalham todos montados, e com aquellas varas compridas e seus ponchos vermelhos, teem um aspecto singular [...]. (PEREIRA, 1928, p. 4-5)

Pereira, ao referir-se à carreta paraguaia, chamada na fronteira de carreta-corá, demonstra como era o seu funcionamento e o modo como o carreiro paraguaio trabalhava, chamando a atenção para o uso e a importância de alguns instrumentos.

São completamente diferentes das que acabamos de descrever. Teem toldo de zinco e algumas trazem um telhadinho de capim muito bem feito, em vez dos couros como usam os nossos carros gaúchos. Os bois são atrelados com a canga nos chiffres. Sobre este ponto dizem nossos patrícios carreiros, que o boi tem força no peito e que o systema paraguay quebra os chiffres. Os nossos visinhos, por sua vez, dizem que do modo delles, o boi puxa com a cabeça, erguida, não suffoca no sol quente e puxam os dois iguaes [...] o mais interessante do vehiculo paraguay e que logo atrahe a vista de nós brasileiros, é o modo pelo qual o carreiro guia, sentado com todo conforto dentro do carro. Teem elles, no geral, umas 3 á 4 juntas. Preso por baixo dos arcos, que formam o toldo ou tecto da carreta, collocam uma vara ou mastro horizontal, comprido, donde pendem duas cordas que sustentam um ferro redondo que atravessa, no ponto de equilíbrio, uma vara muito longa [...] usam pendurar uma porção de latas, chocalhos e cincerros que saccodem. O carreiro, desse modo, com um pequeno bastão toca os bois de couce e sem desperdício de energia, pois que a vara está sustentada no ponto de equilíbrio, toca o resto da boiada, sentado commodamente. (PEREIRA, 1928, p.6)

São comentados, ainda, os usos de enfeites no mastro e de santos pendurados pelos carreiros dentro dos carros. Pereira tenta explicar as razões desses costumes.

Os fios desses mastros são geralmente enfeitados de trapos de cor, pennas, bandeirinhas, etc. Um facto interessante é a quantidade de quadrinhos de Santos collocados no interior dos carros. Dizem, que taes varas ferradas, são muito procuradas pelos raios durante as tempestades nos pousos em campo aberto, e d’ahi a explicação dos quadrinhos. (PEREIRA, 1928, p.6)

Para ele, consideradas as características da região e as precárias vias de comunicação, com longos trajetos a percorrer, os carreiros eram “verdadeiros soffredores de tantas provações”, homens “bravos”, responsáveis pelo abastecimento do comércio e das populações do sul de Mato Grosso (PEREIRA, 1928, p. 7).

Além dos carreiros, que observou com atenção, ressaltou as habilidades dos *chauffeurs* de Mato Grosso, que precisavam reunir “tantas qualidades a mais do que o chauffeur da cidade”, devido aos diversos problemas enfrentados nos caminhos. Ele “tem que saber guiar; conhecer perfeitamente o motor e seu funcionamento; saber montá-lo e desmontá-lo completamente; [...] ser forte; saber jejuar; ter boa orientação e excelente memória; ser bom andarilho; saber nadar, etc, etc (PEREIRA, 1928, p. 11).

Assim como outros memorialistas e agentes do governo que visitavam a região, Pereira ficou pesaroso sobre a situação das escolas do lado brasileiro: “as escolas no lado paraguayo são mais numerosas e muito mais freqüentadas do que as nossas. Em Bella Vista, segundo ali nos informaram, houve um tempo em que não existia escola no Brasil!” (PEREIRA, 1928, p.37-38). O autor presenciou, ainda, crianças paraguaias, que moravam do lado brasileiro, “atravessarem grátis nas canoas paraguayas do rio Apa, para irem as aulas das escolas em Bella Vista paraguaya” (PEREIRA, 1928, p. 38). Provavelmente, era resguardado o direito de estudar no Paraguai às crianças que eram filhas de trabalhadores paraguaios, empregados nas fazendas ou no comércio em Bela Vista, no Brasil. Porém, como foi observado, há várias fontes que afirmam que as crianças brasileiras também estudavam no Paraguai, devido à falta ou precariedade das escolas mato-grossenses.

Uma observação importante do autor decorre de sua percepção quanto à resistência do paraguaio - que ele denomina de “patriotismo” –, demonstrada no processo que visava impor uma nova cultura nas escolas do Paraguai. Ao descrevê-la, aflora a sua admiração e cumplicidade.

O governo do Paraguay prohibiu que se fale guarany no exercito e nas escolas. Uma cousa se nota no paraguay, uma vez que se está mais em contacto com esse povo valente. É o seu desmedido patriotismo e a sua resignação ao soffrimento. Ahi está como prova o facto, de que entre elles só se fala o guarany, e agora que é prohibido nas escolas, são as mães paraguayas que ensinam aos seus filhos, para que elles nunca esqueçam e nunca desapareça o idioma nacional, tão lindo, tão másculo, tão poético, e no qual, em sua simplicidade e pobreza se podem dizer cousas tão lindas. (PEREIRA, 1928, p. 38)

Contudo, como foi afirmado, **Construindo** (1930) é a obra em que o autor mais se refere ao trabalho que realizou e as técnicas utilizadas pela CCS na região. Nessa obra, o autor evidencia sua concepção de educação e de trabalho.

Para Pereira (1930), a Construtora movimentou a cidade com seus capitais e as técnicas empregadas. A Companhia Construtora de Santos (C.C.S.) teria sido uma “escola” para a arquitetura local. No item intitulado *A ‘Escola’ da Construtora de Santos*, o autor trata da importância dos métodos dessa empresa e de suas consequências para Campo Grande. Segundo o autor, a C.C.S. “revolucionou a arquitetura local e os métodos primitivos da arte de como construir, nessa cidade e vizinhanças” (PEREIRA, 1930, p.46).

Além de descrever as técnicas utilizadas nas obras, Pereira anexou fotografias comentando os trabalhos lá desenvolvidos, incluindo uma descrição curiosa sobre os “quartéis desmontáveis da fronteira”. Para o autor, o ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras, teria indicado a razão para esse tipo de construção na fronteira:

[a] existência de stocks de estruturas metálicas completas, a preços bastante razoáveis pesou como razão preponderante em vista da economia de cerca de 50% sobre os tipos de quartéis em vigor na ocasião. Por esses estudos, esses quartéis foram construídos em pavilhões de um só pavimento, com estruturas metálicas tipo ‘Milliken’ americano, facilmente desmontáveis, cobertos com folhas de aço ondulado e pintado (PEREIRA, 1930, p. 74-75).

Portanto, o baixo custo teria determinado a preferência por esse tipo de construção na fronteira. Entretanto, é importante ressaltar que a sobra de mercadoria, isto é, os “*stocks do estrangeiro*”, estariam decidindo a escolha de técnicas e produtos utilizados nas obras, evidenciando que as condições locais – como o clima e o conforto ambiental, dentre outras – não determinaram a escolha, embora houvesse, em alguns aspectos, preocupação nesse sentido⁹².

Para o autor, a C.C.S. teria feito mais. Teria implantado nova organização do trabalho, não apenas em Campo Grande, mas na fronteira e em cidades paulistas, ao longo da Noroeste. Nesse sentido, a C.C.S. teria educado a massa de trabalhadores, os *operários de ofício* da região.

[...] era natural que a grande massa de operários de ofício, como sejam pedreiros, carpinteiros, pintores, etc. após a terminação das obras e com a prática adquirida, se tornassem pequenos empreiteiros em várias localidades, e copiassem empiricamente aquilo que tantas vezes haviam feito ou visto fazer. Dahi a influencia da Ceceésse [...] a CCS lançou a

⁹² “Devido ao sub-solo ingrato para fundações, a maior parte, se não todas as casas de Campo Grande tinham as paredes fendidas. Para construir os quartéis tipo, foram organizados tipos de fundação em lajes de cimento armado, de acordo com os pesos a serem distribuídos por 2 cm² sobre o solo.” (PEREIRA, 1930, p. 46)

mente das construções em cimento armado em Matto Grosso. (PEREIRA, 1930, p. 46, 52)

Segundo o autor, uma parte dos operários era experiente, pois já havia trabalhado anteriormente nas obras realizadas pela C.C.S. em Pirassununga e Quitaúna, no Estado de São Paulo, enquanto a outra parte havia sido contratada no local: “tivemos operários brasileiros, portugueses, italianos, hespanhóes, allemães, russos, paraguayos, bolivianos, turcos, argentinos, uruguayos e alguns índios mattogrossenses” (PEREIRA, 1930, p. 22). Esses trabalhadores teriam sido alojados separadamente e aproveitados “segundo suas aptidões”. Os japoneses, conforme o autor, faziam o serviço pesado de descarregar materiais. Como não falavam o português, o autor aprendeu algumas palavras, anexando-as no texto para ilustrar como se fazia a comunicação com esses trabalhadores. Essas expressões eram aquelas empregadas apenas para facilitar a comunicação no trabalho como: Vamos – *Isoidê*, Para frente – *Má Ê*, Esquerda – *Hí Da Li*, Força – *Ti Ka Lá*, Depressa – *AIAKÔ AIAKÔ*, Bom Dia – *Ô A IÔ*, etc (PEREIRA, 1930, p. 22).

Pereira trata das dificuldades para trabalhar com alguns desses operários, sobretudo na fronteira, onde o “pêssol era avesso á disciplina e á serviços organizados” (PEREIRA, p. 76). Lá não havia indústria, segundo ele, e não existiam profissões como as de pedreiro ou carpinteiros: “tivemos de adestra-los aos vários serviços, e mais ainda, sujeitar-nos a que 60% dos operários fossem estrangeiros (paraguayos) alguns dos quaes nem castelhamo sabiam falar” (PEREIRA, 1930, p. 76).

O custo da força de trabalho, destaca Pereira, era alto devido a dois fatores.

Era impossível trabalhar em domingos ou fora de horas. O custo dos gêneros alimentícios era caro, e conseqüentemente caros foram os salários, além do que, a pouca experiência do pessôal augmentava as horas necessárias para executar os trabalhos. (PEREIRA, 1930, p.76)

Quanto ao ritmo, o autor afirma que a pouca experiência dos trabalhadores aumentava o número de horas trabalhadas. Contudo, é preciso esclarecer que esse aumento deve se referir ao aumento do número de dias trabalhados, pois se, anteriormente, o autor afirma que os trabalhadores não se sujeitavam a fazer hora extra, como aumentar o número de horas trabalhadas? Provavelmente, Pereira refere-se ao aumento do número de horas resultando em mais dias trabalhados e não ao aumento do número de horas em um dia.

Pereira ainda enfrentou dificuldades com operários em Campo Grande que se organizaram em sindicato e ameaçavam fazer greve ou paralisar o serviço. Para o autor, isso era consequência de “affluencia de gente nova” e de aventureiros, que trouxeram com eles a violência e a desordem, bem como culpa de “meia dúzia de estrangeiros” que viviam às expensas dos que trabalhavam. Para ele, os movimentos reivindicatórios do operariado eram mais um indício de violência que se manifestava na cidade. Tentando evitar “desordens”, as obras dos quartéis eram vigiadas por uma polícia particular, graças aos conselhos do general Cândido Mariano, que por ali passara a fim de visitá-las. O autor considerou acertada a decisão de reforçar o policiamento nos locais de trabalho, pois algum tempo depois teria recebido

Cartões do secretario da ‘SOCIEDADE OPERARIA UNIÃO DOS TRABALHADORES E FORÇA RECONSTRUCTORA DO MUNDO’, apresentando-nos operários. Sim senhor! C. Grande, que jamais conhecera organização de trabalho em grande escala, onde os methodos modernos de construcção ainda desconhecidos, já possuindo um syndicato operário! Breve surgiram os boletins malcreados, instigadores das desordens por qualquer motivo. O Syndicato só visava uma cousa: Atrazar os serviços, implantar a desordem para mais tarde, talvez, levar a cabo fins mais lucrativos...Recebi vários officios aos quaes não dei resposta por julgar que não estavam em termos. Prosseguiram, e, já as instigações eram sediciosas e os termos insultuosos. Exigiam. Pregavam a greve. Ameaçavam!

Tive calma de reunir todos os operários, após o termino do serviço diário, e dirigir-lhes algumas palavras, antes de responder ao syndicato pelo ‘Correio do Sul’ de 20/8/22. Esclareci o quanto poude que estavam sendo explorados por meia dúzia de estrangeiros aos quaes pagavam mensalidades para que elles vivessem sem trabalhar. Avisei e com especialidade aos nacionaes, que se retirassem da Sociedade onde não havia ideaes dignos, e que servissem de exemplo aos demais. Estava decidido, uma vez que os do syndicato tinham passado á ameaçar, responder-lhes agindo com a máxima energia. (PEREIRA, 1930, p. 25-26)

O fechamento “um tanto brusco da sede do syndicato”, após esses acontecimentos, não parece ter preocupado o autor, que se sentiu com o dever cumprido de ter agido com “justiça e de acordo com as circunstancias” (PEREIRA, 1930, p. 26).

O mais importante para Pereira teria sido a marca que a C.C.S. deixara. Numa região em que não havia organização metódica do trabalho e com muitas dificuldades de comunicação, onde nem mesmo se conhecia o concreto, a escola da C.C.S. se tornara um exemplo a ser seguido.

O início de um serviço de tal magnitude, com todas as organizações necessárias, em lugares onde jamais havia existido serviço idêntico ou semelhante, com pessoal 'bisonho' em disciplina e methodo; com materiaes vindos de longe, alguns trazidos por uma estrada de ferro estratégica apenas no nome; fabricação de cal, tijolos e ladrilhos; manilhas de cimento para drenagem; extracção de pedra e areia; água; luz; vigilância; alimentação e alojamento do pessoal; hygiene e cuidados médicos; volumes enormes de materiaes e construções; serviços importantes de concreto e cimento armado, como sejam o reservatório de 1.200.000 litros, a fossa szeptica e filtros percoladores, as lages dos pavilhões, com especialidade a do pavilhão de administração do 1º. R.A. M. etc., tudo isso executado com pêssoal, que na maioria, pela primeira vez, travava conhecimento com concreto! [...] Todos esses trabalhos executados, lá estão, e temos plena certeza de que elles calaram bem fundo no espírito da população Matogrossense, permanecendo como um atestado vibrante para a Companhia Constructora de Santos, da sua capacidade, honestidade, iniciativa patriótica, dedicação e amor á ordem e ao trabalho. (PEREIRA, 1930, p. 13-14)

Como se pode observar, **Construindo** (1930) é a obra mais detalhada do ponto de vista das concepções de trabalho e de educação assumidas por Pereira. Serviu para registrar as atividades profissionais realizadas pelo autor e veicular a importância da empresa C.C.S., considerada por ele um modelo de organização de trabalho. Daí o seu incômodo, por oposição, com o trabalho no sul de Mato Grosso, cuja organização técnica ainda era predominantemente artesanal ou manufatureira. Sua visão é a de um técnico cosmopolita que, tendo viajado, estudado e morado no exterior e em cidades mais avançadas como São Paulo, inconformava-se, no que se refere à educação, com o que viu como uma grande lacuna na formação cultural e profissional dos trabalhadores da fronteira. Cabe assinalar que esse inconformismo repousava numa idealização que ignorava os condicionantes culturais concretos vigentes na fronteira.

CAPÍTULO 4

ASTÚRIO MONTEIRO DE LIMA: MEMÓRIAS DE UM PIONEIRO

Outra referência de fundo memorialístico sobre a fronteira é a obra **Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis**, de Astúrio Monteiro de Lima. É composta por uma série de histórias sobre a época de colonização e povoamento da fronteira, local onde o autor nasceu e residiu por muitos anos como fazendeiro e político ligado ao PTB.

Segundo seu biógrafo, o escritor Hélio Serejo⁹³ [1980?], Astúrio Monteiro de Lima nasceu na fazenda Dionísio⁹⁴, no município de Nioaque, em 1898. Seu avô, Major Rogaciano Monteiro de Lima, foi um dos “pioneiros” e “desbravadores” da região e reconstrutor, no plano administrativo, da Colônia Militar de Dourados, destruída em 1865 na Guerra com o Paraguai. Seus pais foram fazendeiros e Lima herdou suas posses, tornando-se criador de gado. Estudou na “escola que acabou à bala”, criada por um fazendeiro da região e dissolvida no auge de conflitos entre coronéis, fato que se transformou num de seus contos. Atravessou a fronteira para estudar no Paraguai, algo muito comum então, e, em Corumbá, estudou “no conceituado Colégio do professor João Batista Alves de Lima” (SEREJO, 1980?, p. 20). Segundo Edi M. de Lima, o autor estudou “em pequenas cidades do Paraguai, onde aprendeu o castelhano” (LIMA, 1981, p. 181). Concluiu o ginásio em Cuiabá, no Liceu Cuiabano.

Com a morte de seu pai, Lima, ainda adolescente, voltou à fronteira para assumir as posses da família. Além de fazendeiro, segundo Serejo (1980?, p. 24), tornou-se “um estudioso dos problemas da pecuária” ao dedicar-se ao aprimoramento das raças bovinas e introduzir o plantio de jaraguá, espécie de capim, para melhorar a pastagem na região. Era aliado de Pedro Celestino e incorporou-se em várias lutas contra a Companhia Matte Larangeira, ao lado deste chefe político⁹⁵. Filiado ao Partido Republicano Mato-grossense,

⁹³ Com a intenção de diversificar seus caminhos literários e escrever uma biografia, Serejo decidiu que o nome certo seria de “um fazendeiro para o qual, o trato com a gadaria, não tivesse mistério e que fosse, acima de tudo e, imprescindivelmente, um padrão de dignidade, um cultor da lealdade, um franco, sem, no entanto, ser incívil, um conselheiro, um justo, enfim, um amigo” (SEREJO, [1980?], p. 8). Escolheu o nome de Lima. Serejo baseou-se em depoimentos de várias pessoas que com ele conviveu e nos depoimentos do próprio Lima.

⁹⁴ Hoje esta fazenda pertence ao município de Ponta Porã.

⁹⁵ “Um moço cheio de vida, resoluto, amante da franqueza e reconhecidamente corajoso, está investido nas funções de capitão revolucionário, contra a então temível Companhia Mate Larangeira: é Astúrio Monteiro de Lima, o filho batalhador da Fazenda Dionísio. Astúrio, nesse caso especial, e em tantos outros, acompanhava

Lima sempre foi solicitado por Pedro Celestino quando se tratava de pacificar os ânimos dos chefes que se encontravam em conflito (SEREJO, 1980?). Apoiou a Revolução de 1930 no Estado e manteve-se neutro na Revolução de 1932, afastando-se temporariamente de seus amigos.

- Dr. Vespasiano Martins, não vejo motivos para pegar em armas nesta Revolução contra Getúlio; quero ficar neutro! Comprometo-me a ir para a minha fazenda, para o mato, matar carrapato [...] Se me perseguirem – escapando – irei lutar do outro lado. (SEREJO, 1980?, p. 45)

Quando a Revolução de 1932 terminou no sul do estado, os rebelados emigraram para o Paraguai. Lima, temendo uma possível perseguição aos revolucionários, intercedeu por eles e solicitou garantias para Vespasiano Martins e seus companheiros (SEREJO, 1980?, p. 46).

Aliou-se a Getúlio Vargas e o apoiou mesmo durante a sua destituição, em 1945⁹⁶. Foi responsável, também, por organizar o PTB na região fronteiriça, ajudando a eleger vários políticos e o próprio Vargas, na campanha de 1950⁹⁷.

a orientação política do ilustre chefe Pedro Celestino Corrêa da Costa, ao lado do qual permaneceu até a sua morte.” (SEREJO, 1980?, p. 24)

⁹⁶ “Veio a destituição de Getúlio, fato que abalou a nação. Em Mato Grosso, o ‘corre-corre’ dos chamados líderes empreguistas foi impressionante. Tiravam o ‘retrato do velho’ da parede, e não mais apareciam – como de costume – nos bares, no cafés e nas ruas. Indignado contra essa prova de fraqueza, Astúrio – que ouvira pelo rádio que o Presidente deposto seguiria no outro dia para São Borja – foi ao telégrafo e enviou-lhe o seguinte telegrama: **‘Dr. Getúlio Vargas. São Borja. Rio Grande do Sul. Solidário que fui com o vosso passado governo, aqui me ponho inteiramente às vossas ordens, em qualquer terreno’. Através desse telegrama, Astúrio Monteiro de Lima, pela primeira vez, se dirigia ao Dr. Getúlio Vargas, seu estimado chefe[...]** Passados uns 20 dias, recebe Astúrio Monteiro de Lima, um cartão assinado pelo Dr. Getúlio Vargas, repleto de palavras carinhosas, agradecendo a sincera manifestação de solidariedade.” (SEREJO, 1980?, p. 48, grifos do autor)

⁹⁷ “[...] Uma coisa, entretanto, ficou no pensamento de milhões de brasileiros: **ele [Getúlio] poderá voltar um dia!** O tempo foi passando, porém, o desejo da volta não morrera. Petebistas de Ponta Porá, inclusive Astúrio Monteiro de Lima, resolveram mandar a Santos Reis – São Borja - Altair Antunes Brandão como enviado especial do partido [...] Astúrio atento a tudo como político previdente, ficou sabendo que o deputado estadual, João Goulart – Jango – estava assessorando o ‘velho’ em Santos Reis. Daí por diante, o vigilante político sul-mato-grossense passou a trocar assídua correspondência com o mesmo [...] O ‘queremismo’ ganhando corpo. Em plena propaganda eleitoral, o candidato Getúlio Vargas avisou a direção do PTB em Mato Grosso, que no dia tal e a tal hora, chegaria à Campo Grande[...] por ocasião do almoço que lhe ofereceram, os organizadores fizeram questão que Astúrio tomasse assento ao lado do chefe supremo do petebismo no Brasil. Getúlio puxou conversa, tendo sido esta, cordial e longa. Em dado momento perguntou a Astúrio: - Foi o senhor que me telegrafou para São Borja, no dia de minha deposição? – Sim! Respondeu Astúrio. Getúlio Vargas perguntou-lhe: - Recebeu um cartãozinho de agradecimento que lhe mandei? [...] depois, entrou direto, no âmbito da política, fazendo ao coronel Astúrio Monteiro de Lima esta pergunta: - Que porcentagem de votação poderei ter aqui no Sul do estado? Veio então a resposta corajosa de Astúrio: - Calculo em 60% da linha Corumbá, Coxim, Camapuã e Paranaíba para o Sul. A resposta do cálculo da porcentagem de Astúrio era, sem nenhuma dúvida, aventureira, entretanto, na apuração, saiu-se brilhantemente o destro político sulino: deu 58% na linha referida pelo mesmo [...]” (SEREJO, 1980?, p. 53-54, grifos do autor)

4. 1 A FRONTEIRA DOS PIONEIROS E HERÓIS

As crônicas de Lima são registros de sua vida e de histórias da fronteira sul de Mato Grosso. Contudo, não há método em suas análises. Embora o autor traga algumas citações de obras ou documentos, não se preocupa com registros sistemáticos de suas fontes históricas.

Jânio Quadros é o prefaciador de seu livro, possivelmente por se alinhar com as idéias de Lima ou por ter se aproximado de seu partido⁹⁸. Quando Quadros afirma que os textos ali escritos não são ficcionais, mas “históricos”, talvez se refira à veracidade dos eventos relatados: “a vida que viveu, em dilatados e afanosos anos, ensejou-lhe fixar na retina e na memória incidentes e episódios de gosto e graça raros, e legítimos, autênticos, **históricos**, todos.” (QUADROS, 1978, p. 7, grifo nosso)

Embora a obra tenha sido escrita em 1978, não há abordagens sobre a época mais recente da história do sul do Estado. Lima condensou e escreveu histórias que estavam em sua memória e as publicou em época muito posterior aos acontecimentos relatados, quando tinha 80 anos de idade (LIMA, 1978, p. 181). Sua obra fala de um Mato Grosso de *outros tempos, dos pioneiros e heróis*, das últimas décadas do século XIX e início do século XX, quando os colonizadores chegavam à região fronteira.

Quase todos os fazendeiros daquela imensa área descendem de gente como esta, que se desgastou no melhor tempo de vida: desbravando sertões; enfrentando toda sorte de dificuldades; lutando contra as endemias; abandonados pelos governos que não lhes davam escolas, estradas, garantia de qualquer espécie, justiça – para não falarmos em ferramentas e transporte ou, pelo menos, facilidades para aquisição do sal e do arame. Meu pai que pertenceu à segunda geração daqueles heróicos e abnegados pioneiros, sempre se lastimava de duas coisas: a carência de garantias e a careza do sal. (LIMA, 1978, p. 70)

Também não há, no seu escrito, descrição dos episódios que viveu nas campanhas de Getúlio, após 1930, quando se envolveu nas disputas eleitorais da fronteira.

Provavelmente, a obra foi influenciada por preocupações da época presente, diferentemente de Puiggari, de Pereira, ou até mesmo de Serejo, em algumas obras, que escreveram sobre fatos e eventos ainda no calor dos acontecimentos. A obra de Lima

⁹⁸ Em 1980, Jânio Quadros filiou-se ao PTB, elegendendo-se Prefeito de São Paulo por essa legenda, em 1985.

coincide, inclusive, com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul⁹⁹ e com nova onda migratória, num momento em que a divisão do Estado prometia grande desenvolvimento para o sul.

Possivelmente, a obra tenha sido animada pelo intuito de preservar memórias e “tradições”; deixar registrado, para os que chegavam, que o sul do estado já possuía uma história, realizada pelos *pioneiros* e seus descendentes. Em *Mais uma palavrinha* diz o autor:

Aos poucos, as bombachas ficaram rotas, sossegaram as boleadeiras, o tilintar das esporas e os disparos das garruchas calaram-se no tempo. Veio a força da máquina, com ela novos gaúchos, novas técnicas, modificando a vegetação dos campos abertos. Restam os bois nas cangas, e ainda que úteis já não aram a terra, já não tocam moagem. Pois até o tordilho, o Rossilho (sic) deram lugar à Ford, à Chevrolet. Portanto, meus jovens, vocês que acompanharam estes relatos sentiram a transformação do homem e da terra abençoada. Peço, então, a vocês, inspirem-se no sombreado dos ervais, no sabor do churrasco com mandioca, no canto das siriemas (sic), nas paisagens da braquiaria e dos arrozais. Para entenderem a persistência do Segredo ‘segredando’ com o Prosa sobre suas nascentes, seus fluxos e corredeira, cada um no seu leito, mas unidos pelo mesmo objetivo: alcançar as águas remansosas da foz. (LIMA, 1978, p. 179)

A maior parte das crônicas focaliza os pioneiros que chegavam de Minas Gerais, São Paulo e, sobretudo, do Rio Grande do Sul. Estes últimos dirigiram-se à fronteira e influenciaram de forma bastante peculiar a região sul do Estado. Segundo Lima, foram bem acolhidos pelos residentes.

Os rio-grandenses – é bom que se diga – foram bem recebidos na região sulina mato-grossense. **Nós** os recebemos como preciosos colaboradores de nosso povoamento. Respeitávamos os bem-intencionados e de boa vontade, na hospitalidade e na camaradagem campeira. Com exceção de alguns, a feição típica do gaúcho que passamos a conhecer de perto na sua formação cavalheiresca e incoercível, era ótima. (LIMA, 1978, p. 48, grifo nosso)

Mas, qual era a visão dos gaúchos em relação aos habitantes do sul de Mato Grosso? Segundo Lima: “Os rio-grandenses (sic) consideravam-nos todos cuiabanos – aliás, sem nenhum desdouro para nós – e em contrapartida, nós os chamávamos de ‘guasças’ que, no Rio Grande do Sul, significa ‘tiras de couro cru’ (LIMA, 1978, p. 48).

⁹⁹ O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei Complementar n°. 31, de 11 de outubro de 1977.

Os gaúchos, de acordo com Lima (1978), lutaram ao lado dos mato-grossenses no combate aos bandidos, dando “aos mesmos destino certo” (LIMA, 1978, p. 48). Várias histórias são contadas pelo autor referente à saga dos chefes de família que migraram do Rio Grande do Sul por causa da Revolução de 1893. Lima cita os nomes desses pioneiros, mostrando respeito e admiração. Acentua que havia desordeiros entre os gaúchos, também, mas eram minoria.

A violência, característica marcante em todos os textos dos memorialistas, também é abordada. Para Lima, esse problema era fruto da

[...] mentalidade predominante na fronteira sul [...] existia, não há dúvida, elevado número de homens pacatos, ordeiros e ajuizados, mas, comumente, fosse qual fosse a natureza do vivente, ninguém queria ‘levar desaforo para casa’ [...] muitas e muitas vezes, em pequenas desavenças, nasciam inimizades que desencadeavam continuadas matanças entre famílias de bons costumes. (LIMA, 1978, p. 51)

As lutas travadas na região foram entendidas como problemas estruturais de um meio “agreste e bravo”, povoado “por gente que vinha de todas as bandas trazendo costumes diferentes, numa quase miscelânea” (LIMA, 1978, p. 120). Após a Guerra com o Paraguai, segundo o autor, as discórdias foram se agravando devido às lutas pela posse de terra e sua legitimação. Dessa rivalidade se serviu a política do norte que, constantemente, dividia os coronéis do sul, gerando o que o autor denomina de “caudilhismo verdadeiro”, isto é, um caudilhismo “oficial” (LIMA, 1978, p. 121).

Para Lima (1978), o banditismo, fruto dessa estrutura, foi combatido pela “lei do 44”, já que, na fronteira, eram precárias as condições da justiça, não havendo local para aprisionar desordeiros e bandidos: “[...] em nosso caso, se registrava uma razão fundamental: não tínhamos, praticamente, policiamento. A justiça era precaríssima e não dispúnhamos de cadeias. Como então manter sob guarda, os criminosos mais sanguinários?” (LIMA, 1978, p. 123) Pelos motivos apontados, Lima acha injusto os mato-grossenses terem levado a fama de bandidos.

A posição circunstancial que nos legou o nosso passado de lutas na aspereza de uma rota, em busca de melhores dias para os nossos vindouros, deu motivo a que fossemos julgados apressadamente e erroneamente fora de nosso Estado; considerando muitos como um autêntico covil de bandidos, a nossa terra em explosão de desbravamento. Por que essa qualificação humilhante, se encontramos bandidos e malfeitores em todos os rincões virgens, sedentos de civilização? (LIMA, 1978, p. 122-123)

Como se percebe, a violência é analisada sob a ótica dos pioneiros, ignorando a violência encetada contra os índios que habitavam essa região. Lima expressa a voz dos conquistadores que lutaram contra os índios, considerados como empecilhos para a conquista. Empregados no trabalho pastoril e no trabalho da erva-mate, pouco a pouco os “bugres” foram sendo incorporados na vida “civilizada”. Porém, com o passar dos anos, acabavam entrando em conflitos com os proprietários de terras.

[...] naquele tempo, tudo era deserto. Quando meus avós chegaram às margens do rio Dourados, lá pelo ano de 1878, contavam eles que somente transitavam por ali os índios, que eram quase sempre malfeitores: matando gados e roubando cavalos. (LIMA, 1978, p. 68)

Algumas crônicas de Lima são autobiográficas, como as referentes à sua infância.

Naquelas focalizadas sobre sua família, os Monteiro de Lima, é descrita sua participação nos conflitos do começo do século, que envolveram os coronéis da fronteira e a Matte Larangeira. Lima coloca-se entre os que lutaram contra a empresa Matte e ao lado do Cel. Pedro Celestino, o que torna seu livro importante fonte para entender a questão de terras na região.

Com relação ao conflito com a Matte Larangeira e a participação de Lima, há um importante depoimento de Arnaldo Estevão de Figueiredo, ex-governador de Mato Grosso.

ASTÚRIO, nativo daquela faixa, empenhou-se a fundo na luta reivindicatória que empolgava toda aquela população. A Assembléia do Estado, sob a orientação política do Cel. PEDRO CELESTINO, timoneiro seguro dos anseios mato-grossenses, havia deflagrado o movimento de defesa dos direitos do povo da fronteira, contra os desmandos da administração da EMPRESA MATE LARANJEIRA. E nesse embate nos empenhamos todos ao lado do povo, tendo à frente, em Ponta Porã, as figuras dos indômitos gaúchos VALÊNCIO DE BRUM, MODESTO DAUZAKER e tantos outros valores que despontam na região, e entre eles e na primeira linha o nome do ardoroso jovem e simpático ASTÚRIO MONTEIRO DE LIMA. (FIGUEIREDO *apud* SEREJO, 1980?, p. 75-76)

A obra de Lima não tem a pretensão de condensar a história da fronteira de forma sistemática. Nem mesmo pretende realizar uma crítica organizada sobre o processo de colonização, embora a crítica apareça nos contos em que trata da Companhia Matte Larangeira. Representa uma rememoração dos tempos “heróicos” da fronteira sul de Mato Grosso, segundo a visão de um fazendeiro, herdeiro dos desbravadores daquela região.

Não foi o passado que motivou o autor a escrever, mas, sim, o presente. Ou, mais precisamente, o temor dos “antigos migrantes” em relação à chegada dos “novos”, na esteira da criação de Mato Grosso do Sul e da instauração de um novo ciclo de disputas pela posse de terras, sobretudo as decorrentes dos conflitos com índios, que tanto se acentuaram em época mais recente¹⁰⁰. Assim, ao retratar na obra apenas os marcos iniciais do período de colonização do sul de Mato Grosso, Lima objetivou veicular os fundamentos da “tradição” dos pioneiros e conferir legitimidade às suas posses. A constante busca de uma história “pioneira” e de um passado que teima em permanecer, pode ser identificado com o fenômeno que Hobsbawm (1997, p.10) denominou de *invenção das tradições*, que se torna, em alguns momentos, bastante artificial, mas que nem por isso deixa de ter uma função:

[...] na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção da tradição’ um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea. (HOBSBAWM, 1997, P. 10)

4. 2 A EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA SOB A ÓTICA DOS PIONEIROS

Em se tratando da educação nos tempos “heróicos” da fronteira, a obra de Lima contém apenas uma crônica sobre uma escola particular da região de Nioaque, intitulada *A escola que acabou a bala*.

Essa escola foi criada em 1908 pelo fazendeiro Cel. José Martins Barbosa, “homem austero e político aferrado, muito preocupado com a falta de atenção dos poderes públicos

¹⁰⁰ O conflito entre colonizadores e índios em Mato Grosso remonta ao período colonial, quando os bandeirantes adentravam para a caça de índios e em busca de ouro. No passar dos séculos, chegam os migrantes que ocuparam as terras devolutas causando grande matança de índios que vão ficando confinados em reservas. Os confinamentos se agravam a partir da década de 1970, com a produção da soja e a chegada de novos “pioneiros”. Há uma acusação, inclusive, de que, em 1983, o capataz de Líbero Monteiro de Lima, filho de Astúrio, tenha sido o assassino de Marçal de Souza Tupã Y, líder indígena que se envolveu na luta pela posse de terras na área indígena de Pirakuá, em Bela Vista, cuja demarcação foi contestada pela família Monteiro de Lima (TETILA, 1994, p.45)

no tocante à instrução, principalmente no sul de Mato Grosso” (LIMA, 1978, p. 129). Barbosa resolveu abrir a escola em sua fazenda, no município de Nioaque, e, visando estender seus benefícios,

[...] escreveu uma carta a cada amigo que sabia ter filho em idade escolar [...]. A carta em questão, embora muito amistosa e fraternal, não deixava de representar, no fundo, uma advertência e uma intimação, pois era seu desejo ver os meninos da região freqüentando a sua escola, gratuitamente; não só gratuitamente, mas com direito aos livros, alimentação e roupa lavada. (LIMA, 1978, p. 130)

Lima estudou nesta escola que possuía vinte alunos, recebendo lições do professor Carlos Ribeiro da Fonseca, “filho da região, cuja educação e conhecimentos vieram-lhe através do esforço próprio” (LIMA, 1978, p. 130). O professor, apesar de leigo, era erudito e buscava as fontes de seus ensinamentos

[...] nas leituras dos raros jornais que vinham ter às suas mãos, nos almanaques e nos romances de renomados poetas e escritores, tais como: Camões, Garret, Alexandre Dumas, Júlio Verne, Vitor Hugo, e tantos outros.

Falava regularmente o francês, tendo chegado mesmo a fazer ensaios sobre história e literatura [...]” (LIMA, 1978,p.130)

Corriqueiro, era, na verdade, o professor leigo em todo o interior do país. Contudo, Lima registra algo nem sempre comum nesses professores: a erudição, mas que, vez por outra aparece nas descrições de memorialistas quando falam de seus antigos mestres.

Nas lembranças de Lima ficaram registrados, ainda, um instrumento utilizado pelo professor, a “palmatória de cinco furos” (LIMA, 1978, p.131) e os castigos aos alunos que não dominavam o conteúdo.

Quando o aluno não dava conta da lição, ficava de castigo do lado de fora da porta, justamente por onde passavam as pessoas da fazenda. Na cabeça sustinha um capacete de papelão, de feitio grotesco, com a seguinte frase em letras graúdas: SOU VADIO! NÃO ESTUDEI A LIÇÃO. (LIMA, 1978, p. 131)

Tendo adoecido, o referido professor foi substituído por seu irmão, Pedro Ribeiro, que não era tão brilhante, segundo o autor. A escola teve pouca duração, pois foi abandonada pelos alunos em meio a um tiroteio, num ataque que o coronel rebelde Bento Xavier promoveu na fazenda do inimigo (LIMA, 1978, p. 131). No meio do tiroteio, as crianças saíram correndo e o novo professor recebeu um tiro em uma das nádegas (LIMA, 1978, p. 132).

A referência a essa escola criada por um fazendeiro demonstra a precariedade dos estabelecimentos de ensino instalados na fronteira à época. No início do século XX, a existência de escolas dependia de iniciativas privadas de moradores da região, que não tinham como enviar seus filhos para fora do Estado ou para Cuiabá, reforçando as informações dadas por Serejo. As poucas crianças que não trabalhavam no campo e que, efetivamente, podiam estudar, como já foi observado, adotavam a alternativa mais prática de atravessar a fronteira para estudar nas escolas do Paraguai.

Lima, inclusive, foi uma dessas crianças que, por enfrentar as dificuldades de acesso escolar no Brasil, foi buscar instrução nas cidades fronteiriças do Paraguai, como foi verificado em sua biografia.

CAPÍTULO 5

ELPÍDIO REIS: MEMÓRIAS NOSTÁLGICAS DE UM FRONTEIRIÇO

Não há nenhum estudo biográfico sobre Elpídio Reis. Referências gerais sobre ele foram retiradas da obra **Só as doces** (1993), escrita pelo próprio autor, que relata, de forma leve e sem grande preocupação de sistematização, algumas passagens – só as doces – de sua vida.

Elpídio Reis nasceu em Jaguaretê, município de Ponta Porã, em 1920. Filho de proprietários de terras, Reis passou sua infância em fazendas ajudando sua família nas lides do campo (REIS, 1993, p.6-7). Ingressou com 10 anos de idade no Grupo Escolar Mendes Gonçalves¹⁰¹, em Ponta Porã, e, mais tarde, matriculou-se no Ginásio Municipal Dom Bosco, de Campo Grande, obtendo sempre as “melhores notas” (REIS, 1993, p. 11).

Foi em Campo Grande que começou a escrever “de forma programada [...] contando sempre com o incentivo dos padres amigos José Nunes Dias, José Luiz Valentim, Pedro Cometti e também do professor Adalberto Barreto” (REIS, 1993, p. 12). Publicou em jornais locais como a **Folha do Povo**, de Ponta Porã, mantendo semanalmente uma coluna denominada “Aconteceu nestes 7 dias”. Em 1940, transferiu-se para o Rio de Janeiro com a intenção de formar-se em Direito, mas sempre alimentando a idéia de retorno a Mato Grosso, o que não se realizou. Permaneceu no Rio de Janeiro até o ano de 1984 (REIS, 1993, p.13). Em 1946, formou-se em Direito pela Faculdade Católica de Direito no Rio de Janeiro e lá se tornou “amigo do santo e sábio padre Leonel Franca” (REIS, 1993, p. 13). Em 1947, *defendeu tese* em Serviço Social na PUC e, em seguida, foi indicado pelo Padre Leonel Franca para dirigir o Serviço de Assistência a Menores – SAM, órgão ligado ao Ministério da Justiça. (REIS, 1993, p. 13) Foi diretor do Instituto Profissional Quinze de Novembro – IPQN, órgão também ligado ao Ministério da Justiça (REIS, 1993, p. 36). Além de ter cursado Direito, fez Curso de Jornalismo e Relações Públicas (REIS, 1993, p.48). Exerceu o magistério como professor da PUC/RJ. Foi voluntário da LBA à época de sua criação, em 1942, e presidente da Associação Brasileira de Assistentes Sociais. Foi nesta Associação que conheceu Carlos Lacerda, convidado para realizar uma palestra, em

¹⁰¹ O Prédio do Grupo Escolar Mendes Gonçalves foi construído pela Companhia Matte Larangeira e doado ao Estado no ano de 1925.

1949. Tornou-se amigo de Lacerda, tendo sido convidado por ele para ser redator, advogado e superintendente da Editora S. S. Tribuna da Imprensa. Trabalhou nesse Jornal durante vinte anos (REIS, 1993, p. 15).

Devido à sua experiência anterior na LBA, foi convidado pela esposa de Getúlio Vargas, Darcy Vargas, para, com ela, novamente trabalhar nesse Órgão em 1951. Recusou, de imediato, por estar trabalhando para um adversário político de Vargas: “Entrei em pânico. É que aquela altura dos acontecimentos eu já trabalhava como Superintendente da Tribuna da Imprensa, sendo pessoa de confiança de Carlos Lacerda, jornalista que combatia ferozmente a volta de Getúlio” (REIS, 1993, p. 18). Mesmo informados da situação pelo autor, ambos – Lacerda e Darcy Vargas –, recusaram-se a dispensá-lo e sugeriram que Reis se dividisse entre os dois trabalhos. Isso só foi possível porque, segundo o autor, seu trabalho no Jornal não o envolveu com os assuntos políticos de Lacerda: “Em verdade eu não participava, na Tribuna, dos assuntos políticos. Eu era, também redator, mas especializado em assuntos ligados ao Serviço Social” (REIS, 1993, p. 18).

Lacerda manifestava absoluta confiança em Reis, tanto que, nos momentos em que tinha de se ausentar, sobretudo nos seus exílios políticos, passava-lhe procuração plena para administrar os negócios da empresa (REIS, 1993, p. 76).

Reis foi, ainda, diretor do Serviço de Censura de Diversões Públicas, na área de teatro, ao longo das décadas de 1940 a 1960 (REIS, 1993, p. 43), cargo bastante espinhoso, segundo o autor.

Quando o Presidente Vargas, no seu segundo Governo, estava no auge da crise, as autoridades policiais resolveram que o Serviço de Censura de Diversões Públicas passaria, também, a fazer censura nos jornais, nas rádios, revistas, etc. Censura política...

[...] chegou a minha vez. Logo que o coronel disse que eu iria para a rádio Mayrink Veiga, pedi licença e disse:

- Recuso-me a fazer esse serviço!
- O que está dizendo?
- Sou censor de diversões públicas e não censor político... por isso me recuso a cumprir a ordem que o senhor está dando.
- Você sabe o que lhe vai acontecer?
- Dá pra imaginar...
- Ainda bem que você imagina...
- Dirigindo-se ao diretor da Censura, Dr. Alexandre Stockler ordenou: levem esse homem preso!

Stockler que era meu amigo, ficou sem saber o que fazer. Depois de censurar chamando-me até de maluco, ordenou que eu fosse para o Serviço

de censura e ficasse “preso” no gabinete até que ele decidisse sobre o que fazer comigo.

Minha prisão deu em nada. Fiquei com fama de maluco. Daí por diante, sempre que havia censura política, meus amigos me designavam para que eu ficasse em serviço interno, tomando providências... até criaram um slogan para mim: - ‘ganhe o dia de hoje sem comprometer o de amanhã’. (REIS, 1993, p. 46-47)

Numa outra ocasião teria sido obrigado a proibir uma peça de Nelson Rodrigues.

Como imaginava a confusão que o caso ia provocar, fiz um longo estudo da dramaturgia do autor da peça, classificando-a como um nome que ficaria na história do Teatro Brasileiro. Terminava eu dizendo que, não tardaria muito, a sociedade brasileira, graças às constantes mutações por que vinha passando, estaria em condições de receptividade àquela peça de Nelson Gonçalves [...]

Dias depois recebi a visita do Nelson Rodrigues. ‘Desta vez vai sair fogo!’ – pensei eu.

Enganei-me. Nelson Rodrigues estava calmo.

- Vim agradecer os elogios que o senhor escreveu a meu respeito, embora terminasse proibindo, para os dias atuais, minha peça. Compreendo as responsabilidades de seu cargo.
- É, meu cargo é de difícil exercício. Se aprovarmos as peças de teatro, as letras de músicas mais avançadas, os mais conservadores gritam xingando a Censura; se proibirmos nos termos exatos em que tais peças ou letras são apresentadas, os autores mais avançados protestam. (REIS, 1993, p. 57)

Reis exerceu, ainda, as funções de Conselheiro da Fundação do Menor (RJ), de Membro de Bem-estar Social do Ministério do Trabalho, de redator da Rádio Ministério da Educação, de advogado da EMBRAFILME e de Conselheiro da Fundação Darcy Vargas.

Em 1946, engajou-se no movimento que resultou na Associação Pró-restauração do Território Federal de Ponta Porã e foi seu vice-presidente. Mesmo fora de Mato Grosso, publicava seus artigos em jornais de Campo Grande e Ponta Porã. Aposentou-se e voltou a Mato Grosso do Sul em 1984. Tendo residido fora por mais de quarenta anos, Reis nunca se desligou de Mato Grosso e suas preocupações com a fronteira apareciam em artigos de jornais e em obras que começou a publicar, com mais intensidade, na década de 1970. Segundo ele, retornar a Mato Grosso foi um sonho, postergado ao longo do tempo, mas que reascendia sempre que visitava sua terra (REIS, 1993, p. 60).

Na sua volta, foi convidado para lecionar na FUCMT (hoje Universidade Católica Dom Bosco - UCDB) e no CESUP (atualmente Universidade para o Desenvolvimento do

Estado e da região do Pantanal – (UNIDERP), tendo assumido, também, a função de membro do Conselho de Cultura de Mato Grosso do Sul. Foi presidente da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras de 1988 até 1997, ano de sua morte. Teve um importante papel na Academia, promovendo uma campanha para a doação de livros e incentivando a formação de bibliotecas na periferia e no interior do Estado (REIS, 1993, p. 61-62). Nessa tarefa, “proferiu mais de trezentas palestras a estudantes, não incluídas as diversas que proferiu no interior do Estado” (CONHEÇA..., 2005).

5.1 UMA VISÃO NOSTÁLGICA DA FRONTEIRA

A maior parte das obras de Elpídio Reis foi escrita a partir do final da década de 1970 e década de 1980, quando ainda morava no Rio de Janeiro. Assim como a obra de Astúrio Monteiro de Lima (1978), sofreu determinações da época mais recente. Mesmo residindo no Rio de Janeiro, o autor teve um papel importante nos acontecimentos políticos da fronteira.

Reis escreveu 16 obras, entre elas, **Ponta Porã, antes, durante e depois do Território** (1948), **Serviço Social e evasão escolar** (1948), **Os 13 Pontos de Hélio Serejo** (1980), **Ponta Porã, polca, churrasco e chimarrão** (1981), **O nosso Demóstenes** (1990) e **Só as doces: uns ‘causos’ por aí** (1993).

Só as doces é um livro autobiográfico, de estilo leve, com informações esparsas, entrecortado por poesias de sua autoria, sem muita organização, como o próprio autor afirma: “[...] aqui vão alguns flashes de minha vida, sem ordem cronológica, registrados em minha memória. Muita coisa ficou perdida, na poeira dos tempos ou nas entranhas do esquecimento” (REIS, 1993, p.5). Não é por acaso que Reis denominou essa obra de **Só as doces**. Observando os “causos” relatados, é possível verificar que houve uma seleção prévia do autor, que não quis registrar controvérsias. São poucas as polêmicas ou denúncias. Mesmo nos trechos em que comenta os momentos de trabalho vividos ao lado de Lacerda ou de Darcy Vargas, não há vestígios de tomada de posição que revele sua opção política, embora, em alguns passos, demonstre sua admiração por Lacerda. Além de

não expor abertamente sua adesão às posições políticas de seu tempo, declara-se um democrata.

Por índole ou formação sempre fui um democrata. Para mim, a democracia é a melhor forma de governo. Eis porque, desde a adolescência, guardo sempre na mente a frase atribuída a Voltaire: ‘ Não concordo com uma palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizelo’ (sic).” (REIS, 1993, p. 47)

Ponta Porã, polca, churrasco e chimarrão (1981), segundo o autor, “nasceu de um desafio” de Otávio Gonçalves Gomes (REIS, 1981, p. 21). Gomes, um dos membros fundadores da Academia Sul-mato-grossense de Letras, ao comentar o lançamento de um livro de contos de Reis, **O cavalo preto** (1977), afirmou: “ ‘esperamos um novo livro de Elpídio Reis, cujo título terá que ser em torno de Ponta Porã – Polca, Churrasco e Chimarrão. Aí fica o desafio’.” (GOMES, 1977, *apud* REIS, 1981, p. 21).

O livro reúne crônicas que retratam a história de Ponta Porã e momentos vividos por Reis naquela cidade. Não há uma seqüência cronológica e, sim, uma abordagem de temáticas sem unidade, como costumes, erva-mate, escolas da região, Guerra com o Paraguai, empresa Mate, o exército, dentre outras, ligadas à fronteira.

Segundo o autor, o livro retrata acontecimentos de Ponta Porã que não estão apenas em sua memória. Junta, inclusive, fatos anteriores ao seu nascimento, referentes aos primeiros fundadores do local, que o autor situa num tempo denominado “*anteontem*” (REIS, 1981, p. 21). Há também o “*ontem*”, referente à época de infância do autor até acontecimentos mais marcantes do local como a criação e extinção do território de Ponta Porã, o apogeu da erva-mate e sua queda, as trajetórias das primeiras famílias e as dificuldades encontradas para se estabelecerem na região (REIS, 1981, p. 22). O “*hoje*” trata da “cidade caminhando a passos largos rumo ao progresso definitivo; um município atapetado de agricultura e pecuária; uma fronteira com vida e problemas próprios de fronteira” (REIS, 1981, p. 22). Segundo Reis (1981, p. 22), o estilo é variado: “tem até ‘causos’ que se publicados, isoladamente, seriam contos ou crônicas [...] tem dados tirados da História do Brasil. Dados corretos, portanto. Os fatos, porém, estão romanceados” (REIS, 1981, p. 22).

O autor utilizou-se de fontes orais e escritas, sobretudo as que tratam da história de Ponta Porã: “Li praticamente todos os livros que encontrei e que registram dados ou fatos

sobre Ponta Porã. Ouvi muitas pessoas, sobretudo as ‘daqueles tempos’, a começar por meus pais” (REIS, 1981, p. 23).

Não há na obra, como já foi afirmado, uma organização sistemática e cronológica da história de Ponta Porã, desde suas origens. Reis junta histórias esparsas, relatadas com o recurso da memória e de suas fontes, utilizadas em longas citações.

Uma de suas fontes escritas mais citadas e transcritas é **Resenha Histórica de Mato Grosso**: Fronteira com o Paraguai, de Pedro Ângelo da Rosa. Sobre Rosa afirma o autor:

A transcrição, sobretudo de trechos de Pedro Ângelo da Rosa, alguns, longos, tem a intenção deliberada de prestar homenagem a esse autodidata que, sob as dificuldades de toda ordem, conseguiu nos deixar dois livros: ANAIS PONTAPORENSES e RESENHA HISTÓRICA DE MATO GROSSO (FRONTEIRA COM O PARAGUAI).

Do primeiro, jamais encontrei um exemplar. Do segundo, tenho dois: um emprestado pelo nobre vereador de Ponta Porã, o Prof. Isaac Borges Capilé, e outro, presente de Astúrio Monteiro de Lima. (REIS, 1981, p. 23)

Outro autor citado é Hélio Serejo, por quem Reis nutriu uma admiração especial, tendo escrito, inclusive, a sua biografia, já referida neste estudo. Serejo é utilizado, sobretudo, nas referências literárias aos costumes da fronteira. São utilizados, ainda, outros autores, como Astúrio Monteiro de Lima.

As crônicas tocam usos e costumes da fronteira como a polca, o churrasco, o chimarrão, bem como a guavira, frutinha do mato muito comum na região. Quanto ao costume do churrasco, Reis afirma haver peculiaridades de seu uso na fronteira.

Para que o churrasco seja considerado tipicamente fronteiriço (Brasil-Paraguai), entretanto, tem que ter mandioca cozida e música paraguaia. Polcas, é claro.

Como bebida, durante o churrasco, os gaúchos preferem o vinho, sobretudo no inverno. Os pontaporanenses gostam tanto de cerveja como de vinho. Como aperitivo ambos adoram uma boa ‘batida’.

Em matéria de churrasco nada demais, já que a população de Ponta Porã e municípios vizinhos, é um prolongamento da população do Rio Grande do Sul.

O que sempre houve de interessante é que existia – como ainda existe – uma pequena diferença entre o churrasco tipicamente gaúcho e o pontaporanense. É que o gaúcho é temperado só com água e sal e é assado em espeto que ficam (sic) de preferência em pé, ao lado do fogo. O resultado desse sistema é que a carne não se assa por igual, e muita gente – nos grandes churrascos, sobretudo – acaba comendo carne semicruda, o que muitos detestam. Eu por exemplo.

Os pontaporanenses (certamente por influência paraguaia) já usam no tempero outros ingredientes e desafiam quem quer que seja (menos

gaúcho, é claro) para provar os dois tipos de churrasco e dizer qual é o mais gostoso [...] quanto à maneira de assar a carne, o fronteiroço de Mato Grosso do Sul, coloca os espetos deitados por sobre o fogo, de tal forma que a carne se assa por igual. (REIS, 1981, p. 64)

Há referências, também, a pessoas que marcaram a trajetória da cidade e às famílias mais importantes que ficaram em sua memória, dispostas em ordem alfabética “para que uma família não pareça mais importante ou ilustre que a outra” (REIS, 1981, p. 129). Reis faz referências, ainda, aos primeiros jornais, aos eventos que ficaram na memória da cidade, como o primeiro avião que sobrevoou Ponta Porã (1981, p. 106), aos lugares mais marcantes da cidade, como o Hotel Brasil, “o coração da cidade de Ponta Porã”, e ao cinema que servia também de teatro (REIS, 1981, p. 111).

Na crônica *Como eram as fazendas*, Reis descreve as propriedades rurais do seu “tempo de menino”, demonstrando como eram simples as condições de existência dos fazendeiros daquela região.¹⁰²

As fazendas do meu tempo de menino, na região de Ponta Porã, eram umas semelhantes às outras. O casarão onde morava a família do fazendeiro, o imenso galpão onde se acomodavam os peões e ao lado, a mangueira (curral) para os trabalhos com o gado. Nos fundos, a ‘encerra’ onde se criavam os porcos.

As casas das fazendas eram construídas quase sempre, à beira do mato, perto do riacho. As roças ficavam perto. As fazendas produziam quase todos os alimentos que consumiam. Sal, trigo, tecido, ferramentas para o trabalho na agricultura, metais para uso em montarias, pregos, dobradiças, baldes, roldanas, querosene, arame, eram comprados [...] os produtos de consumo eram quase sempre os mesmos. Raramente se via algo desconhecido em matéria de alimentação ou produto de uso caseiro. (REIS, 1981, p. 78)

Algumas crônicas falam sobre os médicos mais afamados da cidade, inclusive o Dr. Albuquerque, que foi Governador do Território de Ponta Porã e amigo de Reis.

Outra crônica, denominada *Ponta Porã*, trata do processo de colonização da fronteira, da chegada dos gaúchos e da relação entre o Brasil e o Paraguai, isto é, entre as

¹⁰² Em **Vespasiano meu pai** (1989), a autora Nelly Martins, sua filha, relata a simplicidade em que vivia seu pai, filho de fazendeiros na região da Vacaria, família já referida nesta parte do trabalho. Pode-se supor que essa situação seria generalizada em se tratando das primeiras fazendas constituídas à época (final do século XIX e início do século XX): “o caçula da casa cresce e vive livremente no seu pequeno mundo. Não tem um par de sapatos, não tem cama, não tem saúde. Pés descalços fazem dele um portador de verminose violenta que o leva a comer terra, especialmente quando umedeçada pela chuva [...] sua cama é qualquer canto convidativo. Quando consegue um pelego, mesmo gasto e cheirando a lombo de animal, a noite é mais confortável, mais quente e macia. As regalias para as crianças são mínimas, mas têm suas obrigações.” (MARTINS, 1989, p. 39-40)

duas cidades Ponta Porã e Pedro Juan Caballero¹⁰³. Algumas informações são retiradas da memória e, outras, de memorialistas como Astúrio Monteiro de Lima. Reis explica o fato, muito comentado na historiografia, acerca de o lado brasileiro, entre os anos 1920 a 1940¹⁰⁴, ser menos desenvolvido que o lado paraguaio, além de receber influência cultural daquele país, fato que em alguns memorialistas causava indignação. A explicação, segundo o autor, era de fundo material.

O interessante é que os brasileiros que optavam pelo comércio não abriam casa de negócio ‘no lado do Brasil’ e sim ‘no lado do Paraguai’. É que o abastecimento das casas comerciais era feita em Concepcion, a segunda cidade, em importância, do Paraguai, distante 360 quilômetros da fronteira. Se um comerciante quisesse se abastecer comprando no Brasil, teria que ir de carreta, até São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Não havendo estrada para estes lados e considerando que a fronteira Brasil-Paraguai ficava a mais de 1.300 km, de São Paulo, por exemplo, essa medida comercial era impraticável. O Paraguai se abastecia na Europa, onde comprava os gêneros de que os brasileiros da fronteira mais necessitavam, a começar pelo famoso sal de CADIS, de grande uso nas fazendas ‘do lado do Brasil’. Se os brasileiros, comerciantes, se estabelecessem com casa de negócio no Brasil, ao comprarem ‘por atacado’ no Paraguai estariam praticando contrabando [...] Lisboa & Filhos era a casa comercial mais forte. Era de brasileiros. Santos & Agrifoglio também eram comerciantes em Punta Porã [Pedro Juan Caballero]. Nessas duas casas comerciais, trabalhou desde os 12 anos um menino, um adolescente, que se criou praticamente sozinho na vida: Benito, meu pai.

Escola só havia no lado paraguaio, o que era natural, pois a cidade só ali estava crescendo, em torno das casas comerciais.

Assim, enquanto o lado paraguaio progredia, centralizando o comércio da região, o lado brasileiro tinha apenas um posto para cobrança de impostos sobre o comércio feito com erva-mate e também para não deixar que mercadorias compradas no Paraguai, com ‘finalidade comercial’ passassem para o Brasil. (REIS, 1981, p. 56-57)

Reis critica a política governamental do Brasil, nesse momento, que não teria considerado as peculiaridades da região, resultando no maior desenvolvimento do lado paraguaio.

Considero falta de visão e de inteligência a serviço da Nação, do então Governo brasileiro, o fato de ser tratada como contrabando a passagem, para o Brasil, das mercadorias compradas no Paraguai e vou dizer por que. Vejamos: devido a esse fato, brasileiros comerciantes eram obrigados

¹⁰³ Apenas uma avenida divide a fronteira e as duas cidades.

¹⁰⁴ O próprio Reis afirma que em algumas situações a dependência do país vizinho se estendeu até mesmo ao final da década de 1970, quando não havia Rádio em Ponta Porã, o que levava até mesmo os comerciantes a fazerem seus anúncios nas rádios de Pedro Juan Caballero (REIS, 1981, p. 58).

a construir casas no Paraguai, pagar impostos ao Paraguai, povoar, enfim, o Paraguai.

Com um mínimo de visão, nosso Governo, considerando as peculiaridades da região, e sobretudo, a necessidade de povoamento da fronteira, ‘lado brasileiro’, bem que poderia ter permitido a livre entrada das mercadorias vindas de Concepcion, às terras brasileiras, sem que fossem consideradas contrabando. (REIS, 1981, p. 57)

Reis afirma, ainda, que sempre defendeu a idéia de que os Governos deveriam dar especial atenção a essa região, escrevendo em diversos jornais, protestando. Se isso se revertesse, segundo ele, o Brasil poderia “manter a hegemonia” (REIS, 1981, p. 58), referindo-se à crítica realizada pela historiografia, por jornalistas e memorialistas de que na fronteira os costumes adotados eram os do país vizinho.

De fato, o autor sempre lutara para que fosse dada especial atenção àquela região e, mesmo distante de Ponta Porã, parece ter se preocupado com o lugar onde nascera e se criara. Sua luta teve início com o engajamento para restituição do Território Federal de Ponta Porã, em 1946, quando foi vice-presidente da respectiva Associação Pró-restauração. Vale abrir um parêntese na análise da obra ora comentada, para tratar de uma publicação de Reis, datada de 1948, resultado de uma palestra proferida em 24 de outubro de 1947, na Associação Brasileira de Imprensa – ABI, no Rio de Janeiro. O documento, **Ponta Porã antes, durante e depois** (2005), é uma importante fonte para estudar o significado e o papel do Território Federal lá instalado.

Na palestra, Reis expõe os motivos do movimento e os graves problemas da fronteira, sobretudo em época de “revolução”, que, segundo ele, poderiam somente ser resolvidos pelo Governo Federal.

Velho ano de 1924! Daqui partiremos. Ano de revolução! Lares saqueados, pontes incendiadas e dentre estas a do rio Amambaí, de valor vital para a região. Fazendas abandonadas pela fuga dos fazendeiros. Negócios que se desfazem, compromissos que não se cumprem, comércio que paralisa, são as vicissitudes de um povo cuja única lei era a mira de um revólver 44! Povo heróico porque sacrificado, bravo porque indomável, bem brasileiro porque alargava as fronteiras da pátria, era a gente boa e simples de minha terra ao tempo anterior a 1930!

Povo que não conheceu jamais a figura de um presidente estadual a não ser a de um deles, quando por lá passou em campanha eleitoral!

Terra sem escolas, onde quem vos fala neste momento só pôde ingressar numa, já com dez anos de idade!

Terra onde os brasileiros atravessavam a fronteira para receber lições nas escolas do Paraguai!

Homens nobres os paraguaios, que jamais negaram dar instruções aos nossos patrícios que os procuravam! A eles os nossos agradecimentos! (REIS, 2005, p. 3-4).

Para Reis (2005, p. 4), após o ano de 1930, a revolução despertou esperanças de melhorias das condições de vida dos fronteiriços, mas veio 1932 e uma crise financeira dominou a região. Como Puiggari, o autor também revela que, nesse período, dominou a instabilidade e a região ficou desguarnecida de garantias legais, despolicuada, resultando na ocorrência de muitos crimes.

O autor crê que o abandono da fronteira, tão citado por todos os memorialistas, não era fruto do descaso do Governo Estadual e, sim, da falta de recursos. No referido discurso, Reis elogia os homens públicos de Mato Grosso que, em sua visão, eram bem intencionados. Possivelmente, essa análise de conjuntura visava a convencer os políticos de Mato Grosso¹⁰⁵ para que se unissem e defendessem a restauração do território.

Sabemos que o Governo de Mato Grosso não dá maior assistência ao povo da fronteira porque não tem recursos para isso e não porque não quer. Sabemos o quanto de boas impressões estão possuídos os ilustres homens públicos de Mato Grosso. E tanto isso é verdade, que já consideram a restauração do Território Federal de Ponta Porã, medida de interesse nacional, capaz de integrar condignamente na vida do país uma população de cerca de 120 mil almas (REIS, 2005, p. 12).

Apesar de haver evidências de que a fração burguesa representada pelos pecuaristas do sul, tal como a família Barbosa Martins, acreditava que a criação do Território Federal facilitasse a luta política, criando as condições para a almejada divisão do Estado de Mato Grosso¹⁰⁶, não há registros na historiografia de que ela procurasse reverter o quadro da extinção.

Possivelmente os pecuaristas estivessem preocupados, nesse momento, com a mudança da capital do Estado de Cuiabá para Campo Grande, conforme relata numa entrevista Luiz Alexandre de Oliveira, ex-deputado estadual pela UDN, eleito em 1947.

¹⁰⁵ O presidente desta Associação era o Dr. João Portela Freire, advogado e filho de proprietário de terras na região de Ponta Porã. Juntamente com Elpídio Reis e Rafael Brandão, lutaram para convencer os deputados federais para que o território fosse restaurado. Segundo Melo e Silva (1947, p. 180), os deputados Afonso de Carvalho e Hugo Carneiro e o “paulista Mário Oliva” também apoiaram o movimento.

¹⁰⁶ Segundo Demosthenes Martins, representante dessa fração burguesa, “A criação do Território Federal foi recebida pela região do Sul do estado como a preparação da almejada divisão do grande Estado, cuja imensa extensão territorial impedia se processasse o seu reclamado e ambicionado desenvolvimento” (MARTINS, 197-, p. 117). Valmir Corrêa aponta que a Liga Sul matogrossense, formada por essa fração de classe, divulgou um documento no qual reivindicava para a Assembléia Constituinte de 1934 a criação de um território federal no sul do estado ou um novo estado, o Estado de Maracaju (CORRÊA, 1995, p. 140).

[...] eu era a favor da divisão. Mas fiquei sendo tido como contrário por um grupo aqui [de Campo Grande] por conveniência política, por que eles fizeram um movimento tolo sem fundamento... o Valdir dos Santos Pereira, o José Fragelli e outros aí para mudar a capital. Eu era contra a mudança de capital. Eu queria a separação, não a mudança de capital. E fizeram uma onda muito grande contra mim. Foi um dos motivos por eu ter deixado a política. Eu vi que a política não oferecia nada de bom [...] fizeram uma onda muito grande contra mim [...] dizendo que eu, por dinheiro, e por outras razões mais, tinha me vendido para os cuiabanos, para a capital não vir pra cá. Então, uma vez que eu vim pra cá, [...] eu era deputado estadual, o sujeito olhava pra mim e virava a cara para outro lado para não me cumprimentar. Eu nunca liguei pra isso e eles nunca tiveram coragem para escrever nos jornais por que sabiam que eu explicaria tudo [...] nada daquilo era verdade. O José Fragelli, meu amigo pessoal até hoje, não me defendeu como ele tinha obrigação de me defender. Deixou-me [...] me entregou [...] ele e o Wilson Martins que também era muito meu amigo. Eu notei a decepção deles. Eu não comentei, deixei pra lá, deixei a política pra eles, por que eu analisei da seguinte forma: eu não tenho parentes em Mato Grosso, não sou fazendeiro, não sou capitalista. O que eu fico fazendo no meio de fazendeiro, capitalista e gente que vive no meio da família, como esse menino, o Wilson, como o José Fragelli? (OLIVEIRA, 1995, p. 11)

Reis (2005) tratou das vantagens da constituição do Território, medida que trouxe desenvolvimento e tranquilidade para a região: “iniciou-se uma era de assistência direta aos homens da fronteira, até então abandonados e esquecidos” (REIS, 2005, p. 6). O autor cita um depoimento do Capitão Benito de Paula Correia, da força policial do Estado de Mato Grosso, que teria servido na região antes e durante o Território. Embora um pouco extensa, vale a pena considerar a impressão do referido policial que, segundo Reis, era um “cidadão da mais irrepreensível honestidade profissional”.

Cadeia Pública – Não existia este prédio; os presos civis, uns sentenciados e outros por sentenciar, alguns elementos perigosos, eram recolhidos ao xadrez das praças do destacamento, o qual nenhuma segurança oferecia. [...] após a criação do território, foi mandada adaptar ao mesmo xadrez uma acomodação para os detentos, os quais se acham hoje em dia, bem confortados, existindo camas, colchões, etc [...] o efetivo do destacamento policial de Mato Grosso, nesta localidade, sempre foi de sete homens, sendo um sargento, um cabo e cinco soldados, número deficientíssimo, que mal, apenas chegava para a guarda do quartel [...] a cidade permanecia completamente sem policiamento e ficaria entregue aos desocupados, se não mantivesse o 11º Regimento de cavalaria, uma guarda diária, na linha divisória, a qual mantinha uma certa moral sobre os turbulentos. A longa zona de fronteira deste País com a república do Paraguai achava-se entregue aos malfeitores, do lado do Brasil, o que não acontecia ao lado do Paraguai, embora seja uma República pobre, sempre

manteve em cada ponto povoado de sua fronteira, ao lado de uma escola, uma comissária, com seu destacamento policial.

Não obstante isto, grandes latrocínios se davam, do lado do Paraguai, sobre a linha divisória, e seus criminosos autores, prevalecendo-se da facilidade em transpor a fronteira, passavam para o nosso país e ficavam a vagar livre e impunemente [...] Ao assumir novamente o cargo de delegado de polícia, agora, em pleno território, constatei uma melhora considerável, principalmente no que se refere à repressão aos criminosos e contraventores [...] os habitantes acham-se tranquilos, e em consequência da segurança e respeito, grande número de pessoas de outras localidades residentes fora do Território, afluem ao mesmo, à procura de trabalho e ao emprego de capitais [...] Dispõe o Território de inspetorias e guardas suficientes para a manutenção da ordem, distribuídos nos pontos principais do interior do Território, resultando tal medida, maior garantia para seus habitantes, em consequência da presença da autoridade, possibilitando o aumento da renda de erva e assegurando, aos proprietários a posse e disposição de seus bens[...] era freqüente perambularem os bandoleiros pelos municípios, cometendo constantes assaltos, assassinatos, defloramentos, estupros e outros crimes e depredações [...] com a criação do território tal estado de coisas melhorou e no corrente ano, apenas surgiram dois grupos de bandoleiros da longínqua zona entre os municípios de Porto Murtinho e Bela Vista, tendo a autoridade competente em seguida, feito transportar a força da Guarda Territorial ao local, conseguindo dar combate a esses perigosos grupos, resultando prisões de uns e suicídios de outros. (CORREIA, *Apud* REIS, 2005, p. 7-8)

Outros indicadores como educação, saúde, obras públicas, dentre outros, segundo Reis (1981, p. 6-11), reforçariam a idéia de que a administração do Território teria, em pouco tempo, modificado a situação da fronteira.

[...] o Setor saúde, até então quase inexistente, pois que contava apenas com um médico, um prático microscopista e dois guardas sanitários, passou a receber a assistência de doze médicos, um farmacêutico, um laboratorista, um prático de laboratório, trinta e quatro guardas sanitários, cinco atendentes, cinco auxiliares administrativos e cinco serventes [...] terras devolutas foram distribuídas a agricultores, prestou-se assistência técnica sanitária aos rebanhos da região, e uma granja modelo e uma fazenda modelo já estariam em pleno funcionamento não fosse a extinção daquele Território. (REIS, 2005, p. 10-11)

A extinção do Território, conforme Reis, trouxera de volta os mesmos problemas antes vividos por lá.

No setor segurança pública foram [conseqüências] as mais desastrosas. Do corpo de guardas do Território, só nos restam 135 homens, hoje, como outrora sem fardas, com vencimentos diminutos e atrasados de três meses. O índice de criminalidade sobe dia a dia [...] por medida de economia a Delegacia Regional de Polícia será extinta.

Quanto ao setor de Educação basta dizer que quase todas as escolas fundadas pelo território estão hoje fechadas, inclusive o Curso Normal regional e os Cursos Populares Noturnos [...] no setor obras públicas o desmoroamento está sendo completo. (REIS, 2005, p. 12)

Percebe-se que, mesmo após mudanças realizadas pelo Território, era impossível, em pouco tempo – cerca de três anos – e apenas com melhor aparelho de segurança e maior número de escolas, criar as condições necessárias para mudar o quadro político na região. No que se refere à posse da terra, mesmo após a distribuição de terras para pequenos proprietários, por meio da criação de colônias agrícolas, a tendência foi a de concentração, agravando o quadro de exploração.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados foi criada em 1943 pelo Decreto 5.941, de 28 de Outubro de 1943, pouco mais de um mês após a instalação do Território, que se deu em 13 de Setembro de 1943. Como foi observado, os colonos lá instalados, na maioria nordestinos, acabaram não se fixando à terra, já que acabaram se endividando e venderam seus lotes para terceiros (OLIVEIRA, 1999, p. 217). Isto vem demonstrar como é instável e precária a permanência do pequeno proprietário de terras no sistema capitalista de produção, pois não tendo capital e não dispondo de outras formas de financiamento, acaba ficando na dependência dos bancos e tendo que vender sua propriedade para pagar dívidas.

De fato, o Território Federal de Ponta Porã foi criado para reforçar a política de centralização do Governo Vargas, que encontrava sérias dificuldades para realizar o atendimento das pequenas e médias camadas da população que reivindicavam terras na fronteira, e para resolver os conflitos por lá instalados, desde a chegada de migrantes que lutavam contra a Matte para se estabelecerem na região.

Ainda sobre o Território, na obra anteriormente comentada, **Ponta Porã, polca, churrasco e chimarrão** (1981), observa-se que, já passados muitos anos, Reis prefere não mais discutir sobre o movimento do qual participou em torno da restituição do Território. Prefere comentar sobre a oportunidade que o Território ensejou para a rediscussão da divisão do Estado, ocorrida em 1977, possivelmente porque se envolvera, nesse instante, com o movimento de criação de Mato Grosso do Sul.

Não é minha intenção repisar aqui tudo o que foi escrito na época sobre o erro sem tamanho que representou a extinção do território Federal de Ponta Porã, nem a luta travada em favor da restauração. Oportuno, contudo, se faz este lembrete: O Território Federal de Ponta Porã representava matéria da mais alta importância política para Mato Grosso

e, evidentemente, para o Brasil. É que a extinção do território fez reacender a chama no coração dos que desejavam a separação de Mato Grosso em dois Estados, o que acabou acontecendo. (REIS, 1981, p. 126-127)

Reis discute, também, a polêmica em torno da Empresa Matte. Ela teria assegurado benefícios ou teria colocado obstáculos ao desenvolvimento do sul do Estado? O autor transcreve trechos das obras de Melo e Silva, de Astúrio Monteiro de Lima, de Hélio Serejo e de Pedro Ângelo da Rosa. Segundo ele, esses autores que o antecederam eram “homens respeitáveis, honestos e justos que viveram ou conviveram com a Empresa, seus escritos valem como depoimento, plenos de autenticidade” (REIS, 1981, p. 88). Com exceção de Astúrio Monteiro de Lima e, de alguma maneira, de Pedro Ângelo da Rosa, os demais concordavam que a empresa mais beneficiou o desenvolvimento da região do que o atrasou.

Reis comenta, com certa ingenuidade, os prós e contras ou os votos contra e a favor da empresa, como se essa questão pudesse ser resolvida com um *juízo*: “Se eu estivesse hoje, por exemplo, presidindo um Tribunal da História e os votos ‘a favor’ empatassem com os ‘votos contra’, eu desempataria dando meu ‘voto de minerva’ a favor” (REIS, 1981, p. 88). É necessário fazer um comentário sobre esse tipo de discussão acerca da empresa Matte, realizada não apenas pelo autor, mas, também, pela historiografia.

Já foi apontado, anteriormente, que a luta travada contra a Matte Larangeira intensificou-se com a chegada dos gaúchos na região, pois a burguesia comercial, opositora histórica da empresa, passou a contar com o apoio desses migrantes. Também como já foi analisado, após os anos 1930, a empresa sofreu um cerco do Governo Vargas. Foi acusada de impedir a nacionalização da fronteira, argumento que visava a seu enfraquecimento. Aos poucos, a Matte foi perdendo seu domínio na região, mas, efetivamente, como foi discutido em outro estudo (CENTENO, 2000), essa perda progressiva coincidia, também, com a queda das exportações para o mercado argentino, que se tornava auto-suficiente.

Desde então, a historiografia vem discutindo as disputas travadas na primeira metade do século XX e se a empresa foi benéfica ou não para a nacionalização e o desenvolvimento do sul de Mato Grosso. É compreensível que Melo e Silva, que viveu na região, bem como Serejo e Astúrio, nativos da fronteira, tenham realizado esse tipo de discussão, pois acompanharam de perto a conjuntura política desfavorável à Companhia Matte Larangeira, quando esse tipo de análise se generalizou, inclusive, entre todos os habitantes da região.

Mas, nos dias atuais, torna-se anacrônico fazer uma análise dessa natureza, de forma isolada e carregada ainda por ideologias nacionalistas ou regionalistas, impedindo que se tenha uma compreensão mais profunda e científica do processo histórico na fronteira, da empresa Matte e, sobretudo, do processo de desenvolvimento capitalista no sul do Estado.

De fato, é preciso compreender a Matte Larangeira num quadro mais amplo e histórico. Ela representou a entrada do capital financeiro em Mato Grosso e se constituiu num truste na região, expressando a emergência dessa nova fase do capital em que o monopólio predomina, fato que não ocorreu isoladamente, mas em todo o mundo. Como toda empresa capitalista, ela lutou pelo monopólio e vetou, na medida do possível, o acesso a seu ouro verde: os vastos e nativos ervais da fronteira sul do Estado.

Como já foi comentado, mesmo com a entrada dos posseiros nas terras antes arrendadas pela Companhia e com a constituição de colônias agrícolas para a instalação de pequenas propriedades rurais na fronteira, a tendência foi a transformação dessas áreas, em pouco tempo, em médias e grandes propriedades rurais. Portanto, faz-se necessária a realização de estudos científicos isentos de paixões nacionalistas ou regionalistas e de anacronismos para compreender o papel dessa empresa em Mato Grosso¹⁰⁷.

De certa maneira é possível entender a preocupação de Reis, que acompanhou essa luta na região, ouvindo seu pai e seu avô, este migrante gaúcho, se posicionarem a respeito da empresa. Porém, sustentado no senso comum da fronteira, ao fazer a análise de tal polêmica nos anos 1980, arrastou consigo uma interpretação anacrônica e muito precária.

Na sua obra, Reis ainda faz uma homenagem aos paraguaios, sobretudo aos trabalhadores, e à relação entre os dois povos, brasileiro e paraguaio, que convivem fraternalmente na fronteira. A crônica denominada *O peão paraguaio* é uma espécie de homenagem a quem a cidade de Ponta Porã, segundo ele, estava a dever “uma estátua de porte altivo, com o machete à mão, ou com o pesado raído às costas; com o corpo banhado em suor, virando a erva em cima do barbacué sobre o fogo ardente [...]” (REIS, 1981, p. 104). Evidentemente, o texto é influenciado pela época presente, quando alguns

¹⁰⁷ Uma análise mais detalhada acerca da empresa, na perspectiva de superação desse anacronismo, foi realizada em nosso estudo sobre a educação dos trabalhadores ervateiros em Mato Grosso (CENTENO, 2000).

memorialistas¹⁰⁸ prestam homenagens aos peões paraguaios, como uma maneira de conciliar os conflitos e camuflar a exploração do trabalho vigente no passado.

A obra de Reis, em muitos aspectos, é conciliadora e essa conciliação pode ser observada no tratamento dado à relação entre os dois povos vizinhos. Na crônica *A amizade entre brasileiros e paraguaios*, o autor fala dessa relação com superficialidade, não expondo problemas ou preconceitos que derivaram da Guerra¹⁰⁹, da luta pela posse de terra ou da exploração sobre os trabalhadores da fronteira, grande parte deles de origem paraguaia. Para ele, não havia uma separação entre esses povos, que viviam fraternalmente; a amizade entre eles sempre teria sido intensa.

Jamais ouvi falar de tamanha amizade entre os dois povos como a que existe entre brasileiros e paraguaios, na fronteira sul de Mato Grosso. A amizade é tão forte que aquele tipo de fronteira foi classificada pela ONU, em 46, em primeiro lugar. Foi apontada como exemplo de fronteira ideal, onde os dois países e – lembrem-se – dois países que empenharam numa guerra total durante cinco anos. A guerra foi logo esquecida e brasileiros e paraguaios passaram a ser amigos fraternais. Nunca vi – por exemplo – alguém mostrar-se contra qualquer casamento só pelo fato de o moço ou a moça ser do Paraguai ou do Brasil [...] Essa unidade, decorrente da amizade entre os dois povos que vivem como se fossem um só povo, existia no meu tempo de menino e perdura até hoje. (REIS, 1981, p. 119)

Reis dá um exemplo dessa *fraternidade* lembrando o caso da torcida que se fez, em Ponta Porã, em apoio ao Paraguai, na luta empreendida contra a Bolívia durante a Guerra do Chaco (1932-1935): “a guerra não era nossa, mas era como se fosse” (REIS, 1981, p. 120).

O estilo conciliador, de fato, resulta de sua posição de classe pequeno-burguesa. Só para lembrar, Reis oscilou entre cargos em empresas privadas, como a de Lacerda, e ocupações na burocracia estatal. Precisou conciliar, inclusive, posições políticas bastante divergentes entre Lacerda e Vargas.

Elpídio Reis exerceu um papel significativo na luta pela melhoria das condições de vida da população e do processo civilizatório na fronteira. Viveu grande parte de sua vida distante de sua Ponta Porã, o que não o impediu de lutar por ela. Isso está registrado em suas obras e na luta pela restauração do Território. Foi um memorialista que não teve a

¹⁰⁸ São exemplos Athamaril Saldanha, Rubens de Aquino e Otávio Gonçalves Gomes em **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul** (1986). A esse respeito ver CENTENO (2000, p. 31-32).

¹⁰⁹ A respeito das conseqüências da Guerra contra o Paraguai e do preconceito contra a população paraguaia na fronteira, ver Corrêa (1997).

pretensão de escrever a história de Ponta Porã ou da fronteira e, sim, a preocupação de deixar registrados fatos que viveu e, outros, que ouviu. Tendo estado por muito tempo à distância de sua terra, sempre procurou demonstrar, segundo suas próprias palavras, que “de longe também se ama” (REIS, 1981, p. 23).

5. 2 A EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA DE OUTRORA

Como as demais informações veiculadas pelo autor sobre a fronteira, a educação é relatada por meio de crônicas que trazem lembranças de seu tempo de menino, quando Reis freqüentou as escolas de Ponta Porã.

Na obra **Ponta Porã, polca, churrasco e chimarrão** (1981) há registros sobre a vida escolar do autor como, por exemplo, seu primeiro dia na escola, no caso o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, algo que ficou *para sempre* em sua memória (REIS, 1981, p. 38). Reis ingressou na escola com 10 anos de idade e, por ter chegado um mês após o início das aulas, quase perdeu o ano letivo. Acabou sendo aceito e conseguiu passar de ano em *primeiro lugar* devido a seu empenho e graças a um colega que o ajudava na leitura da cartilha “Felisberto de Carvalho”, principal manual didático utilizado em sala de aula.

[A Cartilha] tinha as letras do alfabeto [...] apresentadas em formato grande, sempre ao lado de um desenho. Por exemplo: a letra C tinha a figura de uma casa. A letra H, a figura de um homem segurando a letra, e assim por diante. O Prof. Manoel disse-me que em caso de eu não me lembrar do nome da letra, perguntasse ao meu colega da carteira... Este era Dorileu Pires, filho do Delegado de Polícia. (REIS, 1981, p. 39-40)

Há registros em suas crônicas de professores que Reis admirava, como a professora Juvelina Coutinho Gomes¹¹⁰, de “excepcional capacidade didática”, *uma verdadeira educadora*.

Os alunos que tirassem as três melhores notas liam em pé, ao lado da professora, os seus trabalhos. Aí ela fazia comentários sobre a composição, aconselhando, ensinando. Quando o aluno lia a composição ela aproveitava a oportunidade para ensinar como uma pessoa deve portar-se ao ler um discurso, como falar em público, entonação de voz, gestos etc. Fazia com que os alunos soubessem de cor o significado das cores da nossa Bandeira, cultuassem a memória dos grandes vultos de nossa História e assim por

¹¹⁰ Filha de Humberto Puiggari Coutinho, um dos memorialistas aqui focalizados.

diante. Era professora completa. Mais do que isso: era o que se poderia chamar de verdadeira educadora. (REIS, 1981, p. 71)

Outro professor lembrado pelo autor é Gonçalo Nunes da Cunha Reis, que ficou em sua memória.

[...] como professor que ensinava coisas práticas, isto é, desenvolvia o ensino focalizando temas e assuntos que nos eram comuns. Por exemplo: mandava escrever cartas em nome de nossos pais, tratando de qualquer negócio ou dizendo, por exemplo, que determinada pessoa não podia fazer isto ou aquilo, como se comprometera. Ele dizia que se nossos pais nos pedissem que escrevêssemos por eles – um bilhete, uma carta, teríamos que saber. (REIS, 1981, p. 72)

Reis elogia ainda seu mestre por ter contribuído para orientar a didática dos professores das escolas de Ponta Porã. O autor cita pequenos trechos retirados do opúsculo *Programa de Ensino – Curso Elementar – para as escolas isoladas do Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso*, escrito pelo professor Gonçalo, em 1936 (REIS, 1981, p. 73). Esse opúsculo, segundo ele, registrava o horário de aulas, a didática, os “utensílios” para as classes do 1º, 2º e 3º anos, os exercícios de leitura, bem como orientações às disciplinas de cada série (REIS, 1981, p. 74). Quanto à didática, o autor cita alguns trechos considerados importantes por ele para que sejam comparados os comportamentos dos professores “daqueles tempos” com os de “nossos dias”, deixando escapar um certo saudosismo (REIS, 1981, p. 73).

A PEDAGOGIA RECOMENDA AOS PROFESSORES A OBSERVAÇÃO DOS SEGUINTE PRINCÍPIOS:

Professor:

Tendes dez princípios a executar, ei-los:

- 1- Conservai-vos sempre calmo durante a aula.
 - 2- Esforçai-vos para conhecer o caráter dos vossos alunos.
 - 3- Sede justos, sinceros e imparciais.
 - 4- Fazei com que a criança reconheça as próprias faltas.
 - 5- Procurai conhecer a família, o ambiente, onde vivem vossos alunos
 - 6- Aconselhai com calma e naturalidade
 - 7- Despertai e exercitai a inteligência, o sentimento e a vontade dos alunos
 - 8- Ensinai o que a criança pode assimilar
 - 9- Começai a ensinar do conhecido da criança, não do vosso
 - 10- Antes de começar a aula, pensai nos alunos e armai-vos de paciência.
- (REIS, 1981, p. 73-74)

É necessário registrar que Reis foi um dos poucos memorialistas que descreveram práticas pedagógicas, embora tenha feito isso de maneira breve e sem realização de uma discussão mais ampla.

Reis relaciona, também, algumas das primeiras escolas particulares instaladas na fronteira, como o Colégio Dom Bosco, fundado em 1932, em Ponta Porã, pelos padres salesianos. Segundo ele, o Colégio Dom Bosco implantou, nesse período, o ensino primário bem como o 5º ano, isto é, o curso de admissão, ainda inexistente na cidade de Ponta Porã. O Grupo Escolar Mendes Gonçalves possuía somente as quatro séries iniciais do fundamental. Em Ponta Porã, segundo Reis, não havia ainda Ginásio e o aluno que quisesse continuar seus estudos teria de ir para Campo Grande (REIS, 1981, p. 76). Possivelmente, a instalação da admissão em Ponta Porã se transformou numa espécie de ponte para o ingresso desses alunos no Ginásio Municipal Dom Bosco, em Campo Grande, fundado em 1930 (COLÉGIO..., 2006). O próprio Reis se dirigiu para Campo Grande a fim de estudar no Ginásio Dom Bosco, conforme foi relatado em sua biografia. O colégio Dom Bosco, ainda segundo o autor, era o grande atrativo dos domingos e feriados da meninada, até mesmo dos meninos de outras escolas, em razão das atividades desenvolvidas na área do esporte. O colégio, para ele, possuía dois campos de futebol, um para os meninos maiores e outro para os menores (REIS, 1981, p. 77). Depois do jogo os meninos ouviam histórias contadas pelo Mestre João, que depois eram substituídas pelas preleções de fundo religioso do Padre Diretor, o padre Antônio (REIS, 1981, p.77). Sobre este colégio aflora, também, o saudosismo do autor ao relatar histórias de professores mais queridos e dos idealizados educadores: “bons e saudosos tempos aqueles, quando em cada Professor se encontrava, efetivamente, um educador” (REIS, 1981, p. 77).

Outra referência sobre educação pode ser encontrada na obra que trata da extinção do Território Federal de Ponta Porã, já comentada anteriormente. Como as demais áreas da administração pública na região, a educação, conforme Reis, desenvolvera-se bastante ao longo da existência do Território.

A educação foi outro setor que encontrou por parte do Governo Territorial medidas oportunas e salutares. As 53 escolas que funcionavam ao tempo de Mato Grosso – sendo que dessas, 24 eram mantidas pelos municípios – para atender a uma população de cerca de 20.000 crianças, permitindo que apenas doze por cento desses brasileiros recebessem instrução, foram aumentadas para 223, todas mantidas pelo Território.

Dentre as escolas criadas figuravam um Curso Normal Regional, onze Cursos Populares Noturnos, iniciativa das mais promissoras para a região.

Nos últimos meses de vida do Território, estava sendo empregada a importância de Cr\$ 340.488,00 exclusivamente em instrução do povo (REIS, 2005, p. 9-10).

Da mesma forma que os demais setores da administração pública, a educação também sofreu um declínio após a extinção do Território.

Quanto ao setor de Educação basta dizer que quase todas as escolas fundadas pelo território estão hoje fechadas, inclusive o Curso Normal regional e os Cursos Populares Noturnos [...] no setor obras públicas o desmoroamento está sendo completo. (REIS, 2005, p. 12)

A denúncia de Reis reforça as informações veiculadas por Souza (1960?) e Rosa (1962) de que, após a instalação do Território Federal, o investimento público foi aumentado na região e que a sua re-incorporação ao estado de Mato Grosso representou grande prejuízo para a população, sobretudo na área social.

Resumindo, nas obras de Reis são sistemáticas as observações sobre a fronteira e mais esparsas as anotações sobre a educação. Essas anotações são constituídas de registros evocados principalmente pelas lembranças de menino, associadas a uma época feliz vivida na sua fronteira Ponta Porã.

PARTE II

FRONTEIRA COM O PARAGUAI E EDUCAÇÃO NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA MATO-GROSSENSE

Esta segunda parte do trabalho tem por objetivo geral analisar a forma pela qual a fronteira e a educação foram pensadas pelos historiadores não acadêmicos. Está composta por quatro capítulos. **Virgílio Corrêa Filho: a fronteira para um historiador regionalista** é título do primeiro capítulo que contém, ainda, dois subtítulos. O inicial é *A fronteira vista como limite geográfico* e, o segundo, *A educação na fronteira dissolvida sob a forma de números*. Corrêa Filho teve editadas mais de 30 obras e foi o estudioso que mais se aprofundou nos estudos históricos sobre o Estado. Bastante citado pela historiografia, foi também o autor que mais se destacou fora de Mato Grosso, sobretudo pelas suas atividades ligadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e ao Conselho Nacional de Geografia – CNG. Por isso, foi objeto de estudo de pelo menos dois historiadores¹¹¹. O segundo capítulo intitula-se **Pedro Ângelo da Rosa: registros de datas, fatos e personagens fronteiriços**. Encontra-se dividido em dois subtítulos, denominados, respectivamente, *A fronteira como palco dramático de eventos políticos* e *A educação na fronteira reduzida à criação de escolas*. Rosa foi jornalista e, em **Resenha histórica de Mato Grosso: fronteira com o Paraguai** (1962), produziu uma história factual da fronteira. Relacionou informações importantes no decorrer de seu trabalho, mas sua análise é sucinta e superficial, tendo privilegiado a mera descrição de eventos políticos. **João Batista de Souza: miscelânea sobre a fronteira** é o título dado ao terceiro capítulo. Também envolve dois subtítulos. O primeiro é *A fronteira sul-mato-grossense como espaço impreciso e ambíguo* e, o segundo, *Novamente a educação na fronteira reduzida à criação de escolas*. Souza escreveu duas obras sobre a fronteira: **Amambaí, a sua etimologia e a sua pronuncia ante o Tupy-Guarani** (195-) e **Evolução histórica sul de Mato Grosso** (1949). Seus escritos são bastante fragmentados, sem unidade e privilegiam aspectos político-administrativos. O quarto capítulo denomina-se **José de Melo e Silva: a fronteira**

¹¹¹ Osvaldo Zorzato (1998) e Vilma Saboya (1999), já referidos anteriormente.

referida à nação, da mesma forma, dividido em dois subtítulos: *Uma fronteira guaranizada* e *A educação para a nacionalização da fronteira*.

Melo e Silva era cearense e migrou para Bela Vista, fronteira de Mato Grosso com o Paraguai, no ano de 1933, para exercer o cargo de juiz de direito. Tinha formação erudita, algo que pode ser comprovado pelo uso de variadas fontes e pelo rigor adotado em suas duas obras, **Fronteiras Guaranis** (1939) e **Canaã do Oeste** (1948). Foi o único autor que pensou um projeto educacional para a fronteira. Por dialogar com pensadores nacionais e internacionais, diferenciou-se dos demais historiadores, predominantemente regionalistas. Seu estilo era bastante polêmico e provocativo. Nas suas duas obras sobre a região fica evidente, sobretudo, a preocupação com o processo de nacionalização da fronteira.

CAPÍTULO 6

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO: A FRONTEIRA PARA UM HISTORIADOR REGIONALISTA

Embora a criação do Instituto Histórico de Mato Grosso - IHMT, em 1919, tenha incentivado o aumento do número de publicações sobre a região, é possível verificar que poucas se referiram ao sul do Estado e, sobretudo, à fronteira, no período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A exceção refere-se aos estudos de Virgílio Corrêa Filho, autor de importância para o estudo da região na época tratada. Foi ele o primeiro historiador não acadêmico a abordar a fronteira, nesse período, mesmo que apenas nos seus trabalhos temáticos.

Historiador autodidata de vasta produção bibliográfica, tanto sob a forma de livros quanto de artigos sobre a história regional, Virgílio Corrêa Filho é merecedor de destaque dentre os nomes aqui focalizados. Foi ele o estudioso de Mato Grosso que, em seu tempo, produziu mais sistematicamente; foi o autor que mais se aprofundou nos estudos históricos sobre a região por força dos cargos que ocupou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB e no Conselho Nacional de Geografia - CNG. Os cargos que ocupou, tanto na administração pública quanto em instituições culturais, facilitaram o acesso a inúmeras fontes, tanto primárias, quanto secundárias. Suas obras revelam uma grande riqueza de informações positivas.

Possui mais de trinta obras editadas sob as formas de compêndios históricos, biografias de figuras da memória local e nacional e de variadas temáticas, sem contar os inúmeros artigos produzidos em revistas de âmbito nacional e regional.

Nascido em Cuiabá em 1887, Virgílio Corrêa Filho era filho de família influente, os Alves Corrêa, e genro de Pedro Celestino Corrêa da Costa¹¹², importante chefe político local, ligado aos interesses das casas comerciais, no final do século XIX e início do século XX. Formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Exerceu vários cargos na administração pública como engenheiro das Estradas de Ferro Noroeste do

¹¹² Pedro Celestino (1860- 1932) governou Mato Grosso nos períodos de 1908 a 1911 e de 1922 a 1924. Chefe do Partido Republicano Mato-grossense – PRMG, participou da organização de várias “revoluções” ocorridas no início do século, que tentaram derrubar o monopólio da Companhia Matte Larangeira. A admiração do autor pelo seu sogro levou-o a escrever uma biografia sobre o mesmo, intitulada **Pedro Celestino**: o guia dos mato-grossenses (CORRÊA FILHO, 1945a).

Brasil em Três Lagoas, de Rodagem da Chapada, da Central do Brasil e de Maricá. Foi diretor da Repartição de Terras em Cuiabá, em 1921, no governo de Dom Aquino. Em 1922, ocupou dois cargos no Governo de Pedro Celestino: Secretário de Finanças e Secretário Geral do Estado. A partir de 1925, segundo Saboya (1999, p. 4), passou a morar no Rio de Janeiro mas “continuou prestando serviços ao seu Estado”, em especial pelas indicações para o exercício de cargos públicos após a implantação das Interventorias, em 1930.

Em 1930, ocupou brevemente (um mês), o cargo de Secretário Geral do Interventor Cel. Antonino Mena Gonçalves. Foi também assessor dos Interventores Capitão Manoel Ari da Silva Pires, durante 7 meses, de Leônidas Antero de Matos, durante 2 anos e 4 meses, e de Artur Antunes Maciel, durante 2 anos e 2 meses (SABOYA, 1999, p. 39). Foi membro fundador do Instituto Histórico de Mato Grosso - IHMT e da Academia Mato-grossense de Letras, bem como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, ocupando, ainda, nesta instituição, o cargo de secretário. Durante 30 anos colaborou com o **Jornal do Comércio**, do Rio de Janeiro. Em 1950, ocupou o cargo de secretário geral do Conselho Nacional de Geografia - CNG e, em 1956, a cadeira que pertenceu a Oliveira Vianna na Academia Portuguesa de História.

Para Saboya (1999, p. 138), seu papel como colaborador no IHMT e na Academia Mato-grossense de Letras estava comprometido com a formação de uma identidade mato-grossense, tendo permanecido, ainda hoje, como parâmetro para os pesquisadores. Mais tarde, vinculado a instituições como IHGB e CNG, órgãos que colaboraram no sentido de estabelecer um consenso à política getulista de centralização do poder e de construção do Estado Nacional, Corrêa Filho teria sido um intelectual aliado do regime, cuja finalidade era a legitimação da ditadura de Vargas.

Segundo essa historiadora, a maioria de suas publicações “expressam seu interesse pela realização da propaganda de Mato Grosso, cuja finalidade seria a defesa da integração nacional” (SABOYA, 1999, p. 5). Mas, de uma forma vaga, Corrêa Filho é subentendido como um intelectual orgânico de uma genérica “classe dominante”, que colaborava, pela forma exposta, com a propaganda varguista. Na verdade, falta uma análise mais mediatizada, pois a autora não especifica a qual fração de classe que ele servia, nem quais os interesses que concretamente a informavam.

Em artigos levantados por Saboya (1999), Corrêa Filho expressaria a preocupação com a nacionalização da fronteira; teria defendido a colonização dos terrenos fronteiriços por meio de núcleos constituídos por “brasileiros natos”. A atividade, para ele, já estava sendo concretizada pelo governo com o Instituto de Colonização Nacional, projeto desenvolvido pelo Major Frederico Rondon (SABOYA, 1999, p. 58). A adesão ao nacionalismo, por Corrêa Filho, ainda segundo a autora, é demonstrada não somente pelo seu apoio ao Governo Ditatorial, mas pela sua inscrição como sócio da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, criada em 1932, que, conforme a autora, era contra a permanência de estrangeiros nas fronteiras (SABOYA, 1999, p. 59).

Embora a incorporação do nacionalismo, indicada por esta autora, não possa ser excluída, é importante apontar a necessidade de deslindar quais são as teses do nacionalismo que o autor incorpora.

Parece que o ideário bem como a adesão ao governo Vargas só interessaram a Corrêa Filho à medida que muitas idéias defendidas pelo regime se aproximavam dos interesses defendidos pelo grupo ao qual era ligado em Mato Grosso. Considera-se que a defesa da nacionalização na fronteira visava a desestruturar a fração burguesa ligada à Companhia Matte Larangeira, como se revela no decorrer desta análise. Ou, melhor explicando, uma análise mais mediatizada, menos mecânica, permite verificar que suas preocupações estavam radicadas em Mato Grosso e se originaram das lutas travadas entre as frações locais da classe burguesa, embora pudessem, em alguns momentos, incorporar teses do nacionalismo.

6. 1 A FRONTEIRA VISTA COMO LIMITE GEOGRÁFICO

Ainda que tenha se referido à fronteira e que este tema seja recorrente em seus escritos¹¹³, analisando a parte pertinente da produção de Corrêa Filho, uma evidência observada nesta tese é a de que a fronteira só é referida por esse autor com a preocupação de discutir a definição de limites. Observa-se que são escassas, ou praticamente

¹¹³ Fato também observado em Zorzato (1998, p. 64) e Saboya (1999).

inexistentes, as informações sobre a fronteira na época analisada neste trabalho, ou seja, na época em que a fronteira foi efetivamente colonizada. Isso ocorre nas obras de caráter mais geral, ou seja, naquelas em que o autor trata a história em Mato Grosso. Essa lacuna se acentua pelo fato de grande parte de suas análises ser dirigida ao período colonial e imperial, fase em que a fronteira mereceu atenção, exclusivamente, como definição de limites e espaço a ser defendido pela metrópole ou mais tarde, pelo Império. Daí as fortificações e presídios militares terem se sobressaído na estratégia de ocupação. Em **As Raias de Mato Grosso**, a fronteira é seu objeto de pesquisa nessa perspectiva. Essa obra é uma coletânea composta de quatro volumes: *Fronteira Septentrional* (vol. I, 1924), *Fronteira Oriental* (Vol. II, 1925), *Fronteira Meridional* (Vol III, 1925a) e *Fronteira Occidental* (vol. IV, 1926). Embora tenham sido escritos na década de 1920, nota-se que, em se tratando da fronteira meridional – com o Paraguai –, o autor não aborda os acontecimentos ocorridos após a Guerra com o Paraguai, senão os referentes ao processo de demarcação das *raias* correspondentes. Abre-se uma lacuna, então, em razão de que a colonização da região se deu após este conflito. Segundo ele, o objetivo da coletânea foi: “o estudo da fixação das raias de Matto Grosso” (1926, p. 212). A preocupação com as fronteiras fica, então, reduzida à definição dos limites.

Se quisermos analisar o pensamento do autor sobre a fronteira, no período tratado, é necessário adentrar as obras em que ele abordou temas específicos, como o da erva-mate, por exemplo. Mas, mesmo quando estuda a erva-mate e a fronteira, é possível observar que, nas obras correspondentes, as análises sobre o desenvolvimento, a economia, a cultura e a educação não têm a profundidade e a extensão requeridas. Seu enfoque é estritamente político-administrativo.

Uma outra observação é que, de uma maneira geral, suas posições políticas são amainadas, expostas sutilmente, o que obriga, para entendê-las, o estudo mais detalhado do contexto vivido pelo autor. O estilo conciliador se revela, ainda, na forma como aborda a historiografia. Polêmicas e controvérsias com autores não são flagradas nas obras de caráter geral¹¹⁴, o que não significa que Corrêa Filho utilize poucas fontes. Percebe-se a riqueza de seus escritos, também, pelas inúmeras obras citadas e sua preocupação de lastrear, com

¹¹⁴ Isso corrobora a tese de Zorzato (1999, p. 10) de que a historiografia regional não acadêmica, incluindo Corrêa Filho, não estabelece uma interlocução com a historiografia e, de maneira geral, são conciliadores.

elas, suas interpretações. Corrêa Filho tinha um vasto conhecimento das obras, não só as de caráter historiográfico, mas, também, as literárias e o uso dessas fontes servia ao autor para dar consistência empírica às suas teses e para florear o estilo.

As polêmicas estão mais evidentes nos artigos de periódicos, em jornais locais, na **Revista do IHGB** e no **Jornal do Commercio**, nos quais polemiza com adversários políticos e com a historiografia¹¹⁵. Nesses escritos ficam evidenciadas a defesa do regionalismo, a fração de classe que representa, aspectos que tornam inteligíveis as suas abordagens sobre Mato Grosso e sobre a fronteira.

Observa-se em quase todas as obras, com exceção daquelas que tratam da ervamate, que a fronteira só é referida para retratar e reviver os feitos heróicos dos militares responsáveis pelas lutas que garantiram a expansão do território português e, após a independência, do território brasileiro.

Seus textos, inclusive **As Raias de Mato Grosso**, estão recheados de fatos heróicos do período colonial, época preferida do autor em seus escritos que dizem respeito a Mato

¹¹⁵ Os artigos, nesse sentido, são fontes expressivas na sua trajetória intelectual, que revelam suas diferenças teóricas. Os combates teóricos que o autor trava são dirigidos aos intelectuais que fizeram críticas a Mato Grosso ou foram, para ele, *superficiais* em suas análises. Uma delas é dirigida à obra *Oeste* de Nelson Werneck Sodré. Corrêa Filho reconhece a grandeza de Sodré, admitindo que o autor é de uma “inteligência vivaz e brilhante”, mas “à procura de aplicação” (CORRÊA FILHO, 1943, p. 267). Para Corrêa Filho, Sodré refere-se ao Estado como desconhecido, já que ao utilizar somente os livros de cultura geral, “aliás dos mais insígnies mestres”, ignora a extensa literatura produzida sobre Mato Grosso: “Não apontou as monografias do Visconde de Taunay, de seu filho, A. de Taunay, sagaz historiador das Bandeiras, os relatórios da Comissão Rondon, indispensáveis ao conhecimento da parte ocidental do Estado, de Arrojado Lisboa, de Glyncon de Paiva, Milward, Erichsen, e outros, que estudaram a região sulina e oriental, de Leverger, historiador e geógrafo, assim como Ricardo Franco e Luiz D’Alincourt, de fase anterior, as memórias históricas de Barbosa de Sá, Nogueira Coelho, J. Costa Siqueira, as contribuições dos naturalistas H. Smith, C. Von Den Steinen, Lindmann, M. Smith, Ehrenreich, Evans, os ensaios de José de Mesquita e seus companheiros do Instituto Histórico de Mato Grosso. (CORRÊA FILHO, 1943, p. 269). O autor tece outras críticas, como o desprezo a “componente cuiabana, mais antiga e fundadora” no regime pastoril (CORRÊA FILHO, 1943, p. 269). Refuta também a generalização da caracterização da população com o regime dos “fora da lei”, isto é, do banditismo. Afirma o autor: “Infratores do código penal sempre houve e haverá em toda a parte, até nas cidades supercivilizadas como Nova Iorque, onde operam ‘gangsters’. Em Mato Grosso, não é mais freqüente do que alhures o fenômeno, que se torna discutido quando surge um bandoleiro do feito do Silvino Jaques, que parece ter inspirado os comentários do autor”. Segundo Corrêa Filho, a interpretação de que o regime pastoril teria provocado essa civilização marginal ou esse “primitivismo social” é incorreta. Mas, diz o autor, isso só se afirma em certos locais de Mato Grosso: “Ao frasear elegante falta a consistência da concordância com os fatos. Não quer dizer que seja falsa a afirmativa do autor, inteligente demais para resvalar em tal cincada. Mas a sua observação, em área reduzida, ampliou-se desmedidamente, perdendo assim a precisão” (CORRÊA FILHO, 1943, p. 272). Acerca da afirmação de Sodré de que o homem do oeste possuía desestima pela terra, fruto da cultura pastoril, rebate Corrêa Filho: “Entretanto qualquer estatística elaborada com esmero apontaria centenas de fazendas em Mato Grosso, que permaneceram por prazo longo sob o domínio do proprietário primitivo e seus sucessores, prova do poder agarrativo da terra.” (CORRÊA FILHO, 1943, p. 274)

Grosso, exceto naqueles em que discorre sobre tema mais específico. É comum verificar a repetição desses feitos heróicos dos primeiros militares e governantes da região, que tinham por missão alargar a fronteira e defender a terra portuguesa, bem como dos primeiros colonizadores de Mato Grosso, quais sejam, os bandeirantes. Chega a ser curioso o extenso volume de páginas dedicado a esse período em suas obras. A título de exemplo pode-se citar a obra **História de Mato Grosso**, publicada em 1969, uma das obras comentadas proximamente, em que das aproximadamente 600 páginas dedicadas à organização administrativa e política de Mato Grosso, mais de 400 cobrem o período colonial. Outras cem páginas são reservadas ao Período Imperial, enquanto pouco mais de 30 páginas são destinadas ao Republicano.

Uma de suas primeiras publicações de caráter geral é **Mato Grosso**, obra editada em 1920 e encomendada para compor o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, proposto pelo IHGB com a finalidade de comemorar o Centenário da Independência. Grande parte da obra, segundo Corrêa Filho (1939, p.VI), fora elaborada em 1919, para festejar as comemorações do bi-centenário da colonização de Mato Grosso. O autor acrescentou mais informações e, obedecendo ao plano do IHGB, compilou dados sobre várias temáticas acerca do Estado. Editado novamente em 1939, no governo do Interventor Julio Muller (1937-1945), o autor acrescentou algumas informações de caráter estatístico sobre as décadas posteriores.

O livro foi útil à sua destinação, ou seja, apresentar temáticas já antecipadamente escolhidas pelo IHGB, pois, segundo o autor, a obra fora escrita com o fim de “compendiar todas as informações que possuímos a respeito de nosso País, bem como o progresso logrado em um século de vida independente” (CORRÊA FILHO, 1939, p. V).

Basicamente é uma obra de conteúdo informativo; condensa informações descritivas e fragmentadas sobre História Política, Militar, Religiosa, Artística, Literária e Administrativa, Homens Notáveis, Limites, Clima, Fauna, Flora, Municípios, dentre outros assuntos. No entanto, é possível perceber que, mesmo obedecendo a um plano já determinado e limitado em virtude da finalidade a que se destinava, a concepção de Corrêa Filho aproxima-se do positivismo pelo desejo de descrever os fatos tais como eles se apresentam. Ainda percebe-se a influência do positivismo na exposição dos fatos, sobretudo os administrativos, que seguem uns após os outros, evolutivamente.

Em **Mato Grosso**, a fronteira aparece em segundo plano nos assuntos que tratam da defesa e definição de limites, durante os períodos colonial e imperial, ou nos municípios arrolados em que descreve dados informativos e estatísticas sobre instrução, economia, erva-mate, etc.

Outro traço característico dessa obra é a falta de uma posição mais incisiva quando trata de temas controversos. Corrêa Filho mascara conflitos, não declara abertamente suas posições. Nesses momentos, o autor torna-se ambíguo ou conciliador na exposição das disputas históricas em Mato Grosso. Um exemplo pode ser dado pela forma como trata dos conflitos entre jesuítas e bandeirantes. Corrêa Filho admite a existência de luta “entre a audácia forte dos bandeirantes e a energia abnegada dos jesuítas” (CORREA FILHO, 1939, p. 71) e acaba lamentando a expulsão desses padres. Mas, ao mesmo tempo em que parece manter certa distância dessa questão, em várias partes da obra é possível verificar a apologia que faz aos bandeirantes: “Assim, balizaram os bandeirantes, com o seu trágico martírio, o heróico avanço para o Ocidente. Louvando-lhes a ousadia sem par, a Coroa Portuguesa, norteadada pelo espírito lúcido de Alexandre de Gusmão, valer-se-ia dessa colaboração espontânea dos seus patrícios, para sustentar as bases do tratado dos limites” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 18). Aliás, a imagem dos bandeirantes é construída sutilmente por ele. Isso pode ser observado em várias partes de seus escritos, nas quais sempre frisa a importância dos bandeirantes, ressaltando a coragem e o pioneirismo, características que teriam influenciado na constituição do povo cuiabano. Há um trecho, inclusive, em que o autor tenta redimir os bandeirantes, acusados de destruírem as missões jesuíticas e de serem identificados com o ateísmo. Busca, para tanto, uma compensação na formação religiosa desses pioneiros, argumentando que os bandeirantes, em suas andanças, não ficavam sem capelão (CORRÊA FILHO, 1939, p. 71-72).

Suas elaborações se iniciam sempre com a saga dos bandeirantes, indo do período colonial ao imperial, descrevendo, em seguida, as realizações dos mais afamados administradores de Mato Grosso, como Rolim de Moura¹¹⁶, Luis de Albuquerque¹¹⁷,

¹¹⁶ Primeiro Governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso, empossado em 1751.

¹¹⁷ Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres era português e foi o 4º. Governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso. No seu governo foi construído o Forte de Coimbra, em 1797.

Leverger¹¹⁸, dentre outros. Mas, à medida que vai se aproximando da República, a quantidade de informações diminui sensivelmente. Dos conflitos instalados nessa época, apenas deixa entrever alguns indícios por meio de expressões que reconheciam a ocorrência de “discontinuidades governativas” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53). Estas estariam no relato que faz da História Administrativa do Estado, que é vista evolutivamente, ao sabor de “movimentos de ascensão e descensão, no diagrama de sua marcha” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52-53). As disputas políticas são suscitadas por expressões como “fortes comoções”, “setenio agitado”, “intervaladas de calma asfíxiantes” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52).

Ainda na obra, **Mato Grosso** (1939), Corrêa Filho não deixa transparecer, de forma declarada, suas diferenças políticas, mas faz questão de elogiar os governos com os quais teria se compatibilizado politicamente, tal como o dos republicanos de 1892, envolvendo o Presidente do Estado Manoel Murinho e o seu vice, Antônio Corrêa, ambos vistos como administradores que se esforçaram para desenvolver Mato Grosso, “dotando-o de órgãos apropriados ao trabalho” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52). O Primeiro governo de Pedro Celestino (1907-1912) é citado como reconstrutor, porém a sucessão, beneficiando seus adversários, teria desencadeado “agitações partidárias” que resultaram em Intervenção Federal. A administração de D. Aquino Corrêa, bispo cuiabano que assumiu em 1917, da qual participou como diretor da Repartição de Terras, também é ressaltada e seu titular é visto como “brilhante reconstrutor” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52). Na avaliação de Corrêa Filho, Pedro Celestino tinha “[...] a segurança de quem se dispunha a cumprir sensato programa administrativo, continuado pelo seu substituto interino, vice-presidente Dr. Estevão Corrêa” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53). Segundo ele, após este governo, Mato Grosso sofreu novamente *descontinuidades governativas*, referindo-se à gestão de seu inimigo político, o Dr. Mário Corrêa da Costa, dissidente do grupo de Pedro Celestino, que assumiu o Governo em 1926: “A discontinuidade (sic) governativa rompe, de novo, em

¹¹⁸ O francês Augusto Leverger nasceu na Bretanha e no período imperial governou a província de Mato Grosso por quatro vezes. Participou de missões para defesa da fronteira mato-grossense e a sua mais importante missão foi ter negociado com o Governo paraguaio a abertura de navegação pelo rio Paraguai em 1854. Na guerra do Paraguai, assume voluntariamente o comando de defesa de Cuiabá, tendo por isso angariado o título de Barão de Melgaço. Leverger é uma das figuras mais reverenciadas pelos memorialistas e historiadores locais. Sua antiga residência, a Casa Barão de Melgaço, no centro de Cuiabá, abriga hoje o IHMT e a Academia Mato-grossense de Letras (CORRÊA FILHO, 1969, 1939; MENDONÇA, 1919).

1926, e fomentada pelas conseqüências das revoluções de 1930-1932, vem até o surto do Estado Novo” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53).

Os governos pós Revolução de 1930, em Mato Grosso, quase não são referidos, a não ser em algumas estatísticas relativas às finanças, à educação, dentre outras. Quanto ao Estado Novo, percebe-se o otimismo do autor em face do Governo Vargas, que prometia “esplêndidas realizações” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53).

É importante esclarecer que o elogio aos governos anteriormente citados tinha suas origens nas opções políticas do autor. Mesmo não declaradas, podem ser facilmente detectadas se se consegue entrever as disputas travadas pelas frações da burguesia local, nesta época. As divergências políticas de Corrêa Filho só aparecem ao se referir aos “inimigos” de Pedro Celestino, quais sejam, os políticos dissidentes deste chefe local, ligado aos interesses da casa comercial.

As origens desses conflitos tinham suas raízes na disputa entre as frações da burguesia pelas concessões de terra e pelo domínio econômico regional, sobretudo nos finais do século XIX e início do XX, quando a região sul começa a se desenvolver, alterando todo o quadro político de Mato Grosso.

Como foi verificado anteriormente, essas disputas começaram a se agravar com a entrada das empresas monopolistas no cenário local. Segundo Alves (1984), com a instalação das empresas monopolistas em Mato Grosso, iniciou-se um processo de disputa pelo controle político entre os representantes destas empresas e os das casas comerciais. Vimos também, que antes do advento das empresas monopólicas estrangeiras, a casa comercial controlava o cenário econômico regional. De acordo com Alves (1984), desde no final do século XIX até a primeira década do século XX, o papel da casa comercial não se restringia à comercialização de mercadorias, pois, também, representava os bancos, ainda inexistentes na região, intermediando os interesses do capital financeiro, as concessões e os investimentos regionais. Dessa forma, os produtores regionais, proprietários de terras, usineiros, dependiam da casa comercial até mesmo para a obtenção de créditos

Deduzindo todas as conseqüências do monopólio que a casa comercial exerceu sobre a navegação, do comércio de importação e de exportação, pode-se afirmar que todos os produtores regionais, sem exceção, dependeram da casa comercial para efeito de abastecimento e escoamento de mercadorias, o que os colocou sob controle irrestrito desta. Também insinuou-se claramente, nesse momento em que a casa comercial era a principal incentivadora da diversificação da produção mato-grossense, a

presença de um novo mecanismo, que passava a mediar as relações entre comerciantes e produtores: o *crédito*. (ALVES, 1984, p.28)

Além disso, a casa comercial passou, ainda no final do século XIX, a se envolver diretamente na produção, arrendando e comprando terras para a exploração da borracha e criação de gado. Após esse período, a casa comercial foi substituída diretamente pelas empresas estrangeiras monopólicas, iniciando-se, assim, uma luta intensa da casa comercial contra os novos representantes do capital financeiro. Especificamente no caso da fronteira com o Paraguai, a disputa foi com a Companhia Matte Larangeira, o monopólio¹¹⁹ combatido por Corrêa Filho¹²⁰.

As lutas coronelistas, no início do século, tiveram como principais representantes o Cel. Generoso Ponce e a família Murtinho¹²¹. Ponce era comerciante e influente coronel do final de século XIX e início do século XX. Liderou várias “revoluções” armadas em Mato Grosso. As lutas mais intensas iniciaram-se com a derrubada do General Antonio Maria Coelho¹²², primeiro Presidente do Estado após a República, que tentou afastar de seu governo membros do ex-Partido Liberal, isto é, os partidários de Ponce, criando o Partido Nacional. Em contrapartida, Ponce fundou o Partido Republicano e se uniu a Antonio Azeredo¹²³ e a Joaquim Murtinho, conseguindo a exoneração de Maria Coelho. No ano seguinte, em 1892, essa aliança foi efetivada com a eleição de Manoel Murtinho¹²⁴, irmão de Joaquim Murtinho, pela Assembléia Constituinte.

¹¹⁹ “[...] dona [empresa Matte] de todos os bens existentes tanto na Argentina como no Brasil e Paraguai e da qual faziam parte os mesmos elementos da Larangeira Mendes e Companhia, no Brasil e na Argentina.” (PANEGÍRICO, 1941)

¹²⁰ Com a crise gerada nessa fração de classe, vários comerciantes se transformaram em proprietários de estabelecimento *puramente comerciais* ou investiram em fazendas de criação de gado (ALVES, 1984, p. 72).

¹²¹ Joaquim Murtinho foi ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas no ano de 1896. Em 1898 ocupou o cargo de ministro dos Negócios da Fazenda de Campos Salles. Exerceu ainda três mandatos de senador por Mato Grosso nos anos de 1890, 1903 e 1907 (FARIA, 1993). A família Murtinho, bastante influente em Mato Grosso, monopolizou cerca de cinco milhões de hectares para exploração da erva-mate e juntamente com Thomaz Larangeira funda a Companhia Matte Laranjeira. Além de ser um dos sócios da Cia. Matte, a família Murtinho gozou de concessões para exploração de minério em Cáceres e de vias férreas no Rio de Janeiro (FARIA, 1993, p. 212).

¹²² Militar comandante da Retomada de Corumbá na Guerra da Tríplice Aliança, primeiro presidente do estado indicado por Deodoro e apoiado inicialmente pelos dois partidos, liberal e conservador.

¹²³ Senador por Mato Grosso durante os anos de 1891 até 1930. Era ligado a Pinheiro Machado, tendo assumido, por ocasião da morte deste, a presidência do Senado desde o ano de 1905 até o ano de 1930 (MENDONÇA, 1971, p. 24).

¹²⁴ Foram eleitos ainda para vice-presidente, Generoso Ponce e para 2º e 3º vices, José da Silva Rondon e Pedro Celestino Corrêa da Costa, respectivamente (CORRÊA, 1995, p. 75).

Em 1899, a aliança foi rompida com a indicação de candidatos diferentes para assumir a Presidência do Estado. O candidato de Ponce venceu as eleições, mas o usineiro Totó Paes, com o apoio de seu aliado Joaquim Murtinho, à época Ministro da Fazenda de Campos Sales, liderou a Divisão Patriótica Campos Salles a fim de derrubar o candidato de Ponce. Totó Paes sitiou Cuiabá e realizou um acordo com a Assembléia, impedindo a posse do candidato eleito (CORRÊA, 1995, p. 92-93). Essa luta se refletiu em todo o estado envolvendo, também, os coronéis sulistas (CORRÊA, 1995, p. 94). Anos depois, em 1906, os ex-adversários, Ponce e Murtinho, uniram-se e formaram a *Coligação* visando lutar contra o Governo de Totó Paes (CORRÊA, 1995, p. 99).

Assim, desde o advento da República até os anos de 1910, quando foram substituídos por outras lideranças, Ponce e Murtinho controlaram o poder, aliando-se quando os seus interesses convergiam e desentendendo-se quando suas reivindicações se confrontavam. Murtinho era presidente do Banco Rio e Mato Grosso, que tinha como um de seus fundadores o Banqueiro Mayrinck, também fundador, segundo Faria (1993, p. 215), do Banco Constructor do Brazil. Carone (1978) afirma que Mayrinck foi diretor do Banco dos Estados Unidos do Brasil, proprietário do Jornal **O Paiz** e que se ligara a “uma série de outras empresas” (CARONE, 1978, p. 107- 108). Além disso, a família Murtinho associou-se ao Comendador Francisco Mendes Gonçalves, que já possuía negócios com Larangeira, o pioneiro na exploração dos ervais do sul, e era importante representante do capital financeiro, vinculado a Buenos Aires¹²⁵. A família Murtinho, com amplos poderes tanto no Estado quanto no Governo Federal, passou, então, a controlar as concessões em Mato Grosso em favor de suas empresas. As lutas entre essas duas frações da burguesia, na época em consideração, manifestaram-se numa disputa por controle político e econômico da região sul do Estado, acarretando inúmeros conflitos na região fronteira.

Em 1911 morreram Joaquim Murtinho e Generoso Ponce. A empresa Matte passou a ter o apoio do senador Azeredo que, desde então, disputou com Pedro Celestino, herdeiro político de Ponce, o controle do Estado.

¹²⁵ “Segundo Horácio Nazar [19--], em 1884, Francisco Mendes Gonçalves foi incorporador, com outros comerciantes estrangeiros, do Banco de Comércio, situado na Argentina, associado ao capital inglês proveniente do London Bank of México and South América. Francisco Mendes foi, também, vice-presidente do Banco de la Província de Buenos Aires, desde 1906 até 1930, ano de sua morte.” (CENTENO, 2000, p. 90)

O Governo de Murtinho e de Antônio Corrêa, exaltado por Corrêa Filho, teve seus membros indicados pela aliança da qual participou, também, o grupo defendido por Corrêa Filho, qual seja, o grupo de Ponce e de Pedro Celestino. Este último, Pedro Celestino, à frente de outra administração, também figura como bom governo. A administração Dom Aquino, igualmente reverenciada por Corrêa Filho, que nela assumiu, inclusive, um cargo de primeiro escalão, teve como base angular a conciliação política entre as duas principais facções políticas de Mato Grosso. As “descontinuidades”, expressão utilizada pelo autor para caracterizar as gestões administrativas de adversários, foram associadas, por exemplo, às “revoluções” como a que derrubou Ponce. A “descontinuidade” também teria marcado o Governo de Mário Corrêa da Costa, que se incompatibilizou com Pedro Celestino. Corrêa Filho sentiu-se atingido, daí a disputa com Mário Corrêa.

Essa luta política desembocou em diversas publicações¹²⁶, organizadas e condensadas por Corrêa Filho na série *Polêmicas*. As primeiras animosidades iniciaram-se com a recusa do nome de Virgílio Corrêa Filho para Presidente do Estado, devido às divergências entre Azeredo e Pedro Celestino (SABOYA, 1999). Em seu lugar foi indicado Mário Corrêa da Costa, candidato originário de um acordo entre os diversos grupos. Segundo Saboya (1999, p. 84), Mário Corrêa da Costa foi escolhido por Pedro Celestino, a partir de uma lista de oito nomes, encaminhada pelos deputados Aníbal de Toledo e João Celestino e indicada pelo Ministro Afonso Pena Junior. Assim que assumiu, Mário Corrêa da Costa fundou o Partido Democrata e nomeou como Secretário Geral o Dr. Manoel Paes de Oliveira, cargo almejado por Corrêa Filho. Essa secretaria, alguns meses depois, foi desmembrada em duas, que “tomaram respectivamente as denominações de Secretaria do Interior, Justiça e Finanças e Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas [...] cuja presença já se impunha há quinze anos passados pelos congestionamentos dos serviços públicos” (MATO GROSSO, 1926, p. 13-14). Assumiram-nas, respectivamente, Dr. Manoel Paes Oliveira e Dr. Carlos Gomes Borralho (MATO

¹²⁶ Esta série constituiu-se, inicialmente, de seis volumes: **Em legítima defesa**, **Versatilidade presidencial**, **Depenando uma gralha empavonada**: respostas às injúrias do Bacharel Manoel Paes, **O Siamês da gralha empavonada**: respostas às injúrias de Borralho, **O detrator oficial**: respostas às injúrias do Dr. Mário, **Relendo a mensagem**: continuação da resposta às injúrias do Dr. Mário. Posteriormente, foi acrescentada mais uma publicação, **Política de Mato Grosso**: como se desmascaram e se esmagam as perfídias de um paranóico e imbecil (SABOYA, 1999, p. 68). Sobre o mesmo assunto foram publicados, ainda, **Política de Mato Grosso**: o cérebro de um mentiroso é a oficina do diabo (1929), **Desmascarando um grande canalha e imbecil** (1929) e **O sr. Mário Corrêa**: um caso político - um caso patológico (SABOYA, 1999, p. 75).

GROSSO, 1926, p. 39). Para Saboya (1999), Corrêa Filho foi chamado para reorganizar os serviços da administração do norte do Estado, cargo este recusado por ele. Mais tarde, Mário Corrêa da Costa, em sua Mensagem de 1926, publicada posteriormente na **Gazeta Oficial**, criticou a administração das finanças do governo anterior. Tendo dela participado, Corrêa Filho reagiu e publicou uma série de artigos, transformados, mais tarde, nas publicações referidas.

Todavia, o que importa destacar é que essa disputa, no fundo, teve suas origens na adesão de Mário Corrêa e de seus secretários, Manoel Paes de Oliveira e Carlos Gomes Borralho, ao grupo do senador Azeredo¹²⁷, ou melhor traduzindo, à política da Companhia Matte. No Governo de Mário Corrêa foram renovadas as concessões e revogadas, pela Lei n°. 694 de 1927, as Resoluções n°. 911 de 1924, que limitava em 1 milhão de hectares a área de arrendamento dos ervais, e a n°. 930 de 1925, que reservava para venda uma área pertencente ao município de Ponta Porã, por meio de lotes de 3.600 hectares, ambas do Governo anterior de Pedro Celestino. No ano seguinte, o governo de Mário Corrêa aumentou em mais 900 mil hectares as terras arrendadas à Companhia, totalizando 1,9 milhão de hectares a área arrendada. (MATO GROSSO, 1927 *apud* ARRUDA, 1986, p. 308). Os três administradores, Mário Corrêa, Manoel Paes e Carlos Borralho são as personagens atacadas nos artigos da coletânea *Polêmicas*. Manoel Paes era acusado por Corrêa Filho de influenciar Mário Corrêa nos ataques à administração anterior e Carlos Borralho por ter “preocupações rasteiras dos gorjeteiros” (CORRÊA FILHO, 1927 *apud* SABOYA, 1999, p.103). Saboya (1999) deixa entrever, numa das citações de Corrêa Filho, que essa acusação referia-se ao fato de Carlos Borralho ter recebido propina no processo de medição das terras arrendadas à Companhia Matte, em 1922, período em que era Secretário de Agricultura do Governo Pedro Celestino.

A descrição exposta demonstra que as disputas entre as frações da burguesia mato-grossense aparecem de maneira sutil nas obras gerais de Corrêa Filho, mas ganham clareza nos artigos da imprensa periódica. Revelam-se, então, tomadas pelo regionalismo da

¹²⁷ Há uma obra na qual Mário Corrêa da Costa responde às provocações de Corrêa Filho. Intitulada **Política de Mato Grosso**: resposta aos abissínios (1933); nela são transcritos, ainda, vários textos de apoio, colhidos em artigos de jornais e discursos (SABOYA, 1999, p. 106). Dentre esses textos de apoio, consta um do Senador Azeredo.

burguesia comercial, francamente contrária ao monopólio e que, à época, disputava com os representantes locais do capital financeiro o controle político em Mato Grosso.

Também, em **Mato Grosso** (1939), é possível perceber a postura conciliadora do autor ao analisar a atuação do Estado em relação à questão de terras. Segundo Corrêa Filho (1939), este, em Mato Grosso, não teria conseguido promover eficientemente o serviço de colonização, daí as famílias terem se organizado espontaneamente para conseguir terras. Excetua, somente, a colônia de Terenos, organizada por Pedro Celestino, que teria conseguido prosperar (CORRÊA FILHO, 1939, p. 180-181). Não encontrou-se, em nenhum momento, alusões ou crítica à falta de apoio à colonização; nenhuma denúncia sobre a posse indevida de terras, sobre a conivência do Estado nos casos de grilagem, sobre a omissão ou inoperância do governo, suas lutas internas e os conflitos que envolviam migrantes, bastante comuns e problemáticos. Ainda em se tratando da questão de terras, Corrêa Filho (1939, p.197) defendeu a necessidade da formação de latifúndios exclusivamente em determinadas áreas, como o Pantanal, local em que, pelas enchentes e características naturais, tornam-se necessárias grandes áreas para a exploração lucrativa da pecuária.

Essa característica dos escritos de Corrêa Filho de não polemizar, de não assumir posição clara e objetiva e de não expor abertamente as mazelas da sociedade, também pode ser percebida em **História de Mato Grosso**, escrita em 1959 e publicada somente em 1969, por dificuldades de financiamento (SABOYA, 1999, p.173). Essa obra, de caráter geral, retrata a História de Mato Grosso desde o período colonial até a República.

Mesmo sendo publicada dez anos depois de ter sido escrita, não inseriu dados posteriores a 1959. Talvez para não alterar os originais, o autor se limitou a tecer poucas considerações sobre acontecimentos e dados mais recentes na introdução da obra.

Na parte introdutória, afirma que, após 1959, Mato Grosso viveu “indícios inequívocos de transformação” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 17), referindo-se aos financiamentos que visavam à construção das obras de aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Paraná, iniciados nos anos 1950 e intensificados nos anos 1960. Vê com otimismo os investimentos nas áreas agrícolas e industriais, bem como os “destinos do estado, acorde com os vaticínios otimistas do Embaixador Lincoln Gordon” (CORRÊA FILHO, 1969, p.22). Em visita ao Estado, Gordon teria assegurado que estar em Mato Grosso era

“recordar nosso próprio país, tal a semelhança na sua dimensão e característica de grandeza” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 20). Acerca da ditadura de 1964, nada comenta abertamente.

A obra é dividida em capítulos assim intitulados: A Terra, O Homem, A Conquista, Na Hinterlândia Mato-grossense, Ciclo da Mineiração Aurífera, Organização Política, Criação da Capitania, Lutas Fronteiriças, Consolidação, Ocaso do Regime Colonial, Pacificação Perturbada, Atividades Políticas e Aspectos Sociológicos.

O peso atribuído ao período colonial no processo de formação de Mato Grosso também se repete.

Nesta obra, ao contrário de **Mato Grosso**, há uma descrição mais pormenorizada das “revoluções”, “embates” e “vinganças partidárias”. Mas tais lutas são descritas sem que haja uma análise de seus determinantes econômicos. O discurso não direto e floreado, bem ao gosto barroco, torna mais difícil a compreensão.

É facilmente detectada, como já foi observado anteriormente, a sua identificação com o Governo de Manoel Murinho e Antonio Corrêa da Costa, com o governo de Pedro Celestino e com o de Dom Aquino Corrêa. Foram eles os únicos que mereceram uma descrição mais detalhada das obras empreendidas. É possível observar, também, sua oposição à Companhia Matte Larangeira e a adesão a Pedro Celestino na Questão do Matte¹²⁸ e nas resoluções de seu governo que diminuíram a área arrendada. Acerca de Mário Corrêa é bastante irônico e crítico. Segundo ele, Mário Corrêa, ao romper com o celestinismo, “esperdiçou energias em lutas estéreis, que inspiraram as suas mensagens, transformadas em pelourinho dos adversários” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614). Comenta, também, a “desorientação administrativa” de seu governo e ironiza o partido criado por ele, o “Democrata”, para combater Pedro Celestino e seus aliados (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614).

Crítica, ainda, o segundo Governo de Mário Corrêa¹²⁹, afirmando ter ocorrido uma intervenção federal, em 1935, pois, em seu entendimento, essa administração “desmandou-se, provocando reação parlamentar, contra a qual ocorreu inominável atentado” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614). Superficialmente, alega, em nota final, que esse atentado teria

¹²⁸ A questão do Matte será discutida na descrição das obras que tratam da exploração da erva-mate.

¹²⁹ Mário Corrêa da Costa foi eleito pela Assembléia Constituinte em 1935, e logo deposto por Intervenção Federal.

ocorrido contra dois senadores e que, à época do governo Mário Corrêa, eram poucas as garantias de vida aos opositores. Acerca dos governos dos interventores federais, nos inícios dos anos 1930¹³⁰, afirma que foram breves e se sentiam “inseguros em suas comissões, à mercê das agitações políticas no país”, daí ter o autor se limitado apenas a *relacionar seus nomes* na lista de governantes de Mato Grosso (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614).

A posição de Corrêa Filho, com exceção de seus adversários mais diretos, mais uma vez se revela ambígua, pois preferiu não assumir nenhuma posição clara em face desses últimos governos. Também o estilo pouco direto e floreado contribuiu para impedir que fossem explicitados os determinantes das “agitações” por ele referidas (CORRÊA FILHO, 1969, p.614). Quanto a Julio Muller, só comentou que teria sido eleito pela Assembléia, em 1937, e, com pouco mais de um mês após sua posse, teria aceitado o cargo de Interventor durante o Estado Novo. Não apresentou nenhuma realização das administrações após 1930, inclusive da referente a Julio Muller. A exceção foi o governo de Fernando Corrêa da Costa, que, assumindo em 1951, realizou negociações para a construção de obras visando ao aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Paraná.

Corrêa Filho expõe os governos sucessivamente como se a tendência natural fosse a de uma evolução contínua. As administrações às quais se ligou politicamente realizavam a tendência natural, mas não as de oposição, as responsáveis pelo aguçamento dos conflitos. Elas interrompiam e comprometiam essa tendência. Ou seja, está-se diante de uma forma de interpretação de história, como o próprio autor informa em sua obra **Mato Grosso** (1939), marcada por “movimentos de ascensão e descensão, no diagrama de sua marcha” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52).

Ainda em **História de Mato Grosso**, há um capítulo que aborda a fronteira, intitulado *Lutas fronteiriças*. Nele, essas “lutas” se resumem àquelas travadas no século XVIII, para a definição dos limites territoriais da colônia.

¹³⁰ Após o término do mandato de Mário Corrêa, em 1929, foi eleito para presidente do Estado o Dr. Aníbal Benício de Toledo, que assumiu em janeiro de 1930 permanecendo no cargo até outubro de 1930, quando ocorre a *Revolução de 1930*. Assumiu interinamente o cargo, durante um mês, o Major Sebastião Rabelo Leite, repassando-o para o Interventor nomeado, Coronel Antonino Mena Gonçalves, que governou de novembro de 1930 a abril de 1931. Os demais Interventores foram Dr. Artur Antunes Maciel (de abril de 1931 a junho de 1932), Dr. Leônidas Antero de Matos (de junho de 1932 a outubro de 1934), Dr. César de Mesquita Serva (de outubro de 1934 a março de 1935) e Dr. Fenelon Muller (de março de 1935 a agosto de 1935).

No capítulo denominado *Aspectos sociológicos*, dispõe os dados dentro de temáticas intituladas *Evolução demográfica, Hábitos e costumes, Peculiaridades lingüísticas, Vida religiosa, Evolução financeira e Desenvolvimento econômico*. É possível detectar que o grosso de sua pesquisa, mesmo tratando de Mato Grosso, tem como referência Cuiabá e, sobretudo, o período colonial. Cuiabá teria sido, ao contrário de Vila Rica e de Vila Boa de Goiás, um “condensador demográfico”, a vila que se manteve fiel ao núcleo bandeirante. Nota-se a preocupação do autor em ressaltar a peculiaridade cuiabana.

Vivaz flor de civilização, desabrochada no coração da América do Sul, a mais de quinhentas léguas do litoral atlântico, ingressou Cuiabá na História do Brasil, como surpreendente e espontânea criação do gênio bandeirante, extirpado de influxos externos. Nenhuma das contemporâneas se lhe equipara no tocante à legitimidade da sua origem, em que não colaboraram fatores estranhos. (CORRÊA FILHO, 1969, p. 205)

Nas demais vilas citadas, segundo sua ótica, a colonização não foi iniciativa exclusiva dos bandeirantes. No caso de Vila Rica, houve interferência dos emboabas e, no de Vila Boa de Goiás, a dos administradores da Capitania de São Paulo.

Os heróis e até mesmo os traços culturais mato-grossense eram cuiabanos ou *cuiabanizavam-se*¹³¹. Na descrição relativa aos “hábitos e costumes” dos mato-grossenses, é clara sua tendência de se restringir aos costumes cuiabanos. Para ele, Cuiabá teria preservado a cultura bandeirante, até mesmo no âmbito da língua e da pronúncia (CORRÊA FILHO, 1969, p. 654). . Em Corrêa Filho é possível observar, assim como em Astúrio Monteiro de Lima, a necessidade de buscar o passado pioneiro de Cuiabá, ressaltando a coragem dos bandeirantes e a permanência de sua “cultura”. Intrépidos e enérgicos, os bandeirantes teriam imposto costumes que se difundiram e passaram a caracterizar os cuiabanos. As danças, músicas, festas retratadas pelo autor são as setecentistas, isto é, permanece sempre a influência do período colonial sobre todos os outros. Em nenhum momento há uma condenação ou visão moralista sobre as manifestações culturais, sobre os costumes ou sobre a maneira de ser dos cuiabanos. No fundo, há a defesa das qualidades raciais e os costumes bandeirantes, que determinaram a formação do povo e foram preservados graças, também, à distância dos centros mais desenvolvidos e a falta de

¹³¹ Augusto Leverger era chamado por Corrêa Filho de “bretão cuiabanizado”. (CORRÊA FILHO, 1945a, p. 7).

comunicação eficiente. O mato-grossense – cuiabano – aparece sem nenhuma mancha em sua história, é sempre forte e destemido.

Em **Mato Grosso** (1939) há uma parte intitulada *O Cuiabano*, onde descreve a contribuição das “raças” para a formação da população que habitava a capital. Confirma a existência da contribuição do negro e do índio para a composição e formação do povo cuiabano, mas o peso maior dessa formação “provém da mais legítima estirpe dos bandeirantes” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 253).

Mas essa “legítima estirpe” já fora, antes, alvo de cruzamento com o índio, que teria assegurado ao bandeirante certas qualidades de comportamento. Numa passagem de **História de Mato Grosso**, incorpora as idéias de Paulo Prado, citando, inclusive suas afirmações sobre os benefícios desse *cruzamento*.

O cruzamento com o indígena, sintetizou a propósito Paulo Prado, corrigiu de modo feliz a excessiva rigidez, dureza, inteiriça e fragueira do colonizador europeu do século XVI; o índio, nesse amálgama, trouxe o elemento mais afinado, a agilidade física, os sentidos mais apurados, a intensa observação da natureza quase milagrosa para o homem branco. (CORRÊA FILHO, 1969, p. 99)

A valorização das origens bandeirantes e a prevalência destes pioneiros na composição da “raça” cuiabana se manifestam em referências nas quais os mato-grossenses são vistos como os “genuínos descendentes dos bandeirantes que lhes formaram o componente racial preponderante” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 104). Em outra passagem, na qual discute os “componentes étnicas modernas (sic)”, faz questão de reforçar que a formação do cuiabano provém de boa parte da população de São Paulo e, em proporções reduzidas, de outros componentes raciais¹³² (CORRÊA FILHO, 1969, p. 112).

132 Cumpre notar que algumas de suas teses sobre os bandeirantes, como a da contribuição indígena para a composição de uma “raça” ágil e valente, aproximam-se das idéias de Cassiano Ricardo, referência importante quando se trata do bandeirismo. Mas em nenhum momento este autor é citado, inclusive em outras obras. Observe o trecho a seguir: “Não se sabe, na bandeira, o que mais admirar: se o que tinha de português na ambição ou espanhol na aventura; se o que tinha de mameluco no ímpeto guerreiro, na mobilidade e na desobediência; se o que tinha de cafuzo na cooperação democrática, silenciosa e anônima; se o que tinha de africano no trabalho produtivo das lavouras, das faisqueiras e das minas” (RICARDO, 1970, p. 323-324). Cassiano Ricardo (1895- 1974) foi advogado, jornalista, poeta e historiador. Pertenceu às Academias Brasileira e Paulista de Letras, ao Conselho Federal de Cultura e ao Movimento Modernista de 1922, participando da ala conservadora dos “verde-amarelos”. Ocupou cargos importantes durante o Estado Novo (1937-1945) na direção do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo, no Departamento cultural da Rádio Nacional e no jornal A Manhã, porta-voz governamental. Sua obra **Marcha para Oeste (1940)** pode ser compreendida como construção de uma versão do mito bandeirante para legitimação do Estado Novo.

Ainda nesse item, apresentando apenas dados estatísticos de forma muito sucinta, discuti a chegada de migrantes no sul do Estado: as famílias mineiras que povoaram o sul pela fronteira meridional, bem como estrangeiros assim elencados: italianos, franceses e, em menor número, uruguaios e argentinos que se fixaram em Corumbá devido à abertura do Rio Paraguai após a Guerra. Os gaúchos também foram lembrados, atraídos pelos campos da fronteira meridional, e os nordestinos, mobilizados pelos garimpos, bem como “populações da América do Sul”. Não citou a migração paraguaia, contingente que influenciou de forma bastante expressiva o sul do estado. Também omitiu a presença do boliviano. Certamente, estariam engrossando as estatísticas daquilo que Corrêa Filho denominou “América do Sul”, correspondente à maior composição estrangeira em termos numéricos¹³³ (CORRÊA FILHO, 1969, p. 113).

Após essa descrição, é possível afirmar que o desvelamento das idéias do autor, sobre o sul e sobre a fronteira, demanda a análise de suas obras temáticas, sobretudo **À sombra dos ervais matogrossenses** (1925 b) e **Ervais e ervateiros do Brasil** (1957).

À sombra dos ervais mato-grossenses, volume quatro da coletânea denominada *Monografias Cuiabanas*, foi publicada em 1925¹³⁴. Das obras de Corrêa Filho que versam sobre a fronteira ou a ela se referem, esta é a mais rica em informações e, sobretudo, a mais expressiva por captar as contradições do período abordado, a que mais expõe as divergências políticas do autor. Virgílio Corrêa Filho, à época, era Secretário de Estado e a Matte Larangeira detinha o domínio econômico local. A obra é um expressivo registro das posições assumidas pelo grupo contrário ao monopólio, ainda no calor dos acontecimentos. O autor aborda a exploração da erva-mate mato-grossense, com atenção especial às concessões dos ervais e aos conflitos políticos que derivaram do monopólio exercido pela Companhia Matte Larangeira. A obra realizou, sobretudo, uma exposição de suas divergências com relação à Matte; a fronteira tornou-se pano de fundo para o autor fazer a defesa dos interesses do capital comercial instalado em Mato Grosso.

¹³³ No censo realizado em 1940, havia em Mato Grosso, 426 alemães, 319 espanhóis, 516 italianos, 1.105 japoneses, e 910 portugueses. Quanto ao contingente da “América do Sul”, seriam 17.216 pessoas (CORRÊA FILHO, 1969, p 113).

¹³⁴ Grande parte dessas obras foram escritas na década de 1920, época em que o autor ocupou o cargo de Secretário na administração de Pedro Celestino e Estevão Corrêa. As *Monografias Cuiabanas* compõem-se de seis volumes: **Questões de ensino** (1925), **Evolução do erário** (1925), **À cata de ouro e diamantes** (1926), **À sombra dos ervais matogrossenses** (1925), **A propósito do boi pantaneiro** (1926), **Considerações acerca da peste da cadeira** (1927) e **Indústrias mato-grossenses** (1945b).

Nessa obra o autor é mais enfático na defesa de suas posições e bastante objetivo nos ataques à Empresa e ao monopólio que exercia.

Denunciou a política de arrendamento dos ervais que, em sua opinião, resultava na concessão de “privilégios”. A onda de “privilégios” teria se iniciado com Tomaz Larangeira, que arrendou os ervais sem concorrência em razão da ação de seus “protetores”, Barão de Maracaju e Antonio Maria Coelho (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 15-18). Larangeira vendeu a concessão em 1892 e os favores foram estendidos, então, para os Murtinho, que formaram uma “pseudocompanhia”¹³⁵, a Companhia Matte Larangeira. Ou seja, Larangeira teria constituído uma empresa para vendê-la, logo depois, para que os Murtinho pudessem assumir a concessão, intransferível à época¹³⁶. O autor denunciou os privilégios obtidos por esse grupo e a relação entre o público e o privado em Mato Grosso. Denunciou, também, a destruição ecológica decorrente do corte sem controle dos ervais, praticado pela empresa (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 33- 35).

Colocou-se politicamente ao lado dos gaúchos, pequenos posseiros que realizaram uma acirrada campanha contra a Companhia, promovendo revoltas armadas e vários conflitos localizados no sul do Estado. Os comerciantes, visando minar ao monopólio, aliaram-se aos gaúchos que já se manifestavam contra a Matte Larangeira.

Foi clara sua posição contra os “latifúndios”, na região, ao apoiar o grupo que tentou diminuir a área de concessão para a Companhia, a partir de 1906, quando esta empresa enviou projeto para aprovação da Assembléia, procurando antecipar a prorrogação do monopólio¹³⁷. Corrêa Filho se manifestou favoravelmente à Comissão de Indústria, da qual

¹³⁵ Expressão utilizada por Antônio Corrêa, que rompe com Murtinho e se alia a Generoso Ponce na “revolução” de 1899. Começa, então, a atacar seu antigo aliado e os negócios nos quais se envolvera, usando artigos publicados no jornal **A Reação**, editado no Paraguai. Num deles, teria feito acusações à forma pela qual a Companhia foi formada, denominando-a de “pseudo Companhia” (CORRÊA, 1902, *apud* CORRÊA FILHO, 1925b, p. 28).

¹³⁶ Nessa época, em 1891, o aliado de Larangeira, Antonio Maria Coelho, havia sido exonerado e os grupos políticos opositores passaram a contestar a concessão. Sendo a concessão intransferível nos termos do decreto n°. 376 de 5 de maio de 1890 e sentindo a pressão desses grupos, Larangeira não vê outra saída e forma a Companhia em 1891 para, posteriormente, em 1892, vender suas ações para os irmãos Murtinho, que representavam o Banco Rio e Mato Grosso (CENTENO, 2000, p. 135-137).

¹³⁷ “A proposta enviada pela Matte teria como pontos principais: a prorrogação do monopólio até 1930, o direito a formar uma força policial para proibir a entrada de estrangeiros em seus domínios; o limite máximo de 800 réis de imposto por 15 Kg de erva exportada; concessão de lotes de 3.600 hectares cada um, até no máximo de 15, gratuitamente, para a abertura de portos no rio Paraná; a compra de uma área superior a 2 milhões de hectares de terras devolutas, destinada à indústria pastoril, ao preço de 400 réis cada hectare e área não inferior a 1 milhão de hectares na área de ervais, ao preço de 1.000 réis cada. Oferecia em troca o aumento da produção numa escala que variava de 5 a 9 milhões de kg, de 1910 até o final do arrendamento, e

seu pai, o deputado Virgílio Alves Corrêa, era um dos membros. Nessa Comissão, segundo ele, “contra a idéia da criação de latifúndios dominados por sindicatos estrangeiros, prevaleceu a tendência proteccionista de colonização nacional, que á primeira visava refrear” (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 53). Discutiu nessa obra, ainda, a disputa travada na *Questão do Matte*, campanha movida por Pedro Celestino que visava negar a renovação de arrendamento à empresa e vários favorecimentos por ela requeridos. A Questão do Matte iniciou-se em 1912, quando a Companhia resolveu discutir a renovação do contrato, apresentando algumas alterações de cláusulas. Nesse momento, Pedro Celestino assumiu a liderança da oposição, antes comandada por Ponce, e passou a afrontar o grupo defensor dos direitos da Companhia, liderado pelo senador Azeredo. A nova proposta, segundo Pedro Celestino, era ainda mais nociva ao Estado que a anterior, já que requeria mais vantagens, solicitando a permissão para explorar produtos florestais, agrícolas, industriais, minerais, etc, sem pagar os impostos devidos, que a Companhia “habilidosamente incluía nas quotas de arrendamento” (COSTA, 1912 *apud* QUESTÃO MATTE, 1912, p. 38). Além disso, a empresa ainda propunha pagar taxa fixa não proporcional à produção. Pedro Celestino iniciou, então, uma campanha contra a nova proposta. Os membros da Assembléia, nesse período, já haviam sido renovados em eleição recente e a comissão, ao contrário da anterior, era favorável à nova proposta da Companhia Matte. Daí Pedro Celestino ter promovido uma campanha por meio do jornal **Mato Grosso**, conclamando os deputados a analisarem melhor a proposta, sabendo “honrar o seu mandato não homologando esse contracto leonino” (QUESTÃO MATTE, 1912, p. 38). A solução encontrada pela oposição foi a de obstruir a votação do projeto pelo não comparecimento à sessão, inviabilizando a sua aprovação. Corrêa Filho (1925 b, p. 73) apontou essa luta como “das mais renhidas” do período.

A Companhia resolveu retirar a proposta, esperando nova oportunidade para discutir o arrendamento. No governo seguinte, as concessões foram renovadas pela Resolução n.º 725, que autorizava o Poder executivo a “[...] contractar com a Empresa Larangeira Mendes & Comp., ou com quem nas mesmas condições de idoneidade, melhores vantagens oferecer, o arrendamento e a exploração dos herveas do estado” (MATO GROSSO, 1915

o aumento do valor pago ao arrendamento anual, começando com 60 contos de réis no ano de 1910, numa escala crescente até o valor de 90 contos réis, no último quinquênio, que começaria em 1926.” (CENTENO, 2000, p. 66)

apud, CORRÊA, 1986, p. 287). Também autorizava a firmar novo contrato, após concorrência pública, não podendo o mesmo exceder o arrendamento de uma área de 400 léguas quadradas (1.440.000 hectares). A empresa poderia escolher entre as melhores áreas de ervais. A resolução resguardava o direito dos posseiros, ocupantes da área do contrato em vigor, dando-lhes preferência para a compra, dentro do prazo de dois anos, a contar de 27 de julho de 1916. A área de compra não poderia ser superior a dois lotes de 3.600 hectares cada um, devendo, para tanto, o posseiro provar “cultura efectiva e morada habitual anteriores ao ano de 1914” (MATO GROSSO, 1915, *apud* ARRUDA, 1986, p. 288). De fato, a diminuição da área e a demarcação de terras aos posseiros ocorreu somente em 1919 e a área da Companhia ultrapassou o acordo firmado, chegando a ocupar 504,4 léguas quadradas, ou seja, 1.815.905 hectares (CENTENO, 2000, p. 121).

Após 1919, quando se reduziu a área de exploração da Matte Larangeira, o autor concluiu que esta empresa entrara numa espécie de *nova fase*. Corrêa Filho (1925 b, p. 86) acreditava numa “nova era aos herveas permeabilizando-os á penetração dos pequenos posseiros” e no fim do monopólio da Companhia. Para ele, a empresa teria compreendido “que já não poderia conter a evolução da industria hervateira nos mesmos moldes do monopólio em que se engrandecera” (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 95). O que Corrêa Filho não explicita é que a Companhia se beneficiou desta situação, já que os pequenos proprietários, não tendo como escoar a produção¹³⁸ a entregavam diretamente à empresa. Segundo Alves, os gaúchos acabaram, dessa forma, se transformando “numa reserva de mão-de-obra explorada com regularidade” (ALVES, 1984, p. 53). A Matte, que enfrentava grandes problemas com a evasão de trabalhadores de origem paraguaia, resolvera essa dificuldade, em parte, utilizando os braços dos pequenos proprietários.

Corrêa Filho defendia, também, a necessidade de mudar o sistema de arrecadação, realizado com o uso de taxas fixas. Essa questão, informa, teria sido resolvida numa Resolução do Governo Pedro Celestino¹³⁹ que introduziu taxa *ad valorem*. Ressaltava, ainda, que essa mesma resolução limitava a área em 1 milhão de hectares.

¹³⁸ Há fontes, inclusive, que afirmam que a Matte Larangeira “obrigava” os produtores a comercializarem diretamente com ela, usando de um método pouco convencional na decantada “liberdade de comércio”. Segundo depoimento de Martines (2000, p. 194), se *alguém* elaborasse erva e quisesse vender para outro, a Companhia “ia lá e pegava tudo e matava”.

¹³⁹ Resolução n.º. 911 de 7 de julho de 1924, revogada pela Lei n.º. 694 de 1927 do Governo de Mário Corrêa da Costa.

Corrêa Filho viu essa “nova fase” com certo otimismo. Acreditava que, após a redução da área arrendada à Companhia Matte Larangeira e a exploração dos ervais pelos pequenos proprietários, a região pudesse ser explorada pela livre-concorrência.

[...] o futuro contracto com a própria Empresa Matte, ou qualquer outro pretendente, deverá representar mais um avanço na evolução da indústria hervateira que, iniciada por meio de monopólio absoluto, tende progressivamente a parcelar-se, para acolher a actividade de novos concurrentes. (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 104-105)

De fato, as áreas que possuíam ervais foram disponibilizadas aos pequenos proprietários, mas, efetivamente, como já foi visto, era a Companhia que comprava toda a produção e a exportava. O monopólio ainda se mantinha, mas agora de forma mais velada. Ainda é preciso esclarecer que mesmo com a redução da área legal, a Companhia ainda possuía cerca de 2.115.905 hectares se somarmos a área arrendada (1.815.905 hectares) e as terras de sua propriedade, cerca de 300.000 hectares (GUILLEN, 1991, p. 78; CENTENO, 2000, p. 71).

É necessário observar, também, que o processo desejado por Corrêa Filho não se verificou na fronteira. A instalação dos posseiros enfrentou dificuldades, com a contestação realizada pela Companhia Matte às áreas ocupadas¹⁴⁰ e com financiamento aos pequenos proprietários. Na realidade, esses pequenos domínios se transformaram em médias e grandes propriedades.

Como foi observado, a maior parte de **À sombra dos ervais mato-grossenses** é dedicada à análise política, mas há, também, trechos acerca do trabalho nos ervais, que discorrem sobre a necessidade de trabalhadores especializados e sobre o regime de trabalho.

Corrêa Filho preocupa-se em relatar, ainda, o regime compulsório adotado na exploração da erva-mate e o denuncia por meio de citação de trechos de relatos de administradores espanhóis e viajantes que visitavam os ervais no Paraguai, nos séculos XVII e XVIII. Um deles, um “observador arguto”, o “geographo” Azara, teria dito no final do século XVIII:

El principal giro de estos vecinos es conchavar se, para los beneficios de la yerba, á los que empreenden estas faenas, las cuales son lucrativas en ciertos casos á los amos, y nunca á los peones, que trabajando

¹⁴⁰ A Companhia contestava os direitos de posse de 95 dos 200 requerimentos enviados ao governo estadual (MATO GROSSO, 1919, p. 78).

barbaramente ningún adelanto consiguen: porque pagarles la yerba que trabajan com generos, dan estos tan subidos de precio que aseguran todos que es un asombro. (AZARA, *apud* CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 12-13)

Cita, também, casos relatados pela literatura, como o de Rafael Barret, que teria denunciado a escravidão nos ervais do Paraguai, no início do século XX. Mas, numa passagem, Corrêa Filho observa que esse tipo de exploração do trabalho já estaria modificado, sem dar maiores detalhes: “veja-se a tocante descrição de Rafael Barret em Los que son lês yerbales. Hoje o regimen está um tanto modificado” (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 37). Parece que o autor não se interessou em denunciar o regime escravo adotado nos ervais, em sua época, fato que poderia comprometer juridicamente o Governo do qual era Secretário.

Entretanto, é preciso esclarecer que o regime de trabalho adotado nos ervais foi mantido mesmo após a década de 1930. Como já foi comentado anteriormente, o regime de trabalho adotado nos ervais era denominado regionalmente de *escravidão por dívidas*. Era uma espécie de contratação da força de trabalho– o *conchavo* – que consistia em “adiantar” o pagamento para o trabalhador, endividando-o antes mesmo de começar a trabalhar. Com o tempo, a dívida ia se avolumando descontroladamente, em virtude dos altos preços dos gêneros comercializados no local de trabalho, fornecidos pela própria empresa contratadora. Isso assegurava a manutenção da força de trabalho e tornava o trabalho obrigatório, já que o trabalhador nunca conseguia quitar a dívida. Na região fronteiriça, a contratação era realizada no Paraguai, local em que se encontrava grande número de trabalhadores ervateiros. Em pesquisa recente (CENTENO, 2000), foi constatado que o regime de dívidas se manteve porque o número de trabalhadores era escasso e por isso, buscado fora do País, isto é, no Paraguai. Não tendo como substituir esse trabalhador, era necessário assegurá-lo por esse tipo de regime de trabalho. Isso se manteve enquanto predominou a organização manufatureira do trabalho nos ervais de Mato Grosso. O trabalho manufatureiro adota a divisão do trabalho, subdividindo o processo segundo as suas operações constitutivas. Embora já conte com trabalhadores especializados, eles realizam operações complexas que exigem habilidade e o manejo de ferramentas, ao contrário de sua fase mais avançada, a maquinaria (CENTENO, 2000). No caso da fronteira, existiu uma singularidade: eram de nacionalidade paraguaia os trabalhadores que dominavam esse processo. Estes se tornaram extremamente importantes como força de

trabalho especializado na região e são sempre referenciados como herdeiros da “tradição” guarani.

O aproveitamento da força de trabalho guarani é antigo na exploração da erva-mate, encontrando-se registros nas Missões Jesuíticas. Lá, deduz-se que o trabalho ainda era artesanal. Assim como outras atividades do sistema capitalista de produção, o trabalho nos ervais passou por modificações que acabaram se refletindo no domínio que esse trabalhador tinha do processo. A primeira dessas modificações foi a fragmentação desse conhecimento com a implementação da divisão do trabalho, dando origem às manufaturas. Contudo, mesmo com a adoção da divisão do trabalho a especialidade se manteve. No caso da atividade ervateira da fronteira, os trabalhadores especializados eram de nacionalidade paraguaia.

Memorialistas aqui discutidos e até mesmo viajantes que passaram por Mato Grosso, nas décadas de 1920 e 1930, registraram a violência contra os trabalhadores dos ervais, contribuindo para comprovar que esse regime ainda se manteve por algumas décadas (CENTENO, 2000, p. 151-152).

A obra **Ervais do Brasil e ervateiros**, escrita em 1957, mantém, em grande parte, as idéias do autor, mas ampliadas com comentários sobre a produção ervateira no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, lugares identificados com a “geografia do mate” (1957, p. 9).

A obra, um dos volumes da série *Documentário da Vida Rural*, foi encomendada pelo Serviço de Informação Agrícola que, em convênio com o Instituto Nacional do Mate, objetivava oferecer “um valioso subsídio ao estudo do mate no Brasil” (VIEIRA, 1957, p. VIII).

Corrêa Filho analisa as origens da exploração ervateira, mostrando erudição e conhecimento ao citar autores que trataram da erva-mate, inclusive sob a forma de poemas, tanto no período colonial como no passado recente da produção. Todavia, diferentemente do trabalho anterior em que o autor tratava de problemas conjunturais, as polêmicas já estão amainadas e seu objetivo, neste estudo, é o de enriquecer as informações sobre a atividade. Corrêa Filho faz um estudo sobre as formas de produção e sobre as suas “conseqüências sociológicas”. Estas são entendidas como as formas de socialização ocasionadas pela

disseminação do uso do mate, “admirável polarizador de estímulos sociológicos, causadores de peculiaridades da vida regional”.

Adaptado a todas as condições sociais, tanto o mate anima o convívio dos que dispõem de abundante haveres, como alegra os menos providos de recursos. Enquanto os primeiros se utilizam de cabaças decorativas, cintadas de prata e não raro de ouro, acompanhadas de bombilhas de igual estilo, aos outros bastará uma cuia comum, e o canudo de metal mais barato (...) na casa do rico, porém, como igualmente nos galpões, o mate irmana os circunstantes como se filiassem à mesma família. (CORRÊA FILHO, 1957, p. 79)

Ressalta as peculiaridades do mate, abordando as características culturais das rodas de chimarrão, das rodas dos repentistas, do churrasco e até mesmo da “filosofia de vida”, citando para exemplificá-la versos do folclore paranaense.

Peço pouco nesta vida
P’ra minha felicidade,
Uma cabrocha destorcida,
Uma viola bem sentida
Facão, mate e liberdade. (CORRÊA FILHO, 1957, p. 81)

Considera importante o costume de tomar mate que, por ser coletivo, envolve “solidariedade”, diferentemente do costume de tomar café que é uma bebida tomada isoladamente.

Mais do que seu consumo, por bebedores isolados, porém, sobreleva a ação eficaz agente de sociabilidade, que não somente promove a aproximação entre si até de desconhecidos, como ainda reforça a amizade dos que se deliciam ao ‘matear’ em companhia amistosa, utilizando a mesma cuia e bomba comum. Não admira que facilite a reconciliação dos desavinhos (sic) por motivos somenos, nem que participe, como fator agremiativo, nos lances mais festivos da vida familiar. Inspiradores de afeições, centenas de noivados deram-lhe não pequeno quinhão de incentivo inicial e intensificação ulterior. Mais insinuante do que a praticada nas regiões cafeeiras, onde ao visitante não falta a bebida afamada, a hospedagem proporcionada pelo mate adquire feições afetuosas. Acordes com o temperamento reservado dos seus proprietários, as casas acostumadas ao uso do café, servem-no em xícaras individuais, não admitem maior cerimônia nas aproximações. Ainda que sejam oferecidas a pessoas estranhas, não importa. A água se encarregará, em lavagem ulterior, de apagar quaisquer vestígios nocivos. Com o mate, porém, a bombilha passa de boca em boca, evidenciando intimidade. (CORRÊA FILHO, 1957, p. 82)

A obra é rica em fontes e informações sobre a produção da erva-mate no país, mas em relação à anterior, no que diz respeito à suas posições sobre a fronteira, não traz novidades.

Conforme foi demonstrado ao longo da descrição, em suas obras de caráter mais geral Corrêa Filho ignora a história da fronteira em seu período mais recente de desenvolvimento, isto é, no período em que foi colonizada. Isso não acontece somente com a fronteira, mas também com o sul de Mato Grosso.

Corrêa Filho é o historiador das raízes cuiabanas, não por acaso suas raízes. Isso não significa que o autor tenha desconhecimento acerca do sul do estado ou que não o tenha estudado, sobretudo em algumas obras monográficas. Significa que procurou reservar grande parte de suas análises ao período colonial e imperial, época em que o norte e Cuiabá tiveram primazia política e econômica.

Nas obras que versam sobre a erva-mate, a fronteira aparece como pano de fundo e as questões que mais o preocupam são as de natureza política. Não se encontra na obra de Corrêa Filho uma reflexão sobre a fronteira com vistas ao seu desenvolvimento. Quando trata dos posseiros, por exemplo, o apoio a esses pequenos proprietários era motivado, sobretudo, por suas diferenças políticas em relação à Matte Larangeira. Quando incorpora algumas idéias nacionalistas, como os ataques à dominação estrangeira ou aos latifúndios, é preciso ressaltar que elas são formas de combate à Companhia Matte Larangeira. Sua proposta para a fronteira é muito simplista: tão somente a eliminação do monopólio da Matte, daí a inexistência de elaborações outras sobre a região, tanto no que se refere à economia como à cultura, à educação ou à ocupação.

Corrêa Filho é o ideólogo dos comerciantes e, nesse sentido, aflora o regionalismo contido nos seus escritos. Suas posições e suas teses expressam os interesses dessa fração de classe. As disputas políticas, entretanto, não são anunciadas claramente, como já foi comentado, sobretudo nas obras de caráter mais geral. A intenção do autor, nessas obras, é a de projetar Mato Grosso e ressaltar suas potencialidades. Mas, assim como o nacionalismo, o regionalismo é multifacetado e apresenta várias formas de incorporação de idéias, havendo necessidade de deslindá-las. O regionalismo de Corrêa Filho, por exemplo, não pode ser identificado com separatismo, como o que ocorreu no sul de Mato Grosso. O regionalismo de Corrêa Filho tem origens em Cuiabá e se expressa na luta do capital comercial contra o capital financeiro. Ele foi o intelectual orgânico da burguesia comercial mato-grossense e, por isso, suas idéias deixam transparecer os interesses e necessidades dessa fração de classe social.

Sintetizando, verifica-se que, de um modo geral, Virgílio Corrêa Filho reduz a história de Mato Grosso à de Cuiabá. Nas obras de caráter mais geral, ele não se debruçou sobre a fronteira com o Paraguai no período em que ocorreu a ocupação dessa região. A preocupação do autor acerca da fronteira restringiu-se à definição de seus limites geográficos, daí centralizar-se sobre a época colonial e, em menor escala, sobre o período imperial.

Em trabalhos de caráter temático, como os relacionados à erva-mate, a fronteira aparece como pano de fundo. Sua preocupação com esta região advém de suas opções políticas, associadas aos interesses da burguesia comercial mato-grossense, que visavam à eliminação do monopólio exercido pela Companhia Mate Larangeira. Se existe um projeto para a fronteira, em sua obra, ele se resume à extinção desse monopólio.

6.2. A EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA DISSOLVIDA SOB A FORMA DE NÚMEROS

Naquelas partes de seus trabalhos em que discutem a educação, percebe-se que a concepção de Corrêa Filho é restrita, isto é, a educação é entendida como instrução. Há uma obra em que ele trata exclusivamente da instrução, intitulada **Questões de ensino** (1925 c), volume I da série *Monographias Cuiabanas*. Nela são condensados dados sobre o ensino em Mato Grosso, desde o período colonial até o ano de 1924, época em que Corrêa Filho era Secretário de Estado de Pedro Celestino. Encontram-se informações sobre escolas, professores, métodos utilizados, disciplinas, regulamentos de ensino, decretos, dentre outras. O autor não expõe os objetivos do volume dedicado à instrução, mas explica suas intenções acerca da série. O trecho, um pouco longo, é necessário, pois confirma a idéia, anteriormente apontada, de que o autor estava preso às raízes cuiabanas.

O agressivo do título desta série de monographias, restrictamente bairrista na aparência, justifica-se pela finalidade.

Mais do que nenhum outro estado brasileiro, Matto-Grosso atravessa na actualidade aguda phase de transformação, que lhe poderá alterar de todo os traços do seu organismo social.

Outrora, desenvolveu-lhe a evolução em ambiente diverso, segregado do resto do Brasil, como succederia a uma colônia remota [...]

Povoaram-no de começo, os bandeirantes, em maioria paulistas; mas, em breve, do connubio daquelles tipos dispares, de varia procedencia, que a ambição do ouro ajuntava, gerou-se a nova estirpe dos CUIABANOS, que invadiu a historia.

Foram elles os obreiros maximos do desenvolvimento da Capitania, que por toda a parte recebia o influxo do seu esforço [...]

Nas chronicas setecentistas, sera duvidoso, ler-se o epíteto de MATTOGROSSENSES, applicado aos habitantes da Capitania apellidos, em geral, de CUIABANOS, costume conservado pela tradição popular entre os sertanejos de Goyas, Minas e S. Paulo, que os trataram de perto, e nobilitado pelo endosso de Affonso Arinos, em um de seus primorosos contos.

O título genérico da serie adopta esta accepção, consoante a qual designará o termo CUIABANO, mais do que o natural de Cuiabá, o factor preponderante na evolução de Matto Grosso, embora de origem diversa, mas adstricto a mesma orientação [...] simples achegos para a história local, estas monographias levam em mira apenas registrar a maneira pela qual se expandiu a acção cuiabana, em suas varias modalidades, antes que a via férrea e outros agentes de menor tomo viessem abrir a nova phase de desenvolvimento de Matto Grosso. (CORRÊA FILHO, 1925 c, p. 7)

Quanto ao período que interessa ao presente trabalho, as informações sobre a instrução se resumem a, apenas, uma tabela que registra o número de matrículas efetuadas nas escolas primárias estaduais, no ano de 1923. Contudo, todos os municípios fronteiriços, com exceção de Bela Vista, não encaminharam para a Diretoria Geral da Instrução, naquele ano, os dados referente às matrículas nas escolas isoladas (CORRÊA FILHO, 1925 c , p. 89).

TABELA 1 – MATRÍCULA NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS ESTADUAIS DE MATO GROSSO - 1923

Municípios	Escolas Isoladas			Grupos Escolares (1)			Total
	Masc	Fem	Sub-Total	Masc	Fem	Sub-Total	
Cuiabá	594	449	1.043	377	484	861	1.904
Corumbá	160	255	415				415
Poconé	116	59	175				175
Rosario Oeste	244	100	344	129	91	220	564
Santo Antonio do Rio Abaixo	274	138	412				412
Coxim	-	-	-				
Aquidauana	109	64	173				173
Miranda	-	-	-				
Santo Antonio do Rio Madeira	-	-	-				
Registro do Araguaya	148	201	349				349
Campo Grande	-	-	-	200	211	411	411
Ponta Porã	-	-	-				
Livramento	101	66	167				167
Três Lagoas	-	-	-	115	86	201	201
Nioac	-	-	-				
Bella Vista	31	30	61				61
Porto Murtinho	-	-	-				
S. Luiz de Cáceres	21	21	42	111	86	197	308
Matto Grosso	49	36	85				85
Sant'Anna do Parahyba	-	-	-				
Total	2.292	1.538	3.906	932	958	1.890	5.796

(1) Até o ano de 1924 havia somente 5 grupos escolares em Mato Grosso nas cidades de Cuiabá, Campo Grande, Rosário Oeste, Três Lagoas e Cáceres. O Grupo Escolar Mendes Gonçalves, na cidade de Ponta Porã, foi inaugurado somente em 1925.

Fonte: Corrêa, 1925c, p. 89.

Não dispondo de todos os dados para a totalização do número de matrículas, o autor trabalhou com dados estimados. Segundo ele, nas 34 escolas que não remeteram às estatísticas, deveria haver uma média de 25 alunos, totalizando 850 matrículas, que, somadas ao número oficial de 5.796, totalizaria 6.646 matrículas. Alegando ainda ser desconhecida “a matrícula exacta” das escolas particulares, afirmou que seu número poderia se elevar, “seguramente”, para “mais de 8.000 crianças”. (CORRÊA FILHO, 1925 c, p. 90). Contudo, esses números eram incompletos, já que o autor não arrolou as estatísticas das escolas públicas municipais. Para o caso da fronteira, essa é uma limitação

comprometedora, pois sabemos que a participação da municipalidade na educação escolar foi mais acentuada, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, como afirma Serejo:

As escolas existentes ao longo da fronteira (difícil recordar a localização), todas elas eram ‘particulares’, recebendo, porém, ajuda da municipalidade, o que é justiça salientar. Não se pode desprezar a preciosa ajuda de fazendeiros, comerciantes, ervateiros, bolicheiros, agricultores e... até mascates que muito contribuíram para manutenção da maioria dessas escolas.

Na época longeva padecia, em matéria de educação, o governo estadual, tão rara era a sua colaboração, mormente, na pouca povoada região fronteiriça. (SEREJO,1999)

Isto também foi diagnosticado ainda em 1923, quando o Presidente do Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa (MATO GROSSO, 1923, p. 35) apontava que os municípios de Bela Vista e Ponta Porã reivindicavam a construção de grupos escolares para atender à população. Reconhecia a necessidade de implantação desses institutos, mas, no momento, não dispunha de recursos para atender a tais reivindicações. Não sendo possível atender imediatamente ao pedido, sugeria que fosse aumentado o número de escolas isoladas. No caso de Ponta Porã, o problema da instalação de um grupo escolar foi resolvido dois anos depois pela Companhia Matte Larangeira, que construiu, em 1925, o Grupo Escolar Mendes Gonçalves e o doou ao Estado¹⁴¹. Ainda segundo Pedro Celestino, em 1923 haveria 15 escolas isoladas estaduais na região da fronteira sul: 5 em Ponta Porã, 4 em Bela Vista, 3 em Porto Murtinho, 3 em Nioac (MATO GROSSO, 1923, p. 37).

Sobre a educação na fronteira, de maneira geral, não há nenhuma discussão significativa. Na obra de caráter geral **Mato Grosso** (1939), há um capítulo reservado à Instrução (1939, p.184) em que a fronteira aparece somente sob a forma de números, no interior de tabelas referentes às estatísticas do Estado de Mato Grosso de 1933. São referidas as quantidades de estabelecimentos escolares e de matrículas, por município.

¹⁴¹ “Em telegrama dirigido ao presidente do Estado, Pedro Celestino, o capitão Heitor Mendes Gonçalves, administrador da empresa, comunicava que havia iniciado “construção prédio destinado Grupo Escolar Ponta Porã de acordo com regulamento escolar e com capacidade para sessenta alunos”. (GONÇALVES, 192-, *apud* CENTENO, 2000, p. 60)

TABELA 2 – MATO GROSSO: RESUMO DE ESTATÍSTICAS ESCOLARES DO ANO DE 1933

Município	Estabelecimentos Escolares			Matrícula Geral	Matrícula efetiva	Frequência Média
	Escolas Isoladas	Escolas Reunidas	Grupos escolares			
Alto Araguaia	17			632	597	592
Alto Madeira	1			26	26	22
Aquidauana	8		1	864	720	582
Araguaiana	5			329	305	249
Bela Vista (1)	7			263	263	298
Cáceres	7		1	579	509	318
Campo Grande	23		1	2.692	2.026	1.823
Corumbá	31		1	2.690	2.264	1.901
Cuiabá	66	1	2	4.998	4.214	3.746
Diamantino	6			205	177	136
Dourados (2)						
Entre Rios	6			203	202	159
Guajará Mirim	11	1		567	567	356
Herculanea	6			241	241	219
Lajeado (2)						
Livramento	8	1		403	335	260
Maracaju (1)	5			201	201	124
Mato Grosso	3			152	152	
Miranda	5	1		424	452	91
Nioaque (1)	5			201	413	360
Paranaíba	6	1		262	184	162
Poconé	8		1	469	262	211
Ponta Porã (1)	16		1	907	445	390
Porto Murtinho (1)	5			198	815	666
Poxoreu (2)					198	182
Rosário Oeste	17		1	703	672	455
Santo Antonio	21		1	1.212	1.192	943
Três Lagoas	16		1	1.081	994	710
TOTAL	309	5	11	20.496	17.974	14.955

(1) Municípios fronteiriços.

(2) Dourados, Lajeado e Poxoreu, segundo Corrêa Filho, eram municípios criados há pouco tempo e os dados estavam distribuídos nos municípios dos quais faziam parte.

Fonte: CORRÊA FILHO, 1939, p.189.

Ao comparar os dados dessa tabela com os dados apontados por Pedro Celestino, em 1923, sobre o número de escolas isoladas na fronteira, verifica-se que, a partir deste ano, houve uma maior participação do Governo do Estado na manutenção dessas escolas. Só em Ponta Porã, por exemplo, de 5 escolas isoladas, em 1923 (MATO GROSSO, 1923, p. 37) esse número passou para 16 em 1933. De fato, pode-se verificar, não somente na

fronteira, como em todo o Estado de Mato Grosso, o maior desenvolvimento das escolas isoladas em comparação aos grupos escolares¹⁴².

As análises mais significativas da referida obra, que reúnem informações sobre métodos, prédios escolares, professores, dentre outros assuntos ligados ao ensino, têm Cuiabá como parâmetro.

Em **História de Mato Grosso** (1969) não há nenhum capítulo ou item que discuta a educação. Há referências somente ao Subsídio Literário, imposto arrecadado para pagamento dos mestres no período colonial (CORRÊA FILHO, 1969, p. 674), e algumas informações esparsas nos itens em que o autor discute a *vida religiosa* em Mato Grosso (CORRÊA FILHO, 1969, p. 666). Acerca deste assunto são descritas realizações de religiosos salesianos, que criaram colégios em Cuiabá, Corumbá e Campo Grande (CORRÊA FILHO, 1969, p. 660, p.666). Ainda nessa obra, são feitas menções à instrução da mulher pertencente às camadas médias que, no final do século XIX, ingressava na escola normal de Cuiabá (CORRÊA FILHO, 1969, p. 651-652).

Nos trabalhos temáticos acerca da erva-mate, há comentários esparsos sobre o conhecimento que era necessário para a elaboração da erva-mate, dominado e transmitido pelos índios guaranis (CORRÊA FILHO, 1957, p. 14). O autor destaca, também, a importância da força de trabalho paraguaia nos ervais de Mato Grosso, trabalho especializado que sempre fora realizado na fronteira por essa população: “sem o braço guarany, seria impossível a exploração dos herveas” (CORREA FILHO, 1925 b, p. 11).

É importante esclarecer que a necessidade de trabalho especializado, vinda do Paraguai, é ressaltada por toda a historiografia, mas nem sempre há um entendimento adequado do que representaria a organização de trabalho adotada nos ervais, determinante da especialização referida, já tratada neste capítulo. Esse é o caso de Corrêa Filho.

Como foi verificado, não há análises densas sobre a educação em Corrêa Filho. De fato, este autor, como foi dito anteriormente, tem uma concepção de educação mais restrita à instrução e sua análise recai mais para a área administrativa, burocrática, mesmo na obra

¹⁴² Os grupos escolares foram criados no primeiro Governo de Pedro Celestino, em 1910, na cidade de Cuiabá. No Governo Costa Marques (1911-1915), os grupos escolares se disseminaram por outras cidades como Cáceres, Rosário Oeste, Poconé, Corumbá e Campo Grande. Porém, nem todos funcionaram à época de sua criação. É o caso dos Grupos Escolares Joaquim Murinho, em Campo Grande e Luiz de Albuquerque, em Corumbá, ambos criados em 1912, começaram a funcionar somente em 1922 e 1924, respectivamente (ALVES; CORRÊA, 1978, p.2).

em que trata exclusivamente da educação. Retoma-se Alves, em sua análise sobre um conjunto de obras dos *historiadores diletantes* que reforça as afirmações aqui expostas.

Os historiadores diletantes que escreveram sobre a educação mato-grossense nivelaram as suas interpretações às de suas fontes. Nas suas obras, ocorre a sistemática repetição dos registros dos cronistas, do texto legal e do discurso extraído das mensagens governamentais, o que acaba reiterando os resultados das elaborações antecedentes com o acréscimo de um conjunto de novas notícias sobre o momento mais recente. (ALVES, 2003, p. 39)

Concluindo, a educação na fronteira não poderia aparecer de outra maneira nas obras de Virgílio Corrêa Filho, estudioso que se resume a uma abordagem descritiva, privilegiando exclusivamente os aspectos administrativos. A educação na fronteira, de fato, não se revela por meio de seus registros, pois se encontra dissolvida sob a forma de números incompletos e parciais.

CAPÍTULO 7

PEDRO ÂNGELO DA ROSA: REGISTROS DE DATAS, FATOS E PERSONAGENS FRONTEIRIÇOS

Não há nenhum trabalho que trate da biografia de Rosa e as poucas informações obtidas foram retiradas do segundo livro, no qual ele tece considerações sobre parentes e acerca de atividades que exerceu em Ponta Porã.

Pedro Ângelo da Rosa era neto de João Antônio da Trindade, veterano da Guerra do Paraguai, “um dos heróis da Retirada da Laguna” (ROSA, 1962, p. 3). Em 1892, a família Trindade migrou do Rio de Janeiro para a região de Ponta Porã. Segundo Rosa, seu avô foi o “primeiro morador que definitivamente se estabeleceu no local” (ROSA, 1962, p. 81)¹⁴³ e, para Reis, (1981, p. 154) foi “grande fazendeiro”. Trindade foi também Juiz de Paz e “o homem mais culto do lugar, cabendo-lhe importante papel na formação política e social do núcleo que começava a formar-se” (ROSA, 1962, P.32). O avô do autor foi, ainda, colaborador do primeiro jornal da cidade, o periódico quinzenal **Ponta Porã**, de 1914, impresso em Concepción, Paraguai¹⁴⁴.

Reis (1981, p. 148) reúne as seguintes informações sobre Rosa:

Pedro Ângelo da Rosa era, desde moço, caladão. Dono de um cartório, vivia enfurnado com seus livros, tanto do cartório, como de leitura. Era autodidata, já que cursos, naqueles tempos, em Ponta Porã, não havia. Foi como autodidata que esse pontaporanense adquiriu razoável instrução e se fez até escritor (REIS, 1981, p. 148).

Possivelmente Rosa nasceu em Ponta Porã e, pelos registros deixados em sua obra, é possível verificar que foi muito atuante naquela localidade. Algumas de suas atividades foram elencadas na obra em referência, como a participação na fundação do primeiro clube de futebol de Ponta Porã, o Ipiranga Futebol Clube, e do Grêmio Dramático Artur Azevedo, ambos no ano de 1918 (ROSA, 1962, p. 54). Alistou-se, a partir de 1921, no Partido Republicano Conservador, segundo ele, “já caído em Mato Grosso” (ROSA, 1962, p. 3). Atuou na área do jornalismo, iniciando, em 1920, com a fundação de *Bigorna* “[...] pequeno jornal humorístico e literário [...]”, o primeiro impresso em Ponta Porã (ROSA,

¹⁴³ Reis (1981, p. 21-22) chega a afirmar que Trindade foi o fundador da cidade.

¹⁴⁴ “A impressão do jornal se tornava muito dispendiosa, e durante quatro meses de existência, apenas vieram à luz quatro números, dadas as dificuldades de comunicação com a empresa editora, distante 60 léguas de Ponta Porã.” (ROSA, 1962, p. 52)

1962, p. 52). Ainda dirigiu o jornal *O Progresso*, na “última fase desse periódico” (ROSA, 1962, p. 53).

7. 1 A FRONTEIRA COMO PALCO DRAMÁTICO DE EVENTOS POLÍTICOS

Pedro Ângelo da Rosa escreveu dois trabalhos sobre a fronteira. O primeiro, intitulado **Anais ponta-poranenses**¹⁴⁵ e publicado em 1932, foi base, segundo o autor, para escrever o segundo, denominado **Resenha histórica de Mato Grosso: fronteira com o Paraguai** (ROSA, 1962, p. 3). Como decorrência, a análise focaliza este último.

Essa obra trata da história na fronteira com o Paraguai, sobretudo na cidade de Ponta Porã, desde as primeiras ocupações oficiais colonizadoras, como a fundação da colônia militar do Iguatemi¹⁴⁶ (ROSA, 1962, p. 7). São também registrados marcos históricos vivenciados na fronteira, a descrição de acontecimentos relevantes da Guerra com o Paraguai (1864-1870)¹⁴⁷, a ocupação das terras pela Companhia Matte Larangeira, os primeiros habitantes, a formação de Ponta Porã, as disputas entre coronéis, os conflitos militares e a extinção do Território Federal de Ponta Porã¹⁴⁸. Os acontecimentos políticos predominam em sua obra.

Sobre a Guerra, o autor tece considerações retiradas de obras de Taunay, acrescentando-lhes informações que “ouviu desde menino” em companhia de seu avô (ROSA, 1962, p. 3). É possível perceber, também, que o autor colheu depoimentos de outros participantes da Guerra, como o do coronel Gaona¹⁴⁹, numa passagem em que comenta o final deste conflito, em 1870, quando López foi morto: “Nas margens do rio Amambaí, Lopez esteve acampado durante trinta dias, e segundo depoimento do coronel Gaona, que ouvimos, e que fazia parte daquela tropa, a mesma se compunha de 5.000

¹⁴⁵ Segundo Reis (1981, p. 23), esta obra é rara e nem mesmo ele encontrou exemplar da mesma.

¹⁴⁶ A Colônia Militar do Iguatemi foi construída em 1766 na administração de D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, Capitão general de São Paulo, e destruída pelos espanhóis em 1777.

¹⁴⁷ Acerca da Guerra há três episódios por ele comentados: a Retirada da Laguna, Os momentos finais de López e sua passagem por Ponta Porã e sobre o “Destino”, local onde foram deixadas mulheres prisioneiras de Guerra.

¹⁴⁸ O Território Federal de Ponta Porã foi criado pelo Decreto Lei nº. 5.812 de 13 de setembro de 1943 e extinto pela Constituição Federal de 1946. Era composta pelos seguintes municípios: Ponta Porã (capital), Bela Vista, Nioaque, Maracajú, Dourados, Miranda e Porto Murtinho.

¹⁴⁹ Provavelmente Rosa refere-se a Juan Bautista Gaona, Presidente do Paraguai em 1904.

pessoas, entre as quais se contavam 2.000 soldados” (ROSA, 1962, p. 18). Rosa utilizou tanto fontes escritas quanto orais, embora as últimas pareçam predominar em suas análises:

No decorrer de vários anos, procurei pessoas idôneas, velhos moradores no estado, e que tomaram parte, muitas delas, nos acontecimentos aqui relatados, as quais me prestaram seus valiosos depoimentos.

Consultei também algumas obras que versam sobre a história de Mato Grosso, e particularmente desta região fronteiriça (ROSA, 1962, p. 4).

Apesar de ter ingressado nos movimentos políticos do Estado, o autor confessa que ao abordar a história teve a precaução de não tomar partido por nenhuma posição, tentando manter a “neutralidade”, o que revela aproximação com o positivismo, mesmo que não consciente.

A partir de 1921, época em que me alistei nas fileiras do Partido Republicano Conservador, já caído em Mato Grosso, passei a tomar parte nos acontecimentos políticos do Estado, hipotecando minhas simpatias a vários movimentos que agitaram o País, e tiveram repercussão em nosso ambiente.

Porém, ao relatar os fatos, no desenrolar do agitado drama da história política desta fronteira, procurei somente a verdade, observando estrita imparcialidade, fazendo justiça aos seus protagonistas, sem idéias preconcebidas e sem as veleidades do favoritismo (ROSA, 1962, p. 5).

A imparcialidade aventada pelo autor é fruto de sua visão da História, conforme faz questão de frisar: “A História é como um grande palco, onde se apresentam os fatos e aparecem seus atores, que falam por si mesmos, conforme os papéis que desempenharam” (ROSA, 1962, p. 5). Embora seja impossível interpretar a história sem interferência do autor, percebe-se, no decorrer da obra, que o autor é contido ao expor os conflitos e disputas travadas na política regional ou nacional, o que não o impede de, nas entrelinhas, tomar posição ou revelar preferência quando analisa alguns eventos políticos que envolveram a população da fronteira.

Um exemplo disso é sua análise sobre a Companhia Matte Larangeira. O autor afirma ser incontestável a importância dessa empresa, pois contribuiu para o desenvolvimento do sul. Contudo, o monopólio teria gerado um entrave ao povoamento da região.

[...] Foi ela [Matte] uma poderosa fonte de recursos, que de muito serviu a muitos que a procuravam. Mas, a sua zona de arrendamento,(sic) ultrapassava de muito, (sic) a área que devia ocupar; constituía naqueles tempos um vasto monopólio, abrangendo os limites do atual município de

Ponta Porã, até as margens do rio Paraná. Sua longa ocupação muito entrouvrou o povoamento do sul de Mato Grosso (ROSA, 1962, p. 26-27).

Outro exemplo é sua posição favorável à manutenção do Território Federal de Ponta Porã, extinto em 1946 pela Constituição Federal. Comenta, com muito entusiasmo, as realizações empreendidas no período em que a fronteira esteve sob administração federal. Parece que Rosa se aproximou do movimento instaurado para reivindicar a revogação da extinção do território.

Veio, porém, o golpe fatal, desferido pelo artigo 8º. Das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946, que extinguiu os territórios de Iguassú (sic) e Ponta Porã. Os deputados votaram pela extinção do território sem conhecê-lo (sic). Somente (sic) os representantes do Partido Comunista, que àquele tempo estavam na Câmara, se debateram pela sua continuação. As obras foram paralisadas, e o vultoso material existente, que foi relacionado e amontoado às pressas, perdeu-se pelo estrago, sendo em grande parte extraviado. [...] Fundou-se a Liga Pró Restauração do território, sendo enviado à Capital da República o dr. João Portela Freire, que muito trabalhou junto aos representantes da Câmara, a fim de serem atendidas as suas reivindicações, porém (sic), nada mais foi conseguido, e o caso ficou definitivamente encerrado (ROSA, 1962, p. 88).

Rosa descreve não só as realizações empreendidas pelo governo federal no Território, mas, também, a satisfação da população que via a região progredir economicamente com a movimentação de migrantes que afluíam diariamente. Esse *progresso*, segundo ele, interferia até mesmo na cidade de Campo Grande, que não fazia parte do Território Federal (ROSA, 1962, p. 86-87).

O autor refere-se, também, a vários conflitos e movimentos ocorridos no sul de Mato Grosso, como a Revolta de 1922¹⁵⁰, o movimento liderado por Izidoro Dias Lopez em 1924, a marcha da Coluna Prestes, analisando suas manifestações em Mato Grosso. Acerca desses movimentos não se manifesta abertamente, apenas os descreve de maneira breve.

A obra de Rosa é, basicamente, um condensado de fatos, de registros de acontecimentos históricos, sobretudo político-administrativos, passados em Ponta Porã. É importante fonte de dados empíricos que privilegia o campo da história factual. O autor é um dos “pioneiros” na busca de registros em fontes orais e nas obras consagradas da historiografia regional, visando à elaboração de uma interpretação sobre a história da fronteira sul de Mato Grosso.

¹⁵⁰ Revolta do Forte de Copacabana, que se refletiu no estado.

7. 2 A EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA REDUZIDA À CRIAÇÃO DE ESCOLAS

A obra de Pedro Ângelo da Rosa descreve eventos políticos ocorridos na fronteira, mas não contém análises interpretativas mais elaboradas. Sobre a educação encontram-se somente duas referências.

Uma delas pode ser encontrada nas informações levantadas pelo autor sobre a fundação do distrito de Ponta Porã, mencionando a criação da primeira escola na fronteira, em 1911.

Em virtude da Lei estadual n. 294, de 11 de abril de 1901, foi criada a primeira Escola Mixta de Ponta Porã, e nomeado professor o sr. Júlio Alfredo Mangini, velho português residente no lugar, e com seus direitos já adquiridos de cidadão brasileiro, pela grande naturalização concedida pela República de 1889.

Ponta Porã passou assim alguns anos, evoluindo lentamente, como sede de um simples distrito de Paz e tendo uma escola, que era então a única desta faixa fronteiriça (ROSA, 1962, p. 34).

A outra referência à educação encontra-se na descrição das realizações dos governos que geriram o Território Federal. Na administração do “*eficiente*” Cel. Ramiro Noronha foi criada uma escola normal, uma biblioteca pública e vários cursos noturnos na região. Segundo ele, existiam no Território quatro inspetorias escolares com professores contratados no Estado de São Paulo e uma escola de música e canto orfeônico em Ponta Porã (ROSA, 1962, p.88-87). À época foram criadas muitas escolas “providas de instalação moderna” e distribuição de material didático aos alunos pobres (ROSA, 1962, p. 87). Elogia, por fim, o último Governador Dr. Albuquerque que, em sua opinião, “cuidou com especial carinho, do saneamento, serviços de assistência médica e da instrução”, mas não entra em detalhes sobre números ou empreendimentos (ROSA, 1962, p. 87).

Na verdade, seu principal foco é de natureza política, isto é, intenta colocar em cena os *dramas* imanentes aos eventos políticos e não, propriamente, analisar com objetividade as condições históricas da fronteira. Por isso, também, deixou de se debruçar mais extensamente sobre a educação, tema que só aflora, de forma aligeirada, quando menciona os aspectos político-administrativos da gestão do Estado na fronteira.

CAPÍTULO 8

JOÃO BATISTA DE SOUZA: MISCELÂNEA SOBRE A FRONTEIRA

Não foram encontradas informações biográficas sistematizadas sobre Souza, a não ser algumas referências esparsas, em sua obra, e uma pequena anotação de Elpídio Reis afirmando que o autor era advogado e chegou a Ponta Porã com “certa idade” (1981, p. 150). Todas as informações descritas a seguir foram encontradas em sua obra.

Souza foi promotor público e vice-intendente do município de Coxim em 1913 (SOUZA, 1960?, p.118). Morando nesta região, comprou terras em Rio Verde (SOUZA, 1960?, p. 139). Produziu alguns “folhetos” e colaborou na “Revista de crítica judicial sob a direção do imortal Dr. Nilo de Vasconcelos”, do Rio de Janeiro (SOUZA, 1960?, p. 169). Publicou na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em jornais do Estado e na Gazeta de Notícias do Rio (SOUZA, 1960?, p. 169). Escreveu, ainda, os livros **Mato Grosso, terra da promessa** (1953), **Amambaí, a sua etimologia e a sua pronuncia ante o Tupy-Guarani** (195-) e **Evolução histórica sul de Mato Grosso**, obra publicada em duas edições: a primeira no ano de 1949 e uma segunda edição ampliada, provavelmente publicada em 1960¹⁵¹. Nas palavras de Souza, a primeira edição deveria ter recebido o título de *Evolução histórica do Território Federal de Ponta Porã*, mas, extinto este em 1946, o autor considerou a designação superada, deu-lhe novo título e, para melhor ajustar o conteúdo, acrescentou informações sobre outros municípios do sul que não pertenceram ao Território (SOUZA, 1949, p. 199). Segundo o autor, a segunda edição foi publicada para corrigir erros de revisão da primeira (SOUZA, 1960?, p. 19). De fato, em essência, os conteúdos não foram modificados, mas houve acréscimos de muitas informações e, por esse motivo, a análise recai sobre a segunda edição.

¹⁵¹ Ano assinalado após a folha de rosto, onde o autor discute o “Motivo desta segunda edição”.

8.1 A FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE COMO ESPAÇO IMPRECISO E AMBÍGUO

Centra-se sobre a fronteira o livro significativamente denominado **Evolução histórica sul de Mato Grosso**. Para o autor, seu objetivo não foi “escrever obra completa”. Esse encargo, dizia, “cabera a outro mais competente” (SOUZA, 1960 ?, p. 9). Resolveu, então, escrever um “pequeno trabalho”, como justificou, em memória de seu filho, falecido em 1945.

À 27 de Outubro de 1945, perdi um filho, Eurístenes de Albuquerque e Souza, que, com 19 anos de idade, cursava a quarta série do curso ginásial.

Era perda sem cura cuja dor que nos varou a alma, só eu e sua mãe podíamos avaliá-la [...] lembrei-me, depois, de escrever um pequeno trabalho em sua memória, embora para isto me faltasse competência. E tomando como tema a história do Sul do Estado, em que ele nasceu [sic], sobre a qual ainda não havia um trabalho, a primeira parte de Matto Grosso perlustrado pelo homem civilizado dei mão a obra. (SOUZA, 1960?, p. 19)

Embora o autor evidencie a necessidade de se confortar pela morte de seu filho buscando refúgio na literatura, é possível perceber nesse discurso, também, a necessidade de escrever a “história do Sul do Estado”, isto é, da “primeira parte de Matto Grosso perlustrado pelo homem civilizado” (SOUZA, 1960?, p. 19), em razão de não haver trabalho que se dedicasse à temática. De fato, não havia, em 1945, qualquer trabalho de caráter geral que tratasse especificamente da história do sul de Mato Grosso. Aqueles intelectuais que, até então, haviam estudado e escrito sobre a história de Mato Grosso não colocavam a necessidade de pensar o sul do Estado de maneira isolada ou “diferente” do norte¹⁵².

A obra em referência tem como tema, segundo o autor, “a história do sul do Estado” (SOUZA, 1960?, p. 19), embora sem especificar geográfica ou economicamente o que entende por “sul de Mato Grosso”. Para tanto, Souza (1960?) começa arrolando os nomes e os feitos dos primeiros desbravadores portugueses e espanhóis que, no período colonial, passaram pela região. Mas não são as finalidades dessas expedições ou o movimento

¹⁵² A necessidade de retratar o sul de forma isolada pode ter se manifestado a partir dessa época, possivelmente, influenciada pela difusão das idéias separatistas, gestadas no interior das lutas coronelistas. Essas idéias se manifestaram, de maneira incipiente, no início do século XX e foram o resultado de um processo histórico que diferenciou o sul do norte, a partir do final do século XIX. Sobre esse processo ver Corrêa (1995).

histórico que o guiam e, sim, as ações desses desbravadores. Metade de seu trabalho é tomado por esse tipo de abordagem.

A obra é bastante fragmentada e carece de unidade temática. O autor inicia o estudo tratando de cada um desses desbravadores e, em seguida, analisa a República Jesuítica do Paraguai, as Bandeiras Paulistas e a Guerra contra o Paraguai. Quando chega ao período de colonização propriamente dita do sul de Mato Grosso, que se inicia em meados do século XIX e se estende ao século XX, o autor faz uma relação das cidades que floresceram na região, arrolando, de forma bastante superficial, datas e eventos ligados às suas respectivas histórias. Além disso, surpreende o fato de as cidades relacionadas envolverem também aquelas situadas ao norte do Estado, fugindo ao tema anteriormente esboçado por ele, isto é, a “história do sul de Mato Grosso”. Não se encontram novidades nas informações veiculadas sobre a história dos municípios pleiteados.

No final do livro, encontram-se pequenos capítulos destinados às revoluções e levantes militares, compostos por descrições breves. Ainda no final, o autor trata do Território Federal de Ponta Porã, do relevo do sul de Mato Grosso, das vias de comunicações, da economia e do “tipo étnico” (SOUZA, 1960?, p. 163).

Quanto às suas fontes, deve ser ressaltado que o autor utiliza obras de Taunay, de João Ribeiro, de Oliveira Vianna, de Paulo Setúbal e, dentro da historiografia regional, escritos de José de Melo e Silva, Virgílio Corrêa Filho e Estevão de Mendonça. Porém, não soube tirar proveito maior dessas fontes secundárias. Fontes primárias só aparecem nas análises por meio de citações retiradas das obras dos autores relacionados.

De um modo geral, prefere não assumir posição, mas “apenas narrar os fatos”, revelando um viés positivista, ainda que não consciente (SOUZA, 1960?, p. 59).

Os conflitos e a violência tão presentes, nesse período, são pouco referidos pelo autor, que prefere resumi-los no item em que trata das “revoluções” em Mato Grosso. Essas revoluções são analisadas superficialmente, tendo como foco o plano político.

Sua única manifestação clara de posição encontra-se na parte onde trata da criação e extinção do Território Federal.

Não se pode deixar de reconhecer que a criação dos territórios federais nas faixas das fronteiras com os países vizinhos obedeceu ao esclarecido e elevado espírito patriótico do Presidente Getúlio Vargas, embora com prejuízos dos Estados dos quais faziam parte.

Queria o presidente povoar, sanear, educar, formar centro de puericultura, criar sanatórios, núcleos coloniais nos lugares em que não havia população ou pouco esparsa (sic), para que, nestes lugares abandonados dos governos dos Estados, em vista da sua pouca renda, fossem despertadas neles, os sentimentos do amor à pátria, cômescio dos seus deveres, porque o Brasil, grande e rico, todos nós, os brasileiros, devemos nos interessar por ele, porque brasileiros somos todos, quer nascido neste ou naquele estado, fora de qualquer regionalismo ou jacobinismo. (SOUZA, 1960?, p.151)

O autor afirma que, ao longo da existência do Território, o sul de Mato Grosso desenvolveu-se bastante, atraindo grande número de migrantes. Faz referência à cidade de Dourados, que sofreu um crescimento vertiginoso, nesse período.

Dourados, até 1945, não passava de umas 50 casas, duas de material e o resto de tábuas, com 200 almas, embora o Dr. Waldemiro de Souza, um dos seus moradores que muito trabalhou para elevar o distrito à município tinha lhe dado, em 1935, uma população de 400 habitantes. Com a criação do território Federal de Ponta Porã, que o elevou à Comarca, a sua população começou a crescer e outras casas foram construídas, de sorte que o censo realizado em julho de 1950, lhe acusou com uma população de 3.122 habitantes, dada a corrente imigratória de S. Paulo e do Paraná, de 1949, a esta parte. Ainda assim, no começo de 1950, um lote urbano, na rua principal, Marcelino Pires, podia ser adquirido por Cr\$ 1.000,00; mas, no fim do mesmo ano, um lote, urbano, na mesma rua, custava cem mil cruzeiros, preço que nos anos seguintes de 1951 e 1952, passou a quatrocentos (400) mil cruzeiros e quinhentos (500), conforme centro, quadra ou esquina. (SOUZA, 1960?, p. 121)

Elogia os administradores do território, sobretudo o cel. Ramiro Noronha, primeiro governador do Território de Ponta Porã¹⁵³. Ao aludir ao fato de que este administrador teria enfrentado dificuldades com a burguesia local, afirma: “no excesso de sua honestidade, desconfiava de tudo e com especialidade dos filhos do lugar e dos seus moradores” (SOUZA, 1960?, p. 152). Segundo ele, Noronha “foi amigo das classes pobres” (SOUZA, 1960?, p. 152). Essas informações, possivelmente, foram retiradas de observações pessoais do autor, já que não encontramos nenhum registro, em obras da historiografia ou de

¹⁵³ O Coronel Ramiro Noronha foi o primeiro Governador do Território Federal de Ponta Porã, tendo sido nomeado em Janeiro de 1944. Com a deposição de Vargas, Noronha exonerou-se em novembro de 1945 e o cargo foi assumido interinamente por Leônidas Horta, diretor da Educação e Cultura. Ainda no mês de novembro o Major José Guiomar dos Santos, foi nomeado para substituir. Mas exerceu o cargo por dois meses apenas, em razão de sua nomeação para assumir o governo do Território do Acre. Para substituí-lo foi nomeado o Dr. José Alves de Albuquerque, médico da Comissão de Limites, que exerceu o cargo por 9 meses, em razão da extinção do Território, em setembro de 1946.

memorialistas de sua época, que comentasse as relações políticas e sociais desse administrador na região.

Em relação à extinção do Território Federal de Ponta Porã, Souza faz uma crítica em que pretende demonstrar a incoerência jurídica do texto da Constituição Federal de 1946: se, em seu artigo 3º, manteve os territórios federais, em suas *Disposições Transitórias*, “cuja finalidade era manter e respeitar o seu corpo” (SOUZA, 1960?, p. 152), o extinguiu.

Há uma parte da obra denominada *Fatores econômicos*, onde o autor trata das riquezas exploradas. Contudo, nessas riquezas, estão incluídas as do norte do Estado. A análise é muito superficial, além de perder a oportunidade, inclusive, de abordar a erva-mate como uma das maiores riquezas do sul, responsável por um ciclo de desenvolvimento econômico do estado. Apenas relaciona a erva-mate, brevemente, no rol das riquezas florestais mato-grossenses, denominando-a pela pouco usual designação de “congonha” (SOUZA, 1960?, p. 162).

No capítulo intitulado *Tipo étnico*, Souza faz uma análise da etnia da população brasileira e, em especial, da população do sul de Mato Grosso. Não há citação de obras ou de autoria das idéias que expõe, mas é possível perceber a incorporação de noções sobre “raça”, retiradas de **O tipo étnico brasileiro**, de Oliveira Vianna¹⁵⁴, referenciado ao final do livro. Comenta o autor: “Aumentando sempre o coeficiente do branco e diminuindo a do preto, tudo indica que, no futuro, a raça brasileira será mixta, uniforme e bela, morena clara (SOUZA, 1960?, p. 165). Sobre o sul de Mato Grosso a preocupação é da mesma natureza, isto é, com a “pureza da raça”.

[...] o coeficiente do preto em face do branco, no Sul do estado, é muito fraca, o mesmo se dando no Norte. Dada a grande corrente imigratória no estado, vindo de diversas partes, quase na sua totalidade de brancos e morenos, a raça Matogrossense pode ser assim calculada no seu coeficiente: Brancos, inclusive o pardo, 80%; mestiços, entre os quais, mulatos e Caborés 17%; Pretos 3%. É como dissemos na primeira edição desta obra, uma população bonita, bela e formosa. (SOUZA, 1960?, p. 165)

¹⁵⁴ Este autor será abordado no capítulo 4.

É importante observar a ausência das etnias indígenas, nessa análise do autor, bem como a ambigüidade do termo *pardo*, que engrossa o contingente dos *brancos*, mas que usualmente é sinônimo de *mulato*, uma modalidade de *mestiço*.

Como se constara, não há novidades na obra de Souza. Tudo é tratado superficialmente. Muitas das análises são confusas e contêm erros, além de, no sentido técnico-científico, não observarem cuidados quanto à referência das fontes.

8. 2 NOVAMENTE A EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA REDUZIDA À CRIAÇÃO DE ESCOLAS

Souza (1960?) não analisou a educação na fronteira. Encontrou-se apenas três referências à instrução em passagens onde o autor discute outras temáticas. No capítulo em que trata dos municípios da fronteira, há duas alusões. Uma refere-se à Bela Vista e é assim exposta: “[Bela Vista] tem uma escola do curso secundário, um grupo escolar e diversas escolas do ensino primário” (SOUZA, 1960?, p. 107). A segunda é sobre uma escola fundada por fazendeiros, no ano de 1925, em Maracaju. O autor afirma que a parte urbana de Maracaju começou a se desenvolver ao redor da escola.

[...] a 25 de dezembro de 1922, um grupo de fazendeiros, reunindo-se na casa do cidadão Nestor Pires Barbosa, deliberaram, em associação, fundar uma escola primeira (sic), a fim de ministrar às crianças de ambos os sexos, o ensino gratuito, e, completando as suas idéias filantrópicas, adquiriram uma área de 200 hectares de terras, no lugar denominado Montalvão, que, delineado, traçadas as ruas divididas em lotes, foi o começo da atual cidade. (SOUZA, 1960?, p. 126)

A terceira referência sobre a educação, na fronteira, encontra-se no capítulo centrado sobre o Território Federal de Ponta Porã, que confirma as informações de Rosa (1962) a respeito do incremento e da expansão da instrução sob a administração da União. Comentando a gestão de Ramiro Noronha, o autor afirma: “O coronel Noronha foi um grande administrador, mandando construir pontes nos rios, núcleos coloniais em Dourados,

Carapã, Iporã, uma escola normal em Ponta Porã e outras diversas escolas noturnas, além de outros melhoramentos” (SOUZA, 1960?, p. 152).

De fato, Souza focou mais os eventos oficiais, exaltou os nomes dos primeiros desbravadores e registrou, descritivamente, fatos da história administrativa dos municípios fronteiriços. Por esse motivo, sua obra não contém análises interpretativas relevantes, daí a educação, acompanhando a tendência apontada, também ser discutida com base em esparsos registros e citações acerca das escolas da região.

CAPÍTULO 9

JOSÉ DE MELO E SILVA: A FRONTEIRA REFERIDA À NAÇÃO

José de Melo e Silva nasceu em 1892, em Missão Velha, Estado do Ceará (GIRÃO, 1960, p. 360). Foi seminarista e acompanhou os padres capuchinhos nas missões do Pará e Maranhão (MELO E SILVA, 1939 p. 170). Graduou-se em 1919 pela Faculdade de Direito do Ceará (GIRÃO, 1960). Aluno da primeira turma de Doutorado em Direito da mesma Instituição, instalado em 1931 por força do Decreto Federal n.º. 19.852, defendeu a tese, no ano de 1932, intitulada **Alguns aspectos da despesa pública**¹⁵⁵. Foi o único da turma de doutorado formado pela Faculdade de Direito do Ceará¹⁵⁶ (GIRÃO, 1960).

Migrou para o sul de Mato Grosso em 1933 e foi nomeado para exercer o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Bela Vista¹⁵⁷. Em 1945, foi colocado em disponibilidade pelo Interventor do Estado, Julio Muller, por ter a comarca de Bela Vista passado a pertencer ao Território Federal. Foi nomeado, em 1946, Juiz Substituto do Território de Ponta Porã. Exerceu, também, a função de Juiz de Paz, à época desempenhada, na região, pelos Juízes de Direito¹⁵⁸.

Num texto que serviu de comentário para a segunda edição de **Canaã do Oeste**, Penteado (1989) afirma que Melo e Silva era uma pessoa fechada de temperamento, não comparecia a festas, embora tivesse solidificado muitas amizades. Pessoa simples nos seus hábitos, mas “de ‘poucas palavras’, granjeou a fama de taciturno a quantos não o conheciam bem” (PENTEADO, 1989, p. 5). Tinha uma pequena fazenda que o ajudava nas despesas, pois o salário de um juiz, segundo a autora, era baixo, à época.

No ano de 1947, Melo e Silva foi transferido para o Território do Guaporé¹⁵⁹. Foi promovido por antiguidade, em 1951, como Juiz de Direito da Comarca de Guajará-Mirim,

¹⁵⁵ A biblioteca da Instituição não possui exemplar da tese.

¹⁵⁶ Contatamos a direção da faculdade, que nenhuma informação encontrou a seu respeito.

¹⁵⁷ Em 21 de Julho de 1933, conf. Ato Governamental n.º. 984, assumindo apenas em 11 de Outubro de 1933.

¹⁵⁸ Conforme Leite (1995, p. 32), a partir do ano de 1913, os juízes de direito da Comarca eram responsáveis pela realização dos casamentos. Os juízes de paz perderam essa atribuição e só voltaram a exercê-la a partir do ano de 1946. Contudo, em algumas situações de impedimento para exercer a função, os juízes de direito eram substituídos por outras pessoas.

¹⁵⁹ O Território do Guaporé foi criado pelo mesmo decreto que criou o de Ponta Porã, em terras desmembradas do Estado do Amazonas e do Norte de Mato Grosso. Em 1956, o Território Federal do Guaporé teve seu nome alterado para Território Federal de Rondônia, que se manteve até o ano de 1981, quando foi criado o Estado de Rondônia.

aposentando-se em 1962 (BRASIL, 2004). Segundo Nilza Menezes (2004) nessa cidade, à época, Melo e Silva exerceu também a função de Juiz Eleitoral¹⁶⁰. Lá, é conhecido, também, por ter composto a música do Hino de Rondônia¹⁶¹. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, com a idade de 79 anos. Foi homenageado pelo IHG/MS tornando-se o patrono de sua 14^a. Cadeira.

As obras de Melo e Silva tornaram-se raras e ficaram mais acessíveis ao público com o lançamento das segundas edições de **Canaã do Oeste**, em 1989, e de **Fronteiras Guaranis**, em 2003.

Na *Apresentação* da segunda edição de **Canaã do Oeste** (1989), Campestrini ressalta a relevância de Melo e Silva e destaca que os estudos mais sérios sobre Mato Grosso do Sul devem passar por suas obras. Ou seja, os escritos de Melo e Silva, segundo ele, estão no rol de obras clássicas da historiografia e da literatura sul-mato-grossenses. **Canaã do Oeste** representaria para a “terra guaicuru, o que a obra-prima de Euclides da Cunha é para o sertão nordestino” (CAMPESTRINI, 1989).

De fato, as obras de Melo e Silva são importantes, pois evidenciam o combate histórico de sua época, captam suas contradições e esclarecem as motivações da classe que o autor representava. Nesse sentido, podemos afirmar que suas obras permaneceram no tempo por explicar uma determinada fase da história do sul de Mato Grosso. Mas admitir essa importância não significa acolher qualquer utilitarismo, ou seja, não significa que sua obra possa ser utilizada, ainda, para resolver problemas contemporâneos.

Observando suas obras, pode-se afirmar que Melo e Silva foi um historiador erudito. A passagem pelo seminário resultou em certos traços de formação que se revelam em seus escritos: a leitura dos clássicos, a disciplina, a religiosidade, o conhecimento do latim, usado nas suas elaborações teóricas e a prática musical. Poder-se-ia, também, apontar para uma possível origem pequeno-burguesa de Melo e Silva, já que o seminário era uma das vias encontradas por essa camada social para que seus filhos ascendessem a uma profissão

¹⁶⁰ Segundo Nilza Menezes (2004), o Juiz da Comarca de Porto Velho e de Guajará-Mirim ocupava as funções de juiz de direito, juiz eleitoral, juiz de menores, etc. Ela informa, também, que, durante o período de existência do Território Federal de Rondônia, apenas um juiz em Porto Velho chegava a responder por toda a região.

¹⁶¹ A letra deste hino foi de autoria de Joaquim Araújo Lima, governador do Território Federal do Guaporé na década de 1940. Seu título original era Céus do Guaporé, mas sofreu um ajuste, quando da mudança do nome do Território, para Céus de Rondônia. Ao ser criado o Estado, foi adotado como Hino de Rondônia.

liberal¹⁶². Assim como Corrêa Filho, Melo e Silva dominava ampla bibliografia de História, Geografia, Economia, Política, Sociologia, Psicanálise, Antropologia e Educação. Mas seu estilo difere bastante quando comparado ao de Corrêa Filho. Melo e Silva não tergiversa, é bastante polêmico e provocativo. Também, ao contrário de Corrêa Filho, não cita autores apenas para comprovar suas teses, entretanto costuma usar as fontes para polemizar teoricamente.

9. 1 UMA FRONTEIRA GUARANIZADA

Melo e Silva publicou sua primeira obra, **Fronteiras Guaranis**: com um estudo sobre o idioma guarani ou ava-ñee-ê, em 1939, dois anos após a instauração do Estado Novo (1937-1945) e no princípio da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Influenciado pelo contexto histórico que colocava a necessidade de nacionalizar a fronteira, Melo e Silva realizou um estudo sobre a fronteira com o Paraguai, ou seja, sobre uma fronteira que era brasileira, de direito, mas, segundo ele, *culturalmente guarani*, daí denominá-la “fronteira guarani”, para propor uma reforma de sua organização econômica e social. Daí, também, o título do livro. Sua crítica mais incisiva recai sobre três questões: a cultura, o trabalho e a educação.

Importante observar que o critério adotado pelo autor para a definição dos limites da fronteira é cultural. Para Melo e Silva, as “lindes guaranis” eram delimitadas pelos municípios de Ponta Porã, Bela Vista, Dourados e Porto Murtinho, locais marcados, segundo ele, pela influência da *civilização guarani*¹⁶³.

A fronteira, na sua consideração, era um *Brasil à parte*; tudo lá era *diferente*: “costumes, língua e, nalguns pontos, o próprio caráter do povo sofreu grande modificação” (MELO e SILVA, 1939, p. 116). Dominada pela população paraguaia, a fronteira teria sido

¹⁶² “Aos representantes da pequena burguesia, que não possuíam recursos necessários para os estudos superiores, mas que tinham inclinação para a vida intelectual, o seminário era também – como a escola Militar- o caminho que os poderia levar a uma profissão liberal ou a uma vida de estudo (COSTA, 1956, p. 304-305).

¹⁶³ Estranha-se a não inclusão de Nioaque e de Corumbá, municípios em que a presença de trabalhadores paraguaios era elevada. Sobre Nioaque o autor nada menciona, mas no caso de Corumbá, negava a influência da cultura guarani. A princesa do Paraguai, afirmava, tinha quase todas as características de uma cidade moderna, de sentido “spengleriano” (MELO e SILVA, 1939, p. 99).

influenciada por modos de vida incompatíveis com os costumes nacionais. Essa população, numerosa e desconhecida oficialmente, com os seus costumes tão arraigados influenciava toda a população lindeira.

Os guaranis paraguaios não encontram obstáculos em transpor as nossas fronteiras, que são francamente abertas e abandonadas [...], [eles] vivem em nossa pátria como em sua própria terra. Talvez até se compenetrem de que sua casa é todo o continente sul americano. Penetrando no solo brasileiro, nem sempre se fixam em lugar certo [...], de qualquer forma, porém, têm instalado ali os seus costumes. Porque a despeito de parecerem de civilização inferior, muitos dos nossos são por eles absorvidos, sendo ademais certo, que nada temos conseguido impor-lhes de nosso sistema de vida, talvez porque dominem pelo número (MELO E SILVA, 1939, p. 121-122).

Para o autor, o homem da fronteira – mineiros, paulistas, paranaenses, gaúchos, argentinos, uruguaios e paraguaios – trabalhava de forma “rotineira”, não racional, isto é, sem fazer o uso de tecnologia mais avançada. Mas a força de trabalho predominante, dizia, era descendente do guarani, pouco inclinado à cultura do campo: “sem este quase nada se faz na fronteira” (MELO e SILVA, 1939, p. 107).

Todavia, para Melo e Silva, o que seriam os costumes dessa população guaranizada? O autor aponta várias características no decorrer da obra, mas a que se sobressai é a aversão ao trabalho. O principal problema da região seria o

[...] desprezo pelo amanho do solo, por parte do elemento braço que povoa a zona. Displicente, quase infenso à cultura da terra, [o descendente guarani] não quer prestar o seu concurso ao fazendeiro, que se encontra só, toda vez que se lembra de lavrar o campo. O problema máximo, portanto, é o elemento homem. É necessário adensar a população, atrair à fronteira elementos novos que se entreguem com denodo às lutas agrícolas (IDEM, 1939, p. 272).

Ainda que reconhecesse que a fronteira era servida por muitas dádivas da natureza, a vida lá era caríssima, quase tudo era importado de São Paulo e de Campo Grande (MELO e SILVA, 1939, p. 148). Além disso, não existiam adequados meios de transporte e de comunicação¹⁶⁴, bem como incentivos financeiros que atraíssem o *elemento nacional*,

¹⁶⁴ Quanto aos meios de comunicação, o autor considerava que, por falta de um maior contato com os centros produtores, a fronteira era isolada da vida nacional. As estradas eram carroçáveis e muitas estavam em péssimo estado. Alguns municípios, em época de enchente, ficavam em completo isolamento. Lamentava que a estrada de ferro via Campo Grande-Ponta Porã não fora planejada para passar por Dourados, local de terras muito férteis. Em relação aos serviços postais, o autor considerava um absurdo deslocar a correspondência para Cuiabá, para depois então fazer a distribuição para o sul do estado. Isso levava, segundo ele, um ou dois

inclusive outros estrangeiros mais adaptados ao trabalho sistematizado. Para ele, era necessário, então, implantar uma nova organização de trabalho na fronteira. Contudo, como introduzir novos elementos sem incentivos?

Nesse sentido, o autor parece ter escrito a obra para chamar a atenção para essa parte “esquecida” do Brasil. E, ainda que a crítica ao trabalho seja central em sua obra, o autor reflete sobre todos os problemas da região: educação, saúde, comunicação, meios de transporte, produção, dentre outros, e clama pela atenção do Governo Federal. Melo e Silva traçou uma plataforma para a fronteira e considerou ser necessária a *mão forte* do Estado para resolver os problemas apontados.

Seus pedidos se dirigem especialmente ao Governo Federal. Tratando da necessidade de povoar a fronteira com *legítimos brasileiros*, Melo e Silva acreditava que isto só seria possível se melhorassem as condições estruturais da fronteira, e fazia um apelo a Vargas:

[...] ao Presidente Vargas não é preciso que se apontem as nossas necessidades regionais. Ele as conhece todas. Apesar disso, aproveitando a sua tolerância, e no uso de um direito nosso, vamos insistindo em pedidos que nem sempre podem ser integralmente satisfeitos. Nisso assemelhamo-nos às crianças que choram por aquilo que os pais não lhes podem dar. (MELO e SILVA, 1939, p. 282)

A publicação de **Fronteiras Guaranis** ocorreu após a tomada das primeiras medidas orquestradas pelo Governo Vargas visando à centralização das políticas de desenvolvimento. Mas, apesar da formulação dessas políticas centralizadoras, inclusive para a fronteira, Melo e Silva as considerava ainda não satisfatórias à época. Dizia o autor: “pelo cérebro dos nossos homens de governo, cuja intenção elevada reconhecemos, andam idéias e planos e já se tem legislado suficientemente sobre o assunto. Necessitamos, porém de um pouco de ação coerente com a necessidade e merecimento daquele povo” (MELO e SILVA, 1939, p. 117).

A escolha de Monte Arraes¹⁶⁵ como prefaciador desta obra sugere pistas que

meses. Também irregular era o serviço telegráfico, pois grande parte das mensagens enviadas não chegava ao seu destino.

¹⁶⁵ Raymundo de Monte Arraes nasceu no Ceará em 1888 e faleceu no Rio de Janeiro em 1965. Segundo seu biógrafo, J. Alves de Paula (1987), Arraes foi advogado autodidata. Atuou no jornalismo e foi um dos fundadores do Jornal carioca **A Manhã** e colaborador dos Jornais **O Paiz**, do Rio de Janeiro, e **A Federação**, de Porto Alegre. Era admirador de Getúlio Vargas, defensor do regime por ele instaurado e entusiasta do castilhismo, móveis da obra **O Rio Grande do Sul e as instituições governamentais**. Aproximou-se de Pinheiro Machado e tornou-se, também, muito próximo de Borges de Medeiros. Ingressou no Partido Republicano Conservador do Ceará e teve como correligionários José Accioly, chefe deste partido, e Padre

permitem identificar a aproximação de Melo e Silva com a vertente do pensamento nacionalista autoritário, que estabeleceu como critério definidor da Nação a unidade étnica e lingüística. É evidenciada por seu prefaciador, inclusive, a sintonia de Melo e Silva com essa corrente de pensamento expressa e determinada, segundo Arraes (1939) pela Constituição de 1937¹⁶⁶, especialmente quando defende o controle das fronteiras pelo Governo Federal. Para Arraes, a obra de Melo e Silva demonstrava que os costumes da fronteira, associados aos hábitos religiosos, às práticas no trabalho e aos valores morais, não se compatibilizavam com os costumes nacionais. Além disso, a ausência de unidade étnica e lingüística naquela localidade afrontava as leis do país (ARRAES, 1939, p. 14)¹⁶⁷.

Contudo, é preciso observar que a questão nacional no período aqui retratado – anos 1930/ 1940 – difere da função atribuída ao nacionalismo em suas origens.

De fato, o nacionalismo é uma ideologia burguesa e tem se transformado, mudando sua função em diferentes momentos históricos. Seu nascedouro remonta aos albores da sociedade burguesa, na derrocada do feudalismo, em razão da necessidade de a burguesia criar uma ideologia que consolidasse a formação dos Estados nacionais.

O sentimento nacional foi sendo construído paulatinamente e ainda no século XVIII era bastante difuso, não possuindo um sentido propriamente xenofóbico, identificado com a etnicidade ou com a *raça*, mas sim com a formação de um conjunto de cidadãos que

Cícero, aliando-se a este último. Articulou-se com Borges de Medeiros e foi um dos responsáveis pela defesa da campanha da Aliança Liberal, em 1929, no Ceará. Depois de um ano, participou da Revolução de 1930. Elegeram-se Deputado Federal por seu Estado em 1935, com o apoio da Liga Eleitoral Católica e de Alceu de Amoroso Lima. Em razão da Ditadura de 1937, seu mandato foi cassado, contudo defendeu o regime autoritário e apoiou o Governo Vargas movendo uma campanha ideológica no Rio de Janeiro a seu favor, escrevendo obras como **O Estado Novo e suas diretrizes** e **O Brasil e os regimes Ocidentais**, bem como artigos em revistas das academias de letras. Utilizou-se da imprensa, expressando-se em vários artigos em defesa do regime. Segundo Paula (1987), foi, com Francisco Campos e Azevedo de Amaral, um dos três teóricos do Estado Novo. Quando deputado federal, ingressou em várias comissões técnicas, sobressaindo-se na Comissão de Educação do Ministro Capanema (PAULA, 1987). Segundo a neta de Arraes, a escritora Vânia Moreira Diniz (2004), logo após a instituição do Estado Novo, em 1937, o Presidente Vargas teria lhe oferecido um cartório. Seu avô, conforme ela, resistira inicialmente, mas acabara aceitando por insistência de seus amigos. Após a década de 1950, seus escritos passam a criticar a revolução de 1930 e o regime ditatorial de Vargas.

¹⁶⁶ A Constituinte Brasileira de 1933, segundo ele, “focalizou como tema genuinamente nacional e político os assuntos ligados à situação de nossas fronteiras internacionais” (ARRAES, 1939, p. 17), definindo limites físicos das fronteiras. Contudo, para o autor, faltou aos dirigentes terem observado não somente a integração de sua existência territorial e sim a unidade etnológica, pois a soberania de um país não se definia apenas pela integração da existência territorial: “ao lado da unidade geográfica deve coexistir uma unidade etnológica, tanto quanto possível acomodada a um único panorama espiritual” (ID, IBID, p. 7).

¹⁶⁷ Além da identificação intelectual, Melo e Silva reconhecia a articulação de Arraes com o Governo Vargas, o que poderia favorecer a difusão de sua obra em âmbito nacional. Este *Prefácio* foi publicado na Revista das Academias de Letras, ano III, n.º. 13, agosto de 1939, p. 39-44.

falassem a mesma língua e cultivassem o amor patriótico¹⁶⁸. Segundo Hobsbawm (1990), nesse período, o nacionalismo tinha um sentido mais revolucionário, estava relacionado com a necessidade de se combater o velho regime, criando instituições independentes da Igreja.

Mas, efetivamente, qual era a função da Nação ou dos Estados nacionais? Para Hobsbawm:

A existência de estados com monopólio de moeda, com finanças públicas e, portanto, com atividades e políticas fiscais era um fato. Eram atividades econômicas que não poderiam ser abolidas mesmo por aqueles que quisessem eliminar suas intervenções danosas na economia. Além disso, mesmo extremados libertários podiam aceitar, com Molinari¹⁶⁹, ‘que a divisão da humanidade em nações autônomas é essencialmente econômica’. Pois na era pós-revolucionária do Estado – nação, o Estado garantia, afinal de contas, a segurança da propriedade e dos contratos. As funções do governo podiam até ser racionalizadas pelos economistas liberais como livre-competição. Assim, Molinari argumentava que ‘a fragmentação da humanidade em nações é útil na medida em que desenvolve um princípio extremamente poderoso de competitividade econômica’ (HOBSBAWM, 1990, p. 40).

No final do século XIX, as mudanças estruturais da sociedade capitalista foram alterando o conteúdo daquele nacionalismo surgido para combater o velho regime. Essas mudanças podem ser atribuídas à transformação do capitalismo livre-concorrencial em monopólico, responsável por aprofundar o aumento da competição entre as nações bem como provocar a necessidade cada vez maior de consolidação dos Estados burgueses. em razão do aumento da competição entre as nações, estas passam a se organizar no sentido de defender o *capital nacional*, ou seja, proteger o médio e pequeno capital em contraposição aos monopólios, criando barreiras alfandegárias. Surge a necessidade de estabelecer corpos sociais *exclusivo, definidos* a partir de uma dada etnicidade, língua comum, território, lembranças históricas e religião, embora isso tivesse de ser “criado” pois, de fato, não existiam, dada a heterogeneidade dos povos (HOBSBAWM, 1990, p.33, p.113). Ou seja, os critérios para definir quem pertencia à nação não eram mais abrangentes. Se no período de formação dos estados, a nação podia ser identificada à cidadania estatal, o nacionalismo do final do século XIX assumiu componentes reformistas e, por vezes, exclusivistas que

¹⁶⁸ “O que definia a nação não era a etnicidade ou língua ou algo mais [...] o que caracterizava o povo-nação, visto de baixo, era precisamente o fato de ele representar o interesse comum contra os interesses particulares”(HOBSBAWM, 1990, p.32).

¹⁶⁹ Liberal do século XIX, defensor do livre-comércio.

devem ser buscados nas conseqüências geradas pelo aumento da competição mundial aqui exposta.

Outro aspecto a ser observado é que o nacionalismo foi incorporado de diferentes maneiras, teve vários matizes pelo fato de a consciência nacional ter se desenvolvido desigualmente entre os grupos ou regiões. O projeto de “Nação” não foi o mesmo para todos pela simples razão de serem antagônicos os interesses das nações, dos grupos que a integraram e das frações de classe que o formularam.

No caso do Brasil, a questão nacional parece ter sido formulada no século XIX¹⁷⁰. E, também, é nessa fase, mais precisamente no final do século XIX, que a educação assumiu a função de “unificar” o país, algo que foi incorporado por Melo e Silva como uma das questões centrais em sua proposta de nacionalização da fronteira.

Para tanto, é importante resgatar o contexto do pensamento brasileiro do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

A maior parte dos intelectuais que formularam propostas para o desenvolvimento do país com base nas idéias nacionalistas recebeu influências das mudanças ocorridas no final do século XIX e início do século XX, quando o Brasil passava pela implantação de uma estrutura modernizante, com vistas a inserir o país nos rumos da industrialização. Esse processo foi denominado por Warren Dean (1997, p. 252) de *surto de industrialização* e, segundo ele, foi possível graças ao *triunfo do sistema de exportação do café*. A economia cafeeira, segundo Dean (1997, p. 252), produziu uma massa de assalariados, responsável por elevadas taxas de lucro, imprescindíveis para o processo de industrialização brasileira. Eram os cafeicultores que investiam em bancos, estradas de ferro, sociedades comerciais, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do mercado interno. Além disso, esses produtores promoveram a vinda de migrantes estrangeiros que formaram, com a população *nativa*, a força de trabalho operária, utilizada nos centros urbanos. As cidades cresciam a olhos vistos e essa modernização fomentou, inclusive, o consumo e também uma *recém-surgida pequena burguesia* (DEAN, 1997, p.253).

O crescimento interno, o desenvolvimento urbano e a industrialização influenciaram os intelectuais brasileiros que se sentiram responsáveis por traçar rumos para o país,

¹⁷⁰ Segundo Odália foi no século XIX que se concebeu o projeto de nossa nacionalidade (ODÁLIA, 1997, p.33).

definindo políticas para a economia, educação, saúde pública, dentre outros. Muitos desses intelectuais dirigiram e formularam as políticas públicas incentivados pela necessidade de industrializar o país. Muitos, segundo Dean, eram motivados, *em parte*, pelo nacionalismo:

A abolição estava ligada à proclamação da república, que reorientou substancialmente os planos de ação do governo em relação à indústria. Nenhuma das administrações subseqüentes se mostrou tão exuberantemente a favor do desenvolvimento quanto a Junta Revolucionária enquanto Rui Barbosa foi Ministro da Fazenda, mas a maioria se empenhou em planos de ação destinados a favorecer a indústria, incluindo crédito barato, empréstimos, isenções sobre a importação e legitimação das companhias. Os seus motivos, em parte, eram nacionalistas (DEAN, 1997, p. 253).

Como se observa no trecho descrito, havia, segundo o autor, uma clara intenção de desenvolver o país criando incentivos para a indústria. Mas essa política de favorecimento da indústria era *em parte nacionalista* em razão de que o incentivo criado para desenvolvê-la foi fomentado por um *clientelismo* entre os chefes do Partido Republicano e os industriais com dupla finalidade: assegurar o lucro para esta fração de classe e consolidá-los politicamente (DEAN, 1997, p. 253).

Os industriais da Primeira República se aproveitaram das tarifas protecionistas e criaram, para tanto, conflitos com setores agrários, com as camadas médias urbanas e com o operariado, que tinham como argumento contrário a elevação do custo das mercadorias (DEAN, 1997, p.274-276).

Dessa forma, a política que visava a proteger o mercado nacional e a burguesia industrial acabou provocando um *nacionalismo* contrário à modernização, um *nacionalismo “agrário”*, com base na idéia de uma “volta ao campo”, conclamado por aqueles setores contrários aos “males” da industrialização.

No caso do movimento operário, não podemos afirmar que chegaram a defender um ideário nacionalista de forma consciente, já que seus planos estavam ligados, mais diretamente, às reivindicações trabalhistas bem como a manifestações que defendiam maior intervenção do Estado para agir contra a carestia (FAUSTO, 1998, p. 300). Mas o partido que o abrigou¹⁷¹, o PCB, criado em 1922, já esboçara, em alguns de seus quadros, algum tipo de aproximação com a questão nacional. De fato, este partido acreditava que o nacionalismo poderia ser uma estratégia para chegar ao socialismo. Essa formulação levou-o, inclusive, a divergir dos anarquistas que “negavam a existência de uma questão nacional,

¹⁷¹ Segundo Fausto (1998, p. 304) até 1930 o operariado predominou nos quadros do PCB.

pois o objetivo a ser alcançado seria igual em todas as partes: a fraternidade dos trabalhadores sem pátria, nem patrões” (FAUSTO, 1998, p. 304).

O nacionalismo da década de 1920 manifestou-se, também, ainda que meio difuso, no movimento tenentista que pregava uma política centralizada e o fim dos *feudos fragmentados*, isto é, do regionalismo (FAUSTO, 1998, p. 314).

Estas foram, em suma, as modificações estruturais e os movimentos que produziram a necessidade de pensar a Nação e de descobrir caminhos para o desenvolvimento do país.

Muitos elementos do nascedouro dessa modernização brasileira, certamente, foram incorporados por Melo e Silva em suas elaborações; é possível afirmar que recebeu influências dos intelectuais que a formularam ou que a criticaram¹⁷² e que muitas idéias por ele defendidas foram pensadas no século XIX. Mas, de fato, não podemos nos esquecer que Melo e Silva foi motivado a escrever sua obra em razão de algumas particularidades da crise do capital, no período após 1930.

O nacionalismo desse período congregou elementos que podem ser buscados no quadro marcado pela crise de 1929, uma crise mundial de superprodução, atingindo diretamente o Brasil, que tinha no café a base de sua economia: antes dessa crise o café representava, em média, 70% da balança comercial brasileira (CARONE, 1974, p. 62). Os determinantes da crise de superprodução foram detectados já no final do século XIX, quando o capitalismo passava por sua fase monopólica, já abordada anteriormente.

O Brasil sentiu a pressão do mercado com a queda de suas exportações do café e dos demais produtos agrícolas. Os cafeicultores e os usineiros recorreram repetidas vezes ao governo, mas não havia empréstimos no estrangeiro e nem mesmo reservas no Tesouro (CARONE, 1974, p. 5). A saída foi a intervenção do Estado, o investimento no mercado interno e a diversificação da economia. O Estado criou, inclusive, institutos para controlar os preços e proteger os mercados do café, do cacau, do açúcar, do mate, dentre outros. No caso da industrialização, aumenta também a aproximação do Estado com este setor, que se manifesta, mais claramente, a partir de 1937 (FAUSTO, 1998, p. 370).

¹⁷² O autor estudou na Faculdade de Direito do Ceará, sofrendo influências das teorias veiculadas pelos professores que lá lecionaram, grande parte deles formado pela Faculdade de Direito do Recife, curso superior dos mais tradicionais e dos mais importantes na formação de várias gerações de intelectuais brasileiros. Na Faculdade de Direito do Recife, circularam as doutrinas positivistas que influenciaram alguns dos intelectuais que pensaram a República.

Essa crise atinge, sobretudo, os trabalhadores que, nos centros mais desenvolvidos tentavam proteger-se em movimentos e partidos que lutavam contra a exploração capitalista. O temor de uma revolução socialista faz com que as classes conservadoras reprimissem movimentos organizados do operariado e a ameaça que a União Soviética representava para o capital, não era apenas ideológica, mas concreta, como potência que competia no mercado com os monopólios americanos e europeus. A burguesia reagia fortemente ao movimento dos trabalhadores e o combate ao comunismo foi uma de suas lutas mais importantes, atravessando quase todo o século XX.

Em vista do contexto acima, o Governo Vargas empreendeu reformas e centralizou políticas que antes eram definidas pelos estados e pelas frações da burguesia regional. Nos primeiros anos de seu governo, até os anos 1939, defendeu uma posição mais nacionalista, com a proposta de proteção do patrimônio nacional, da pequena propriedade e do capital nacional. Mas após 1939, como afirma Brito (2001), o próprio governo Vargas não teve outra saída a não ser contar com o capital externo.

Para expor sua tese – a necessidade de nacionalização da fronteira –, o autor analisou a região em todos os seus pormenores, e deu preferência ao estudo do homem fronteiriço, o *guaranizado*, *problema máximo* da fronteira.

Mas, de fato, quem era esse homem? Melo e Silva ora o denomina *paraguaio guarani*, ora *descendente guarani*, ora *paraguaio*. Segundo ele, os homens da fronteira não eram “puros”¹⁷³, pois haviam se *misturado*, “em parte já fundidos com representantes de etnias européias e hispano-americanas, e modificados pela influência da civilização dos nossos dias” (MELO e SILVA, 1939, p. 121). Melo e Silva reconhece, também, que muitos brasileiros possuíam os mesmos hábitos desses *guaranizados*, pois *misturados*, descendentes de paraguaios. Eram “os brasileiros mestiços, criados na convivência dos *guaranís*, não entendem o que falamos, se não descemos ao emprego de formas que atentam contra as leis da linguagem portuguesa” (MELO e SILVA, 1939, p. 123). Essa população usava de um dialeto, uma mistura de castelhano, guarani e português, “que falado na Avenida Rio Branco ninguém entenderia” (IDEM, 1939, p. 122). Aliás, esse era um dos

¹⁷³ “[...] os elementos mais puros e que mantêm o fogo sagrado das tradições da raça não se deslocam de seus pagos, nem vêm até nós [...]” (MELO e SILVA, 1939, p. 93-94).

registros que diferenciavam esse homem, o uso da língua guarani “um tanto adulterada”¹⁷⁴ (IDEM, 1939, p. 121). Na verdade, para ele, a cultura dos *guaranizados* prevalecia e, devido aos casamentos “livres”, seus costumes multiplicavam-se entre a população (IDEM, 1939, p. 122). Ou seja, para o autor, não fazia diferença se esse trabalhador era nascido no Brasil ou no Paraguai. O que importava eram seus costumes, sobretudo se a mãe fosse guarani ou mestiça: “se guarani ou mestiça a mãe, e apenas brasileiro o pai, este pouco influe na educação dos filhos, mesmo porque entre os guaranis há resíduos bem patentes de matriarcado” (MELO e SILVA, 1939, p. 122). Na realidade, é o trabalhador que preocupa Melo e Silva e a quase totalidade dos trabalhadores fronteiriços eram paraguaios ou descendentes. A mistura de guaranis, *guaranizados e mestiços* resultara em um afinamento “no mesmo diapasão” (IDEM, 1939, p. 175). Tudo isso demonstrava, para o autor, que não era somente uma *reação* a esse estado de coisas, por parte de quem ainda não perdeu a “noção de moralidade”, que iria resolver os problemas apontados. Era preciso fazer um “caldeamento em que preponderem os bons elementos” (IDEM, 1939, p. 175).

Entretanto, e quanto ao resto da população? São poucas as referências a outros migrantes, mesmo porque, para o autor, a população dominante era originária do Paraguai, com exceção de Dourados ou de uma pequena parte de Ponta Porã, onde predominava o *brasileiro*¹⁷⁵. Em Dourados, inclusive, era evidente o progresso da região, segundo Melo e Silva, porque lá predominava o “elemento nacional” (MELO e SILVA, 1939, p. 210).

Afora esses espaços a predominância era dos *guaranizados*. E, para o autor, estes eram responsáveis pela dissolução de costumes na fronteira. Grande parte de **Fronteiras Guaranis** é reservada ao estudo dessa *dissolução de costumes*. Para discuti-la, Melo e Silva traça um panorama minucioso dos costumes indígenas da fronteira e, para tanto, usa autores ligados ao estudo da antropologia¹⁷⁶, da psicanálise¹⁷⁷ e da psiquiatria¹⁷⁸. Mas, é necessário frisar, sua preocupação é demonstrar de que forma os costumes fronteiriços, como por

¹⁷⁴ O dialeto era um problema para o autor, porque impedia a introdução da educação nacional, questão que será retomada adiante.

¹⁷⁵ “[...] Excetuado o município de Dourados, onde predomina o elemento brasileiro, e uma pequena parte do município de Ponta Porã, a fronteira oferece um exemplo desolador, no atinente à cultura do campo.” (MELO e SILVA, 1939, p. 148, grifos nossos)

¹⁷⁶ D’Orbigni, Evreux, Levy-Bruhl, Martius, Metraux, Nordenskiöld, Frazer, Estevão Pinto.

¹⁷⁷ Freud, por exemplo.

¹⁷⁸ Franco da Rocha e Nina Rodrigues.

exemplo, o lazer, festas, músicas, carreiradas¹⁷⁹, etc., acabavam interferindo na vida dos homens, ocasionando prejuízos ao desenvolvimento do trabalho. Se há uma preocupação racista em Melo e Silva, ela se torna secundária ao observar que é o trabalho a questão que o move.

Para ele, era preciso organizar melhor a proporção entre o tempo do lazer e o tempo do trabalho, pois, na fronteira, o tempo, em sua maior parte, era utilizado para a dança, música, *encontros ilícitos* e festas. Apesar de terem “resíduos de primitividade”, os descendentes guaranis facilmente aderiram ao Carnaval, que, apesar de ser algo criado pelos *civilizados*, era uma festa condenada pelo autor¹⁸⁰. Lá na fronteira, dizia o autor, o Carnaval encontrou “o seu campo propício” (IDEM, 1939, p.127). Como em outras localidades, nesse período era comum as empregadas domésticas abandonarem seu trabalho. A alegria dos *guaranizados* resultava sempre em festa, um dos motivos para afastar essa população do trabalho: *tudo era motivo para dança* (IDEM, 1939, p. 127)¹⁸¹. O *tereré*¹⁸² era outro hábito que causava grande prejuízo, segundo o autor: “se lhe derem liberdade, metade do seu tempo é para o *tereré*” (IDEM, 1939, p. 152).

Quanto à moral, o *guaranizado* era malicioso, uma *falha de caráter* que o tornava diferente dos demais trabalhadores do campo brasileiros. Ele não tinha a ingenuidade do caipira paulista, do nordestino e do mineiro. O autor cita casos em que teve de julgar essa população, afirmando ser impossível arrancar um testemunho de quaisquer de seus integrantes. Por isso, o autor defendia a coação física para modificar os costumes fronteiriços (IDEM, 1939, p. 125). Embora Melo e Silva não relacione diretamente essa população com o fenômeno do banditismo, uma clara intenção sua é a de desmoralizá-la quando lhe atribuía falhas de caráter. O autor não se debruçou sobre o fenômeno do banditismo, como os demais autores, em especial dos descritos na primeira parte deste trabalho, embora em várias passagens de sua obra alerte para o problema de segurança na fronteira. Uma única passagem se refere mais diretamente ao banditismo. Para Melo e Silva

¹⁷⁹ Corridas de cavalo.

¹⁸⁰ Segundo Melo e Silva (1930, p. 127), Francisco Franco da Rocha (1864-1933), médico e psiquiatra, e fundador do Hospital Psiquiátrico do Juqueri, em sua obra *A Doutrina de Freud*, interpretou o carnaval como um fenômeno que mostrava a “necessidade de regressar à infância durante alguns dias”.

¹⁸¹ As danças preferidas eram a polca paraguaia, a Santa Fé ou Chopin. Esta última, para Melo e Silva, tinha ritmo peculiar, sem influências “estranhas”. Para o autor, a Santa Fé lembrava vagamente as quadrilhas dançadas na Europa e na América, mas tinha característica singular. As danças apresentavam originalidade, sobretudo quando praticada pelos legítimos “representantes da raça” (IDEM, 1939, p. 128).

¹⁸² Bebida popular na fronteira. Mistura de erva-mate com água fria.

haveria, na verdade, uma “propaganda injusta contra o Sul de Mato Grosso”, uma interpretação equivocada sobre o banditismo no sul do Estado, algo *politicamente forjado* (IDEM, 1939, p. 116). O banditismo na fronteira seria causado pelo próprio meio físico e pelas dificuldades inerentes à política internacional, já que os criminosos mato-grossenses eram reduzidos. Apesar de reconhecer que o governo já tivesse planos e leis sobre o assunto, o autor achava que era preciso implantar ações efetivas. A maior parte da população, dizia, era bem intencionada, com exceção de “quem se ocupe de política e maldade” (IDEM, 1939, p. 117).

Para resolver o conjunto de problemas apontado, Melo e Silva sugeria que os homens fronteiriços fossem ensinados por culturas diferenciadas, próprias dos nacionais, como os nordestinos, por exemplo, acostumados ao trabalho metódico, diferentemente dos *guaranizados*, que não tinham *noção de propriedade* nem de nacionalidade e viviam no sul de Mato Grosso *como se fosse sua própria terra*, comportamento que, segundo ele, ocorria em todo território sul americano (IDEM, 1939, p.121). Como aceitar migrantes que não tinham as noções de propriedade e de nacionalidade numa região já ocupada? A demonstração da *diferença* serve ao autor para mostrar a “inferioridade” dos *guaranizados*, que precisavam ser modificados ou pela mistura de brasileiros, sobretudo do nordeste, onde se deu a “cruza mendeliana” – cujo produto eram homens que já tinham em seu sangue misturas de “sangue nórdico e ibérico” (MELO e SILVA, 1939, P. 276) – ou pela *mistura* com outros estrangeiros disciplinados pelo trabalho¹⁸³. Contudo, reforçava o autor, para atrair o trabalhador laborioso era necessária a atuação do Estado na fronteira, melhorando as condições de comunicação, transporte, segurança, dentre outras.

Nota-se, portanto, que suas inquietações acerca do trabalho na fronteira o motivaram a escrever. No entanto, ainda que a questão relativa ao trabalho fosse determinante, observa-se a incorporação de teorias racistas, responsáveis por uma interpretação preconceituosa e idealizada do homem da fronteira.

¹⁸³ O autor acrescenta, ainda, que seria vantajosa a colonização da área por europeus, de preferência portugueses, porque “entre nós não são estrangeiros” (IDEM, 1939, 278). Não pensava em introduzir portugueses somente, mas, também, outros colonos de etnias européias. O autor não acredita em problema de inadaptação, conforme “muitos sociólogos ainda cogitam” (IDEM, 1939, p. 278). Seria importante, portanto, mandar um pouco de “seiva européia” para dosar o sangue do homem nordestino, vacinado para todos os climas, como na Amazônia.

Como foi afirmado anteriormente, suas idéias podem ser relacionadas com o ápice do desenvolvimento de uma forma de pensamento nacionalista autoritário, comum às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Esse momento histórico, marcado por grande crise do capitalismo, testemunhou o colapso das propostas liberais e favoreceu o desenvolvimento de ideologias racistas e totalitárias¹⁸⁴.

Os efeitos dessa crise foram sentidos no pós-1930¹⁸⁵, período de desemprego e de um intenso colapso econômico, campo fértil que deu margem às críticas ao liberalismo. Essas críticas não foram formuladas apenas pela direita, mas, também, por grupos identificados com o socialismo, que já se organizavam no movimento operário e no partido comunista, e tinham como ideal a Revolução Comunista da Rússia. O temor de mais uma revolução socialista levou a burguesia em países como Alemanha, Itália e Japão, recém integrados à disputa pelo controle monopólico do mercado, a reagir violentamente contra o movimento operário. Essa foi, inclusive, a conjuntura que, explorada pela extrema direita, lhe permitiu abrir espaço para o desenvolvimento de movimentos nacionalistas e de ideologias racistas, cujos alvos principais eram os estrangeiros, negros e judeus, de molde a tornar as diferenças um grande “problema” (VALENTE 1999).

Esse foi, em resumo, o quadro internacional que colocava a necessidade de desenvolver as fronteiras internas e aumentar a competição contra a concorrência dos grandes monopólios. Criava-se, na verdade, um ambiente propício para o desenvolvimento de um nacionalismo autoritário. No Brasil, autores como Azevedo Amaral¹⁸⁶, Francisco Campos¹⁸⁷ e Oliveira Vianna¹⁸⁸, os nomes mais expressivos deste pensamento (FAUSTO, 2001, p. 28), emprestaram suas principais teses para a formulação do Estado Novo.

¹⁸⁴ Nas palavras de Hobsbawm (1995), referindo-se ao contexto de crise econômica que propiciou o desenvolvimento de ideologias nacionalistas, sobretudo, de extrema direita, “a Grande Depressão destruiu o liberalismo”. O nazi-fascismo é expressão de um movimento que demonstra uma profunda crise do liberalismo.

¹⁸⁵ Crise instaurada pela recessão de 1929.

¹⁸⁶ Antonio José do Azevedo Amaral (1881- 1942) era formado em medicina e atuou no jornalismo. Escreveu: **Ensaio brasileiro, A aventura política do Brasil, O Brasil na crise atual e O Estado autoritário e a realidade nacional**, publicados na década de 1930.

¹⁸⁷ Francisco Campos (1891-1968) foi Ministro da Educação e Saúde do Governo Vargas (1930-1932) e neste cargo formulou uma reforma de nível secundário e superior que levou seu nome, a Reforma Francisco Campos. Esteve profundamente envolvido com o Estado Novo (1937-1945), participando da formulação da Constituição de 1937 e ocupando o cargo de Ministro da Justiça (1937-1941). Foi responsável, também, pela elaboração dos primeiros decretos para instituir os atos institucionais da Ditadura Militar de 1964.

¹⁸⁸ Autor citado por Melo e Silva nas referências, ao final de sua obra.

Parte das idéias veiculadas por Melo e Silva sobre as *raças*, bem como sobre *mestiçagem*, foram produzidas com base nas teorias de Oliveira Vianna, autor identificado pelo historiador Boris Fausto (2001) como o principal expoente de uma teoria nacionalista autoritária¹⁸⁹. Pensando a constituição do povo brasileiro, Vianna faz a defesa da necessidade de valorizar o colono, o trabalhador brasileiro, sobretudo “os vaqueiros, os pastores, os criadores do São Francisco dotados de elementos eugênicos”. Os paulistas também vão se juntar a essa população: são os bravos bandeirantes, “linhagem copiosa de autênticos grandes homens”, dólicos-louros, presume o autor¹⁹⁰ (VIANNA, 1927, p.114-115). Melo e Silva incorpora a visão de Vianna, afirmando que os nordestinos poderiam se fixar na fronteira tornando-se fontes de bons exemplos, pois eram formados por uma *raça* que se diferenciava da população da fronteira. Apesar de ter em “suas veias sangue indígena”, o nordestino, segundo o autor, diferenciava-se do *guaranizado* pelas características morfológicas e fisiológicas. Isto porque possuía “uma boa dosagem de sangue nórdico e ibérico, denunciando características próprias desta raça”.

Oliveira Vianna fez parte da geração de pensadores nacionalistas que criticou a falta de originalidade dos intelectuais brasileiros, por reproduzirem teorias estrangeiras, algo a ser evitado para compreender o Brasil¹⁹¹. Os autores dessa corrente, imbuídos desta crítica

¹⁸⁹ Para Fausto (2001, p. 28), Vianna foi o principal expoente intelectual da corrente autoritária nacionalista e, apesar de não ter assumido cargos ou participado diretamente do Governo Vargas, formulou os programas de revisão constitucional e foi consultor do Ministério do Trabalho, tendo construído o arcabouço da legislação trabalhista e sindical, de cunho corporativista. O pensamento autoritário, ainda segundo Fausto (2001), diferencia-se dos regimes totalitários europeus – caso do fascismo e do nazismo – pela rejeição à constituição de um partido único que direcionasse a Nação. Para Vianna, no caso brasileiro, dadas as *características psicológicas* do povo, um líder ou um grupo de elite poderia representar a Nação. Segundo Vianna, “não há em nosso povo, na sua psicologia coletiva, condições para a constituição de uma mística viva e orgânica, uma mística que se apodere da alma nacional e a mova em um sentido nitidamente determinado, para um objeto preciso – como o nacionalismo imperialista dos italianos de Mussolini ou o nacionalismo racista dos alemães de Hitler. Uma pequena coorte ou falange de homens de elite poderá, aqui, tomar-se de uma mística e agir no sentido dela; não um partido, mesmo que ele represente uma minoria da Nação e seja o único partido militante (VIANNA, 1939, *apud* FAUSTO, 2001, p.11). De fato, para Fausto (2001, p. 11), tratava-se de defender a implantação do Estado Novo, personificando a imagem de Vargas, e justificando-o como líder de um movimento. Ainda, ressalta o autor, esse discurso de Vianna mostrava a clara intenção de separar a ditadura Vargas do movimento integralista, já esmagado um ano antes. Para os pensadores autoritários, não há espaço para a ação das massas, e, se é possível a transformação, ela terá de ser realizada por um grupo de elite.

¹⁹⁰ “[...] as nossas conclusões são muito conjecturais, embora baseadas nas mais modernas revelações da antropologia, da etimologia e da crítica histórica. Contudo, si nos fosse possível analisar, nos cemitérios do período colonial, os crânios dos bandeirantes antigos e da nossa primitiva ‘nobreza da terra’, como o fizeram nos cemitérios athenienses e romanos os modernos antropólogos europeus, talvez chegássemos a descobertas surprehendedentes, que viriam confirmar inteiramente essas conjecturas” (VIANNA, 1928, p. 115-116)

¹⁹¹ Segundo Costa (1956), Vicente Licínio Cardoso, Ronald de Carvalho, Paulo Prado, Oliveira Vianna, Manuel Bonfim e Azevedo Amaral pertenceram a essa geração.

e com os *olhos voltados para o interior*, produziram diversas obras com o intuito de entender as especificidades do povo brasileiro (COSTA, 1957, p. 422-423). A obra de Vianna, **Populações meridionais do Brasil**, por exemplo, foi formulada para entender o homem do interior, interpretado sob enfoque psicologizante e racista. Segundo Costa (1957, p. 429), Oliveira Vianna teria influenciado muitos jovens, os quais beberam “alguma ciência sociológica que, em má hora, os conduziria a uma vaga política direitista, a uma espécie de fascismo”. Ainda, segundo esse autor, as idéias principais de Vianna apresentavam três aspectos: “o sertão a somar ao país; a arianização dos grupos miscigêneos e a centralização política” (COSTA, 1957, p. 428).

Contudo, o determinismo racial de Vianna¹⁹² parece não ter sido incorporado plenamente por Melo e Silva, conforme será explicitado no item que trata da plataforma cultural e educacional do autor para a fronteira.

Essa discussão sobre a questão étnica como um *problema*, de fato, foi algo produzido pela crise do capitalismo dos anos 1920-1930. Como foi verificado, no caso do Brasil, como em todos os países ocidentais que acabaram adotando medidas econômicas protecionistas, a questão étnica vai aparecer nas políticas centralizadoras que almejavam a unidade da nação. No governo Vargas, essas políticas operaram efeitos, também, na fronteira.

Mas é preciso ressaltar que a discussão sobre *raça* não era nova, porquanto surgiu já em meados do século XIX e ganhou mais intensidade no final deste século¹⁹³. No Brasil, as primeiras tentativas de classificação racial surgem em meados do século XIX, com a ansiedade de se compreender um país recém liberto das peias de Portugal. Autores como Varnhagem, Capistrano de Abreu, Tobias Barreto e Silvio Romero são importantes referências nessa *redescoberta* brasileira.

Os intelectuais nacionalistas incorporaram o discurso sobre o racismo, mas não tinham como negar que havia uma extensa miscigenação no Brasil e, assim sendo, se não era possível substituir ou separar as *raças*, seria necessário, então, fazer um branqueamento, isto é, fazer com que o percentual do “sangue branco” preponderasse (FAUSTO, 2001).

¹⁹² “[...] a raça é, em última análise, fator determinante das atividades e dos destinos dos grupos humanos”. (VIANNA, 1959, p. 42)

¹⁹³ Segundo Hobsbawm (1997, p. 132), os maiores profetas do racismo alemão e francês são da geração da década de 1890. Ainda segundo esse autor, o termo eugenia data de 1883 (HOBSBAWM, 1988, p. 351).

Essas abordagens foram alimentadas pela incorporação de elaborações positivistas e evolucionistas, que reforçavam a necessidade de reformar a sociedade pela ciência¹⁹⁴. No fundo, a luta de classes na Europa, sobretudo a partir dos movimentos revolucionários de 1848, provocou uma tomada de posição da burguesia, que alertava para a necessidade de reformar a sociedade capitalista, já que o discurso da igualdade se tornava *problemático*. As diferenças sociais aumentaram tanto entre as classes de um mesmo país quanto entre os países que competiam pelo mercado mundial. Como explicar a desigualdade?

O positivismo comtiano procurou dar respostas à desigualdade do mundo capitalista e surgiu, nesse contexto, como teoria reformista que objetivava resolver o problema da *desordem social*. O progresso das nações mais avançadas, visto de forma evolutiva e linear pelo positivismo¹⁹⁵, era um modelo a ser seguido, e foi utilizado para classificar os povos em inferiores ou superiores. Aqueles que não conseguiam ascender na escala do progresso eram considerados inferiores. Na realidade, essa evolução não poderia ser igual para todos, segundo o positivismo, teoria que explicava as diferenças entre os homens não pela via econômica, mas pela étnica. Ou seja, haveria nações ou povos que se encontravam em estágio inferior e precisavam ser estudados, dominados e incorporados na civilização.

A defesa da existência de *raças puras* ou a implantação de experiências que visavam um possível melhoramento genético, por meio da miscigenação, foram então reforçadas pelo positivismo, pelo evolucionismo e também pela ciência, que, para explicar as chamadas *diferenças*, explorou as contribuições da Antropologia¹⁹⁶ e da Biologia¹⁹⁷.

¹⁹⁴ É importante frisar que houve várias gradações nas elaborações racistas, observando que dentre os intelectuais brasileiros da época há conceitos bastante diferenciados, embora grande parte tenha realizado uma interpretação idealista do povo brasileiro. Em **O caráter nacional brasileiro**, Dante Moreira Leite (2002) faz uma importante análise dessas elaborações e critica os intelectuais que tentaram atribuir características identitárias à população brasileira, com viés da psicologia sem se aprofundarem nas condições históricas do povo brasileiro. Além disso, a crítica de Leite (2002) procura mostrar que grande parte dos teóricos foram bastante superficiais nas análises, pois não levaram em conta a análise documental, não fizeram trabalho de campo e por isso não podem ser considerados científicos. A crítica mais demolidora desse autor recai sob Oliveira Vianna que, ao contrário dos demais, “não tinha dote de observador ou de teórico. O que nele parece teoria é pura imaginação gratuita, grosseira de deformação dos fatos, e teorias alheias” (LEITE, 2001, p. 291). Acerca da referida crítica a Oliveira Vianna, ver Leite (2001, p. 290-305).

¹⁹⁵ Ver a Teoria dos Três Estados, de Comte (1995, p.11).

¹⁹⁶ “O racismo tinha um papel central em outra ciência social que se desenvolvia rapidamente, a antropologia, uma fusão de duas disciplinas sensivelmente diferentes, a ‘antropologia física’ (basicamente derivada de interesses anatômicos e similares) e a ‘etnografia’, ou a descrição de várias comunidades – geralmente atrasadas ou primitivas [...] se a evolução biológica darwiniana sugeria uma hierarquia das raças, assim o fez o método comparativo aplicado na ‘antropologia cultural’, da qual *Primitive culture* (1871) de E. B. Tylor é a obra mais importante. Para E. B. Tylor (1832-1917), assim como para muitos que acreditavam no ‘progresso’ e observaram comunidades e culturas (que ao contrário dos fósseis humanos não haviam desaparecido), estas

Por outro lado, é importante destacar que esse *novo colonialismo* provocou formulações contrárias ao determinismo racista, oriundas de várias camadas, desde aquelas ligadas a setores operários¹⁹⁸ até as vinculadas à pequena burguesia nacionalista. Alberto Torres, por exemplo, foi a expressão mais importante de um pensamento contrário ao racismo e mais próximo da pequena burguesia. Seu nome constitui-se num marco e grande referência do nacionalismo brasileiro¹⁹⁹.

Retomando a análise de Melo e Silva, depois dessa necessária contextualização teórica, acentue-se que sua obra incorpora as motivações de nacionalização associadas às políticas de centralização do Governo Vargas, que se transformaram em projetos, em planos de colonização e em movimentos tal como a *Marcha para Oeste*, e, ao mesmo tempo, é expressão de como interpretava a realização mais apropriada dessas políticas na região de fronteira onde vivia.

Como foi visto, a partir da década de 1930, em razão das medidas de centralização do Governo Vargas e do contexto mundial, foram adotadas novas políticas de controle, impondo a centralização do poder. A Matte Larangeira, nesse contexto, sofreu perseguição do Governo Vargas que a obrigava a empregar trabalhadores nacionais em dois terços de sua força de trabalho. Além disso, estava sendo pressionada a desocupar o arrendamento do qual ocupara há quase 50 anos.

Além da Companhia Matte Larangeira, uma outra empresa citada por Melo e Silva também estaria sofrendo com a determinação da Lei dos Dois Terços. Era a Florestal Brasileira S/A, empresa instalada em Porto Murtinho, que explorava tanino e também empregava o *peão paraguaio* (IDEM, 1939, p. 232).

Esse foi o panorama encontrado por Melo e Silva, que, mesmo defendendo a nacionalização da fronteira e a modificação da *cultura* do trabalhador, não incorporou o

não eram diferentes por natureza, mas representativas de um estágio anterior da evolução no caminho da civilização moderna. Elas eram iguais à infância na vida do indivíduo. Isso implicava uma teoria de estágios – Tylor tinha sido influenciado por Comte – que ele aplicava (com precaução habitual de homens respeitáveis tocando esse assunto ainda explosivo à região.” (HOBSBAWM, 1997, p. 368)

¹⁹⁷ “Sob a forma de racismo, cujo papel central no século XIX nunca será demais ressaltar, a biologia era essencial para uma ideologia burguesa teoricamente igualitária, pois deslocava a culpa das evidentes desigualdades humanas da sociedade para a ‘natureza’. Os pobres eram pobres por terem nascido inferiores.” (HOBSBAWM, 1988, p. 351)

¹⁹⁸ Ver em Carone (1974, p. 258 e 259) a luta da Aliança Nacional Libertadora contra o fascismo e o integralismo.

¹⁹⁹ Para Iglesias, Torres é o ideólogo do nacionalismo brasileiro (IGLÉSIAS, 1982, p. VII).

discurso nacionalista contra a Companhia Matte Larangeira. Importante frisar que esse foi o único historiador a defender abertamente, à época, a companhia. Melo e Silva foi um dos seus maiores apologistas.

Para fazer a defesa da empresa, Melo e Silva se dirigiu à sua sede em Campanário, para conhecê-la e “estudá-la um pouco mais de perto” (MELO E SILVA, 1939, p. 261). Ainda nessa localidade, Melo e Silva observou todas as instalações da empresa: a organização do trabalho, a administração da cidade, suas obras, como o hospital, moradias, infra-estrutura etc. Ficou admirado com tudo que viu: cinema, ruas iluminadas, casas confortáveis com luz e água encanada, jardim, assistência médica “modelar”, “hospital de 1ª. Ordem”, tudo muito “perfeito e disciplinado, não somente para argentinos e paraguaios, como alguém dirá, mas para os filhos destes, que são brasileiros como nós, e para os outros brasileiros que lá se encontram, e que são muitos” (IDEM, 1939, p. 262). O autor descreveu acerca dos processos de elaboração da erva-mate, de seus equipamentos. Outro fator que impressionou Melo e Silva foi a organização do trabalho dentro dos domínios da companhia. Ao contrário do que se verificava fora dos domínios da Matte, onde os trabalhadores se divertiam, onde reinavam a “preguiça e a desordem”, lá tudo era feito na mais perfeita organização. Na empresa, podiam-se ver “ordem, organização e respeito, sem que se faça necessária a presença de um só policial” (IDEM, 1939, p. 262). Seus funcionários, afirmava, antes mesmo das leis de proteção ao trabalhador, já possuíam férias e aposentadoria. Isso era um exemplo para os demais Estados no Brasil – onde, segundo o autor, ainda existiam muitos funcionários públicos sem amparo, sem nenhum direito. No entanto, o autor escamoteia as relações de trabalho adotadas pela Companhia ao não fazer menção ao regime compulsório de trabalho reservado aos trabalhadores da elaboração do mate. Os trabalhadores beneficiados pela empresa, e citados pelo autor como beneficiários, na verdade, eram apenas aqueles que trabalhavam em sua organização administrativa e em Campanário. É importante registrar que a maior parte dos trabalhadores da Companhia ficava nos ranchos e lá dominavam as relações de trabalho brutais e desumanas, já descritas, na primeira parte deste estudo, com muita veracidade, por Serejo e Puiggari.

Mas na opinião do autor, a Companhia, ao contrário do que se dizia, tinha dado sua contribuição à nacionalização da fronteira, pois, mesmo empregando trabalhadores estrangeiros (paraguaios e argentinos), um dos fatos que a tornara foco de acusações, teria

sido responsável pelas poucas modificações que havia na região e que acabaram se transformando em benefício para o país (IDEM, 1939, p. 261). Além disso, Melo e Silva ponderava que estes trabalhadores eram conhecedores do gênero de trabalho e reconhecia ser impossível substituí-los (IDEM, 1939, p. 254). Outra incriminação sem fundamento, dizia o autor, era a de que a Companhia, por beneficiar o mate na Argentina, estaria trazendo prejuízo aos interesses nacionais. Segundo ele, ninguém tinha autoridade suficiente para acusar a empresa, porque, à época, permitia-se que outros produtos, muito mais importantes no cenário nacional, como o algodão e o café, fossem exportados como matéria-prima. Além disso, o beneficiamento na Argentina, um dos “nossos melhores mercados”, era um dos motivos que viabilizava a exportação do mate mato-grossense (IDEM, 1939, p. 257-258).

De certa maneira, o autor admite que a Matte, por ser uma empresa poderosa, detentora de muito prestígio, pudesse ter cometido os seus ‘erros’, mas “a paixão de muitos, que se acolhiam à sua sombra²⁰⁰, é que terá dado lugar a atos de desmando de que será ela, em rigor, a menos culpada e responsável” (IDEM, 1939, p.258).

Deduz-se, dessa forma, que o autor era contrário às propostas do Governo Federal para a eliminação da Companhia Matte Larangeira na fronteira e grande defensor do monopólio. De fato, a defesa da Companhia pode ser entendida, também, como combate aos comerciantes contrários ao monopólio²⁰¹.

Mas é possível apontar outra importante discordância do autor quanto à ocupação da fronteira por meio da pequena propriedade, forma tão defendida pelos comerciantes mato-grossenses, pelos nacionalistas e pelo Governo Vargas.

Ainda que tenha se posicionado a favor da transferência de nordestinos e de europeus para a fronteira – não apenas como trabalhadores, mas também como pequenos proprietários –, Melo e Silva considerava que a pequena propriedade não deveria ser estimulada em algumas regiões já ocupadas.

²⁰⁰ Possivelmente Melo e Silva referia-se a sub-empregados ou políticos que se beneficiavam de seu poder.

²⁰¹ Há algumas passagens em que o autor critica os “interesses regionalistas”. Numa delas, referindo ao Coronel Pedro Manvailer, prefeito da cidade de Ponta Porã, diz que ele colocara a cidade “rigorosamente dentro do espírito do Estado Novo, o que infelizmente não se verifica em alguns outros pontos em que, fermentam os ódios, prolifera a politicagem, campeiam a intriga, a mentiga (sic) e a desonestidade” (IDEM, 1939, p. 245). Ver, ainda, a crítica a Virgílio Corrêa Filho, nas páginas seguintes.

Sobre a legislação acerca das Comissões de Revisão de Terras da Faixa da Fronteira (Decretos-Leis nº. 1164, de 18 de março de 1939, e nº 4265, de 20 de junho de 1939), o autor considerava importante deter apenas os latifúndios improdutivos²⁰². Contudo, acreditava que grande parte das terras localizadas na fronteira não se destinava à agricultura, mas, antes, era útil para pasto, daí a necessidade de grandes espaços, em razão do volume do rebanho que muitas propriedades tinham (IDEM, 1939, p. 287).

Uma outra observação se faz necessária em relação à posição política de Melo e Silva. Como foi afirmado, ele traçou uma plataforma para a fronteira, pensando em todos os seus problemas. A crítica aos trabalhadores da fronteira, embora eivada de preconceito racial, pois fulcrada em uma idealização cultural e não em determinantes econômicos, era, na realidade, uma crítica à organização do trabalho, que, na sua visão, era precária, rotineira. Era possível averiguar que não havia investimentos em tecnologia na região, tornando elevado o custo da força de trabalho, o que fazia ascender, também, o custo das mercadorias.

Para resolver o problema do trabalho na fronteira, Melo e Silva sugeriu, ainda, o desenvolvimento da industrialização dos produtos locais, o que dependia de se atraírem capitais de outros centros. No trecho seguinte encontra-se uma síntese de sua plataforma.

Realizado na fronteira tudo aquilo que estão a exigir os princípios mais elementares de segurança nacional e os anseios sagrados de nossa consciência de povo livre; cultivadas aquelas terras magníficas com braço novo, decidido e forte; saneado o meio, onde moram ainda algumas endemias; detida por um Serviço de Saúde a marcha daquela gente para a ruína; providos os meios de transporte; resolvido integralmente o problema de ensino, e instalar-se-iam ali, do mesmo passo, as fábricas e usinas indispensáveis à industrialização dos produtos locais. Para isso concorreriam, necessariamente, os capitais de outros centros. (MELO e SILVA, 1939, p. 292-293)

Sua referência é o Estado de São Paulo, modelo de progresso. Logo, Melo e Silva via na industrialização e no desenvolvimento tecnológico a saída para a nacionalização: “São Paulo, portanto, cuja marcha para o progresso ninguém ousará deter, na expressão

²⁰² Baseava-se ele nas “idéias eternas” de Monte Arraes, “sociólogo e jurista emérito”, expostas no livro **Do poder do Estado e dos seus Órgãos Governativos**, escrito para orientar o trabalho da Constituinte de 1934 contra a especulação de terras. Infelizmente, confirma Melo e Silva, não foi dado à “publicidade em sua época mais oportuna”. Segundo Arraes, as terras, mesmo que de título legítimo, deveriam ser, obrigatoriamente, aproveitadas para a produção. A valorização da propriedade rural só seria justa se ao menos o proprietário tivesse realizado melhoria; se fosse meramente para locação, ela deveria ser “reputada de procedência coletiva” e as vantagens deveriam ser distribuídas entre o proprietário e o Estado (IDEM, 1939, p. 286).

forte de seu atual dirigente, o preclaro Dr. Adhemar de Barros, é o espelho em que se devem mirar os que anseiam (sic) pela felicidade do Brasil” (IDEM, 1939, p.293).

O “nacionalismo” de Melo e Silva parece estar mais ligado a uma concepção de desenvolvimento capitalista na qual se fazem presentes as idéias de modernização e de maior presença do Estado na economia. Nela não há lugar para a ideologia nacionalista pequeno-burguesa. De fato, o autor proclamou a necessidade de nacionalização das fronteiras, mas não pregou as bandeiras econômicas defendidas pelos nacionalistas, não confrontou o capital financeiro ou, segundo a expressão mais comum à época, não confrontou o *capital estrangeiro*.

Merece ser ressaltada outra questão, ainda referente às ideologias incorporadas pelo autor. Além de ter inserido em suas análises ideologias racistas e autoritárias, juntou à sua discussão idéias caras à Igreja Católica, sobretudo aquelas difundidas por Alceu Amoroso Lima, intelectual reconhecido como uma de suas principais influências. Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo Tristão de Athaíde, foi um dos mais importantes intelectuais leigos da Igreja Católica e herdou a *missão* de retomar influências perdidas na Primeira República em consequência dos ataques positivistas e da reforma laica.

Amoroso Lima substituiu esse encargo de Jackson de Figueiredo, morto com 37 anos, em 1928, fundador da revista *Ordem*, em 1921, e do Centro Dom Vital²⁰³, em 1922, ambos com conteúdo bastante reacionário. Jackson de Figueiredo foi considerado o grande renovador do laicato católico brasileiro (MOURA & ALMEIDA, 1990, p. 341) e a primeira expressão leiga da reação católica contra as idéias socialistas (COSTA, 1957, p. 416). Lima ocupa, então, o vácuo deixado por Figueiredo e continua com o trabalho político de difundir o movimento neotomista no Brasil.

À morte inesperada de Jackson de Figueiredo em 1928, introduz uma nova liderança leiga no Centro. Trata-se de Tristão de Athaíde, cuja pretensão maior será a de possibilitar uma adequada fundamentação intelectual e dogmática para os princípios católicos, visando na verdade os mesmos objetivos. Tratar-se-á de ‘cristianizar’ a elite intelectual e mesmo política do país (CURY, 1986, p. 16).

²⁰³ “[...] no afã de recompor inteligência e fé, Jackson funda a revista ‘Ordem’, a qual passa a veicular idéias católicas, apologizando-as e exorcizando as contrárias”. A fundação do ‘Centro Dom Vital’ em 1922, se vincula à necessidade de formação de quadros católicos atuantes e atuadores no panorama nacional.” (CURY, 1986, p. 15-16)

A doutrina católica influenciou, por exemplo, a interpretação que o autor deu aos *problemas morais* da fronteira. Além dos costumes já apontados, avessos ao *progresso*, Melo e Silva considerou a *religiosidade grosseira* dos *guaranizados* incompatível com os costumes da nação brasileira.

O autor cita algumas tradições religiosas arraigadas em credences, mitos e preconceitos, que eram fatores desviantes da civilidade almejada por ele, algo jamais encontrado nos ensinamentos dos mestres jesuítas²⁰⁴. Um dos costumes concernentes à religiosidade *deturpada* dos *mestiços* era a santificação de muitos dias do mês sem autorização da Igreja; alguns, segundo ele, eram adaptados da má versão do castelhano para o português, como era o caso de *Santa Livrada*, entidade inventada pelos *guaranizados*. Os trabalhadores resistiam às mudanças dos dias santos inventados, mesmo que por meio de decretos, pois, para ele, não iriam perder mais um dia para *farras e fuzarcas*: “ai daquele que trabalhar no dia de Santa Livrada” (IDEM, 1939, p. 137). Mas nota-se, também, que a religião não é a questão que o move e, sim, os costumes que desviavam os *mestiços* do trabalho.

Melo e Silva inventa uma unidade moral de tipo católico para explicar a idealizada união da Nação Brasileira. Nessa perspectiva, a unidade nacional era explicada pela identidade religiosa da população brasileira: “o Brasil sempre se formou à sombra do cristianismo, sempre manteve a contextura de sua unidade moral a despeito da vastidão de seu território.” (IDEM, 1939, p. 165). Em outras palavras, Melo e Silva realiza uma idealização da religiosidade ao defender a existência de um mesmo padrão moral em todos os recantos do Brasil, uma moral de tipo cristã. Na verdade, a unidade moral, baseada numa

²⁰⁴ O autor ressalta a forma de prestar culto aos mortos, em que mais se manifesta o princípio “grosseiro” da crença. Afirma que muitos costumes praticados no culto aos mortos são resquícios do primitivismo dos índios. O modo como choram seus mortos, prática reservada apenas às mulheres, foi analisado por Melo e Silva. Ele observava que era um choro desregrado, louco, exagerado, tendo sido descrito por autores como Cecílio Baez, na obra **Los guaranies, sus usos y costumbres**, pelos jesuítas e por Estevam Pinto, em **Os indígenas do Nordeste** (IDEM, 1939, p. 129). Esse traço, segundo Melo e Silva, ainda poderia ser verificado em seu tempo. A prática de exposição de comidas e bebidas para os mortos foi comparada ao animismo fetichista dos negros, conforme estudo do Dr. Nina Rodrigues, em **Animismo Fetichista dos negros baianos**. O autor também cita Gilberto Freyre, que, em **Sobrados e Mucambos**, ajuda a compreender a interpretação que dão os guarani à morte infantil, pois dos velórios o mais alegre é o das crianças. Segundo Melo e Silva, *o ilustrado sociólogo* registrou que, na época colonial, as crianças eram consideradas seres iluminados, anjos. A morte de uma criança era motivo de alegria. Deduz Freyre que esse credo foi inculcado pelos jesuítas a fim de não ocorrerem revoltas contra os brancos e contra eles próprios, devido à grande mortandade de crianças índias quando da chegada dos colonizadores. Possivelmente, conforme Melo e Silva, os guarani teriam reproduzido a mesma crença que os seus antepassados (IDEM, 1939, p. 131).

unidade cristã, nunca se concretizara no Brasil²⁰⁵; aliás, a Igreja Católica nunca pregara o nacionalismo, pois sempre fora universalista. Se, na voz de seus ideólogos, a Igreja uniu nacionalismo e religiosidade, foi para compor com o Estado Nacional, da mesma forma que, no passado, havia composto com a burguesia, quando foi ameaçada pelas idéias que a reforma laica gerara sobre seu poder, numa política que ora propunha um direcionamento político contrário à modernidade, ora conciliava com algumas de suas teses (MANOEL, 2004, p.136).

Todavia, se com o liberalismo a Igreja conciliava, com o comunismo não houve qualquer acordo. A diferença residia em que a burguesia, mesmo tendo criticado o dogmatismo religioso e diminuído o poder da Igreja nas instituições que o Estado começava a administrar, como a escola, ela lhe permitia atuar em outros espaços, ao passo que o comunismo, mais radical, defendia a extinção da Igreja. O corporativismo católico reagiu às idéias que minavam sua atuação e conciliou com a burguesia na luta contra o comunismo. A burguesia, por sua vez, em épocas de grande agitação e instabilidade, na luta contra o movimento operário, necessitou do apoio da Igreja e do poder que ela ainda exercia sobre seus devotos. Assim, o Estado, em momentos de crise, pactuou com a Igreja, sobretudo numa luta comum a ambos: a luta anti-comunista.

Discutindo o significado das concordatas na Itália, Gramsci (1991, p. 304) questionava de que forma o Estado poderia se beneficiar do apoio da Igreja:

O Estado obtém uma contrapartida? Certamente, mas obtém no seu próprio território e no que se refere aos seus próprios cidadãos (e neste caso dir-se-ia o governo) que a Igreja não dificulte o exercício do poder, mas favoreça-o e sustente-o, assim como uma muleta sustenta um inválido.

No Brasil, o momento propício para que a Igreja voltasse a exercer influências perdidas nos primeiras décadas da República se deu a partir da década de 1930, no Governo

²⁰⁵ Desde os estertores do feudalismo a Igreja entrara em decadência devido à perda de hegemonia, causada pela ascensão burguesa. Sua decadência foi observada em toda a Europa, e, no Brasil, embora o catolicismo tenha adquirido hegemonia frente a outras religiões, jamais foi uniforme nas suas formas de realização, tendo que compor com crenças e superstições. Não se está referindo-se somente ao sincretismo disseminado entre os escravos, mas, também, ao comportamento de membros da própria Igreja, que fugiram aos preceitos do “moralismo” pregado por essa instituição. Veja o que diz Costa ao citar Gilberto Freyre: “Num país como o nosso, recentemente liberto da sujeição colonial, o clero guardava ainda os antigos hábitos dos tempos coloniais: ‘Em certas zonas do interior de Pernambuco, escreve Gilberto Freyre, tradições maliciosas atribuem aos antigos capelães de engenho a função útil, embora nada seráfica, de ‘procriadores’ [...] O clero adaptara-se e vivera na sociedade patriarcal. Respeitado por todos, usufruindo dos bens que possuía e que nunca lhes foram reclamados, dando-se bem com o regalismo, vivia em paz com o povo, acariciando-lhe as superstições porque, de fato, estava também impregnado por elas”. (COSTA, 1956, p. 119-120).

Vargas. Aproveitando a luta anticomunista, que os aproximava, e a necessidade de apoio colocada para o novo regime, a Igreja conseguiu ter seu reconhecimento dentro dele, sobretudo por meio de seus elementos mais importantes, como Francisco Campos, ministro da Educação. Campos foi um dos principais articuladores para a introdução do ensino religioso nas escolas, uma das lutas travadas pela Igreja Católica desde que se instituiu o ensino laico na Constituição de 1891 (CURY, 1986, p. 17).

Outra observação com relação às idéias católicas se faz necessária. Ainda que Melo e Silva tenha defendido a existência de uma perfeita união católica no país, houve momentos em que o autor reconheceu algumas *imperfeições e deficiências* na formação do povo brasileiro, que, no entanto, poderiam ser explicadas por motivos de ordem social. O individualismo, para ele, criara raízes desde o período colonial e se disseminara em “todos os sentidos” (IDEM, 1939, p. 166). O autor fala de “profundos antagonismos” no país, que resultaram em atraso, sobretudo em sua organização econômica. Exemplifica esses *antagonismos* referindo-se ao movimento de Canudos, citando Euclides da Cunha, “o sociólogo vidente e quasi asceta”, que teria interpretado esse acontecimento como “o fundo contraste entre o nosso modo de viver e o de rudes patrícios” (IDEM, 1939, p. 166). Embora reconheça o caráter social do movimento, o autor quer caracterizá-lo como pouco significativo na totalidade da história brasileira: ele o chama de pequena *erupção social* que, na verdade, não traduziu a vontade do povo. Teria sido causado pelo individualismo, o mesmo individualismo burguês de que Comte reclamara no século XIX, provocador de cisões na sociedade. Impondo a contenção dos chamados “impulsos egoísticos” das classes, Comte propusera a convivência harmoniosa da sociedade graças à preponderância de um *altruísmo* a ser desenvolvido tanto no seio das classes dominantes quanto no dos trabalhadores. Mas se uma nova moral, para Comte (1992, p. 19), realizar-se-ia pela via da ciência e do progresso, para Melo e Silva, ela cumprir-se-ia também pelo cristianismo.

Observa-se, também, que os conservadores ligados à Igreja rejeitaram movimentos como os que lembravam Canudos. Estes eram vistos por eles como movimentos fanáticos, ainda que tivessem componentes religiosos. Afirmava Melo e Silva que as chamadas “convulsões no organismo social”, bem como as “explosões de grande violência”, foram evitadas por “forças frenadoras” arraigadas no sentimento de moralidade do povo brasileiro, patrimônio guardado na consciência da maioria, e indicativas de um mesmo

padrão de moral que estabelecia a “guarda da honra da mulher, a defesa do santuário do lar e da família”, ou seja, a moral cristã (IDEM, 1939, p. 167).

Assim, na perspectiva do autor, se a moral no Brasil era uniforme, não se poderia dizer o mesmo na fronteira²⁰⁶.

Ainda com relação às idéias difundidas pelos intelectuais ligados à Igreja Católica, é possível verificar a preocupação do autor com certas *idéias comunistas* incorporadas entre os *guaranizados*.

Como foi dito, Melo e Silva preocupou-se em realizar um estudo sobre as origens da *cultura guarani*, observando os fatores que teriam influenciado a transformação da *raça* e indicando modificações nos costumes com os olhos voltados para a questão trabalho. Mesclou positivismo, evolucionismo, racismo, teses nacionalistas e idéias defendidas pela Igreja Católica. Para tanto, o autor utilizou a historiografia, a etnologia, a psicanálise, o neotomismo e cronistas da Companhia de Jesus. Ainda que as discussões sobre *raça*, cultura e evolucionismo sejam marcantes no autor, as idéias correspondentes parecem ter sido usadas como argumentos teóricos para combater uma questão mais urgente. Essa preocupação aparece, na interpretação do autor, ao se referir às conseqüências de um tipo de pensamento, o marxista, entre os trabalhadores da fronteira.

De fato, Melo e Silva incorpora a discussão nacional contra o comunismo e contra o marxismo e, para essa missão, busca suas *armas* na historiografia liberal²⁰⁷ e no neotomismo²⁰⁸. Enfim, usa do ecletismo para combater uma corrente de autores hispano-americanos que reivindicavam o *verdadeiro sentido da civilização guarani* (IDEM, 1939,

²⁰⁶ É importante relatar, no entanto, que há um momento em que o autor atribui o desvio moral dos *guaranizados* a problemas sociais. É o caso da prostituição, que decorria do “estado atual da sociedade”, isto é, de fatores como casamentos infelizes, pobreza, abandono das jovens, dentre outros. E, pela primeira vez, não atribui esse problema à *raça*, culpando a população da fronteira de maneira geral. Dos que se fixaram na fronteira, diz, poucos resistiam, porque acabavam se acostumando ao meio, e, longe de seus grupos de convívio educacional, perdiam as referências. A Justiça tornava-se impotente, para Melo e Silva, pois, por estar isolada de tudo e pela falta de apoio e colaboração do meio em que se vivia, pouco podia fazer. O autor relata, inclusive, o caso de um fazendeiro de Bela Vista que se aborreceu com a Justiça porque um de seus peões seria punido devido a um estupro cometido contra uma menina de 14 anos. Também relata o caso de uma senhora paraguaia que solicitava providências para solucionar o caso de sua filha, que havia sido raptada e desvirginada. O autor percebeu que ela estava encaminhando a denúncia com intuito de cobrar uma indenização. Antes que fossem tomadas as primeiras providências, a referida senhora sumiu da comarca e descobriu-se, depois, que ela havia vendido sua filha. Não recebendo o pagamento, tentou, por meio da Justiça, reaver sua filha. Comprovou-se através de exame que a mãe havia mentido para o “comprador”, pois sua filha não era mais virgem (IDEM, 1939, p. 174).

²⁰⁷ Varnhagem, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, Rocha Pombo, Robert Sothey e João Ribeiro.

²⁰⁸ Sobretudo, ampara-se nas idéias de Tristão de Athayde.

p. 21). A polêmica principal se manifesta na discussão sobre a *cultura guarani*, isto é, sobre a origem e o grau de evolução da *cultura guaranítica*. Os autores “comunistas”, segundo Melo e Silva, consideravam a *raça guarani* herdeira dos astecas e incas e afirmavam que todo o patrimônio destruído pelos espanhóis fora roubado dessa “família indígena”.

Para o autor, essa corrente induzia o *guaranizado* a aceitar *idéias marxistas*, ao alegar que o comunismo teria sido a primeira forma de governo do povo paraguaio. O autor refuta essa tese, que, dizia, entrava em confronto com as narrações dos jesuítas, que nada afirmaram acerca de os guarani pertencerem a uma civilização adiantada. A primeira organização reconhecidamente civilizatória, de acordo com autor, foi aquela que os jesuítas construíram.

De fato, essa era uma visão que precisava ser combatida, pois poderia atrapalhar seu projeto para a fronteira. Era grande o temor do autor de que idéias difundidas pelos movimentos socialistas pudessem influenciar a população trabalhadora da região.

A principal figura dessa corrente, segundo Melo e Silva, era o Dr. Moisés Santiago Bertoni²⁰⁹, seu principal interlocutor. O suíço Bertoni era naturalista e migrou para o Paraguai no final do século XIX. Publicou mais de trezentas obras no seu campo de atuação, a botânica, utilizando sua própria tipografia *Ex Sylvis*. Escreveu duas obras específicas sobre os guarani, **Resumen de prehistoria y protohistoria de los países guaranis**, publicada em Assunção, e **La Civilización Guarani**, publicado em 1927, em Porto Bertoni, Paraguai. Melo e Silva teve acesso às duas obras, citadas em seu livro. Há

²⁰⁹ Bertoni nasceu na Suíça em 1857. Era formado em ciências naturais e, ainda em sua terra natal, com sua mãe, funda o primeiro observatório meteorológico de Tessin. Inicia sua trajetória profissional, a convite do governo suíço, para organizar a rede meteorológica do país e publica seus primeiros trabalhos científicos na Revista Científica Svizzera (FUNDACIÓN, 2004). Segundo Alí-Brouchoud (2003), Bertoni era anarquista e tinha participado de movimentos políticos na Europa. Foi influenciado pelo geógrafo francês Reclus, intelectual que colaborou com Bakunin. Reclus fora expulso da França, logo após ter participado da Comuna de Paris, vindo a instalar-se na Suíça, onde influenciou o pensamento de Bertoni, convencendo-o a fundar uma comunidade agrícola socialista. Reclus, que havia passado pela América do Sul – Brasil, Uruguai, Argentina, Colômbia –, sugeriu o território de Misiones, na Argentina. Bertoni parte para a Argentina em 1883. Em Misiones inicia pesquisas na área da Botânica, Zoologia, Meteorologia, Etnologia etc. Em 1887 transfere-se para o Paraguai (Yaguarazapána) e, em 1894, funda na região do Alto Paraguai, fronteira com o Paraná, a Colônia Guillermo Tell, hoje Porto Bertoni. Lá continua seus estudos já iniciados na Argentina. Além de realizar estudos botânicos, Bertoni almejava fundar naquele lugar uma colônia socialista inspirada na forma de organização dos guarani. Em 1896, funda a Escola Nacional de Agricultura em Assunção e a dirige por nove anos. É responsável, também, por organizar, em 1903, a Sociedade Nacional de Agricultura. Em 1905 participou, como enviado do governo paraguaio, do Terceiro Congresso Científico Latino -Americano no Rio de Janeiro e, em 1922, do Congresso Científico Internacional Americanista, onde apresentou trabalhos sobre Geologia, Meteorologia, Antropologia e Etnologia guarani (FUNDACIÓN, 2004). Ficou conhecido, ainda, por ter popularizado a stévia, planta originária do Paraguai, utilizada como adoçante natural.

também outros historiadores que o autor assinala como defensores dessa concepção, como Gavilan²¹⁰, por exemplo. Bertoni, contudo, parece ter sido influenciado por um *nacionalismo paraguaio* em suas análises e não propriamente pelo marxismo.

Segundo o autor, Bertoni acreditava ter existido, antes de Colombo, a “Grande Confederação Guaranítica”, esparramada pela América do Sul. De acordo com Melo e Silva, para o naturalista suíço, o guarani seria o puro comunista, “o homem sul-americano por excelência” (IDEM, 1939, p. 22). Segundo ele, Bertoni afirmava, ainda, que os guarani já possuíam uma organização estatal; pertenciam a uma civilização adiantada antes da colonização européia. Para essa corrente, o vocábulo “guarani” tinha uma significação tão ampla que compreendia mais da metade do continente americano, com exceção de algumas “raças” consideradas inferiores.

Bertoni falava com “irritação” da identidade do tupi com o guarani, já que, na sua interpretação, os tupi eram de uma civilização inferior e inimigos dos guarani. Melo e Silva recusa e combate a idéia de que os tupis eram considerados inferiores. Utilizando-se da “História”, isto é, de textos dos jesuítas e da historiografia, expõe hipóteses, cita autores e suas referências. E faz isso tentando reabilitar o trabalho dos jesuítas, não permitindo que “interesses de seita” tentassem desvirtuar o trabalho dos inacionos.

De qualquer maneira, argumentava, se os espanhóis destruíram a civilização dos astecas, maias e incas e os escravizaram, devastando a beleza dessas culturas, outros europeus, no século XVII, “içando o estandarte da fé cristã”, entraram no Paraguai e lá construíram uma grande civilização. Para Melo e Silva, se há uma civilização que deve ser reconhecida – e que esses autores não querem reconhecer – é a civilização que os jesuítas construíram no Prata.

[...] não interessa a existência dessa organização que os padres da Companhia de Jesus deram às diversas reduções de índios a seu cargo. E assim tudo farão para gerar uma certa confusão em torno da existência desse estado, onde os jesuítas mantiveram um governo de admiráveis conseqüências práticas. (IDEM, 1939, p. 31)

Para o autor, a defesa da existência da Confederação Guaranítica tinha a intenção de encobrir a organização dos jesuítas. Na sua opinião, apesar de “ódios velhos”²¹¹ tentarem

²¹⁰ Não encontramos nenhuma referência deste autor em bibliotecas, internet e catálogos bibliográficos.

²¹¹ É interessante observar que a expressão “ódios velhos”, possivelmente uma referência à política de Pombal e ao Iluminismo, não eram tão “velhos” assim. Foi somente a partir do século XVIII, em razão do

destruí-la, esses missionários conseguiram fincar suas raízes na alma do povo brasileiro (IDEM, 1939, p. 32).

Melo e Silva observa, então, que o mesmo fato histórico poderia servir a interesses políticos diferentes.

Enquanto uns, sem atinar o sentido daquele momento guarani, acusavam de comunismo os jesuítas, como fez Juan Bautista Alberdi, em seu livro 'Bases'; ao mesmo tempo que lamentam outros, tenham os padres legado a Rodrigues de Francia aquilo que chamam de funesta utopia²¹² Gavilan, disseminador de idéias marxistas ruma caminho diferente, mas sempre golpeando a justiça. Defende o Governo de Francia, a quem chama de herdeiro e continuador da Grande Confederação Guarani, sem atribuir, porém, ao filho de Inácio de Loiola a criação dessa obra. Não lhe convém que apareça o padre na construção de tão belo monumento (IDEM, 1939, p. 83-84).

Melo e Silva alerta, então, sobre o perigo que essas teorias traziam aos *guaranizados*, eis que elas difundiam a

[...] falsa afirmativa de que lhes roubaram a felicidade; convencendo-os de que foram donos de uma civilização que os europeus destruíram com o auxílio do padre; minando o sentimento religioso de uma raça para edificar a sociedade à base da matéria e do ateísmo, a bandeira do verbo moscovita é a restauração do comunismo, sob o fundamento de que este foi a primeira forma de governo do povo paraguaio. (IDEM, 1939, p. 89)

Assim, armado de estudos arqueológicos já comprovados, fatos registrados e documentados de escritores de renome e confiança, bem como da demonstração *viva* do patrimônio deixado pela Igreja na presença dos jesuítas, o autor combate o pensamento materialista e apela para o espiritualismo. Para ele, haveria um abismo entre o comunismo propagado pelas idéias de Marx e o comunismo cristão no Paraguai, porquanto “o espiritualismo não se pode confundir com o materialismo” (IDEM, 1939, p. 90). Para o autor, o comunismo, no sentido do espiritualismo, é o homem vivendo na terra, mas voltado para o céu, ao passo que o comunismo propagado pelas idéias de Marx é “mero aparato de utilidade terrestre, [o] homem exclusivamente voltado para a matéria” (IDEM, 1939, p. 90). No Paraguai, dizia o autor, os missionários fizeram comunismo unindo matéria e espírito, de acordo com a índole *inocente e infantil* do índio.

fortalecimento econômico da burguesia, possibilitado pela Revolução Industrial, que essa classe teria amadurecido sua proposta e radicalizado politicamente suas posições. De fato, é de um período anterior, na transição do feudalismo para o capitalismo, a crítica burguesa à Igreja, mas a conjuntura histórica não favorecia a derrubada da Igreja enquanto poder dominante.

²¹² O autor refere-se à obra **Conflictos de las Razas**, sem, no entanto, citar sua autoria.

E por esse motivo ele considerava um absurdo tentar convencer os *guaranizados* a aceitar idéias marxistas sob a alegação que as doutrinas estavam relacionadas com a tradição comunista do índio. O *comunismo* guarani, “à base do homem matéria e espírito não pode acomodar-se ao comunismo russo” (IDEM, 1939, p. 91), regime que repugna a índole e tradição indígena, pois se constitui doutrina que recusa o poder divino e está assentada em “mentira e impostura”.

O Deus dos cristãos, como qualquer outra divindade, diz ele [Marx], não passa de reflexo do sistema capitalista dominante.

A religião nada mais representa que a ‘projeção das injustiças sociais vigentes na vida terrestre’ sendo portanto, ‘ópio para o povo e um entorpecente paralisador, de efeito funesto’ (IDEM, 1939, p. 91).

Para Melo e Silva, era necessário combater essas idéias incoerentes. O autor evocava, então, a *tradição e a índole indígena*, incompatíveis com as idéias marxistas: “Decididamente não é entre a descendência guarani, cujos antepassados viveram em plano diverso, que se devam instalar tais doutrinas, em absoluto aberrantes da sua índole e tradições” (IDEM, 1939, p. 92).

Assim, Melo e Silva, numa tentativa de assegurar a ordem e o trabalho na fronteira, apelou também para o neotomismo.

Oito anos após ter sido editada **Fronteiras Guaranis**, José de Melo e Silva escreveu outro trabalho, intitulado **Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso** (1948). Publicado pela Imprensa Nacional, no Rio de Janeiro, este livro não tem por objeto a fronteira, mas todo o sul de Mato Grosso, que inclui a região fronteiriça. Nele, o autor traçou, inclusive, os contornos do que ele chamava de *Sul de Mato Grosso*²¹³.

Grande parte das idéias defendidas em **Fronteiras Guaranis** é reafirmada na referida obra. Contudo, o autor parece estar mais à vontade para tratar de assuntos antes subentendidos, como algumas críticas ao regionalismo e à política de Vargas. A obra também é mais incisiva no que se refere às cobranças feitas ao Governo Federal, deixando escapar certa ironia ao tratar de assuntos antes expostos sutilmente. O retorno das instituições democráticas, como as convocações das eleições diretas e da liberdade de

²¹³ “A faixa de solo limitada pela margem esquerda do rio Taquari, desde a sua desembocadura no Paraguai, até suas nascentes superiores nas raias da Caiapônia, contornada pelas águas do arroio Sujo, pelas divisas goianas, inclusive o Aporé, em todo o seu curso, pelas barrancas ocidentais do Paranaíba e do Paraná, e finalmente pelas extremas das vizinhas repúblicas boliviana e paraguaia – tem a denominação de ‘Sul de Mato Grosso’ ”. (MELO E SILVA, 1948, p. 7)

imprensa, a partir de 1946, provavelmente, possibilitou a devida abertura para que o autor manifestasse suas posições com um pouco mais de objetividade e clareza. Há um trecho da obra, inclusive, em que o autor comemora a abertura política.

Atravessamos no Brasil uma hora de inquietação, mas de liberdade. Após um longo período de silêncio, em que se teve a palavra tolhida, não sendo permitida a manifestação do pensamento, se não quando esta redundava em elogios às figuras do regime ditatorial, e como forma de propaganda dos governos de força, atingimos, afinal, uma época de garantias para a apreciação de fatos e idéias. (MELO e SILVA, 1948, p. 120)

Acreditava, porém, que a *desordem econômica*, a fome, a carestia, a miséria ainda afligiam grande parte da população. Por isso, continuava defendendo a transferência de trabalhadores de outras regiões mais carentes, sobretudo dos que sofriam com a seca do Nordeste, para o Centro-Oeste, onde havia muitas terras para colonizar. Mas era preciso dar assistência ao homem do campo e isso só seria possível se fossem empregadas “as somas que se gastam com superficialidades, com embaixadas desnecessárias, com representações inúteis, com mil outras coisas exigidas criminosamente dos Governos para manter o filhotismo e o sinecurismo” (MELO E SILVA, 19487, p. 121).

Sua crítica, apesar de respeitosa, era bastante incisiva.

Não queremos negar ao atual govêrno da República nem mesmo aos seus antecessores, ausência de bons propósitos. Entendemos, entretanto, que todos eles têm sido atraídoados pela maioria dos seus prepostos e colaboradores.

Não é colaborar com os Poderes Públicos manter propagandas irritantes e desonestas.

O operário nú e faminto, o funcionário público que se estiola na miséria e no abandono na maioria dos Estados da Federação Brasileira, transportou-se muita vez ao mais alto grau de revolta, quando se proclamava pelo rádio que êle desfrutava magnífica situação de conforto e de garantias. E essa foi a mais reprovável das preocupações da ditadura. [...] Quem já se encontrava nesse rincão, quando foi dado o grito de ‘Rumo ao Oeste’, que ecoou impressionantemente em todos os recantos do País, contava, na certa, com uma pronta ação dos governos. Isso porém, não aconteceu. (MELO E SILVA, 1948, p. 102)

Melo e Silva citava outro problema relativo ao povoamento que não fora resolvido pelo Governo passado. Referia-se ao caso da ocupação de terras do município de Herculânea²¹⁴. Afirmou que as terras antes pertencentes ao Conde de Prates estavam sendo povoadas por *famílias nacionais* que produziam vários gêneros agrícolas. Contudo,

²¹⁴ Atualmente a denominação deste município é Coxim.

segundo o autor, os referidos agricultores foram desalojados pelos proprietários que resolveram vender as referidas terras a “fazendeiros abastados, que as vão cobrindo de capinzais para engorda de seus rebanhos” (MELO E SILVA, 1948, p. 104). Dessa forma, para ele “era de esperar-se, em face daquilo que se lê em nossa legislação social, nos cartazes de propaganda, e do que se ouviu por muito tempo nos indigestos discursos da Hora do Brasil, que se decretasse uma desapropriação daquele solo [...]” (MELO E SILVA, 1948, p. 104). Mas, segundo o autor, mesmo diante dos apelos da população, essa situação não se reverteu.

O autor considerava que esse tipo de problema acabava alimentando as idéias socialistas, sobretudo no campo, onde os princípios desta corrente iriam se tornar realidade se o Governo não voltasse os olhos para quem nele vivia: “o homem do sertão, já meio avisado dessas doutrinas que desorientam os que vivem no turbilhão das ruas, anseia pela reivindicação de suas prerrogativas; já tomou pé na realidade da vida e já sentiu o contato com o seu direito” (MELO E SILVA, 1948, p. 104-105). Mas, mesmo defendendo a distribuição de terras àqueles que necessitavam dela, reforçava sua idéia, já veiculada anteriormente, de que essa distribuição não poderia ser realizada onde os “pioneiros” já haviam fincado as suas propriedades (IDEM, 1948, p. 100-101).

Na obra em referência, de maneira mais contundente, o autor cobra uma ação do Estado, expondo claramente sua posição quanto à necessidade de interferência do Governo da União na fronteira. Comentando os graves problemas da região, afirma que já teria alertado anteriormente, em **Fronteiras Guaranis**, sobre essa necessidade de interferência do Governo na região e dirige suas reivindicações especialmente ao Governo Federal. Na verdade, escreve, teria identificado o Governo Federal pelo sinal de maiúsculo nas letras “g” e “e”: [...] escrevíamos ‘Govêrno’ e ‘Êle’ com maiúsculas, para deixar bem assinalado que só a União Federal podia salvar aquela faixa da Pátria Brasileira” (MELO E SILVA, 1948, p. 115).

Entretanto, apesar de seu inconformismo e da crítica exposta, nota-se que o autor ainda tinha esperanças de que o sul de Mato Grosso se transformasse numa região promissora. A obra parece ter o sentido e o objetivo de promover o sul do Estado. Bastante esperançoso, afirmava: “está se aproximando, conseqüentemente, a hora suprema do Sul de

Mato Grosso” (MELO E SILVA, 1948, p. 12). O título **Canaã do Oeste**: sul de Mato Grosso é bastante significativo sob esse aspecto.

Outra particularidade, precisamente no que se refere às razões que explicam a origem desta obra, deve ser ressaltada. Diferentemente de **Fronteiras Guaranis**, o autor registrou o “espírito, sentido e conteúdo” de **Canaã** e fez questão de frisar que o desenvolvimento do sul de Mato Grosso não era algo a ser conquistado apenas pela população local, mas, sobretudo, pela Nação.

No presente trabalho, encaramos vários problemas atinentes à terra sul matogrossense.

Entretanto, procuramos fixa-los dentro dos quadros da própria civilização brasileira, na consciência de que estávamos versando assuntos de ordem geral, ou que interessavam, amplamente, à própria estrutura nacional.

Isso à parte a tese resultante da observação de Mário Travassos, no sentido de que alguns dos mais importantes problemas nacionais têm de ser solucionados dentro do âmbito geográfico dessa privilegiada porção do solo brasileiro (MELO E SILVA, 1948, p. 7).

Diante das dificuldades e da morosidade que cercavam a instituição de políticas de desenvolvimento na região, o autor defendeu uma posição mais ampla, tentando convencer a todos de que o investimento no sul de Mato Grosso não daria frutos somente para os moradores locais, mas também para o Brasil. Acreditava que o sul de Mato Grosso era importante estrategicamente, pois fazia fronteira com dois países e com quatro Estados da federação. Tratava-se, portanto, de ponte que ligaria o sudeste do Brasil com os países do Prata. Por dispor de terras férteis, rios caudalosos, clima agradável, a sua *Canaã* se transformaria no celeiro do Centro-Oeste.

Incorporando idéias retiradas de Mário Travassos²¹⁵, contidas na obra **Projeção Continental do Brasil**, Melo e Silva ressalta a importância geopolítica e geográfica de Mato Grosso. Este estado seria a ponte de comunicação entre Bolívia, que não tem acesso ao mar, e o Porto de Santos, função que lhe carregaria benefícios no futuro.

[...] o ilustre militar situou também, desde logo, a importância geográfica de Mato Grosso na solução dessas questões. E afirmando que o grande estado oestino é ‘a superfície de contato da civilização brasileira com o conjunto de problemas que se processam em torno de nossas fronteiras, via do sudoeste’, ele acentuou que o ‘Sul matogrossense pode muito bem ser definido como a futura plataforma onde iremos receber tudo que carregarmos para o porto de Santos’. (MELO e SILVA, 1948, p. 11)

²¹⁵ Militar e estudioso brasileiro comprometido com a formulação de uma teoria geopolítica para a nação.

Para o autor, era necessário, então, uma aproximação com as nações vizinhas, aumentando o grau de comunicação e intercâmbio (MELO e SILVA, 1948, p. 13).

Melo e Silva acrescentava que a ferrovia já estava “a meio caminho” de Santa Cruz de la Sierra e que a almejada ponte dos trilhos sobre o Paraguai acabava de ser inaugurada pelo Presidente Dutra. Mas isso significava apenas o início de um processo de desenvolvimento no sul. Faltavam, ainda, “os meios, os recursos adequados à impulsão dêesses elementos com que a natureza dotou êsse risonho e futuroso território”, bem como “governos bem orientados e honestos”, a fim de que a região seguisse “em marcha acelerada pelo caminho do trabalho, da ordem e da justiça” (MELO e SILVA, 1948, p. 14).

Nessa obra, assim como em **Fronteiras Guaranis**, o autor pensa em todos os problemas da fronteira e traça perspectivas de desenvolvimento para a região. Até mesmo quando o autor discute a geografia física do sul do Estado, parece ter o objetivo de mostrar as riquezas da região, algumas ainda inexploradas, que poderiam atrair investidores.

Sua posição de defesa do latifúndio, em certas regiões, e da Companhia Matte Larangeira, por essa época já *desalojada* dos ervais, manteve-se em **Canaã do Oeste**: “e que não se repita mais a injustiça de uma perseguição tenaz contra aqueles que foram pioneiros do progresso e da civilização daquele futuroso recanto da nossa pátria” (MELO e SILVA, IDEM, p. 135). A retirada dessa empresa dos ervais teria determinado “o desequilíbrio econômico daquela Organização [...], sem falar nos males que já resultam, aos milhares que viviam à sua sombra e a quem ela dava trabalho bem remunerado, e que foram dispensados [...]” (MELO e SILVA, 1948, p. 135-136). Para defender a Companhia, retoma a crítica do “insigne escritor brasileiro Virgílio Corrêa Filho”, para quem a empresa teria se organizado em Mato Grosso com “a mesma desorientação e com os mesmos erros com que nascera em Paraguai” (MELO E SILVA, 1948, p. 60), e expõe seu ponto de vista contrário. Concorda que poderia ter havido “erros”, a exemplo dos apontados por Corrêa Filho, mas questiona se seria possível “naquela hora” se orientar por outros caminhos, referindo-se ao Governo do Estado que não possuía a estrutura necessária para estar presente na fronteira, desenvolver a produção e o escoamento da erva-mate. Para que isso fosse possível, só mesmo uma empresa de “grandes vultos” seria capaz de realizar tal empreendimento. De fato, afirmava, quem deveria ser culpado pelos problemas de colonização da fronteira era o Governo do Estado (MELO E SILVA, 1948, p. 65). Para ele,

se os governos mato-grossenses se libertassem de “idéias estreitas e de preconceitos políticos”, a colonização do sul de Mato Grosso teria sido mais bem orientada no sentido de seu desenvolvimento (MELO E SILVA, 1948, p. 71).

Outros pioneiros, sem assistência dos governos central e local, foram ressaltados por Melo e Silva. Os pecuaristas, por exemplo, os primeiros e grandes desbravadores que chegaram ao sul de Mato Grosso e enfrentaram vários tipos de problemas para povoar e colonizar a região, foram “desamparados pelos governos da Côrte e da Província” (MELO e SILVA, 1948, p. 53). O autor comenta, inclusive, uma crise vivida por essa fração de classe, que, endividada pelos juros, sofria recusas de novos empréstimos, sobretudo do Banco do Brasil. Em conseqüência, os grandes pecuaristas acabavam por não adquirir o gado dos médios e pequenos criadores, diminuindo a procura. Para ao autor, os pecuaristas eram explorados por *judeus desalmados*, identificados com os invernistas e especuladores paulistas ligados aos *trusts* dos frigoríficos, que se aproveitavam da crise e compravam o gado a baixo custo (MELO e SILVA, 1948, p. 175-176). Melo e Silva afirma que “a êstes [*trusts*] os bancos dão tudo” (MELO e SILVA, 1948, p.174), não encontrando “explicação para essa coisa paradoxal, que também deixa atordoado o pecuarista do Oeste, comprimido e quase destruído por instituições que noutros países foram organizadas para proteger a Economia e amparar o homem do trabalho” (MELO e SILVA, 1948, p. 173). Afirma, também, que “os Bancos muitas vezes visam apenas os seus próprios interesses, e não o desenvolvimento da indústria, da agricultura e da pecuária” (IDEM, 1948, p. 124). Para o autor, o desenvolvimento desses setores no Brasil só seria viável se o Estado auxiliasse nos financiamentos, com a cobrança de juros módicos. No caso de Mato Grosso, seriam necessárias a assistência contínua, para a compra de máquinas e sementes, e, em relação à pecuária, a criação de postos zootécnicos para a manutenção de boas raças bovinas e a instalação de um frigorífico (MELO E SILVA, 1948 p. 124). Mas, para tanto, seria indispensável que, entre todos, presidisse um “espírito novo” (IDEM, 1948, p. 124).

Melo e Silva faz, inclusive, uma apologia dos referidos pioneiros da região sul do Estado, *os primeiros povoadores do sul de Mato Grosso*. Segundo ele, foram esses pioneiros os nômades da última etapa do ciclo da criação de gado na região franciscana ainda resultante do fenômeno bandeirante que Capistrano de Abreu considerou “grande condensador de gente” ou “grande caminho da civilização brasileira, na expressão de João

Ribeiro” ou, ainda, “caminho de faiscaidores, vaqueiros e missionários, do norte e do sul”, segundo Licínio Cardoso (MELO E SILVA, 1948, p. 48). Utilizando-se das idéias de Licínio Cardoso, expostas em **À margem da história**, a região franciscana, entre as *raias da Bahia e Minas*, local onde ocorreu o ponto de encontro do norte e do sul, impediu a divisão do *todo nacional*, constituindo, o “Brasil uno e indissolúvel” (IDEM, 1948, p. 48). Essa região sairia um *novo homem*: “[...] da oficina franciscana, onde se forjara o sentimento da nacionalidade; daquele laboratório humano, onde se retemperara, por processos excelentes, o caráter brasileiro, sairia um novo homem, apto para novas lutas e para novas conquistas”. (IDEM, 1948, p. 50). E, mais uma vez, reitera as idéias de Oliveira Vianna, contidas em **Evolução do povo brasileiro**, para atestar a *estirpe e linhagem* dos referidos pioneiros: “dêsse caldeamento de baianos, pernambucanos, cearenses, mineiros e paulistas, de troncos nórdicos ou açorianos, sairiam os nossos pastores e vaqueiros do Oeste” (MELO E SILVA, 1948, p. 50). Em Melo e Silva encontra-se, também, a tentativa de *inventar tradições*, buscando na história pioneira, fatos de um passado remoto. Melo e Silva tenta garantir o espaço dos *primeiros povoadores do sul de Mato Grosso*, e nos seus escritos a *tradição pioneira* não diz respeito somente aos fazendeiros da fronteira, mas, sobretudo, à *pioneira* Companhia Matte Larangeira, que tanto defendeu.

As interpretações preconceituosas do autor acerca dos *guaranizados* permanecem nessa obra, com exceção de uma delas. Ao referir-se aos *desvios sociais* dos fronteiriços, Melo e Silva aponta que teria modificado sua opinião quanto a algumas singularidades próprias daquele meio, como as credices, superstições e “outros prejuízos de ordem religiosa”. Mas, quanto ao restante, reafirma serem especificidades devidas, sobretudo, à *insensibilidade moral* desses trabalhadores (MELO e SILVA, 1948, p. 145). Modificou-se nessa obra, também, a sua visão acerca dos gaúchos. Se, em **Fronteiras Guaranis**, eles eram vistos como “elementos excelentes do ponto de vista eugênico e apreciáveis pela educação de espírito” (MELO E SILVA, 1939, p. 245), em **Canaã do Oeste**, mesmo considerados bons patriotas, são alvos de restrições.

ele [colono gaúcho], não é em nosso modo de ver, o melhor indicado para provocar a eclosão de antagonismos em nossa fronteira paraguaia [...] diferenciado pela linguagem e pelo padrão de moral, confundiu-se com o guarani em vários pontos do mesmo plano [...] pouca inclinação para cultura do campo, preferência pelas atividades pastoris, a bomba de chimarrão, o churrasco a seu modo, a corrida de cavalos, o sistema de

carrêtas, a vestimenta, a índole guerreira [...]. (MELO E SILVA, 1948, p. 69-70)

Seu posicionamento acerca do trabalho na fronteira mantém-se nessa obra, onde reafirma a importância da inserção do nordestino na região. Há momentos em que o autor chega a ironizar o estágio em que se encontrava o trabalho na fronteira.

[...] imagine-se quão recuados ainda nos encontramos! Em uma época em que o trator acionado por um só homem prepara em um só dia, terreno para semeadura de centenas de quilos de cereais, sem respeitar a densidade nem a qualidade das matas ou capoeiras que encontra pela frente, ainda estamos a admirar as vantagens que sobre o mestiço guarani leva, com a sua foice, o nosso caboclo do Nordeste! (MELO E SILVA, 1948, p. 136).

Sua esperança era a implantação de novos capitais e indústrias na fronteira. “Falamos do pioneiro e do colono em condições de instalar indústrias que ainda não temos e regime de trabalho de que carecemos [...] o pioneiro capitalista para inverter grandes somas em máquinas de todos os tipos” (IDEM, 1948, p. 89).

Outro ponto relevante nessa obra é a crítica à extinção do Território Federal de Ponta Porã. O ato de extinção ocorrera para desespero daqueles que queriam a presença forte do Governo Federal na fronteira.

Extinto o território de Ponta Porã, foi a rala população daquela faixa entregue novamente aos azares da insegurança, ao abandono em que dantes vivia. Retirada a sua Guarda Territorial, bem organizada e bem armada, o terror dos bandidos, que constituiu, num espaço de três anos, a garantia de todos que ali se haviam fixado, e que dantes eram constantemente alvo da incursão dos bandos criminosos, não demorou que voltasse o sistema de roubo organizado, do furto, dos assaltos de todo o gênero [...] não se diga que o Estado de Mato Grosso alguma vez deu garantias àquela gente. Isso não é verdade. E para maior exatidão devemos dizer que ao governo estadual faleciam meios de garantir aquela região. (MELO E SILVA, 1948, p. 131-132)

Melo e Silva ainda considerava a possibilidade de a região voltar a se transformar novamente em Território Federal, questão discutida pela Câmara dos Deputados, no ano de 1947, por meio de uma emenda à Constituição.

[...] renascem as esperanças daqueles que habitavam a faixa que dantes constituía o Território de Ponta Porã, onde a vida se tornou horrenda após o ato da extinção, e muito especialmente após a guerra civil no Paraguai²¹⁶ [...] reina o terror e a intranqüilidade. (MELO E SILVA, 1948, p. 179)

²¹⁶ Guerra Civil de 1947.

Para efeito de síntese, podem ser tecidas algumas considerações. Uma delas é a de que nas elaborações de Melo e Silva não são identificadas as teses do nacionalismo pequeno-burguês, porquanto ele não defendeu as propostas econômicas mais radicais dessa ideologia. Se ele assumiu algumas teses nacionalistas, foi porque via na presença do Estado nacional a possibilidade, talvez a única naquele momento, de introduzir na fronteira uma estrutura que pudesse resultar na almejada modernização. Mas sua proposta de modernização não estava atrelada apenas ao pequeno capital nacional, pois envolvia também – e sobretudo – o capital estrangeiro, os monopólios. Sua proposta, de cunho reformista, defendia um liberalismo mais humano, mais cristão, rejeitando de maneira categórica, em especial no que se refere aos trabalhadores da fronteira, o marxismo, que, por ser exclusivamente voltado para a matéria, negava, segundo ele, qualquer possibilidade de cultivar o espiritualismo. O espiritualismo, no caso identificado com a religião católica, tinha um papel importante, para o autor, na educação dos trabalhadores. A direção geral dessa educação se expressava no fato de que a proposta de Melo e Silva incorporara as principais teses da Igreja, à época, na luta anticomunista. Em relação à presença forte de formas ideológicas racistas em seus escritos, pode-se afirmar que o autor assimilou uma discussão comum à época. Mas a utilização dessas formas ideológicas tinha uma motivação teleológica e não pode ser analisada como o resultado de uma preocupação central em sua obra, ainda que importante. Melhor explicando, nada pode obscurecer o fato de que central e determinante, em sua obra, é a categoria trabalho. Melo e Silva objetivava instaurar uma nova organização para o trabalho na fronteira e era necessário que os trabalhadores fossem disciplinados para cumprir a sua parte, garantindo a diversificação da produção e a extração de mais-valia.

A respeito do pensamento de Melo e Silva, merece ser comentado, ainda, que o seu extremismo racista foi atenuado pela crença nos efeitos positivos das reformas burguesas. A educação era uma delas. Confiava, também, na *lição do exemplo*, a ser dada por imigrantes que atendessem ao chamado do processo de nacionalização da fronteira, que prometia alterar, de forma positiva, a relação da população fronteiriça com o trabalho.

9.2 A EDUCAÇÃO PARA A NACIONALIZAÇÃO DA FRONTEIRA

Ainda que Melo e Silva tenha incorporado ideologias racistas em seus textos e que, em alguns momentos, essas idéias tenham sido incisivas, a exemplo da crença de que as mudanças almejadas pudessem ser realizadas por meio de um *caldeamento* na região, o autor acreditava, também, na possibilidade de modificar a *cultura fronteiriça* pela educação. Ao afirmar que a cultura poderia ser adquirida pela educação, colocou-se contra as teses racistas mais radicais, vigentes à época, de que a cultura estaria no *sangue*, daí a impossibilidade de qualquer interferência social²¹⁷. Observa-se, portanto, que ele viu no poder da educação a possibilidade de mudança cultural.

Na primeira obra, **Fronteiras Guaranis**, a educação é vista de forma mais ampla, como processo de socialização. Melo e Silva defende uma educação que pudesse modificar os costumes dos guarani em relação ao trabalho. Para tanto, acreditava na “lição do exemplo”. A educação teria um papel fundamental, homogeneizando a cultura, inserindo novos hábitos no trabalho, eliminando, assim, as *diferenças*. Para ele, a introdução de colonos brasileiros na fronteira poderia causar um impacto na educação dos trabalhadores *guaranis ou mestiços*, pois criaria a possibilidade de que absorvessem um *novo modo* de encarar e de fazer o trabalho.

Melo e Silva, por isso, não pensava em eliminar o *guarani* da região, visto que era o trabalhador mais próximo, além de possuir muitas habilidades. Ele era forte, resistente e adaptado a certos trabalhos como o da erva-mate, por exemplo: “nacionalizar a fronteira não significa banir de lá o descendente guarani [...] o paraguaio é o elemento que melhor se adaptou até hoje à extração da erva” (MELO E SILVA, 1939, p. 275). No entanto, era necessário outro tipo de educação, já que o problema principal era a *inconstância* e o *ritmo lento* do *guaranizado*. Sugeriu, sim, a modificação em seus costumes graças ao contato com outros povos, sobretudo o nordestino, trabalhador que poderia lhes dar “a lição do exemplo” (IDEM, 1939, p. 275). Além disso, para que esses trabalhadores permanecessem na fronteira deveriam permitir que seus descendentes, nascidos no Brasil, fossem educados “à moda brasileira”.

²¹⁷ Segundo Hobsbawm (1997, p.79), para Hanshanak, ideólogo nazista alemão, a cultura estava no “sangue” e não poderia ser adquirida pela educação.

Em sua análise, ambos, paraguaios e nordestinos, poderiam conviver muito bem. O paraguaio com suas lições sobre a erva-mate e o nordestino com o exemplo do trabalho na agricultura. Além de defender a permanência do paraguaio, por causa de sua resistência ao trabalho pesado, o autor afirmava que o brasileiro não deveria se separar do descendente guarani “por uma questão de justiça e gratidão” (IDEM, 1939, 276).

Partilhando, assim, da concepção liberal, Melo e Silva crê no poder da educação para alterar as relações de trabalho na fronteira.

Mas não era qualquer tipo de educação que resultaria em modificação para o autor. Essa educação teria como princípio a moral cristã, o mesmo princípio dos missionários jesuítas. Melo e Silva reabilita o valor dos jesuítas, realizando a apologia à educação ministrada por esses missionários: “aos jesuítas devem os índios a sua própria história” (IDEM, 1939, p. 179)²¹⁸. Cita vários exemplos do valor da educação jesuítica, como os ensinamentos que moldaram os índios, acabando com seus instintos selvagens, como a poligamia e o “comunismo” das mulheres. O trabalho do jesuíta, o “maior educador da humanidade” (IDEM, 1939, p. 48), foi, então, no sentido de extirpar as más índoles dos guarani, usando de “mil processos”, um dos quais, extremamente valorizado por ele, era o da educação musical. Segundo Melo e Silva, Chateaubriand, na obra **Gênio do Cristianismo**²¹⁹, já teria mostrado a importância do uso da música pelos jesuítas como instrumento de atração à civilização e à catequese. Elogia, inclusive, um discurso de Dom Aquino Corrêa, bispo de Cuiabá e ex- presidente do Estado de Mato Grosso, que teria ressaltado a importância da música como instrumento pedagógico de Dom Bosco.

Para Melo e Silva, os missionários souberam utilizar a música como meio de educar e atrair o índio, dando mais requinte e civilização à cultura musical indígena: “As danças

²¹⁸ Discutindo a importância do *Estado Guarani* construído pelos Jesuítas, com o qual se impressionavam até os “inimigos do catolicismo”, como os iluministas Voltaire, D’Alembert e Montesquieu, Melo e Silva afirmava: “Montesquieu, que ridicularizava os dogmas da Trindade e da Eucaristia, sendo, ademais, inimigo declarado da Ordem, admirou que ela tivesse levado a efeito obra de tão grande importância. Voltaire, a despeito de sua preocupação em destruir a Igreja, a infame, como ele a chamava, a ponto de em uma de suas cartas a D’Alembert, dizer-lhe que combatê-la era o maior serviço que se podia prestar à humanidade; Voltaire, que sabia a Companhia de Jesus a maior força terrena do Papado, cognominou de grande triunfo aquela pujante organização do jesuíta. E D’Alembert, apesar das recomendações de Voltaire, e de ser, independente disso, grande demolidor, figura de rol da Enciclopédia, reconhece ‘que por meio da religião os jesuítas conseguiram em Paraguai uma autoridade monárquica, apoiados exclusivamente na arte da convicção, e no seu brando sistema de governo. Tornaram eles felizes aqueles povos, acrescenta, logrando submete-los sem o emprego da violência.’” (MULLER *apud* MELO E SILVA, 1939, p. 79-80)

²¹⁹ François René de Chateaubriand (1768-1848) foi um dos precursores do Romantismo em França. Foi um crítico dos “excessos” do Iluminismo (MANOEL, 2004, p.91).

exquisitas e cantos lamurientos foram logo substituídos pelos bailados, orfeões e orquestras, sob a regência de maestros exímios” (IDEM, 1939, p. 48). A música também teria outra função para os jesuítas que, percebendo a indisposição dos guarani para a prática agrícola, a teriam utilizado para estimular o trabalho. Para o autor, era vantajoso o uso desse instrumento de atração desse trabalhador, pois “a vida mesma dos guarani é a música” (IDEM, 1939, p. 56).

O modelo de organização e de trabalho educativo nas missões, também, era uma importante referência para o autor. Com base nas informações de Roberto Southey e de Sérgio Buarque de Holanda, descreve o grau de disciplina dominante no trabalho (IDEM, 1939, p. 55) e destaca a meticulosidade do trabalho manual realizado nas missões, por meio do qual os índios fabricavam, até mesmo, instrumentos musicais e relógios.

Assim, a educação preconizada pelo autor deveria seguir os princípios cristãos, formadores da moral brasileira, base da educação que modificaria a cultura, disciplinando a *massa guaranizada* para o trabalho²²⁰.

A apologia aos jesuítas e a defesa de uma educação cristã formadora da Nação se aproximam das idéias que Alceu Amoroso Lima defendia, no ano de 1931, em **Pedagogia de Escola Nova**, publicação do Centro D. Vital de São Paulo, ao responder às críticas de educadores escolanovistas.

O pouco que somos ainda devemos a uma educação cristã que foi criadora de todos os nossos valores sociais, intelectuais e moraes ao longo de toda a nossa História [...] desde os jesuítas que organizaram tudo o que havia de educação no Brasil. (LIMA, 1931)

É importante ressaltar que um dos campos em que a Igreja Católica mais manifestou seu corporativismo foi no educacional, por ela dominado desde os primórdios da

²²⁰ Ainda que o autor faça apologia à Igreja católica e à obra missionária dos jesuítas, considerou também a importância do trabalho missionário realizado pelas Igrejas Evangélicas da região. Numa viagem que fez a Dourados, teve oportunidade de visitar o Posto Francisco Horta, aldeia dos índios caiuías, acompanhado pelo Dr. Waldomiro de Souza, engenheiro do Ministério da Agricultura. Lá conheceu o pastor da missão evangélica Sr. Maxwell, sua esposa, filhos e o médico da missão, Dr. Nelson de Araújo. No Posto observou uma senhorita, “verdadeira heroína, vivendo anacoretamente em humilde barraca, prestando, longe do conforto do seu lar, segregada de sua família, os seus serviços de verdadeira cristã aos selvícolas que ainda povoam aquela zona dos nossos sertões” (IDEM, 1939, p.214). Melo e Silva afirmava que essa moça era membro da Igreja Independente e vivia “coligada” à Missão Caiuíá, responsável por trazer civilização àquele recanto da fronteira. Segundo o autor, a Missão Caiuíá possuía terreno próprio e uma escola de ensino primário para atender aos índios. Constava ainda nos planos da Missão a construção de “casas confortáveis” e de um hospital (IDEM, 1939, p. 214). O médico da missão, o Dr. Nelson de Araújo, “clínico de admirável cultura”, cumpria uma dupla missão, qual seja, a espiritual e o de assistência médica “àqueles humildes representantes da selva brasileira” (IDEM, 1939, p. 214). Seguramente, para o autor, aqueles índios eram considerados “humildes” por estarem instalados numa missão cristã, bem diferente dos “mestiços” guaranis.

colonização no Brasil. As propostas laicas dos renovadores escolanovistas provocaram a necessidade de a Igreja se rearticular e elaborar algumas ações políticas que se materializaram em protestos, publicações e na criação de partidos favoráveis à instituição. O Cardeal Leme foi o precursor dessas ações e lideranças intelectuais católicas, como Jackson de Figueiredo e Alceu de Amoroso Lima, assumiram o encargo de aumentar, no Brasil, a influência da Igreja, já observados anteriormente. Amoroso Lima, inclusive foi um dos grandes opositores do movimento escolanovista e, sobretudo de Anísio Teixeira, por implantar uma *educação socialista* no Rio de Janeiro (HORTA, 1994, p. 40). No fundo, a luta era corporativa, pois, de fato, a defesa de uma escola laica pelos escolanovistas retirava da Igreja Católica a influência que ainda exercia no Estado burguês.

Afinado com essa tendência, Melo e Silva entendia que a moral cristã seria o recurso adequado para educar os pais, visando a estabelecer limites para os seus filhos, pois as crianças, até então carentes de padrões, vinham freqüentando lugares impróprios, misturadas aos adultos. Os pais, grandes responsáveis pelo abandono das crianças, resistiam às leis e à polícia, havendo na fronteira uma “corrente decididamente desprestigiante da escola dos bons costumes” (IDEM, 1939, p. 176).

O autor não deixou de tratar, também, da educação escolar, outra via para modificar os costumes da população, sobretudo a educação escolar de tipo profissionalizante, na modalidade agrícola, um “prêmio aos brasileiros pobres que ali se fixam” (IDEM, 1939, p. 290). Quanto à freqüência, Melo e Silva defendeu o princípio da obrigatoriedade escolar, além da rigorosa seleção dos professores, bem como a proibição às pessoas que não tivessem condições técnicas e pedagógicas de ministrar o ensino particular. As escolas necessitavam de professores bem preparados, afirmava, com bons conhecimentos de pedagogia e didática. De acordo com Melo e Silva, alguns professores da fronteira se assemelhavam ao “mestre escola” citado por Afrânio Peixoto em **História da educação**, conhecido por torturar seus alunos.

A mudança dos métodos de ensino, sobretudo os da Língua Portuguesa, também foi preconizada pelo autor. Os professores deveriam se preocupar com o enriquecimento do vocabulário das crianças “em aulas de cunho prático, esclarecer o sentido e a significação das palavras, procurando familiariza-las com o conhecimento das coisas de que não tenham noções. Para isso era necessário um corpo de professores conscientes, porque “*nemo dat*

quod non habet”²²¹ (IDEM, 1939, p. 291). Os professores competentes deveriam contribuir para desfazer a “imobilidade de pensamento” em que se encontrava a população, que demonstrava grande dificuldade para empregar os mais simples vocábulos (IDEM, 1939, p. 291). Em sua visão, os professores não poderiam esperar muita ajuda dos pais dessas crianças, em sua maioria desconhecedores da língua. Muitas dessas crianças, mesmo nascidas no Brasil, não adotavam a “nossa educação”, com exceção daquelas de mães brasileiras, fato já comentado anteriormente.

O autor lamentava o uso incorreto da língua na fronteira e chamava a atenção para a adoção de alguns vocábulos castelhanos que acabavam “enfeando” o idioma nacional, atentando contra a pureza da língua. Este *vício* ocorria, segundo ele, até mesmo com os brasileiros “não mestiços”, que, criados na convivência com os guarani, também não entendiam a língua culta. Todos eram responsáveis pela criação de uma “escola perniciosa” (IDEM, 1939, p. 123).

Melo e Silva observava, inclusive, a dificuldade no aprendizado com a língua, citando exemplos de solecismos e de redações de alunos da escola de Campanário, situada na sede da Companhia Matte Larangeira. Segundo ele, estava clara a influência do idioma guarani numa passagem de composição de um aluno “vivaz e inteligente desta escola”. O aluno teria escrito “o Brasil descobriu Cabral no ano de 1500” em vez de “Cabral descobriu o Brasil no ano de 1500” (IDEM, 1939, p.123)

O autor criticava o ensino da língua ministrado tanto nas escolas públicas quanto nas particulares. Os erros não eram corrigidos, mesmo porque, dizia, os professores superavam os alunos no desconhecimento da língua.

Mas, ainda que Melo e Silva defendesse a substituição do guarani, não via problema no emprego deste idioma para ajudar o aprendizado da língua nacional, que deveria ser obrigatório. As crianças aprendiam desde pequenas o guarani e não ouviam outra língua nas ruas, no comércio e nas igrejas. Para o autor, aprender o Guarani era “armar-se de um excelente meio para transmitir o conhecimento da língua portuguesa” (IDEM, 1939, p. 292). Além disso, o guarani não poderia ser encarado como uma língua estrangeira, pois era, na fronteira, a “legítima língua dos brasileiros” (IDEM, 1939, p. 292).

²²¹ Ninguém dá o que não possui.

Em resumo, essas foram as discussões realizadas pelo autor no que se refere à educação escolar. Fez, também, comentários esparsos sobre a instrução, como quando comunica as impressões de sua visita aos municípios da fronteira.

Melo e Silva conheceu a escola de Campanário, por ocasião de sua visita à sede da Companhia Mate Larangeira. Lá ouviu, impressionado, um discurso do Capitão Heitor Mendes Gonçalves.

Ouvímo-lo falar às crianças das Escolas de Campanário, em 24 de junho deste ano [1939], sem que ele tivesse ciência de nossa presença ali, confundido que estávamos com uma grande massa popular.

Sua oração veio-nos profundamente à alma, tais as palavras que nela se continham, repassadas de patriotismo e de brasilidade. Saímos dali convencido de que a estadia daquele homem na fronteira é mais do que necessária, por que providencial. (IDEM, 1939, p. 261)

Ressaltou que a referida escola dispunha de professores brasileiros, “hábeis, dedicados, que ali formam uma sociedade nova e forjavam, naquela fronteira longínqua, obreiros de nossa civilização” (IDEM, 1939, p. 262).

Acerca do número de escolas, o autor não o especifica, nem as categorias ou tipologias em que se distribuían os estabelecimentos de ensino. As informações usadas resultam do levantamento que realizou sobre a vida econômica e política dos municípios da fronteira. Em Bela Vista, relacionou uma “Escola Reunida”, provavelmente estadual, e “380 alunos freqüentes” em escolas estaduais e municipais. Ainda sobre Bela Vista, Melo e Silva citou o progresso material, social e espiritual promovido pelos padres redentoristas, missionários norte americanos que chegaram a esta cidade em abril do ano de 1930 (IDEM, 1939, p. 190). Entre suas realizações, construíram edifícios importantes, como uma igreja de “estilo encantador e dois modernos e vastos prédios destinados à escola e à residência”. O custo da obra, segundo Melo e Silva, foi bastante alto: 1.500:000\$000. Para ele, os redentoristas contribuían para a *salvação* da região, educando pessoas que se entregavam ao vício e ao crime. Nas escolas destes missionários, de acordo com o autor, só havia o ensino primário e o ensino de prendas domésticas (IDEM, 1939, p. 193).

Em Dourados, elogiou o prefeito Cel. Álvaro Brandão, que estava conseguindo, com sua probidade, fazer um bom governo, investindo em “escolas e caminhos, que ambas se completam e equivalem em resultados, nessa marcha em busca do progresso e do futuro” (IDEM, 1939, p. 209). Informa que funcionavam, à época, nesse município, “Escolas

Reunidas” mantidas pelo Estado, três escolas municipais, uma na sede e outra no distrito de Santa Luzia. O município ainda subvencionava quatro escolas particulares (IDEM, 1939, p. 209).

Quanto ao município de Porto Murinho, Melo e Silva apresentou dados sobre a existência de uma escola estadual, “as Escolas Reunidas”, e outra municipal, Escola Municipal Julio Müller. Sobre as escolas particulares refere-se a duas, ambas pertencentes ao Quebracho Brasil e à Companhia Florestal Brasileira S/A, esta última destinada aos filhos dos operários, “uma escola noturna onde as crianças recebem gratuitamente o ensino e material escolar” (IDEM, 1939, p. 232). Provavelmente, essas crianças eram empregadas como força de trabalho, o que justificava o ensino no período noturno.

Em Ponta Porã, Melo e Silva refere-se ao Grupo Escolar Mendes Gonçalves, mantido pelo Estado. Havia também “inúmeras escolas no município”, custeadas pelos governos municipal e estadual, e um colégio “mantido” pelos padres salesianos, cujo ensino, ainda segundo o autor, tinha “muita aceitação” (IDEM, 1939, p. 244).

Em **Canaã do Oeste** (1948), Melo e Silva continua reafirmando a necessidade de eliminar características regionais em favor de padrões ditados pelo nacional. A educação deveria lastrear a nacionalização, homogeneizar a cultura, inserir novos hábitos no trabalho, enfim, implantar uma *nova moral*, que eliminaria as diferenças. Isso se daria no trabalho, por meio da *lição do exemplo*, observando as já referidas idéias sobre a importação da força de trabalho vinda de outras regiões do país. A educação moral do fronteiro deveria ser realizada pela Igreja Católica, reforçada no próprio ambiente de trabalho, por meio da disciplina imposta pela empresa capitalista, e assimilada pelo exemplo e contato com outros migrantes acostumados ao trabalho racionalizado.

Para operar essa modificação e introduzir no meio outras normas de vida, outros costumes e hábitos mais consentâneos com a nossa moral e com o nosso direito, é que almejamos a presença urgente do nordestino, do paulista, do mineiro e de elementos europeus, nessa longa faixa da fronteira com o Paraguai. (MELO E SILVA, 1948, p. 134)

Também permanece a idéia de que era necessária a intervenção do Governo central nas propostas de educação e de instrução

Não cremos, porém, no povoamento daquela terra, na educação do homem e na conseqüente nacionalização daquele meio, se o Governo

Federal não clamar para si, integralmente, essa tarefa, ampliando o regime de colonização, criando novos núcleos, interferindo na distribuição das terras, fiscalizando as escolas primárias, rurais e urbanas, mantendo escolas normais e profissionais. (MELO E SILVA, 1948, p. 142)

Ainda que o grosso das idéias se repita nessa obra, a crença do autor no poder da educação para superar os problemas da fronteira parece aumentar, sobretudo no que diz respeito à educação escolar. Melo e Silva reservou um capítulo da obra, *Problemas típicos da fronteira – Educação e Trabalho – Nacionalização e brasilidade*, somente para tratar dessa questão. Aí polemiza com os mais importantes intelectuais que trataram da educação à época, demonstrando que estava a par da idéias discutidas em âmbito nacional. Absorve, inclusive, a idéia de Miguel Couto de que a educação é o maior problema da nação.

O imortal Miguel Couto, em memorável discurso que passou à posteridade, afirmou que o Brasil só tem um problema a resolver, - o da educação do seu povo, - sentença até certo ponto exata porque encerra um sentido de força insuplantável [...] a expressão, porém, convertida em *slogan*, constitui a chave de todas as fórmulas onde se pode encontrar a solução dos mais importantes e mais graves problemas da vida nacional. (MELO E SILVA, 1948, p. 137)

Também no que se refere às políticas educacionais é incisiva sua crítica ao Governo *ditatorial*, que não aproveitara as idéias propostas por Miguel Couto e se colocava à parte de outros países, como os EUA, que “sempre tiveram na mais elevada conta a educação integral de seu povo” (MELO E SILVA, 1948, p. 138).

E Miguel Couto faleceu antes que o ensino atingisse o mais profundo grau de anarquia que já se verificou no Brasil. Não teve a infelicidade de testemunhar a bancarrota do ensino primário e do secundário, isso a que Anísio Teixeira denominou de *inflação educacional*. Com efeito: na grande maioria dos Estados o nível do ensino primário quase desceu a zero, no período degradante da Ditadura. O secundário ficou entregue, salvo exceções, a bufarinheiros e especuladores, constituindo assim objeto de comércio, e por isso mesmo, a maioria dos tais estabelecimentos equiparados passou a ser verdadeiros balcões. Em meio a tudo isso ficaram a salvo os estabelecimentos oficiais da União e dos Estados, e, ainda assim muitos govêrnos estaduais transformaram-nos em repartições de última classe, onde os afeiçoados, sem as necessárias condições exigidas do Magistério, eram admitidos como professôres. Para desorientar e anarquizar o ensino secundário, nos longos e turvos dias daquela nefanda Ditadura, bastariam os rumos tortuosos que lhe imprimiram e aquela programação infeliz que lhe deram. (MELO E SILVA, 1948, p. 138-139)

Além de Miguel Couto, o autor referencia outros intelectuais, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, dentre outros²²² envolvidos com a campanha para desenvolver a educação no país, “cada um dentro do seu espírito, da sua formação e da sua cultura” (MELO E SILVA, 1948, p. 140).

No atinente à instrução, Melo e Silva apontava para a necessidade de disseminação do ensino no sul de Mato Grosso: “queremos deixar bem viva a impressão de que o ensino é o **problema por excelência** e de que não poderemos pretender maiores benefícios do que aqueles que possam resultar da educação bem orientada do nosso povo” (MELO E SILVA, 1948, p. 141, grifos nossos). De fato, dizia o autor, a escola criada no Brasil teria sido até aquele momento um “arremedo de escola relegada aos últimos planos da administração pública, orientada por ignorantes e destinada apenas à proteção de afiliados e correligionários políticos” (MELO E SILVA, 1948, p. 124). A crítica recaía ao Governo Vargas que não se preocupou com a educação de *seus filhos* (MELO E SILVA, 1948, p. 141).

Não bastava simplesmente aumentar o número de escolas ou inserir o ensino primário “limitado a simples alfabetização” (MELO E SILVA, 1948, p. 142). Na verdade, o autor gostaria que a preocupação se voltasse para a forma como o ensino deveria ser ministrado na fronteira, onde as tendências regionais teriam de ser negadas. Ao contrário dos educadores que propugnavam a descentralização do ensino e a valorização da diversidade regional, é totalmente contrário a ela. Nesse sentido, contrapõe-se aos renovadores que defendiam a descentralização²²³ e mesmo não discordando desse princípio considerava inconveniente sua aplicação na fronteira.

Todo aquele que está em dia com os modernos processos do ensino não hesita em aceitar que os sistemas de educação variam de acordo com as diferenciações do meio ou dos grupos humanos. O sistema tradicional de ensino uniformizava os métodos e submetia os educandos a processos exqu岸itos e intransigentes, além de admitir uma só capacidade para todos os espíritos, sem qualquer consideração também com as características

²²² “Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, Leonel Franca, Amoroso Lima, Monteiro Lobato, Teixeira de Freitas, Leitão da Cunha, Afonso Arinos de Melo Franco, Djacir Menezes, Delgado de Carvalho, Arthur Neiva, Celso Kelly, Carneiro Leão e tantos outros.” (MELO E SILVA, 1948, p. 140)

²²³ Observe-se a orientação do Manifesto dos Pioneiros no sentido de valorizar as diferenças regionais: “A organização da educação brasileira unitária sobre a base e os princípios do estado, no espírito da verdadeira comunidade popular e no cuidado da unidade nacional, não implica um centralismo estéril e odioso, ao qual se opõem as condições geográficas do país e a necessidade de adaptação crescente da escola aos interesses e às exigências regionais. Unidade não significa uniformidade (A RECONSTRUÇÃO..., 1932, p. 51).

diferenciais de cada região. Ao contrário disso, hoje é logar comum afirmar-se que as escolas modernas vivem em função do meio, ou que o ensino deve ser ministrado de conformidade com as tendências regionais, ou seja, ainda, de acôrdo com o interêsse que possa o aluno demonstrar, isoladamente, pelas cousas de sua terra. E é precisamente aí que reside a dificuldade para a política do ensino na fronteira paraguaia. É que nenhuma conveniência existe para nossa civilização em que o filho daquela fronteira se eduque em função de suas tendências viciosas. Meio mal formado, desajustado, onde imperam hábitos destoantes do padrão de moral adotado em média nos demais recantos nacionais, seria um grande absurdo o permitir-se que tais costumes tivessem influência na vida das escolas que lá se forem instalando. (MELO E SILVA, 1948, p. 143)

Para Melo e Silva, eram louváveis as idéias dos técnicos de educação, que queriam imprimir uma escola *mais adaptada ao meio*, porque partiam do pressuposto de que o *trabalho* orientaria as atividades regionais diferenciadas. Mas, infelizmente, não era essa a observação do autor naquela localidade

Quando os técnicos de educação mencionam escolas em função do meio ambiente, referem-se às tendências mais ou menos pronunciadas de cada povo para determinadas atividades. Sabemos ainda que uma das preocupações mais sadias e fundamentais do sistema educativo moderno é estabelecer um vínculo, uma íntima relação entre o educando e o trabalho, de preferência aquêlê gênero de atividade mais preferido na região onde se instalem as escolas. É esta, portanto, a grande dificuldade que se apresenta para harmonizar o ensino na fronteira, onde a idéia do trabalho é quase sistematicamente repelida, e onde, via de regra, a tendência é para diversões, jogos, vadiagem, e outras práticas nocivas [...] e como não se concebe, nos tempos hodiernos, que alguém se queira manter alheio ao trabalho, indiferente aos misteres agrícolas, ou à conquista de uma profissão, claro está que os poderes públicos terão de reagir contra a índole de qualquer povo que se manifeste com esse estado de espírito. (MELO E SILVA, 1948, p.144)

Ao contrário de **Fronteiras Guaranis** (1939), obra na qual o autor elogia o trabalho dos padres redentoristas, em **Canaã do Oeste** (1948) parece rever suas posições. Admite que estes sacerdotes “inegavelmente tem trazido àquela região inúmeros benefícios, até de ordem material”, mas critica o fato de não cuidarem da educação moral daquela parte da população que passava por suas escolas. De fato, esses padres não tornaram

[...] mais proveitosa as escolas que ali mantêm, não só incutindo no espírito dos alunos (especialmente nos do sexo masculino) o amor pelo trabalho, como fundando, - o que melhor seria - institutos para o ensinamento agrícola, ou de ofícios, à semelhança do que têm feito outras ordens e congregações religiosas no Brasil. (MELO E SILVA, 1948, p. 145)

Melo e Silva confiava que as escolas profissionalizantes, sobretudo as escolas agrícolas, evitariam a *perdição da infância* que se entregava ao vício e à ociosidade. Para ele, sem aprendizagem não haveria *trabalho organizado* (MELO E SILVA, 1948, p. 125). O “amor pelo trabalho” deveria ser desenvolvido através de escolas apropriadas para esse fim, como institutos agrícolas, campos experimentais e até mesmo reformatórios para os mais desajustados (MELO E SILVA, 1948, p. 147). A base, dizia o autor, deveria ser o ensino primário rural nos moldes daqueles adotados no Chile, México e EUA (MELO E SILVA, 1948, p. 122). Melhor, ainda, se estivesse presente a orientação moral de tipo cristã, força verdadeira para conduzir a criança ao trabalho organizado (MELO E SILVA, 1948, p. 125). Sugeria para *alguns*, também, a necessidade do “segregamento, como forma de afastá-los de pais ou mães que levam vida pouco recomendável, às vezes, em verdadeiros prostíbulos” (MELO E SILVA, 1948, p. 147). Afirmou, inclusive, que, por causa dessas *questões fundamentais* referentes à formação da população local, já havia “grangeado algumas desafeições”, até mesmo de *brasileiros*, mas, ainda assim, não pretendia recuar.

[...] preferimos conquistar antipatias na luta por uma civilização melhor, a fazer admiradores introduzindo instituições de ordem secundária, multiplicando clubes de esportes, fundações realmente necessárias em sociedades sedimentadas e organizadas, onde já existe regime de trabalho, mas apenas toleradas com moderação, em meios ainda em estado inicial de formação. (MELO E SILVA, 1948, p. 147)

Para harmonizar o ensino, era preciso instituir uma ordem que fosse capaz de eliminar os traços viciosos da fronteira, onde a “idéia do trabalho era sistematicamente repelida”. A educação confrontaria, também, aquilo que o autor chamava de *desvios sociais* próprios do meio (MELO E SILVA, 1948, p. 146). Segundo ele, a reação viria dos bancos escolares, em escolas primárias, pré-vocacionais, de ofício e do próprio trabalho.

Assim como alguns autores tratados anteriormente, Melo e Silva também fazia críticas ao fim dos programas instaurados pelo Governo do Território Federal (MELO E SILVA, 1948, p. 142). Em sua opinião, este havia realizado uma obra grandiosa no campo da educação (MELO E SILVA, 1948 p. 109). Mas, após a extinção do Território, a população ficara entregue à sua própria sorte. O desespero era enorme, segundo o autor: “não é mais de educação, de ensino, nem de outro gênero de assistência que se cogita [...] o

que aquela população deseja nessa hora, é ser arrancada aos braços da morte” (MELO E SILVA, 1948, p. 180).

Outro registro importante se manifesta na observação de que as escolas paraguaias, em maior número do que as brasileiras, tinham uma organização mais desenvolvida e digna de ser imitada.

É admirável que a República do Paraguai mantenha em suas fronteiras excelentes escolas cujo plano de ensino devia ser por nós imitado. Em Pedro Juan Caballero, cidade vizinha a Ponta Porá, instalou aquele governo uma escola pré-vocacional com oito salas amplas. Mantêm ali ensino primário, secundário, de contabilidade especializada e de agronomia prática. O corpo docente é composto por doze professores, e o discente consta de quatrocentos e cinqüenta alunos. Em Capitan Bado há uma escola do mesmo tipo com vinte professores e cerca de quatrocentos alunos. Funciona ainda uma escola pré-vocacional em Mariscal Lopez com nove professores e trezentos alunos. Na linha fronteira, guardando a distância no máximo de três léguas do Brasil, funcionam mais de vinte escolas primárias, só no trecho compreendido no município de Ponta Porã (MELO E SILVA, 1948, p. 125).

Concluindo, para Melo e Silva os métodos de educação na fronteira não deveriam ter parâmetros regionais, como era defendido por muitos intelectuais ligados ao escolanovismo. Lá era necessária uma orientação de tipo “nacional” que destruísse o regionalismo. O autor foi inclusive o único a defender essa posição.

Ao assumir que a tarefa do historiador, ao interpretar a história e descrevê-la, pode se orientar em dois sentidos distintos, a saber, com o objetivo de harmonizá-la, conservando-a, ou com o intuito de mostrar sua contradição, transformando-a num novo patamar qualitativo, pode-se afirmar que a abordagem de Melo e Silva pautou-se mais pela primeira orientação – de harmonização –, eis que ele apontou quais seriam os traços comuns que teriam de ser buscados para os trabalhadores da fronteira reconhecerem-se como “grupo nacional”. Esses traços poderiam ser buscados na ordem do capital, no progresso, na educação, no trabalho, na modernização e na moral católica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi exposto no início deste trabalho, seu objetivo principal foi o de analisar as interpretações contidas nas primeiras obras da historiografia regional sobre a fronteira e a educação. Levantadas e descritas as abordagens correspondentes nos capítulos anteriores, as considerações finais procuram sintetizar a crítica historiográfica por meio das questões mais relevantes abordadas. Ou seja, procuram verificar quais idéias são reveladoras da história e da educação na fronteira, daí serem importantes para efeito de incorporação numa nova síntese histórica, e quais precisam ser descartadas, pois não resistem à crítica científica.

De maneira geral, pode-se afirmar que os memorialistas e os historiadores analisados contribuem de forma bastante expressiva para a reconstituição da história da fronteira. Mesmo não tendo formação profissional especializada ou não utilizando, de forma sistemática, métodos científicos, esses autores levantaram e transcreveram fontes, abordaram acontecimentos regionais e relataram detalhadamente fatos, alguns, inclusive, só contidos em seus escritos. Os registros são preciosos, mas em grande parte são, também, decorrentes de observações retiradas da realidade imediata, carecendo, portanto, de confronto com teorias ou estudos científicos já difundidos. Somente dois estudiosos se diferenciam dos demais e vão um pouco além dos limites postos pela falta de análise interpretativa: Corrêa Filho e Melo e Silva.

Corrêa Filho revelou conhecimento das fontes e dos autores, teve acesso a leituras mais universais, referenciou inúmeros escritores e pesquisadores reconhecidos nacionalmente, enfim, fundamentou-se em autoridades especializadas. Em relação a Corrêa Filho, Melo e Silva demonstrou erudição semelhante, dialogando com inúmeros estudiosos brasileiros e estrangeiros, características já demonstradas no decorrer do trabalho.

Acentue-se que os registros de qualquer tipo de fonte devem ser confrontados com outros documentos e interpretados à luz de ferramentas teóricas. A fonte, seja ela escrita ou não, é um registro da história que precisa ser analisada com o recurso da teoria. Sem essa análise, é comum que se caia numa concepção positivista que vê o documento como um registro que desvenda imediatamente a verdade. Portanto, basta reproduzi-lo. Mas o próprio

registro de um dado é marcado por particulares motivações históricas, isto é, as fontes são registros de ações humanas, condicionadas por interesses de classes.

Ao se fazer a crítica historiográfica, é importante registrar a posição de Alves (2005), atinente ao cuidado que o historiador deve ter ao analisar as fontes.

O documento não fala por si só [...]. O certo é que a teoria faz o documento falar. E, às vezes, o pesquisador enfrenta a necessidade de abandonar as *falsas pistas* dos documentos para fiar-se em indícios esparsos, em ruínas informativas que resistiram à ação das figuras ligadas ao poder, ávidas por apagar os registros de um passado que não querem olhar de frente. Documentos já foram produzidos, inclusive, para induzir uma visão falsa sobre acontecimentos importantes. Portanto, que a importância do documento não seja escamoteada, mas que seja, também, colocada no seu devido lugar e que o pesquisador tenha o domínio teórico para se situar no 'lodaçal' documental; para separar o joio do trigo e para realizar a interpretação científica consequente com os pressupostos da matriz epistemológica que preside a sua análise. (ALVES, 2005, p. 21-22)

Abordando o uso das fontes na pesquisa histórico-educacional, Lombardi (2004, p. 158) observa ser necessário levar em consideração que as fontes também são interpretadas de acordo com as opções teórico-metodológicas do pesquisador e que até mesmo estas opções orientam a seleção e organização de fontes que devem ajudar o historiador na busca pela reconstituição histórica.

Feitas essas considerações iniciais, é importante acentuar os recursos e os limites das informações e interpretações contidas nas obras estudadas. Nesse sentido, dividiu-se a crítica, didaticamente, em duas partes. Na primeira, são discutidas as abordagens sobre os problemas constatados na fronteira de Mato Grosso com o Paraguai. Na segunda, são analisadas as elaborações sobre a educação nessa região.

1. Os problemas da fronteira: controvérsias históricas

Como se evidenciou na análise, a fronteira começou a ser ocupada e colonizada a partir da década de 1870, após o término da Guerra contra o Paraguai. Foram detectadas, também, duas fases marcantes na história da colonização fronteiriça. A primeira foi caracterizada pela ocupação e exploração da terra por empresas monopólicas, pela imposição do trabalho compulsório, pela exploração indígena e pelas lutas travadas pelos pequenos posseiros gaúchos. A extrema exploração da população trabalhadora e dos

pequenos posseiros causou muitos conflitos na região e, nesse período, foram marcantes a violência e o banditismo. Essa fase se iniciou ao final da guerra e terminou em meados da década de 1920. A segunda fase emergiu na década de 1930 e foi caracterizada por uma intensa crise do capital, que atingiu o Brasil e impôs uma nova conformação ao Estado. Na fronteira, a crise se expressou por meio do aumento da intervenção do Estado e da centralização das políticas.

Entre os memorialistas, Astúrio Monteiro de Lima (1978) preocupou-se em retratar a colonização empreendida pelos primeiros fazendeiros da fronteira, os *pioneiros e heróis*. Restringiu-se, portanto, à primeira fase do processo de colonização dessa região. Suas memórias, ao registrarem esse período da história, querem mostrar quem são os senhores da fronteira e legitimar a *tradição* que produziram. A luta pela posse da terra, o monopólio da Companhia Matte e a violência, eventos sistemáticos na fronteira, foram vistos por Lima, sempre, sob a ótica dos pioneiros. A violência teria sido fruto da *mentalidade predominante* na fronteira, consequência da luta pela posse da terra promovida pelos pequenos proprietários contrários ao monopólio da Matte, correligionários de Pedro Celestino. Ao abordar essa luta pela posse da terra, Lima ignorou a violência contra os índios, por ele considerados *malfetores*. Ignorou, também, a violência contra os trabalhadores, explorados pela Matte e, inclusive, pelos pioneiros. Portanto, a sua visão foi a de um fazendeiro que procurava legitimar ideologicamente e preservar as posses dos pioneiros, daí a idéia de que os índios teriam sido empecilhos ao progresso. Suas descrições ajudam a reconstituir o processo de ocupação da fronteira, a história dos migrantes, a luta contra a Companhia, as práticas de violência, mas precisa ser observado que Lima é um fazendeiro e se porta como um ideólogo dessa fração de classe. Nesse sentido, os escritos de Lima são referências importantes para quem deseja estudar as origens do processo de *invenção da tradição* (HOBBSAWM, 1997) dos pioneiros do sul de Mato Grosso e, em especial, da fronteira.

Pedro Ângelo da Rosa (1962) dirigiu suas atenções aos eventos políticos, os descreveu cronologicamente nos seus aspectos externos e estabeleceu, superficialmente, suas pretensas relações diretas com os acontecimentos brasileiros. Não tratou dos problemas fronteiriços a partir das relações de produção vigentes, enquanto a violência, mais especificamente, é tratada como algo associado às *revoluções* em Mato Grosso. Sua

obra é útil por apontar nomes e datas, bem como por descrever acontecimentos fronteiriços, alguns só nela contidos. Vale, portanto, pelos seus registros positivos.

João Batista de Souza (1960?), embora cite alguns autores de renome nacional, não revela capacidade para realizar uma análise mais ampla e profunda. Relata os fatos de uma forma bastante fragmentada sem conexão com os eventos de maior alcance. Os problemas mais graves da fronteira, segundo o autor, decorreram da extinção do território e só então ganharam relevo. Assim como Rosa (1962), seus escritos podem ser utilizados para confrontar datas, nomes, eventos e números.

Elpídio Reis dedicou-se a organizar as memórias de sua infância, vivida em Ponta Porã. Seu passado é revisitado com saudosismo. Os conflitos sociais não são abordados com veemência. A violência, por exemplo, aparece sempre como algo ligado às *revoluções* empreendidas pelos coronéis. Também associa a maior gravidade dos problemas da fronteira à extinção do Território Federal de Ponta Porã. Não há, em Reis, uma discussão sobre os determinantes da violência. Politicamente tem uma postura conciliatória. Isso pode ser observado na descrição de seu trabalho político como vice-presidente da Associação Pró-restauração do Território, em 1946, quando teceu elogios aos administradores do norte de Mato Grosso numa tentativa de ganhar a adesão deles à sua causa. Também sua posição em relação ao povo paraguaio, o *povo vizinho*, é ambígua, pois vê como fraternal as relações entre ele e o brasileiro. Mascara, portanto, toda a violência cometida contra trabalhadores paraguaios e o preconceito vigente contra essa população. As descrições dos memorialistas, sobretudo as de Serejo e Puiggari não revelam a *fraternidade* postulada por Reis.

As obras escritas pelo engenheiro Armando de Arruda Pereira, à época em que realizava seu trabalho de chefia na construção dos quartéis, na década de 1920, são resultantes de anotações esparsas. São registros de “campo”, registros ricos, é evidente, mas sem conexão e profundidade. Suas análises são as de um forasteiro, alguém que estava distante dos problemas locais. Sua visão sobre as manifestações culturais dos fronteiriços é a de um espectador curioso. A violência, por exemplo, é vista como algo pitoresco, algo ligado aos costumes do lugar, expresso no fato de a justiça ser imposta pela *Lei do 44*. Há, também, incoerências em Pereira. Afirma, por exemplo, que nunca ficara sabendo de *assaltos para roubar* na região, embora se refira ao caso de um fazendeiro que teria sido

assaltado *várias vezes* em sua propriedade. Força algumas interpretações, também, a exemplo de quando projetou em Mato Grosso algo muito sensível em São Paulo, que assaltava as preocupações de donos de indústrias. Para Pereira, a violência era trazida pela “*affluencia de gente nova*”, *estrangeiros*, que causavam a desordem e a violência e influenciavam trabalhadores para que os mesmos se organizassem em sindicato e ameaçassem os patrões com greves e paralisações. Foi no terreno do trabalho, inclusive, que o autor teceu mais extensas considerações. Como chefe responsável pelo andamento das edificações, Pereira se preocupou com a forma de organização do trabalho, pois verificou que, na região, os trabalhadores não eram especializados. Artesãos ou trabalhadores manufatureiros, a eles faltava a disciplina exigida pelo trabalho mais profundamente marcado pela divisão do trabalho. Isso tornava o serviço mais lento e, por conseqüência, os custos se elevavam. É importante observar que, com exceção de Melo e Silva, não há observações sobre a organização do trabalho nos demais autores. Pereira tem a formação e trajetória típica da burguesia industrial paulista, por isso o seu parâmetro é a indústria moderna. Ele não tem somente uma formação técnica mais avançada. Ele incorpora o pensamento político da burguesia industrial e se coloca como seu ideólogo.

Virgílio Corrêa Filho dirigiu o grosso de sua pesquisa ao período colonial e imperial e, quando tratou do período mais recente, época em que a fronteira sul foi ocupada, suas análises escassearam. Seus escritos temáticos sobre a fronteira, à época de sua colonização, visavam a atacar o monopólio da Matte Larangeira. Todos os seus estudos acabaram girando em torno de tal preocupação. A violência, por exemplo, teria como elemento gerador o monopólio exercido pela Companhia Matte. Para Corrêa Filho, bastaria eliminar tal monopólio e os problemas da fronteira estariam resolvidos. Ele também fez referência à violência contra os trabalhadores ervateiros, que viviam em regime de escravidão, mas se referiu a essa ocorrência como algo associado a um passado distante. Por mais que tenha se projetado nacionalmente, esse autor não conseguiu se desvincular de suas raízes cuiabanas e sua ligação com a fração burguesa contrária ao domínio dos monopólios, originária do comércio em Mato Grosso, é determinante nesse sentido. Corrêa Filho tornou-se a mais pura expressão do intelectual orgânico da burguesia comercial mato-grossense.

Ao contrário de Corrêa Filho, José de Melo e Silva teve preocupações mais amplas. O parâmetro de Melo e Silva não foi o regional e sim o nacional. Para ele, era preciso

resolver os problemas da fronteira, tomando por referência os **problemas da nação**. E, por esse motivo, tinha um projeto visando à eliminação das peculiaridades fronteiriças. Aliás, não foi constatada, em todos os demais autores discutidos nesta tese, a preocupação com a formulação de uma proposta para a fronteira. Embora não fosse ligado economicamente às frações burguesas do Estado, politicamente ficou ao lado da Companhia Matte Larangeira. Melo e Silva parecia ter certa autonomia política em relação aos grupos regionais. Nesse sentido, foi o intelectual do grande capital, isto é, do capital financeiro.

Criticou o regionalismo e as ações do Estado, tanto em âmbito regional quanto nacional. Para ele, a fronteira se encontrava num estágio retrógrado do ponto de vista do capital. Sua população trabalhadora era um obstáculo, nesse sentido, pois era formada por uma *massa guaranizada*, que, do ponto de vista cultural, era atrasada e tinha uma moral inadequada. Para avançar, a região carecia de outros costumes, que poderiam ser disseminados por meio de uma educação voltada para as lides agrícolas e por uma escola que os homogeneizasse. De fato, os hábitos e costumes dos trabalhadores, resistências tão abominadas por Melo e Silva, eram manifestações culturais do trabalhador fronteiriço e estavam ligadas ao tipo de trabalho desenvolvido na região. Grande parte desses trabalhadores empregava-se no trabalho de elaboração da erva-mate, organizado nos moldes da manufatura, como foi descrito nos capítulos anteriores. Relembrando as descrições dos memorialistas, como a do engenheiro Pereira, que analisou o carreiro e os operários da construção civil, verifica-se que, na fronteira, o trabalho era artesanal ou manufatureiro, isto é, ele ainda não sofrera o suficiente a divisão do trabalho para baratear as mercadorias. E mesmo nas atividades mais atingidas pela especialização – como era o caso da erva mate –, esta ainda era inicial, estava na fase manufatureira, o que significa dizer que o trabalho ainda não fora suficientemente objetivado. O trabalho na manufatura ainda era dependente da habilidade parcial do trabalhador, ao contrário da indústria moderna, que fez do trabalhador um apêndice da máquina (MARX, 1994). Na verdade, a cultura na fronteira era determinada pelo trabalho e não o contrário, como queria Melo e Silva. O homem fronteiriço tinha estreita convivência com a “cultura paraguaia”, por força da dependência da extração da erva-mate pelo trabalhador originário do Paraguai. Os *guaranizados*, considerados por Melo e Silva “inferiores” e “avessos ao trabalho”, de fato,

foram os trabalhadores que garantiram a mais-valia para o ciclo da erva-mate em Mato Grosso.

Em termos ideológicos e na análise da cultura, Melo e Silva incorporou noções discutíveis e atrasadas, do ponto de vista da ciência, por meio das idéias de Oliveira Vianna, estudioso que desenvolveu conceitos como o do *apuramento* da raça brasileira. A incorporação do neotomismo, sobretudo para fazer o combate ideológico ao comunismo, também revela seu posicionamento conservador. Ideologicamente, portanto, o autor mesclou idéias que postulam uma forma mais avançada de desenvolvimento do capitalismo na fronteira, o neotomismo e o racismo do século XIX.

Em especial, desde as suas origens no século XIX, o racismo foi incorporado por alguns intelectuais no Brasil. Mas isso ocorreu no bojo da discussão que tinha por foco a constituição da nação. Segundo Odalia (1997), foi Varnhagem quem, em meados desse século, antecipou o tema referente à constituição da Nação. Era a época propícia para inventar o Brasil. As transformações econômicas mudavam a face do país. A introdução do café e a Revolução Industrial provocaram a necessidade de ampliar mercados, o que reforçou a crítica já existente à adoção da força de trabalho escravo. Esse era o momento favorável para pensar a construção de uma nação soberana. Mas a competição crescente entre as nações, possibilitada pela Revolução Industrial, impunha um *novo colonialismo*.

A Europa, referência de mundo desenvolvido e mito do colonizador “branco”, era o modelo a ser conquistado. A constatação de que o Brasil era formado por negros, índios e mestiços impedia essa aproximação. A unidade étnica era algo que precisava ser criada, inventada. Mesmo informados por vertentes teóricas e preocupações políticas diferenciadas, diversos intelectuais do século XIX incorporaram o ideário racista e idealizaram um *novo* tipo de homem, formulando propostas para a eliminação das minorias étnicas via miscigenação²²⁴.

O apelo ao ecletismo foi uma *arma* muito utilizada pela burguesia em momentos de crise. De fato, o ecletismo pode ser atribuído ao fenômeno da decadência ideológica burguesa, apontado por Marx já no século XIX.

A burguesia conquistara poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquiriu, prática e teoricamente, formas mais

²²⁴ Com exceção de Capistrano de Abreu, pessimista quanto à possibilidade de ver resolvido o *problema étnico* no Brasil (ODÁLIA, 1997, p. 22).

definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética (MARX, 1984, p. 11).

Melo e Silva foi o estudioso que melhor expressou, do ponto de vista do capital, o momento histórico de crise e de transição pelo qual passava a região fronteiriça. Ao apontar para a “vocalização” agrícola da região, de fato, estava reconhecendo que as atividades ligadas à erva-mate estavam em crise. Nessa transição, a região da fronteira começava a assistir a incorporação das atividades agrícolas, sobretudo em Dourados e Ponta Porã.

Comparativamente, José de Melo e Silva foi o autor que fez a crítica mais incisiva ao regionalismo e ao Estado. Para ele, a fronteira não se desenvolvia e se encontrava abandonada porque o Estado estava ausente e, no vácuo produzido, não gerava incentivos para atrair investimentos e capitais externos. Essa crítica se repete mesmo quando o autor analisa a fronteira após a implantação de políticas que visavam à nacionalização. Ou seja, não teria havido mudanças mesmo após a definição de medidas mais efetivas como as preconizadas pelo movimento *Marcha para Oeste*. Como já afirmou-se anteriormente, as políticas que melhoraram as condições estruturais da fronteira só foram sentidas no período em que o Governo Federal assumiu a administração da região, implantando o Território Federal.

Mas, o tom preconceituoso de Melo e Silva, quando se refere aos trabalhadores, a incorporação de idéias racistas e discutíveis do ponto de vista científico, bem como a adoção do neotomismo, além de terem mergulhado a sua obra no ecletismo, deram maior visibilidade à sua condição de pensador conservador e reacionário.

Apenas dois estudiosos da região têm uma visão mais crítica e uma opinião diferente quanto ao grau de violência e de exploração dos trabalhadores na fronteira: Puiggari e Serejo.

Umberto Puiggari foi, dentre eles, o mais incisivo na crítica, o mais direto e franco ao denunciar a violência encetada contra os trabalhadores fronteiriços. Foi ele quem expôs, de maneira mais contundente, a violência e o abandono da fronteira. Denunciou inúmeros casos de violência e chegou a vincular as suas causas a problemas sociais mais amplos. De

fato, Puiggari viveu na cidade de Ponta Porã e parece ter aderido à crítica à Matte, que circulava entre os pequenos proprietários urbanos. Ele próprio era um pequeno comerciante, dono de uma farmácia. Por isso, expôs fatos e citou os nomes dos envolvidos nos crimes, por trás dos quais sempre divisou a poderosa Companhia Matte Larangeira. Sua ironia à versão que transformou João Ortigão em líder comunista, fato que interessava à Companhia, é algo que comprova sua visão política descomprometida com essa empresa monopólicia. Também não poupou críticas ao Governo Vargas e aderiu às idéias defendidas pelos revolucionários de 1932 no Estado de Mato Grosso.

Hélio Serejo denunciou, igualmente, a violência contra trabalhadores. Não poupou detalhes na descrição do sofrimento, sobretudo dos ervateiros. Em termos de volume e de minúcias de informação, supera Puiggari. Mas a sua crítica é marcada por alguns limites, decorrentes da própria origem de classe. Ele fazia parte da fração pequeno-burguesa ligada à produção da erva-mate, inteiramente dependente da empresa monopólicia. Fruto dessa dependência, sua condição de pequeno proprietário não permitiu uma crítica mais incisiva à Companhia Matte Larangeira.

Mas, ainda que Puiggari e Serejo veiculem denúncias e se aproximem de uma opinião mais autônoma e crítica em relação ao poder econômico na fronteira, não são expressões de análise radical dos determinantes econômico-sociais dos problemas fronteiriços.

A violência na fronteira foi causada pelas próprias condições materiais que marcaram a sua ocupação e a sua colonização, associadas ao arrendamento de grandes extensões de terras pela Companhia Matte Larangeira e à imposição do trabalho compulsório, de início, à luta desigual pela posse da terra, em seguida, e à expropriação indígena. As causas da violência não foram analisadas em seus fundamentos, não foram buscadas, decididamente, nas relações de produção, nem referidas à luta de classes. A cisão e o antagonismo entre capital e trabalho geravam a violência.

2. A educação na fronteira

Expostas as condições históricas da fronteira, é importante tecer considerações sobre as impressões e os diagnósticos educacionais pleiteados pelos autores. Assim como

no primeiro item, pretende-se verificar as contribuições e limites dos memorialistas e historiadores ao se referirem à questão educacional na fronteira.

Já foi comentado que a base material da fronteira estava alicerçada em atividades rurais, representadas pela exploração da erva-mate e pela pecuária. Com exceção de Ponta Porã, que tinha posição privilegiada estabelecendo comércio com o Paraguai, de maneira geral o meio urbano era pouco desenvolvido. Viu-se, também, que as comunicações eram precárias, na região, e que a ausência de ações mais efetivas do Estado deu margem a críticas, pois não reprimia o banditismo nem desenvolvia a infra-estrutura desejada, envolvendo escolas, hospitais, vias de comunicação, o melhoramento do meio urbano, etc. Nesse ambiente fronteiriço, como os autores aqui tratados viram a educação?

Todos, à exceção de Umberto Puiggari, acabaram tratando da educação e alguns produziram idealizações sofisticadas sobre a sua importância para a formação do homem fronteiriço.

No caso dos memorialistas, constatam-se ricas abordagens ao desenvolvimento da educação na fronteira. Mas essas abordagens são mais descritivas do que analíticas.

Hélio Serejo explora com detalhes o processo educativo no trabalho ervateiro. O autor é minucioso, detalhista e sua sensibilidade, reflexo também da convivência com os trabalhadores, resultou em escritos de grande valor histórico e literário. Suas descrições expõem todo o processo de trabalho da elaboração da erva-mate, seus instrumentos, fases e, até mesmo, a aprendizagem necessária em cada etapa. Por esse motivo, informações detalhadas sobre a formação profissional desse trabalhador são encontradas em seus escritos. Nesse quesito, Serejo se destaca dos demais autores. Como a atividade da elaboração do mate ainda era manufatureira, ou seja, necessitava de especialização, os trabalhadores começavam cedo o aprendizado no próprio trabalho. Não havia escolas nos ervais, pois não eram necessárias. O tipo de trabalho lá realizado as dispensava. Ao descrever o estágio do trabalho na fronteira, o autor não faz julgamento. Mas, algumas vezes, podem ser percebidos traços de romantismo e de saudosismo nas descrições das rotinas dos trabalhadores.

De forma mais genérica, as observações do engenheiro Armando de Arruda Pereira corroboram as informações de Serejo acerca da organização técnica do trabalho na fronteira. Pereira descreveu as atividades desenvolvidas por diversas categorias de

trabalhadores, como os carreiros, os *chauffeurs* e os operários da construção civil. Ao contrário de Serejo, o autor viu com preocupação o grau de especialização dos trabalhadores quando tratou dos *métodos* na construção civil. Pereira considerava que os *métodos primitivos da arte de construir* deveriam ser substituídos por técnicas mais modernas, como aquelas que a C.C.S. teria disseminado no sul do Estado. O fato é que a indisciplina do trabalhador da região causava atraso nas obras e aumento dos custos. Como engenheiro chefe responsável pelas edificações e representante da C.C.S, uma empresa privada, Pereira tinha as mesmas preocupações materiais de um empresário burguês e pensava como tal. Além disso, há que se observar, para Pereira a referência era São Paulo, o Estado mais rico e desenvolvido do país.

Em Astúrio Monteiro de Lima são raras as observações sobre educação. Em sua obra encontram-se lembranças sobre uma escola, que ele próprio freqüentou, instalada na sede da fazenda de um coronel da região, mas que, pelas precárias condições de segurança na fronteira, *acabou a bala*. É um dado importante para verificar o envolvimento privado dos fazendeiros da região com a educação escolar. Esse dado é corroborado por autores como Serejo que reforçam essa ocorrência.

As escolas existentes ao longo da fronteira (difícil recordar a localização), todas elas eram 'particulares', recebendo, porém, ajuda da municipalidade, o que é justa salientar. Não se pode desprezar a preciosa ajuda de fazendeiros, comerciantes, ervateiros, bolicheiros, agricultores e... até mascates que muito contribuíram para manutenção da maioria dessas escolas. (SEREJO,1999)

Elpídio Reis também veicula informações sobre a educação nas lembranças de escolas que freqüentou. Trata de várias escolas, de antigos mestres e, até mesmo, da didática utilizada. Por ser uma característica dos escritos do autor, quando discute a educação, aflora a idealização e o saudosismo. Sem nenhuma referência a estudos sobre métodos e teorias educacionais, Reis discute técnicas utilizadas em sala de aula por professores. Também registra o caos gerado na instrução fronteiriça com a extinção do Território Federal. Como demonstrou, com o advento do Território Federal, o número de escolas foi quadruplicado. Segundo Reis, antes da instalação do Território havia 53 escolas públicas, inclusive municipais. Ao ser extinto, o número de escolas mantidas pelo Território chegava a 223. Em seguida, quase todas as escolas fundadas teriam sido fechadas, incluindo o Curso Normal Regional e os Cursos Populares Noturnos.

De fato, as fontes convergem ao reconhecerem a estagnação da instrução na fronteira. A população fronteiriça era constituída por fazendeiros, pequenos proprietários de terras e por uma maioria de trabalhadores que habitava os campos e trabalhava em atividades relacionadas à erva-mate e à pecuária. Até mesmo as crianças, como foi demonstrado, estavam ocupadas nesses tipos de atividades. Era desprezível, relativamente, o número daquelas crianças, filhas de famílias mais abastadas, que tinham condições de se dirigir até os centros urbanos mais desenvolvidos, tanto locais como de outros estados, para realizar seus estudos nos níveis primário, secundário e superior.

As escolas eram raras e concentradas nos núcleos urbanos. No campo, a existência de escolas dependia da iniciativa privada. Ainda havia as escolas do Paraguai, que atendiam às crianças fronteiriças, inclusive as brasileiras. É importante observar, também, a influência da Cia. Matte Larangeira na construção de escolas na região. Numa visita a Campanário, em 1926, o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança teria observado o esforço da Escola “Francisco Mendes Gonçalves” em difundir o uso da língua nacional.

[...] a população ali falla o castelhana e o guarany; mas a Matte Larangeira procura conquistar toda aquella massa de indios e populações cruzadas com elementos indigenas á orbita de nossa influencia espiritual, ensinando-lhes o portuguez. (BRAGANÇA, 1926, p. 16)

Além dessa escola, a Companhia contribuía com o Estado no desenvolvimento da instrução escolar na fronteira fornecendo prédios e materiais. Em Bela Vista, em 1913, segundo o Presidente de Estado Joaquim Augusto da Costa Marques, a Companhia teria doado todo o mobiliário para a única escola que funcionava naquele município (MATO GROSSO, 1913, p. 16). Em Porto Murtinho, este presidente verificara, também, que o prédio onde funcionava a escola destinada ao sexo feminino, fora doado pela Companhia. Como foi visto, no ano de 1925 foi instalado na cidade de Ponta Porã o primeiro grupo escolar na fronteira, Grupo Escolar Mendes Gonçalves, em prédio construído pela Companhia Matte Laranjeira e doado ao Estado. Este, ainda no ano de 1942, era o único grupo escolar na fronteira (MATO GROSSO, 1942, p.2).

A precária situação mudou com o fugaz período de existência do Território Federal de Ponta Porã. Foi significativo, de fato, o aumento do número de escolas primárias, noturnas e de nível secundário para formação de professores, como as citadas por Reis. Mas, após um notável incremento, a extinção do Território gerou um refluxo no atendimento, motivado pela diminuição dos recursos públicos aplicados na educação

fronteira. As decorrências mais visíveis foram o fechamento de escolas e a diminuição dos salários de professores.

Os historiadores, com exceção de Melo e Silva, não realizaram análises interpretativas referentes à educação. Em suas obras predominam as informações esparsas e números frios. Nesse sentido, é reforçada a conclusão de Alves (2005), exposta em sua análise sobre as abordagens da historiografia em Mato Grosso. De fato, não há divergências nem antagonismos nos historiadores *diletantes*, pois realizam uma sistemática repetição das mesmas informações e das mesmas fontes.

Virgílio Corrêa Filho tem uma visão restrita acerca da educação, pois se refere sempre à educação escolar. Seus escritos, predominantemente descritivos, se reportam, sobretudo, à educação em Cuiabá. Sobre a fronteira, apenas são apresentados alguns dados estatísticos referentes a movimento escolar. Dados pontuais estão dispersos em algumas tabelas estatísticas sobre a escolarização em Mato Grosso, porém, no que diz respeito à fronteira, são muito precários, pois o autor desconsiderou as escolas públicas mantidas pelos municípios. As únicas informações significativas sobre a escolarização na região fronteira, extraídas de obra de Corrêa Filho, são os dados estatísticos arrolados sobre o número de escolas no ano de 1933, que apontaram um discreto aumento da participação do Governo do Estado na região, com a implantação de escolas isoladas e de um grupo escolar em Ponta Porã.

Mas, mesmo com o incremento da participação do Governo do Estado, a maior parte das escolas primárias, na fronteira, ainda em 1940, encontrava-se sob a dependência administrativa dos municípios. Num relatório do município de Ponta Porã, apresentado no ano de 1940 ao Interventor do Estado, o Prefeito Pedro Manvailler (PONTA PORÃ, 1940) fez um levantamento das escolas existentes e constatou que havia, nos seus limites, duas escolas estaduais, cinco particulares e dezessete municipais. Esses dados revelam uma particularidade na organização escolar do município de Ponta Porã, já que, no Estado de Mato Grosso, a maior participação na manutenção das escolas cabia ao governo estadual. Segundo Brito (2001, p. 65), no ano de 1939 o Governo do Estado era responsável por 67,2% das escolas primárias mato-grossenses.

TABELA 3 ESCOLAS SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – MATO GROSSO – 1935 A 1942

Ano	Estaduais	%	Municipais	%	Particulares	%	TOTAL
1935.....	229	62,2	38	10,3	101	27,4	368
1936.....	208	53,3	47	12,1	135	34,6	390
1937.....	251	54,2	62	13,4	150	32,4	463
1939.....	266	67,2	60	15,2	70	17,7	396
1942.....	271	68,4	66	16,7	59	14,9	396

FONTE: BRITO, 2001

As informações e as análises de João Batista de Souza (1960?) e de Pedro Ângelo da Rosa (1962) são insignificantes em relação à educação. Apenas confirmam o que os demais autores observaram acerca do aumento de investimentos na fronteira à época do Território Federal.

De fato, dentre todos os autores tratados neste trabalho, Melo e Silva foi o que mais referências fez à educação e o que realizou uma extensa análise interpretativa. Também foi o único que discordou mais incisivamente dos rumos da educação, voltados para as especificidades regionais. Contrapondo-se, apresentou uma proposta de reforma para a educação na fronteira.

Como já foi exposto, a fronteira sofria o impacto de um momento de transição e de crise do capitalismo que resultou em políticas nada comuns às dominantes anteriormente. Nesse momento, inclusive, a fronteira ganhou projeção nacional. Para superar a crise, Melo e Silva entendia ser importante o papel da educação, pois a implantação de escolas profissionais agrícolas era condição necessária à superação do estágio extrativista e pecuário da economia fronteiriça. O autor também foi o único que expressou em suas obras a necessidade de mudanças que visavam à nacionalização da fronteira.

Para defender suas idéias, Melo e Silva se baseou, inclusive, na autoridade dos especialistas. Dialogou com educadores escolanovistas, demonstrando que estava a par das discussões realizadas em âmbito mais geral. Contudo, tanto o discurso de Melo e Silva quanto o dos demais estudiosos, que incorporam, sobretudo, o senso comum, são formas de expressão do discurso burguês e depositam uma esperança ilusória no poder que a educação teria para determinar uma transformação profunda nas condições de existência dos homens. Melo e Silva iguala-se aos liberais e cultiva a mesma ilusão, portanto, quando defende a

educação como um recurso positivo para o desenvolvimento econômico e ao sugerir que a mera presença de escolas seria a garantia de consecução desse resultado.

Mas deve ser apontado o que distingue, fundamentalmente, Melo e Silva dos demais estudiosos na análise da educação escolar na fronteira. Sob a aparente defesa comum da necessidade de escolas para a região e do poder dessa instituição para gerar desenvolvimento, escondiam-se motivações nítidas. Sob esse aspecto, as funções da educação são pensadas a partir de pressupostos muito diferentes dos renovadores da educação. Melo e Silva critica o “logar comum” de que “as escolas modernas vivem em função do meio, ou que o ensino deve ser ministrado de conformidade com as tendências regionais” (1948, p. 143). Ele pensa a educação como instrumento para a superação da “cultura dos guaranizados” que habitavam a fronteira, em decorrência, sobretudo, da extração do mate. Essa “cultura” estava associada a *hábitos e costumes nocivos*, que deveriam ser extirpados com o concurso da educação e, principalmente, das já referidas escolas técnicas agrícolas, que criariam as condições para o desenvolvimento da agricultura.

Para além da educação escolar, Melo e Silva entendia ser necessário um conjunto de medidas que se somariam, nos seus efeitos, à ação da escola. A *massa guaranizada* deveria ser influenciada, no próprio trabalho, por meio do contato com outros migrantes e com *culturas diferenciadas* como a do nordestino. Nesse sentido, ele também se diferencia dos demais autores por se posicionar incisivamente contra as formas de manifestações culturais dominantes na região. Mas, embora Melo e Silva tenha sido o único autor a expressar a necessidade de mudanças que visavam à nacionalização da fronteira e a pensar a educação como um recurso que poderia realizá-la, de fato, sua proposta era conservadora. Se ele percebeu a necessidade das mudanças referidas, sua análise naufragou numa idealização, qual seja, a de que a educação poderia transformar as condições materiais da fronteira pela alteração na “cultura” dos *guaranizados* e pela nacionalização desse espaço. Mas sua argumentação impactou pelo menos uma importante autoridade administrativa da educação mato-grossense. No mesmo diapasão, o Diretor Geral da Instrução Pública de Mato Grosso, Francisco A. Ferreira Mendes, no ano de 1942, concordava com o “arguto autor de *FRONTEIRAS GUARANIS*” (MATO GROSSO, 1942, p. 6) e citava trechos da obra de Melo e Silva. Observava Mendes que “tudo lá [na fronteira] era diferente” e que “os filhos

dos guaranis não se adaptam facilmente á nossa educação” (MATO GROSSO, 1942, p. 6). Este diretor acreditava que deveria ser considerado o “*aspecto especial* dessas regiões de fronteira no campo educacional tendo em mira o fim nacionalista” (MATO GROSSO, 1942, p. 6). Para ele, a região não resolvia o problema da educação posto que

[] o ensino ministrado nas escolas existentes naqueles municípios, obedecendo em tudo os programas oficiais, não produzem presentemente os frutos almejados, isto porque, são escolas simplesmente de alfabetisação (sic), o que não basta, por isso que, é necessário nacionalizar e educar.

Em tais zonas, torna-se necessário pois, um tipo de escola nacionalista, onde o ensino cívico complete a ação educadora, integrando na comunhão nacional, centenas de brasileiros segregados da Pátria (MATO GROSSO, 1942, p. 6).

De fato, todos os relatos de memorialistas e de historiadores não chegaram a captar as dimensões quantitativa e doutrinária das mudanças educacionais operadas após a instalação do Território Federal de Ponta Porã. Não basta reconhecer, genericamente, que escolas foram criadas em grande número. Há algo mais substantivo por trás do impacto que a expansão escolar gerou nos habitantes dessa região ignorada, até então.

Dados extraídos do **Relatório apresentado ao Exmo Sr. Presidente da República, pelo Governador Dr. José Alves de Albuquerque** (PONTA PORÃ, 1944 – 1945 – 1946)²²⁵ ilustram melhor o que merece ser demonstrado. Esse relatório técnico denota, com maior riqueza de detalhes, inclusive a natureza das mudanças pedagógicas que se processavam na fronteira. Se o impacto da expansão escolar foi extraordinário, no Território de Ponta Porã, e todos os analistas locais não deixaram de apontá-lo, não menos relevantes foram os rumos pedagógicos que se imprimiram nas práticas escolares, sensíveis no **Relatório**, mas não nos textos dos memorialistas e historiadores.

²²⁵ O autor desse **Relatório**, Governador do Território de Ponta Porã, fora médico da Comissão de Limites Brasil-Paraguai e conhecia a região. Sobre a educação, um extrato reforça outros depoimentos colhidos nas obras dos memorialistas e historiadores: “Ao longo da fronteira, [...], constatamos, com mágua indescritível, o abandono em que se achava a infância, por parte da administração matogrossense. Muitos de nossos pequenos patrícios freqüentavam as escolas paraguaias, reverenciando-lhe o pavilhão tricolor, substituindo o português de nossos ancestrais, pelo guarani ou espanhol. Por incrível que pareça, desconheciam completamente, as cores de nossa bandeira como símbolo nacional e os que residiam perto da linha de limites, chamavam-na **bandeira da Comissão de Limites**, por que viam, todos os dias, nos acampamentos da Comissão, o pavilhão auri-verde tremulando no mastro, em frente à barraca do chefe da turma. Hoje, nenhuma escola, por mais afastada que se ache dos centros povoados, deixa de ter, todos os dias, o seu pavilhão levado ao topo do mastro, com a devida solenidade e, em todas elas, o mapa do Brasil materializa, aos olhos da criança, a configuração da Pátria, em toda a sua opulência.” (PONTA PORÃ, 1944 – 1945 – 1946, p. 34)

Começando pelo que é consistente em todos os depoimentos, afirme-se que a expansão escolar foi notável. Números retirados do **Relatório** referido permitem dimensioná-la mais precisamente. A população total do Território estava estimada em 100.000 habitantes. Para calcular a população em idade escolar, foi utilizado o índice de 16%, o que resultou no número estimado de 16.000 crianças. Visando atender a esse contingente, existiam, antes da implantação do Território, 52 escolas nessa região fronteiriça, “28 estaduais e 24 municipais, e mais um grupo escolar em Ponta Porã, construído, aliás, pela empresa Mate Larangeira”. Observa-se que há um aumento da participação do Governo estadual na fronteira. Com 60 (sessenta) classes, atendendo em média a 30 (trinta) alunos cada, a capacidade de atendimento escolar correspondia a 1.800 alunos, pouco mais de 10% da população em idade escolar. Comparando os dados de escolarização primária em Mato Grosso, constata-se que o atendimento, na fronteira, estava aquém do constatado em âmbito estadual, que, no ano de 1940, conforme Brito (2001, p. 74), girava em torno de 29,3% da população escolarizada no Estado.

TABELA 4 ATENDIMENTO ESCOLAR NO ENSINO PRIMÁRIO – MATO GROSSO – 1920 A 1940

Ano	População de Mato Grosso	População escolarizável (5 a 14 anos) ⁽¹⁾	População escolarizada	Atendimento ⁽²⁾ (%)	Varição relativa no atendimento (%)
1920.....	246.612	65.493	9.419 ⁽³⁾	14,4	100,0
1940.....	432.265	88.174	25.803 ⁽⁴⁾	29,3	114,9

(1) Devido às classes de idade utilizadas nos recenseamentos destes anos, só foi possível considerar a população entre 5 e 14 anos.

(2) Percentagem da população escolarizável que está recebendo instrução.

(3) Alunos matriculados em escolas primárias.

(4) Pessoas de 5 a 14 anos que estão recebendo instrução primária.

Fontes:

(BRITO, 2001, p. 74)

O **Relatório** admite, contudo, que essa capacidade poderia ser duplicada caso as classes existentes pudessem funcionar em dois períodos (PONTA PORÃ, 1944 – 1945 – 1946, p. 25-6). O governo territorial criou mais 7 (sete) grupos escolares, outras 132 (cento e trinta e duas) escolas primárias, 11 (onze) cursos populares noturnos e 1 (um) Curso Normal Regional, o primeiro curso secundário da região. Em paralelo, a iniciativa privada

implantou 16 (dezesesseis) escolas particulares registradas e 3 (três) cursos de datilografia. O número de classes quase quintuplicou, ascendendo para 293 (duzentas e noventa e três). Usando o mesmo critério comparativo adotado no documento, a capacidade de atendimento à população em idade escolar teria evoluído para 8.790 vagas. Caso as classes funcionassem em dois períodos, praticamente a capacidade de atendimento poderia zerar o déficit de escolarização existente na região, desde que o índice de 16% adotado fosse válido (PONTA PORÃ, 1944 – 1945 – 1946, p. 39-40).

Mais importante do que esse esforço no sentido de ampliar as oportunidades educacionais na fronteira, as iniciativas políticas da administração territorial revelaram o desejo de dotar a educação pública, na região, dos recursos pedagógicos mais avançados. Para tanto, voltaram os seus olhos para o que vinha sendo realizado de mais avançado, nessa esfera, no Brasil.

Desde a reforma republicana da instrução pública mato-grossense, empreendida por Pedro Celestino em 1910, São Paulo se transformara na fonte inspiradora das práticas escolares instauradas na região. Professores normalistas de São Paulo foram contratados para viabilizá-la. Os grupos escolares e as escolas modelos mato-grossenses modelaram-se nas matrizes republicanas paulistas. Quase trinta e cinco anos depois, São Paulo aprofundara a sua influência, o que se observa no **Relatório**. Em diversas passagens, a exemplo da citada abaixo, é reconhecido o crédito de que gozava essa unidade da federação por suas iniciativas no campo da educação.

Houve, [...], necessidade imperiosa de um novo reajustamento e planejamento para 1945, ano em que, na realidade, o ensino territorial moldou-se nos indispensáveis preceitos pedagógicos, sob a orientação de professores paulistas, sem nenhum favor, os baluartes do êxito alcançado pela administração, nesse importante setor. (PONTA PORÃ, 1944 – 1945 – 1946, p. 26)

Professores paulistas contribuíram com a administração do Território, tanto para o treinamento dos docentes da região quanto para a expansão planejada da rede escolar.

Organizada a Divisão de Educação, impôs-se cuidar, de logo, de elevar o nível intelectual do professorado de que se dispunha, instalando-se, em começos de 1945, o Curso de Aperfeiçoamento para professores primários, com a duração de três meses e no período de férias, regido por especialistas de São Paulo, postos à disposição do Governo territorial, sob a orientação direta do professor Rafael Gris. Concluído o curso, que foi ministrado intensivamente, espalharam-se os professores paulistas, pelo interior, efetuando a matrícula pelos estabelecimentos existentes e

colhendo dados indispensáveis à criação de novas escolas. (PONTA PORÃ, 1944 – 1945 – 1946, p. 28)

A implantação das inspetorias escolares também teve como fonte inspiradora o modelo paulista.

O Governo do Território, procurando seguir a orientação de São Paulo, criou, de início, quatro inspetorias escolares, as quais ficaram a cargo de professores com especialização em tal mister, contratados naquele Estado para esse fim. (PONTA PORÃ, 1944 – 1945 – 1946, p. 28)

O **Relatório** dá conta, ainda, de que o Curso Normal Regional, criado pelo Decreto nº. 34, de 27 de abril de 1946, depois de aparelhado com o material pedagógico necessário, teve suas aulas iniciadas “sob a orientação didática de professores vindos de São Paulo e de outros Estados, devidamente registrados no Ministério da Educação”. (PONTA PORÃ, 1944 – 1945 – 1946, p. 36)

Só não faz referência à origem do fluxo renovador da educação pública, na região, a notícia sobre o Decreto no. 18, de 23 de janeiro de 1946, que criou os Cursos Populares Noturnos para atender à população adulta analfabeta. Foram

instalados, de logo, cinco desses estabelecimentos, nas sedes dos municípios de Ponta Porã, Dourados, Nioaque, Bela Vista e Miranda, organizando-se, ainda, para funcionarem no corrente ano (1946), mais seis dessas unidades de ensino primário. (PONTA PORÃ, 1944 – 1945 – 1946, p. 35)

O melhoramento das condições materiais e pedagógicas do ensino na fronteira, revelado na criação e construção de novas escolas, na aquisição de equipamentos e recursos pedagógicos para instrumentalizá-las, na contratação de professores paulistas, no treinamento e formação de professores locais, na instauração do serviço de inspeção escolar e na criação dos Cursos Populares Noturnos, foi acompanhado de maior valorização do trabalho docente. Eram irrisórios os vencimentos dos integrantes do magistério antes do desmembramento da região fronteira do Estado de Mato Grosso. O professor primário auferia, então, somente Cr\$ 350,00. Instalado o Território o salário quase dobrou: Cr\$ 600,00. Um diretor de grupo escolar ganhava Cr\$ 650,00 em Mato Grosso; criado o Território, o vencimento correspondente ascendeu a Cr\$ 1.000,00. Em 1946, os salários dos integrantes do magistério sofreram reajustes e passaram a ser os seguintes: a) Diretor de Grupo: Cr\$ 1.500,00; b) Professor normalista: Cr\$ 1.100,00; c) Professores possuidores de certificados do curso de férias ou de parte do curso ginásial: Cr\$ 900,00; d) e Professores

auxiliares, com o curso primário completo: Cr\$ 750,00 (PONTA PORÃ, 1944 – 1945 – 1946, p. 41).

À exceção da breve referência de Melo e Silva, os memorialistas e historiadores não vincularam, explicitamente, essas iniciativas ao escolanovismo. Tal movimento pedagógico vinha incentivando as tentativas de renovação escolar em todo o Brasil, desde a década de 1920. Seus principais líderes já haviam realizado reformas educacionais nas principais unidades federadas do País. Contra os representantes do ensino privado, em especial as congregações católicas, seus líderes haviam mobilizado a sociedade civil em defesa da *escola pública, universal, obrigatória, gratuita, laica e única*, campanha que teve como documento político fundamental o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932. O escolanovismo, indissociável dessa vaga renovadora do ensino no Brasil, em nenhum momento foi observado, claramente, como a força que dava vida às iniciativas de mudança realizadas no Território de Ponta Porã. Historiadores como Virgílio Correa Filho e Melo e Silva chegaram a citar figuras como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Carneiro Leão, mas não como lideranças desse movimento, não como recurso para discutir as idéias da corrente pedagógica que representavam, mas para dar autoridade a algum aspecto da crítica que teciam à educação escolar no Brasil ou para, pontualmente, fundamentar alguma proposta educacional. Sobre a doutrina e o conteúdo pedagógico do movimento todos se calaram. O único memorialista que, timidamente, aventurou-se a emitir juízos, na área pedagógica, foi Elpídio Reis. Falou de procedimentos tradicionais de ensino, de práticas pedagógicas superadas, de iniciativas de modernização, mas não ousou discutir a fonte dessas preocupações nem reproduzir teoria sobre a superioridade do novo. Seu discurso é vago, impreciso e não autoriza, inclusive, qualquer entendimento que o aproxime do escolanovismo.

É reconhecido que o movimento escolanovista se fez sentir no Território Federal de Ponta Porã, mas sua presença não foi identificada pelos fronteirços por força de princípios doutrinários e de propostas pedagógicas. Essa presença se realizou, sobretudo, como eco distante de reivindicações nítidas e sensíveis nas unidades federadas mais desenvolvidas do País. Resumia-se a um apelo genérico de modernização da educação na fronteira. Em especial, sua manifestação, nessa região, esteve associada à presença de professores e técnicos de educação, contratados em São Paulo, à época do Território Federal de Ponta

Porã. Com a extinção dessa unidade administrativa, tais profissionais retornaram às suas origens. Esse fato impediu a consolidação de um movimento renovador, na fronteira, que pudesse se enquadrar nos ditames do escolanovismo. Como decorrência, nem as mudanças já realizadas frutificaram, pois o tempo não ensejou a formação de um grupo de educadores aí radicados, em curto prazo, que entendesse e consolidasse as iniciativas da política educacional do Território e, inclusive, canalizasse as expectativas de renovação da educação presentes no **Relatório**. Em resumo, a meteórica trajetória administrativa desse território, que durou menos de cinco anos, entre 1943 e 1946, impediu a possibilidade de construção de uma política educacional direcionada por princípios escolanovistas.

Para concluir, não há como deixar de reconhecer que a extinção do Território Federal de Ponta Porã ocasionou um profundo impacto negativo na educação fronteiriça. A devolução da região ao domínio político de Mato Grosso gerou, de imediato, o abandono do magistério por parte de um contingente expressivo de professores, que considerava inaceitável o retorno à situação de desvalorização profissional dominante nesse Estado. Cessaram, ainda, as iniciativas de intercâmbio com centros mais avançados do País e as preocupações com a aquisição de novos recursos pedagógicos. Objetivamente, a administração territorial legou uma rede escolar física que possibilitava o atendimento à população em idade escolar em condições muito mais favoráveis do que nas demais regiões do Estado de Mato Grosso. Mas isso encerrava uma ameaça, também, pois os investimentos dessa unidade federada em educação, no futuro, por força da tendência de se concentrarem na construção de escolas, priorizariam regiões mais carentes e colocariam a fronteira em segundo plano.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história – 1870-1929: Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 61, p. 5-61, 2º sem.1985.

_____. **Educação e história em Mato Grosso** (1719-1864). 2.ed.rev.ilust. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1996.

_____. **A produção da escola pública contemporânea**. 4.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. Nacional e regional na historiografia educacional brasileira: uma análise sob a ótica dos estados mato-grossenses. In: ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande, MS: Editora UNIDERP, 2003.

_____. As funções de escola pública de educação geral sob o imperialismo. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, n. 16, p. 89-112, 1990.

_____. **A casa comercial e o capital financeiro em Mato Grosso (1870-1929)**. Campo Grande: UNIDERP, 2005.

ALLI-BROUCHOUD. **Bertoni**. In: <http://webs.advance.com.ar/juxenber/biogra.htm>
Acesso em: 25 maio, 2004.

A RECONSTRUÇÃO educacional no Brasil. Ao povo e ao governo. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1932.

ARRAES, Raimundo de Monte. Prefácio. In: MELO E SILVA, José de. **Fronteiras guaranis: com um estudo sobre o idioma guarani, ou ava-ñe-ê**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939.

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Larangeira**. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis. UNESP, 1989.

_____. Heródoto. In: **CICLO da erva-mate em Mato Grosso do Sul (1883-1947)**. Campo Grande: Gráfica Brasília, Instituto Euvaldo Lodi, 1986.

BARBOSA. Emilio G. **Os Barbosas em Mato Grosso**. Campo Grande: Correio do Estado, 1961.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso** (1880 – 1940). Campo Grande: Editora UFMS, 2000.

BRAGANÇA, Pedro de Orleans e. **Conceitos externados pelo Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança em sua visita á Campanário**. Campanário, 1926. Livro de assignaturas e impressões de visitantes. E.M.L. S.A Campanário. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. 1988.

In: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/> Acesso em: 22.09.2006.

BRASIL. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Secretaria de Recursos Humanos. Subsecretaria de Cadastro de Pessoal. Serviço de Registro Funcional de Magistrados. 2004.

BREZZO. Liliana M. **La historiografía paraguaya: del aislamiento a la superación de la mediterraneidad**.

In: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol7_atg3.htm Acesso em: 06.02.2004.

BRITO. Silvia Helena Andrade. **Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)**. Campinas, 2001. Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, 2001.

CAMPESTRINI, Hildebrando. Nota do editor. In: Melo e Silva, José de. **Fronteiras guaranis**. 2. ed. Campo Grande: Gibim, 2003.

_____. Apresentação. In: MELO E SILVA, José de. **Canaã do oeste: sul de Mato Grosso** Campo Grande: [s.n.], 1989.

_____. Jango Mascarenhas. In: PALERMO, Miguel A. **Nioaque, evolução política e revolução de Mato Grosso**. [Campo Grande]: [s.n.], 1992.

CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

_____. **A República Velha I (Instituições e classes sociais)**. São Paulo: Difel, 1978.

CENTENO, Carla Villamaina. **A educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930): crítica da historiografia regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura**. Campo Grande, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, UFMS.

CICLO da erva-mate em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986.

COLÉGIO Dom Bosco - **Tradição e Qualidade**. In: <http://www.cdb.br/historico.htm>. Acesso em : 15.11.2005.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril, 1995 (Coleção os pensadores).

CONHEÇA a academia sul-mato-grossense de letras.

In: <http://www.acletrasms.com.br/materia.asp?ID=69> Acesso em: 15.11.2005.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **A fronteira na história regional** - o sul de Mato Grosso (1870-1920). São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1997.

_____. **História e fronteira: o sul de Mato Grosso (1870-1920)**. Campo Grande, MS: UCDB, 1999. 244 p.

CORRÊA, Valmir Batista. A situação da pesquisa histórica em Mato Grosso. In: **Dimensão**. Universidade Estadual de Mato Grosso. Centro Pedagógico de Corumbá. Corumbá, Ano II, n. 2, nov, 1972.

_____. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1995.

_____. **Fronteira oeste**. 2.ed.rev.ampl. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2005.

CORRÊA, Valmir Batista; CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e historiografia de uma região**. [s.n.]: Corumbá, 1985.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **As raias de Matto Grosso**. São Paulo: Secção de Obras d'O estado de S. Paulo, 1925a. Vol. III

_____. _____. São Paulo: Secção de Obras d'O estado de S. Paulo, 1926. Vol. IV.

_____. **Á sombra dos hervaes mattogrossenses**. São Paulo: São Paulo Editora Ltda, 1925b. (Monographias Cuiabanas, 4)

_____. **Questões de ensino**. São Paulo: Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925c. (Monographias Cuiabanas, 1)

_____. **Evolução do erário**. Paulo: Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925d. (Monographias Cuiabanas, 2)

_____. **À cata de ouro e diamantes**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926. (Monographias Cuiabanas, 3)

_____. **A propósito do boi pantaneiro**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926. (Monographias Cuiabanas, 6)

_____. **Considerações acerca da peste da cadeira**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1927. (Monographias Cuiabanas, 7)

_____. **Indústrias mato-grossenses** . Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1945b. (Monographias Cuiabanas, 5)

_____. **Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília, [1939].

_____. Oeste: obra do Cap. Nelson W. Sodré, pelo Eng. Virgílio Corrêa Filho. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano V, n. 2, abr/jun, 1943, p. 267-277.

_____. **Pedro Celestino**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1945a.

_____. **Ervais do Brasil e ervateiros**. Documentário da vida rural, nº 12, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de informação agrícola, 1957.

_____. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil** (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional). Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 3.ed. São Paulo: Cortez.

DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (org). **O Brasil republicano**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (História Geral da Civilização Brasileira, 8)

DINIZ, Vânia Moreira. **Discursos**. In: <http://www.usinadeletras.com.br/>. Acesso em: 21.ago.2004.

ENTREVISTAS... Carlos Sifonte - Mestre da Furiosa. **Talentos Brasil**. Porto Velho, 2002. In: <http://www.talentosbrasil.com.br/>. Acesso em: 23.09.2003.

FARIA, Fernando Antonio. **Os vícios da re(s)pública: negócios e poder na passagem para o século XX**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1998.

_____. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FEDATTO, Nilce Aparecida da Silva Freitas. **Educação/Cultura/Fronteira: um estudo do processo educativo-cultural na fronteira Brasil-Paraguai**. São Paulo: 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2.ed.rev.aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FICO, Carlos, POLITO, Ronald. **A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica.** Outros Olhares, Campinas, v. 1, n. 1, p. 75-84, jan./jun. 1996.

FREI João Pedro é o mártir dos capuchinhos. Diário do Nordeste. Ceará, 7 nov. 2001 In: <http://diariodonordeste.globo.com/> Acesso em 15.12.2004.

FUNDACION. In: <http://www.mbertoni.org.py/bio.htm>. Acesso em 25.05.2004.

FURTADO, Andrade. Apresentação. In: GIRÃO, Raimundo. **História da Faculdade de Direito do Ceará.** Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960.

GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo: ideologia e propaganda política.** São Paulo: Loyola, 1982.

GIRÃO, Raimundo. **História da Faculdade de Direito do Ceará.** Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Maquiavel e a política do Estado Moderno.** 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GOMES, Jary. In: MATO GROSSO. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1949 pelo Doutor Arnaldo Estevão de Figueiredo, Governador do Estado. Imprensa Oficial: Cuiabá, 1949.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso: 1890–1945)** Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História do IFCH. UNICAMP, 1991.

HISTÓRICO da Universidade do Ceará. In: www.ufc.br Acesso em: 10.02.2005.

HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWM Eric; RANGER, Terence (orgs). **A invenção das tradições.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Nações e nacionalismos: desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **A era do capital: 1848-1875.** 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **A era dos impérios: 1875-1914.** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994.

IGLÉSIAS, Francisco. Prefácio à terceira edição. In: TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. 6. ed. rev. São Paulo: UNESP, 2002.

LEITE, Sidney Nunes. **Bela Vista: uma viagem ao passado**. Campo Grande: [s.n.], 1995.

LENINE, V.I. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo** (ensaio popular). In: _____. Obras escolhidas: em três tomos. São Paulo: Alfa Ômega, 1979. p. 580-735

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste (Os anos 30)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

LIMA, Astúrio Monteiro. **Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis**. São Paulo: Soma, 1978.

LIMA, Alceu Amoroso. Respondendo a objeções. **Pedagogia de escola nova**. Edição do Centro D. Vital de São Paulo. São Paulo, 1931.

LOMBARDI, José Claudinei. História e historiografia da educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs). **Fontes, História e Historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da história**. Maringá: EDUEM, 2004.

MARTINES, Demísio. Entrevista. In: MATO GROSSO DO SUL. **A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais**. Campo Grande: Gráfica do D.S.P./MS, 2000.

MATO GROSSO. **Falla com que o Exm.Sr. Vice Presidente tenente-Coronel José Leite Galvão abriu a 2ª sessão da 23ª Legislatura d'Assembléa desta Provincia seguida do relatório com queo Exm. Sr. General Barão de Maracajú, Ex-Presidente da Provincia de Matto-Grosso, pretendia abrir a mesma sessão da respectiva Assembléa no dia 3 de Maio de 1881**. Cuyabá : J. J. Calháo, 1881.

_____. **Mensagem dirigida pelo exm. Sr. Dr. Joaquim da Costa Marques. Presidente do á Assembléa Legislativa ao installar-se a 2ª sessão ordinaria da 9ª legislatura em 13 de Maio de 1913**. Cuyabá: Typ. Official, 1913.

_____. **Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa do ao installar-se a 2ª sessão da 11ª Legislatura em 7 de Setembro de 1919 pelo presidente do Estado de Matto Grosso, D. Francisco de Aquino Corrêa**. Cuyabá : Typ. Official, 1919.

_____. **Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa, em 21 de Maio de 1923, pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado de Matto Grosso.** Cuyabá: Typographia Oficial, 1923. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u476/000034.html> Acesso em: 15.02.2006.

MATTO-GROSSO. **Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa em 13 de Maio de 1926, pelo Sr. Dr. Mário Corrêa da Costa, Presidente do Estado de Matto-Grosso.** Cuyabá: Typographia Oficial, 1926. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u479/000002.html> Acesso em: 02.02.2006.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1949 pelo Doutor Arnaldo Estevão de Figueiredo, Governador do Estado.** Imprensa Oficial: Cuiabá, 1949.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1949 pelo Doutor Arnaldo Estevão de Figueiredo, Governador do Estado.** Imprensa Oficial: Cuiabá, 1950.

_____. **Relatório referente ao ano de 1942.** Diretoria Geral de Instrução Pública. Prof. Francisco A. Ferreira Mendes, Diretor Geral. 1942.

MATO GROSSO DO SUL; FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Arquivo Público Estadual (MS). **A História dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais.** Campo Grande: Gráfica do DSP/MS. 2000.

MATTOS, Gerônimo de A. Entrevista. In: MATO GROSSO DO SUL. **A História dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais.** Campo Grande: Gráfica do D.S.P./MS, 2000.

MARTINES, Demísio. Entrevista com. In: MATO GROSSO DO SUL. **A História dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais.** Campo Grande: Gráfica do D.S.P./MS, 2000.

MARTINS, Nelly. **Vespasiano, meu pai.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

MARTINS, Demosthenes. **História de Mato Grosso.** São Paulo: Vaner Bicego, [197-].

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** (I Feurbach). 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política.(Livro primeiro: o processo de produção do capital). 7.ed. São Paulo: Difel, 1982. v.1.

_____. _____. 9.ed. São Paulo: Difel, 1984. v.2.

_____. _____. (Livro terceiro: o processo global de produção capitalista). 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 4.

MELO, Athanásio de Almeida. **Entrevista**. Bela Vista, 06.abr.2004.

MELO E SILVA, José de. **Fronteiras guaranis**: com um estudo sobre o idioma guarani, ou ava-ñe-ê. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939.

_____. **Canaã do oeste**: Sul de Mato Grosso. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

_____. _____. (2.ed.) Campo Grande, MS: [s.n.], 1989.

MENDONÇA, Rubens. **Dicionário biográfico mato-grossense**. 2.ed. Goiânia: Rio Bonito, 1971.

MENDONÇA, Estevão de. **Datas mato-grossenses**. Niterói: Typ.Salesiana, 1919. v.1 e v.2.

MENEZES, Esron. **Entrevista**. Porto Velho. 2004.

MENEZES, Nilza. Juízes em Rondônia. **Primeira versão**. Porto Velho, ano 1, n. 124, nov.2002. In: <http://www.unir.br/~primeira/index.html> Acesso em 22.11.2004.

MESQUITA, José de. Palavras amigas. In: SEREJO, Hélio. **Prosa rude**. São Paulo: Cupolo, 1952.

MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano**: sociedade e instituições (1889-1930) 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

NAZAR, Horácio. **Francisco Mendes Gonçalves**: pioneiro de la cuenca del Plata.[s.l:s.n.]. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul, pasta 19.

O ESTADO de São Paulo. **Parque reivindica restos mortais de tenente**. 1999. In: <http://txt.estado.com.br/edicao/especial/brasil/brasil.html> Acesso em: 12.11.2005

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Luiz Alexandre. **Entrevista concedida ao Arquivo Público Estadual/MS**. Campo Grande, 1995.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. Assis, 1999. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis. UNESP, 1999.

PALERMO, Miguel A. **Nioaque**: evolução política e revolução de Mato Grosso. Campo Grande: [s.n], 1992.

PANEGÍRICO de Francisco Mendes Gonçalves e sua grande obra: a Matte Larangeira. Por sua diretoria. Rio de Janeiro, 1941. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

PAULA, José Alves de. **Monte Arraes**: o homem e a obra. Discurso proferido em 5 de Agosto de 1987, na Academia Cearense de Letras e Artes do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [s.l.], 1987.

PENTEADO, Yara. O sonho de Melo e Silva. In: MELO E SILVA, José de. **Canaã do oeste**: sul de Mato Grosso. Campo Grande, MS: [s.n.], 1989.

PEREIRA, Armando de Arruda. **Construindo...** São Paulo: Graphica Paulista Editora, 1930.

_____. **No sul de Mato Grosso**: conferência realizada em 21 de maio de 1928. [s.l.:s.n.], [1928].

_____. **Heróis abandonados!** Peregrinação aos lugares históricos do sul de Matto Grosso. São Paulo: Secção de Obras do Estado de S. Paulo, 1925.

PERISSOTO, Renato M. Classes dominantes, Estado e os conflitos na Primeira República em São Paulo: sugestões para pensar a década de 1920. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres (orgs). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

PONTA PORÃ. **Relatório do exercício de 1939**, apresentado ao Exmo. Bel. Julio Strubing Muller, Interventor Federal neste Estado, pelo Prefeito Sr. Pedro Manvailler. [s.l.]: [s.n.], [1940].

_____. Território Federal de (Extinto). **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Governador Dr. José Alves de Albuquerque**. Ponta Porã: Pub. Oficial, 1944-1945-1946.

PROSA RUDE. São Paulo: Cupolo, 1952.

PUIGGARI, Umberto. **Nas fronteiras de Mato Grosso**: terra abandonada... São Paulo: Casa Mayença, 1933.

QUADROS, Jânio da Silva. Prefácio. In: LIMA, Astúrio Monteiro de. **Mato Grosso de outros tempos** : pioneiros e heróis. São Paulo: Soma, 1978.

QUESTÃO MATTE. Cuiabá, MT: Avelino de Siqueira, 1912.

REIS, Elpídio. **Ponta Porã, polca, churrasco e chimarrão**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1981.

_____. **Os 13 pontos de Hélio Serejo**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1980.

_____. **Só as doces: uns “causos” por aí**. Campo Grande, MS: Data Graf Estúdio Gráfico, 1993.

_____. **Ponta Porã, antes, durante e depois**. Campo Grande: [s.n.], 2005. In: <http://www.ihgms.com.br/> Acesso em 12.11.2005

_____. **O nosso Demosthenes**. Campo Grande: [s.n.], 1990.

RELATÓRIO da Comissão encarregada de elaborar a Legislação sobre estrangeiros. In: BRASIL, Conselho de Imigração e Colonização. **Revista de Imigração e colonização**. Ano I, n. 3, Rio de Janeiro, jul, 1940.

RIBEIRO, Lélia Rita E. de Figueiredo. **O homem e a terra**. Campo Grande: [s.n.], [199-].

RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste** (a influência da ‘bandeira’ na formação social e política do Brasil). Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

ROSA, Pedro Ângelo da. **Resenha histórica de Mato Grosso** (fronteira com o Paraguai). Campo Grande, MS: Ruy Barbosa, 1962.

ROTARY. **Armando de Arruda Pereira** (Presidente do Rotary Internacional 1940-1941). In: http://www.nossosaopaulo.com.br/Rotary/RI_40-41ArmandoAPereira.htm Acesso em 20.11.2005.

SABOYA, Vilma Eliza Trindade de. **Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho (1887-1973)**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1999.

SALDANHA, Athamaril. Capataz Caati. In: **CICLO da erva-mate em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS, Instituto Euvaldo Lodi, 1986.

SANTOS, Alexandre Franco. Exemplo de eficiência. **A Granja**. 20 de ago. 2003 In: www.agranja.com/AGLeiloes/69/capa.pdf .Acesso em: 11.11.2005.

SANTOS, Vicência Deusdete Gomes dos. **A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul meridional**. Monografia de especialização, UFMS, Dourados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Concepção de dissertação de mestrado centrada na idéia de monografia de base. **Educação brasileira**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 159-168, jul/dez. 1991.

SEREJO, Hélio. **Homens de aço: a luta nos ervais de Mato Grosso**. São Paulo: Cupolo, 1946.

_____. **Caraí**. In : **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande. Instituto Euvaldo Lodi, 1986

_____. **Prosa rude**. São Paulo: Cupolo, 1952.

_____. **Balaio de bugre**. Presidente Venceslau: Requião, [197-a].

_____. **De galpão em galpão**. Curitiba: Requião, [197-b].

_____. **Rodeio da saudade**. Curitiba: Requião, [197-c].

_____. **Vida de erval**. São Paulo: Vaner Bicego, [197-d].

_____. **Modismo do sul de Mato Grosso**. Bauru: São João, [197-e].

_____. **Lobisomem**. Bauru: São João, [197-f].

_____. **4 contos**. Bauru: São João, [197-g].

_____. **O homem mau de Nioaque**. Curitiba: Requião, [197- h]

_____. **Rincão dos xucros**. Presidente Venceslau: Requião, 1971a .

_____. **Vento brabo**. Presidente Venceslau: Requião, 1971b.

_____. **Pialo bagual**. Curitiba: Requião, 1971c.

_____. **Abusões de Mato Grosso e de outras terras**. Presidente Venceslau: Requião, 1976.

_____. **7 contos e uma potoca**. São Paulo: Vaner Bicego, 1978 a.

_____. **Lendas da erva-mate**. São Paulo: Vaner Bicego, 1978 b.

_____. **Astúrio Monteiro de Lima: um exemplo de homem**. Resenha Tributária: São Paulo, [1980?].

_____. **Pelas orilhas da fronteira...** Curitiba: Lítero-Técnica, 1981.

_____. **Os heróis da erva** [sl: sn], [198- a]

_____. **Caraí ervateiro**. [sl: sn], [198-b].

_____. **Nhá Chaló**. Tupi Paulista: Versiprosa, 1988.

_____. **Pialando... no mas**. Tupi Paulista: Versiprosa, 1989.

_____. **Sismório: o gringo bochinheiro e bandido.** Tupã: Cingral, 1991.

_____. **Entrevista.** Presidente Venceslau. 18 nov. 1999.

SIFONTE, Carlos. **Entrevista realizada por Zé Katraca.** Porto Velho, 2002. In: <http://www.talentosbrasil.com.br/>. Acesso em: 23.09.2003.

SILVA, Erondina Alves. **Entre o desejável e o intolerável:** o povoamento da fronteira do Brasil com o Paraguai no olhar de José de Melo e Silva. 22f. (Especialização em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Dourados, 2004.

SOUZA, João Baptista de. **Evolução histórica sul Mato Grosso.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1949.

_____. **Evolução histórica sul Mato Grosso.** Rio de Janeiro: [s.n.], [1960?].

TAUNAY, Affonso de E. In: PEREIRA, Armando de Arruda. **Heróis abandonados!** Peregrinação aos lugares históricos do sul de Matto Grosso. São Paulo: Secção de Obras do Estado de S. Paulo, 1925.

TETILA, José Laerte Cecílio. **Marçal de Souza Tupã I:** um guarani que não se cala. Campo Grande: UFMS, 1994.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro:** introdução a um programa de organização nacional. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Quando as diferenças são um “problema”?** Trabalho apresentado na 22ª. Reunião Anual da ANPED, 1999.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil:** da Aliança Liberal às realizações do 1º. Ano de Governo (1930-1931). Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. vol. I.

_____. **A nova política do Brasil:** A realidade nacional em 1933. Retrospecto das realizações do Governo 1934. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. vol. III

_____. **A nova política do Brasil:** Retorno à terra natal. Confraternização sul-americana. A revolução Comunista. Novembro de 1934. Julho de 1937. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. vol. IV.

_____. **A nova política do Brasil:** O Estado Novo. 10 de Novembro de 1937 a 25 de Julho de 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. vol. V.

VIEIRA, José A. Apresentação. In: CORRÊA FILHO Virgílio. **Ervais do Brasil e ervateiros.** Documentário da vida rural, nº 12, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de informação agrícola, 1957.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia Editores, 1927.

_____. **Raça e assimilação**. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade**: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 1998.